



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO

Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH
Programa de Pós-Graduação em Memória Social – PPGMS

CRISTIANA FIGUEIREDO CORSINI

CRIAÇÕES CLÍNICO-POLÍTICAS:
das memórias clandestinas às políticas de reparação simbólica
no Brasil e na Argentina

Rio de Janeiro

2022



**CRIAÇÕES CLÍNICO-POLÍTICAS:
das memórias clandestinas às políticas de reparação simbólica
no Brasil e na Argentina**

CRISTIANA FIGUEIREDO CORSINI

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Memória Social.

Orientador: Prof. Dr. Javier Alejandro Lifschitz

Rio de Janeiro

2022

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

C826 Corsini, Cristiana Figueiredo
CRIAÇÕES CLÍNICO-POLÍTICAS: das memórias
clandestinas às políticas de reparação simbólica no
Brasil e na Argentina / Cristiana Figueiredo
Corsini. -- Rio de Janeiro, 2022.
167

Orientador: Javier Alejandro Lifschitz .
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Memória Social, 2022.

1. Violência de Estado. 2. Danos
transgeracionais. 3. Reparação simbólica. 4. Criações
clínico-políticas. I. Lifschitz , Javier Alejandro,
orient. II. Título.

CRISTIANA FIGUEIREDO CORSINI

**CRIAÇÕES CLÍNICO-POLÍTICAS:
das memórias clandestinas às políticas de reparação simbólica
no Brasil e na Argentina**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Memória Social.

Aprovada em 27/09/2022

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Dr. Javier Alejandro Lifschitz – PPGMS UNIRIO

Profa. Dra. Josaida de Oliveira Gondar – PPGMS UNIRIO

Prof. Dr. João Paulo Macedo e Castro – DCS/FCS/CCH UNIRIO

Dra. Barbara de Souza Conte – Sigmund Freud Associação Psicanalítica

Profa. Dra. Esther Maria de Magalhães Arantes – PPFH UERJ

Dedico este trabalho in memoriam a Domingos Bernardo Gialluisi da Silva Sá, meu querido pai simbólico na luta por justiça social;

Aos coletivos e organismos de direitos humanos de mães argentinas e brasileiras que, movidas pela memória de seus filhos e netos mortos precocemente por agentes estatais, cobram a verdade, a justiça e a reparação do Estado violador.

ESTADO QUE MATA NUNCA MAIS!

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO;

À Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio fundamental ao percurso deste trabalho;

Ao Prof. orientador Dr. Javier Alejandro Lifschitz agradeço pelo entusiasmo e motivação, mesmo nos tempos mais difíceis, além dos laços afetivos construídos ao longo dessa jornada;

Gratidão aos professores do PPGMS/UNIRIO que contribuem na construção transdisciplinar da Memória Social;

Às professoras Dra. Soledad Lastra e Dra. Mirian Mariano expresso o meu agradecimento pelas observações apuradas na banca de qualificação;

Aos membros da banca de defesa da tese Prof. Dra. Bárbara Conte, Profa. Dra. Esther Arantes, Prof. Dr. Sergio Gomes, Prof. Dr. João Paulo de Castro, Profa. Dra. Josaida Gondar e Profa. Dra. Maria Amália Oliveira, que generosamente aceitaram fazer parte deste importante rito de passagem;

Aos colegas pesquisadores que enriquecem o Núcleo de Memória Política NUMEP/UNIRIO e nossos parceiros da Rede de Memória Política latino-americana,

Aos professores e pesquisadores dos Territórios Clínicos de la Memória – TeCMe, especialmente às contribuições de Fabiana Rousseaux;

Aos parceiros argentinos que integram o Núcleo de pesquisa de História e Memória do campo “Psi” e do terrorismo de Estado na Argentina, com importantes contribuições para esta tese;

Agradeço pelos testemunhos compartilhados por Vera Vital Brasil e Eduardo Losicer, preciosos para a transmissão dos legados clínico-políticos por reparação simbólica em nosso país e abraçando o legado latino-americano;

À profa. Eliana Schueler Reis e demais colegas do grupo de estudos no EBEP, agradeço pela generosidade e riqueza na transmissão de conhecimentos sobre a clínica psicanalítica, com implicações afetivas e criatividade;

Aos colegas e professores do curso de formação em Psicanálise Instituto Nebulosa Marginal, em especial aos seus criadores Profa. Rosa Lúcia Paiva e Dr. Sergio Gomes pela abertura de novos caminhos;

Às amigas queridas e guerreiras na luta política do coletivo Las Dilmás de Petrópolis;

À Adriana Setemy agradeço imensamente por testemunhar boa parte desse processo de labuta, ansiedades e criação;

Aos familiares e amigos mais próximos que fizeram com que esta jornada ficasse mais rica em ideias e afetos, especialmente Eliana Rocha e Fernanda Marques; gratidão ao Oscar Garcia da Rosa pelo acervo de músicas latino-americanas que me ajudaram a dar corpo e alma a este trabalho;

À irmã e companheira de profissão Leonora Corsini, pelas afinidades no campo psi, na luta pelos direitos humanos e pelo apoio solidário, reflexivo e minucioso, fundamentais à conclusão desta tese;

Às filhas companheiras de sempre que, além do carinho, me dedicaram os cuidados necessários à recuperação de minha saúde; à netinha Victoria, que me cuidou pela linguagem da ternura, e,

À minha mãe Shirley, que transmite a gramática da educação popular e solidária, a quem dedico este trabalho em nome de todas as mães!

*Todo está guardado en la memoria
Sueño de la vida y de la historia
La memoria despierta para herir
A los pueblos dormidos
Que no la dejan vivir
Libre como el viento
León Gieco*

*Oh, pedaço de mim
Oh, metade exilada de mim
Leva os teus sinais
Que a saudade dói como um barco
Que aos poucos descreve um arco
E evita atracar no cais
Chico Buarque de Holanda*

CORSINI, Cristiana Figueiredo. **Criações clínico-políticas:** das memórias clandestinas às políticas de reparação simbólica no Brasil e na Argentina. 2022, 167 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2022.

RESUMO

A proposta desta tese comparativa qualitativa em memória social foi a de delinear alguns agenciamentos do chamado “Campo Psi” no enfrentamento dos danos causados pelo terrorismo de Estado empreendidos na história recente das ditaduras no Brasil (1964-1985) e Argentina (1976-1983). Investigamos os dispositivos psicossociais criados desde a clandestinidade na assistência às vítimas, bem como o legado clínico-político para o enfrentamento dos efeitos do sinistro nas gerações afetadas, até se configurarem políticas de reparação psicossocial em condições favoráveis à democracia nesses países. Com o intuito de promover interlocução entre a luta pelos direitos humanos por memória, verdade e justiça e as singularidades das políticas de reparação psíquica no Brasil e na Argentina, buscamos aprofundar os aportes teórico-epistemológicos que foram criados ao longo do processo. Dada a importância dos registros testemunhais de equipes clínicas que vêm se constituindo em coletivos de direitos humanos desde as ditaduras, e levando em consideração as características singulares das políticas reparatórias brasileira e argentina e os impasses para a elaboração simbólica dos danos transgeracionais em cada cultura, buscamos articular os efeitos da repressão com a violência de Estado na atualidade. Finalmente, apresentamos o cenário agonístico dos afetados pela violência de Estado no Brasil atual, após as recentes rupturas institucionais das políticas reparatórias e de memória que, acompanhadas pela impunidade, atualizam os abismos de nossa história contemporânea.

Palavras-chave: Violência de Estado. Danos transgeracionais. Reparação simbólica. Criações clínico-políticas.

CORSINI, Cristiana Figueiredo. **Clinical-political creations: from clandestine memories to symbolic reparation policies in Brazil and Argentina.** 2022, 167 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2022.

ABSTRACT

The purpose of this qualitative comparative thesis on social memory was to delineate the agency of the so-called "Psi Field" to address the damage caused by state terrorism undertaken in the recent history of the dictatorships in Brazil (1964-1985) and Argentina (1976-1983). We investigate the psychosocial devices created since the clandestine period to assist the victims, as well as the clinical-political legacy to face the effects of the catastrophe on the affected generations, until the psychosocial reparation policies were configured in conditions favorable to democracy in these countries. In order to promote a dialogue between the human rights struggle for memory, truth and justice and the singularities of the psychic reparation policies in Brazil and Argentina, we sought to deepen the theoretical-epistemological contributions that were created along the way. Given the importance of the testimonial records of the clinical teams constituted as human rights collectives since the dictatorships, and taking into consideration the singular characteristics of the Brazilian and Argentine reparatory policies and the impasses for the symbolic elaboration of transgenerational damage in each culture, we sought to articulate the effects of repression with state violence today. Finally, we present the "agonistic" scenario of those affected by state violence in Brazil today, after the recent institutional ruptures of reparatory and memory policies that, accompanied by impunity, actualize the abysses of our contemporary history.

Keywords: State violence. Transgenerational damage. Symbolic reparation. Clinical-political creations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 LEGADOS CLÍNICO-POLÍTICOS	24
1.1 PSICANÁLISE E INSTITUIÇÕES	24
1.1.1 Insurgências clínicas.....	29
1.1.2 Movimento dos trabalhadores da saúde mental	33
1.1.3 A Luta Antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica Brasileira.....	37
1.2 MEMÓRIAS E DOBRAS NO CAMPO PSI	42
1.2.1 Dispositivos clínico-políticos na Argentina.....	43
1.2.2 Clínica e resistência no Brasil.....	48
1.2.3 Memórias incômodas.....	50
1.3 EPISTEMOLOGIAS DO TRAUMA COLETIVO	55
1.3.1 Os traumas de guerra.....	58
1.3.2 Era de catástrofes	60
1.3.3 Efeitos do trauma político.....	62
1.3.3.1 O Brasil na rede clínico-política do Cone Sul.....	69
CAPÍTULO 2 CENÁRIOS TRAUMÁTICOS NA HISTÓRIA RECENTE DO BRASIL E ARGENTINA	74
2.1 O ESTADO TERRORISTA.....	80
2.1.1 Mecanismos institucionais da repressão	82
2.1.2 Os Centros de Extermínio Argentinos	83
2.1.3 Prisões e centros clandestinos no Brasil	86
2.2 MEMÓRIAS INTERGERACIONAIS	87
2.2.1 Experiências de clandestinidade no Brasil	87
2.2.1.2 Sequestros e apropriações revelados.....	92
2.2.2 O genocídio na Argentina	96
CAPÍTULO 3 AS POLÍTICAS DE REPARAÇÃO SIMBÓLICA	98
3.1 OS TESTEMUNHOS DA JUSTIÇA NA ARGENTINA	101
3.1.1 Juízos por crimes de lesa-humanidade: <i>ex preso-desaparecido</i>	102
3.1.2 Centro de Assistência às Vítimas de Violações de lesa-humanidade	105
3.1.3 O traumático entre ternura e crueldade.....	108
3.2 O PROJETO CLÍNICAS DO TESTEMUNHO NO BRASIL	111
3.2.1 Clínicas do Testemunho (II edição).....	113
3.2.2 A práxis clínico-política das equipes conveniadas	117

3.2.2.1 Clínicas do Testemunho – CT ISER-RJ	117
3.2.2.2 Clínicas do Testemunho – CT ISER-SP Nas Margens.....	121
3.2.2.3 Clínicas do Testemunho – CT APPOA-RS e APPOA-SC	124
3.2.3 Capacitação profissional em rede – os CERPs.....	125
CAPÍTULO 4 TESTEMUNHOS CLÍNICO-POLÍTICOS – BRASIL E	
ARGENTINA.....	130
4.1 OS IMPASSES CONTEMPORÂNEOS DOS DIRETOS HUMANOS	133
4.2 DOBRAS DO TEMPO E DA MEMÓRIA	136
4.2.1 Dispositivos clínico-políticos na história recente (Brasil e Argentina).....	138
4.2.1.1 Clínica da imanência (o IBRAPSI no Brasil).....	138
4.2.1.2 Articulações clínico-políticas no Brasil	139
4.2.2 Novos rumos do Campo Psi.....	139
4.2.3 Institucionalidade das políticas de reparação e memória.....	141
4.3 MEMÓRIAS DO TRAUMA POLÍTICO.....	142
4.3.1 Entre o exílio e a clandestinidade.....	143
4.3.2 A importância do GTNM RJ para a memória histórica	145
4.4 DISCUSSÃO.....	146
4.4.1 A recepção política da reparação.....	146
4.4.2 A recepção social por reparação	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
REFERÊNCIAS	158

INTRODUÇÃO

A ideia central deste trabalho de tese é de que o testemunho clínico é um agenciador privilegiado da memória social, especialmente no que diz respeito à transmissão dos danos transgeracionais causados pelo mal-estar civilizacional que eclodiu nas sociedades contemporâneas sob diversas formas de catástrofes e de guerras, com atravessamentos do fascismo, do Holocausto e das guerras pós-coloniais. Face ao pioneirismo de iniciativas clínico-políticas no sul global diante do terrorismo de Estado que afetou diretamente o Brasil e a Argentina durante o período ditatorial que vigorou nos dois países nas décadas de 1960, 1970 e 1980, defendemos a importância de transmitir/disseminar as experiências do chamado “Campo Psi”¹ em interlocução com o campo dos direitos humanos que assumem uma perspectiva crítica com relação a uma certa ortodoxia de algumas práticas clínicas, que acabam contribuindo de alguma maneira para a “privatização” dos danos das vítimas da história. A composição da tese se assenta no campo da Memória Social enquanto conceito transdisciplinar, que não se restringe a um campo específico de conhecimento apesar de seus atravessamentos por diversos saberes e acontecimentos. Além disso, concordamos com Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros (2009) quando reiteram que também a clínica política implica uma práxis em perspectiva transdisciplinar, uma vez que “a noção de transdisciplinaridade subverte o eixo de sustentação dos campos epistemológicos, graças ao efeito de desestabilização tanto da dicotomia sujeito/objeto quanto da unidade das disciplinas e dos especialismos” (p. 113).

Em que pese as singularidades das lutas políticas que foram travadas em cada um dos dois países – Brasil e Argentina, acreditamos ser necessário compreender as dinâmicas do neoliberalismo empregadas à revelia de diversas demandas sociais, das organizações sindicais, dos partidos de esquerda e dos interesses da própria população, ao irromperem no Cone Sul através de golpes civil-militar-empresariais em uma conjuntura política de grande efervescência cultural da juventude nas décadas de 60, 70 e 80 do século passado. Como resposta a esses movimentos libertários que se

¹ Do ponto de vista epistemológico, por Campo Psi designamos a integração de campos distintos de saber com objetivos em comum, tanto na práxis psicossocial como em sua transmissão. Trata-se de um conceito que contextualiza os saberes da psicanálise, da psicologia e psiquiatria em perspectiva crítica, contextualizados historicamente. Ao longo desta investigação, articulamos a práxis clínico política latino-americana com o campo dos direitos humanos em instituições civis e públicas, em perspectiva ampliada para fomentar novas configurações de políticas de saúde mental, saúde coletiva e políticas de reparação simbólica.

identificavam com pautas anti-imperialistas, inaugurou-se e consolidou-se a concepção de um Estado Terrorista que alçava à condição de inimigos internos a serem combatidos e eliminados grandes contingentes da população, de modo a disseminar e capilarizar o medo em todos os segmentos sociais, tendo como *modus operandi* privilegiado o desaparecimento sistemático de pessoas, sem deixar rastros.

Conforme argumenta o escritor, historiador, juiz e advogado de ex presos políticos Eduardo Luís Duhalde², o Estado terrorista implementado nas ditaduras do Cone Sul debilitou as redes de solidariedade social, perseguindo profissionais da cultura, educadores, estudantes universitários, advogados defensores de presos políticos, profissionais de saúde mental, psicanalistas, enfim, todos aqueles considerados como ameaça ao modo de vida ocidental e cristão. Como destaca Duhalde (2013), ninguém estava livre de suspeitas, bastava ser estudante, marxista ou ateu para que qualquer pessoa fosse investigada e, uma vez que se comprovasse qualquer tipo de compromisso social, detida ilegalmente e desaparecida definitivamente.

Analisando o que se passou na Argentina e os mecanismos concentracionários utilizados para operacionalizar um Estado de terror permanente, a cientista política Pilar Calveiro (2013) ressalta que, além de militantes políticos e ativistas engajados em diversos campos de atuação social, houve de fato um considerável contingente de pessoas sequestradas e levadas para os Centros Clandestinos de Detenção na Argentina (CCD), mesmo pessoas que inclusive não tinham relação direta com os movimentos de resistência ao regime ditatorial vigente no país entre 1976 e 1983.

Por sua vez, o terrorismo de Estado empreendido na ditadura brasileira ocorreu no anonimato e de maneira seletiva quanto aos desaparecimentos políticos e as práticas de tortura clandestinas, sempre mantendo uma fachada de aparente legalidade controlada paulatinamente por Atos Inconstitucionais e eleições indiretas para os presidentes militares. Segundo as análises dos filósofos Edson Teles e Vladimir Safatle (2019) sobre o Brasil, a persistência das políticas de apagamento da memória e até de amnésia social explicitam seus efeitos deletérios estruturais para a democracia. Levando-se em consideração que não existe país do mundo que tenha conseguido

² Duhalde deu uma importante contribuição na reconstrução da democracia argentina, tendo sido designado pelo presidente Néstor Kirchner ao cargo de secretário de Direitos Humanos, com o qual foi novamente honrado pela presidenta Cristina Fernández Kirchner em seus mandatos [...]. Ao mesmo tempo, dedicou-se à reconstrução da memória do campo popular e à reflexão teórica sobre a responsabilidade institucional do Estado no processo de reparação histórica (DUHALDE, 2013, p. 10, tradução nossa).

consolidar a sua democracia “enquanto substância normativa” sem acertar as contas com o seu passado, no caso brasileiro, a lei de anistia instituída em 1979 blindou as possibilidades de se instituir tribunais penais para julgar os algozes da ditadura. Portanto, a característica marcante no nosso país seria a permanência de um Estado ilegal, que até o presente lança mão de artifícios que burlam a própria lei constitucional brasileira conforme os interesses do poder dominante.

Embora o Brasil tenha inaugurado a modalidade terrorista de maneira coordenada após o seu quinto Ato Institucional (AI-5), instituído em 1968, os desaparecimentos políticos e assassinatos vigoravam desde o golpe de 1964. No entanto, o neoliberalismo tornou-se visível somente a partir da redemocratização do país. Ao longo da ditadura brasileira, os militares se sustentaram no poder por uma diretriz desenvolvimentista enunciada como *milagre econômico*, imprimindo na maior parte da população brasileira os anseios por ordem e progresso (como estratégia de políticas de esquecimento), sob uma faixa de normatividade e legalidade.

Se a ditadura brasileira “se servia da legalidade para transformar seu poder soberano de suspender a lei, de designar terroristas, de assassinar opositores, em um arbítrio absolutamente traumático” (SAFATLE, 2019, p. 251), na democracia, após o pedido de revisão da antiga lei de anistia em 2010, foi mantida a antiga interpretação de similitude entre agentes da ditadura com os militantes da luta armada. Conforme o recente parecer do STF: “caso os militares fossem julgados por tortura, assassinato, sequestro, atentado pessoal e ocultação de cadáveres, então [os] antigos membros da luta armada deveriam ter o mesmo destino” (ibidem, p. 243).

Podemos observar que duas aberrações interpretativas vêm sendo repetidas pelos ministros do Supremo Tribunal Federal do Brasil, mesmo que estejamos institucionalmente em uma democracia. A primeira arguição é fruto de um embuste, visto que as ações da luta armada brasileira priorizaram os sequestros e assaltos a banco e mantiveram as suas operações de resistência na clandestinidade, sem recorrer à tortura e ao assassinato de opositores. A segunda distorção se deu sob a justificativa de um trecho do texto da própria Constituição de 1988: “Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o estado democrático” (TELES; SAFATLE, 2019, p. 243). A gravidade desta última interpretação reside na distorção do próprio texto da lei, uma vez que diferencia com bastante clareza uma ditadura de uma democracia, além de enfatizar

como crime imprescritível as ações que subvertem a Constituição e a democracia, como fizeram os militares ao terem fechado o Congresso Nacional, caçado os mandatos dos parlamentares eleitos democraticamente, e torturado centenas de pessoas enquanto se disseminava um ambiente de terror.

Com o desaparecimento dos registros reais das vítimas das guerrilhas urbanas e rurais, segundo os dados da CNV – Comissão Nacional da Verdade sobre mortos e desaparecidos, “durante a ditadura militar, entre 1964 e 1985, 243 pessoas foram vítimas de desaparecimento forçado, ou seja, mais da metade das 434 vítimas fatais da ditadura” (CNV, 2014, v.1, p. 500).

Entretanto, cumpre destacar que as experiências no Brasil e na Argentina sempre foram distintas, tanto no que diz respeito aos mecanismos repressivos quanto aos processos de resistência ao regime, fosse pela luta armada ou por oposição pacífica. Podemos afirmar que a base de sustentação das ditaduras nos dois países teve como estratégia comum o terrorismo de Estado, conduzido de maneira coordenada. Com movimentos pendulares de violência e impunidade em dispositivos legais de conciliação e de esquecimento – como foi o caso da Lei de Anistia brasileira até hoje em vigor – sustentou-se a impunidade do terrorismo de Estado por meio de conceitos tais como o de *crimes conexos* (CNV, 2014) e das *leyes de obediencia debida y de punto final* (DUHALDE, 2013). Não obstante, observamos a necessidade de diferenciação dos rumos políticos e das ferramentas utilizadas nas disputas por memória, verdade, justiça e reparação nos dois países em tela.

Confirmando o preciso diagnóstico do escritor Eduardo Galeano (1978) de que a América Latina continua com suas veias abertas até hoje, buscamos desvelar através dos testemunhos clínico-políticos a relevância da reparação simbólica em sua integralidade, a exemplo do que se passou na Argentina com os testemunhos nos júzos penais, em contraste com a renegação por parte do Estado brasileiro em relação à responsabilização pelos crimes cometidos. Até o presente, a ausência do processo reparatório na situação brasileira se sustenta pela garantia da impunidade, perpetuando a dor dos familiares dos desaparecidos políticos e dos sobreviventes da ditadura pela impossibilidade de se fazer justiça, não havendo, portanto, o reconhecimento integral do testemunho na esfera pública.

Assim, partindo dos testemunhos clínico-políticos como porta-vozes das experiências de reparação psicossocial empreendidas no Brasil e na Argentina,

buscamos compor e interpretar uma temporalidade que acumulou décadas de histórias e disputas políticas por memória. Ao levarmos em consideração as lacunas temporais e espaciais produzidas pelos desmentidos implícitos nas narrativas oficiais, salientamos que os efeitos traumáticos dessas políticas de esquecimento e a posição de negacionismo em relação aos crimes perpetrados pelos aparelhos de Estado do passado seguem produzindo violências e sofrimentos nas sociedades do presente. Segundo as narrativas de equipes clínico-políticas registrados ao longo deste período histórico na América Latina, a compreensão de alguns desses efeitos danosos causados intergeracionalmente pelo terrorismo do Estado ditatorial passou a ser compreendida pelo viés do silenciamento social e na imposição de políticas de esquecimento, resultando em memórias subterrâneas tanto inconscientes como imanentes.³

Como observa a psicanalista brasileira Tania Kolker (2009), há uma especificidade nos danos causados pelo terrorismo de Estado, justamente pelo seu teor coercitivo e extremamente violento ao estender seu controle sobre as sociedades afetadas. Para além dos aspectos traumáticos nos corpos e nas subjetividades daqueles que foram vítimas das práticas da repressão com torturas, desaparecimentos forçados e assassinatos de familiares e pessoas próximas, ao longo de anos de silenciamento, negacionismos e impunidade dos crimes do Estado, a primeira geração vitimada foi reduzida a mera receptora individual de uma tragédia coletiva. Esse argumento encontra eco na afirmação do sociólogo uruguaio Daniel Gatti, para quem “a desaparecimento de parentes, amigos e companheiros de militância coloca o sobrevivente em um estado transitivo de vítima que não deixa de ser real, como também perverso” (2008, p. 22), deixando em dúvida a sua própria condição de testemunho histórico, desvirtuando as possibilidades de reconstrução dos laços sociais interrompidos.

Outro exemplo dos afetos recorrentes nas experiências traumáticas do terrorismo de Estado seria a expiação e a culpa por parte dos sobreviventes, que carregam em seus

³ Seguindo a trilha aberta por Spinoza, que apresenta a imanência como campo de forças, em sentido ontológico, considerando o ser a partir de suas relações, e não de uma suposta essência, os filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari (1992) propõem pensarmos em plano de imanência, não como conceito ou método, mas enquanto um horizonte, um campo de possibilidades para criar/produzir (conceitos, relações, ações concretas) e traçar planos. Nas palavras dos autores: “O plano é o horizonte dos acontecimentos” (op. cit., p. 52). No que diz respeito ao trauma político e os efeitos da memória e do silenciamento, tem particular interesse para nossa discussão poder pensar com Deleuze e Guattari que a memória, enquanto imagem do tempo que expressa uma tendência a conservar o já passado, permite responder à questão da memória em sua relação com o devir na efetuação de uma nova composição, podendo escapar do plano indiferenciado do caos, sem recair no modelo antiprodutivo da reconhecimento (MELO, 2015).

corpos o peso de uma violência extremada, humanamente impossível de suportar solitariamente. Neste sentido, “outras formas repressivas – como o cárcere e o exílio e seus efeitos – recém começam a interpelar-se em conflito ou conexão com a desapareição como paradigma da violência estatal” (LASTRA, 2019).

No plano macropolítico, a leitura interpretativa dos danos transgeracionais no corpo social possui como fio condutor a continuidade da violência institucionalizada com as práticas de tortura aplicadas nas políticas de segurança pública do período democrático, deslocando o seu alvo para os moradores das periferias e favelas das grandes metrópoles brasileiras e argentinas. A opção por essas políticas seletivas de segurança estatal, em detrimento a uma transição democrática, evidencia a marginalização dos corpos indesejáveis pelas dinâmicas materiais e subjetivas de desigualdade nas sociedades capitalistas do presente, embora as vítimas da atualidade nem sempre se reconheçam como alvos políticos. A sensação de impunidade permanece circulando fantasmaticamente, impossibilitando os processos de elaboração simbólica dos traumas enfrentados entre gerações pelas sociedades atingidas. Neste sentido, Kolker enfatiza que o desafio nodal que se apresenta ao campo clínico-político na leitura dos efeitos subjetivos da violência de Estado no corpo social se inscreve na “transgeracionalidade do dano”.

A transmissão transgeracional de que tratamos não se dá apenas entre sujeitos no plano individual, mas emerge no coletivo através do “trabalho de campos imanes (natureza, socialidade, subjetividade e certo grau de desenvolvimento material) que atuam em interação de uns com outros” (SCARPUSIO *apud* KOLKER, 2009, p. 261).

Afinal, como saberíamos dos efeitos transgeracionais dos danos impingidos à sociedade sem o protagonismo de uma clínica que opera desde a clandestinidade como dispositivo político na luta pelos direitos humanos, testemunhando experiências subjetivas individuais e coletivas ao longo dessas últimas décadas no continente? Quem foram os guardiões dessas experiências nos períodos de perseguição, tortura e desapareições de pessoas de maneira clandestina, senão as próprias testemunhas dessas memórias sociais?

O terrorismo de Estado argentino deixou a sua marca na geração dos anos 70 e 80 ao barrar experiências inovadoras no campo da saúde mental tanto no âmbito da formação multiprofissional como na práxis que vinha sendo experimentadas em alguns hospitais públicos. Essa foi a situação dos trabalhadores de saúde mental engajados na

transformação das instituições de saúde pública ao serem considerados por agentes da ditadura de Estado como subversivos e perigosos, sofrendo represálias, perseguições, sequestros e desaparecimentos. Como aponta a historiadora Soledad Lastra, na Argentina “o campo da saúde mental foi um dos mais afetados da repressão estatal, deixando um doloroso saldo de exilados, torturados e pelo menos 397 trabalhadores e estudantes desaparecidos” (LASTRA, 2019, p. 500).

Embora não tenhamos um registro preciso do número de profissionais de saúde que foram afetados pela ditadura brasileira, após os testemunhos obtidos pelo Conselho Federal de Psicologia (2013), e o Relatório Final da CNV (2014), pudemos conhecer o contexto do desaparecimento de cinco psicólogas logo após o golpe de 1964⁴. De fato, uma geração de estudantes e profissionais do campo “psi” também experienciaram perseguições políticas, o exílio ou a clandestinidade em suas vidas na ditadura. Na esteira de Lastra, consideramos que existiu no cenário latino-americano “uma importante diáspora de psicólogos (as), psicanalistas, médicos, pedagogos” (LASTRA, 2020, 3:33 min.), dentre outros profissionais que, na experiência do exílio, intercambiaram projetos clínico-políticos que haviam sido interrompidos logo após o golpe de Estado ocorrido em seus países de origem.

Por sua vez, a psicóloga brasileira Vera Vital Brasil propõe demarcar certas configurações subjetivas distintas da geração dos anos 60 e 70 quando atravessadas pela Guerra Fria. De acordo com sua análise, “os modos de inserção no mundo tiveram como forte ponto de referência a valoração do público, do estatal, do político; a luta, o coletivo, a crítica às instituições, a revolução como meta” na orientação de suas ações políticas (VITAL BRASIL, 2009, p. 291). Em contrapartida, com o retorno das democracias latino-americanas, o fenômeno da globalização obscureceu a relevância dessas lutas revolucionárias, operacionalizando novas subjetividades em um imaginário social cada vez mais despolitizado e seduzido pelas promessas de um sucesso meritocrático, valorizando a iniciativa privada em detrimento das responsabilidades do Estado na gestão de políticas sociais e da memória pública. Deste modo, como anteparo ao processo de transição para a democracia, as políticas de conciliação ganharam terreno na justiça de transição em uma roupagem liberal para os países que sofreram as

⁴ Identificadas pela comissão da verdade do Conselho Federal de Psicologia como: Iara Iavelberg; Aurora Maria Nascimento Furtado, Marilena Villas Boas Pinto, Pauline Philipe Reichstul e Liliana Inés Goldemberg (Conselho Federal de Psicologia, 2013).

ditaduras no Cone Sul.

Portanto, para podermos aproximar a memória política (LIFSCHITZ, 2014) dos dispositivos de direitos humanos aos agenciamentos clínico-políticos como testemunhas das memórias subterrâneas de Estados totalitários (POLLAK, 1989) e, propondo como chave de discussão e reflexão as singularidades das experiências de reparação moral e simbólica dos países a serem estudados em seus resgates democráticos, precisamos compreender em que circunstâncias puderam ser gestadas as suas políticas reparatórias e sob qual perspectiva de justiça de transição.

Com a abertura promovida pelos governos progressistas do continente, iniciou-se um processo de integração de algumas equipes clínicas às políticas de Estado por intermédio do engajamento de ex presos políticos, familiares, de profissionais de saúde mental dentre outros agenciamentos sociais que compreenderam a necessidade de cobrar do país de origem uma efetiva justiça de transição, com a aplicação de políticas de reparação moral e simbólica que garantissem o resgate da memória, da verdade e da justiça.

Como resposta do Estado brasileiro, em 2012 a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça incluiu a política de reparação simbólica endereçada aos afetados diretos e indiretos da ditadura instaurada no Brasil, as *Clínicas do Testemunho*.⁵ Esse projeto reparatório foi oficializado com o lançamento da primeira Chamada Pública do *Projeto Piloto das Clínicas do Testemunho* (BRASIL, 2012) para a formalização de um convênio com a Comissão de Anistia (MJ) com os dispositivos clínicos que fossem contemplados pelo edital, com a duração de dois anos. A partir das demandas que surgiram durante este trabalho pioneiro de reparação simbólica entre 2013-2015, os atores envolvidos neste processo conseguiram formalizar a renovação do convênio por mais dois anos, de 2016 a 2017. No entanto, após o golpe parlamentar de 2016, iniciou o processo de desmonte da Comissão de Anistia, afetando drasticamente as políticas reparatórias que compunham, mesmo que tardiamente, novos rumos para a justiça de transição brasileira. A perspectiva até então era de que esse projeto piloto de cunho psicossocial se desdobrasse em uma política pública permanente, visto que a violência de Estado do passado ditatorial continuou influenciando seus agentes de segurança no período democrático. A política de reparação psicossocial surgiu como fruto da luta de

⁵ O projeto piloto das Clínicas do Testemunho foi o tema da nossa dissertação de mestrado *As Clínicas do Testemunho em interface com o trauma, a memória e a reparação simbólica*, defendida no programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO (CORSINI, 2018).

alguns militantes históricos da memória política brasileira, alguns remanescentes do Grupo Tortura Nunca Mais (GTMN-RJ), posteriormente conformados no Coletivo Clínico-Político do Rio de Janeiro, reivindicando a responsabilização do estado brasileiro através da reparação simbólica, de modo que fosse circunscrita como uma política de Estado que integrasse o cuidado psicossocial aos afetados pela violência tanto do passado quanto do presente.

Porém, o processo tardio da política transicional brasileira foi profundamente prejudicado desde o golpe parlamentar ocorrido em 2016 que resultou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Diante dos embates entre memória e esquecimento e das novas tendências dos projetos neoliberais afetando diretamente a política brasileira e os demais países latino-americanos, estamos novamente vivenciando situações de ameaças golpistas ao Estado Democrático de Direito, assim como o desmonte das políticas reparatórias. Levando em consideração que este processo de resgate da memória e da aplicação ou ausência de justiça nos países do Cone Sul tenha ocorrido de formas distintas, ocasionando efeitos sociais complexos de rupturas, descontinuidades e/ou resistências às violências de Estado, serão essas singularidades socioculturais que nos servirão de base para a compreensão do desenho das políticas de reparação dos países investigados. Assim como sobre os processos de subjetivação que engendraram as equipes de trabalho clínico-político, ao apostarem em transformações profundas no modo de se conceber a saúde mental e os direitos humanos e promover laço social pelo viés da memória.

Nossa motivação para estender a investigação das equipes clínicas no processo de reparação simbólica no Brasil e na Argentina foi a de problematizar aspectos da memória social inseridos no contexto de exceção do Cone Sul. Primeiramente, em relação aos desafios da transmissão dos efeitos traumáticos da violência de Estado desses países, levando-se em consideração as modulações de políticas de esquecimento do passado recente e do silenciamento social e invisibilidade dos afetados pela violência de Estado do presente. Em segundo lugar, na valoração do testemunho dos crimes de lesa-humanidade como conscientização histórica para a sua não-repetição e impunidade, tanto na dimensão subjetiva das vítimas quanto na esfera pública.

Dando ensejo a um novo ciclo de investigações clínicas e da memória dos afetados pela violência de Estado no Brasil e na Argentina, buscamos compreender como vem sendo agenciadas a criação e a transmissão epistemológica dessas

experiências latino-americanas no campo psi, especialmente de seus legados clínico-políticos que inspiraram a criação das políticas de reparação simbólica nos países estudados.

Em detrimento da impossibilidade de se avançar na reparação integral por parte do Estado brasileiro enquanto não se efetiva a justiça para os crimes de lesa-humanidade, assim como a recente suspensão das políticas de reparação simbólica, perguntamo-nos sobre as possibilidades clínico-políticas que vêm sendo pensadas pelos profissionais que constituíram as equipes técnicas do projeto *Clínicas do Testemunho* e dos desafios de sua integração na agenda política da saúde mental brasileira. Quanto aos impasses apresentados pela atual situação do Brasil relacionados a tentativa de um revisionismo histórico que contradiz as recomendações finais da Comissão Nacional da Verdade (2014), priorizamos a investigação das experiências clínico-políticas das equipes conveniadas ao segundo edital das Clínicas do Testemunho, justamente por terem trabalhado no fogo cruzado da contradição reparação/negacionismo estatal.

Delineamos como objetivo central o aprofundamento dos agenciamentos da memória política que impulsionaram a luta dos sobreviventes e familiares de desaparecidos pelo terrorismo de Estado no Brasil e na Argentina, especialmente, na criação de dispositivos clínico-políticos como forma de enfrentamento aos danos causados pela violência de Estado em temporalidades sócio históricas distintas – no período das ditaduras do Cone Sul e no período democrático posterior, com o intuito de promover interlocução entre a luta pelos direitos humanos por memória, verdade, justiça e reparação simbólica desses países. E como objetivos específicos, intencionamos: a) realizar estudos acerca dos dispositivos clínico-políticos que foram disponibilizados aos afetados pelo terrorismo de Estado no Brasil e na Argentina; b) identificar as criações teórico-epistemológicas do Campo Psi desde algumas experiências clandestinas; c) analisar o desenho das políticas de reparação simbólica implementadas no Brasil e na Argentina no período democrático. Ao aprofundarmos as propostas desses países, a receptividade social, descontinuidades e/ou riscos de rupturas democráticas na conjuntura presente, buscamos compreender a conectividade da reparação simbólica enquanto política de memória com as políticas de saúde mental e de direitos humanos.

Sob o marco da história recente das ditaduras latino-americanas, esta investigação comparativa/qualitativa contemplou as memórias dos processos clínico-políticos que ensejaram a criação de políticas de reparação simbólica no Brasil e a

Argentina – em um campo epistemológico transdisciplinar – conjugando os procedimentos do levantamento bibliográfico, histórico-documental e entrevistas. Ao instrumentalizarmos a viabilidade da presente pesquisa epistemológica no campo das Ciências Humanas, estabelecemos como objeto de estudo os agenciamentos de memórias dos dispositivos clínico-políticos latino-americanos que tangenciaram os traumas do terrorismo de Estado do passado recente com os danos sociais transgeracionais que reverberam no presente. Nesse percurso, a tríade “trauma político, saúde mental e direitos humanos” favoreceu a narrativa humanitária através da composição de “diferentes interpretações e ações dos trabalhadores de saúde mental, impactando não somente o olhar sobre o passado como também no posicionamento sobre o presente” (LASTRA, 2020, 15:17 min.).

Na conjuntura brasileira, consideramos que a memória política dessas experiências transgeracionais de violência estatal continuaram subterrâneas ao modus operandi do campo psi nas políticas públicas de saúde mental, tendo sido mantida pelo protagonismo de alguns profissionais psi integrantes de coletivos de direitos humanos. No entanto, os agenciamentos e intercâmbios de experiências clínico-políticas na América Latina vêm contribuindo com processos criativos na produção de epistemologias que resgatam a importância dessas memórias transgeracionais em sua práxis, conectando clínica e política nos processos de subjetivação e luta por reparação simbólica.

O que comparar entre Brasil e Argentina?

Na esteira das metodologias investigativas de cunho comparativo experimentadas no Cone Sul (JELIN, 2011; LASTRA, 2018), pretendemos analisar nesta tese as experiências que ensejaram criações clínico-políticas mediante *as marcas materiais e simbólicas* deixadas pelo terrorismo de Estado em cada sociedade afetada, especialmente na implicação de cada país em suas políticas reparatorias no período democrático, tendo como chave de leitura os agenciamentos da memória política que favoreceram a conexão da saúde mental com o campo dos direitos humanos.

Partimos da hipótese de que as políticas de esquecimento foram exitosas na situação brasileira: sob o efeito dominó da impunidade dos crimes da ditadura, com a privatização dos danos sofridos pelos familiares afetados e do desmentido social em relação aos desaparecimentos políticos, corrompeu-se os laços sociais e a transmissão

dessas memórias, reverberando em processos de alienação política nas gerações posteriores. Como o Brasil não conseguiu avançar na integralidade de suas políticas de reparação formuladas desde a criação Comissão de Anistia em 2002, com a barreira imposta pela lei de anistia de 1979, a impunidade e o apagamento da verdade histórica continuaram prevalecendo. Devido a recusa política de integração da luta dos familiares e sobreviventes da ditadura tanto na categoria jurídica de vítimas dos crimes de lesa-humanidade como de legítimos testemunhos históricos da repressão brasileira, nossa sociedade não incorporou a importância das lutas por memória, verdade, justiça e reparação para a consolidação de sua democracia.

Contudo, a configuração geopolítica dos últimos anos na América Latina nos deixa em alerta, ao presenciarmos muitos impasses e crises políticas para a consolidação de uma democracia plena e integral, mesmo em países mais avançados em termos de políticas de memória. Como aponta Huysen (2014), nem sempre as políticas de memória e as políticas de direitos humanos são articuladas entre si. A complexidade que envolve tais questões nos exige uma compreensão meticulosa acerca das “diferenças epistemológicas e práticas que determinam o alcance afetivo de ambos, suas operações e seus efeitos a longo prazo” (p. 199). Nesse sentido, o processo de reparação psicossocial e simbólica na experiência Argentina, mesmo que longeva e por vezes disruptiva até a consolidação de suas políticas de memória poderá nos servir de contraponto investigativo.

O caminho metodológico-documental de nosso trabalho se orienta pela perspectiva historiográfica e multicultural das publicações e de outras formas de transmissão das experiências que favoreceram a instrumentalização do trabalho epistemológico das equipes clínicas e dos projetos políticos de reparação psíquica. Mediante as especificidades sócio históricas e culturais dos efeitos nefastos da violência de Estado no Brasil e na Argentina, priorizamos narrativas e memórias coletivas como contraponto ao apagamento dos registros históricos, ou seja, através dos testemunhos ativos. Narrativas que, nas palavras de Ivenicki e Canen (2016) “revelam vozes plurais e identidades individuais e coletivas, não hegemônicas e, portanto, longe de terem sido incorporadas às visões oficiais da história”.

Assim, no capítulo 1, aprofundamos as epistemologias que contribuíram ao entendimento de uma emergência clínica no campo da saúde mental em sintonia com as demandas dos dispositivos de direitos humanos latino-americanos na esfera pública,

após um somatório de experiências contemporâneas hediondas das catástrofes de guerras, dos efeitos do fascismo e do Holocausto e do terrorismo de Estado instituídos no Cone Sul.

Em seguida, no capítulo 2, apresentamos o campo da pesquisa em memória social que dimensiona o mal-estar contemporâneo causado pelas experiências de catástrofes e guerras no Cone Sul, especialmente o terrorismo de Estado instaurado no Brasil e na Argentina. Primeiramente, contextualizando os agenciamentos das memórias que transformaram paradigmas na luta pelos direitos humanos na América Latina, como foi o caso das *Madres da Plaza de Mayo* ao empreenderem estratégias pacíficas de resistência aos desaparecimentos políticos de seus familiares. Em seguida, delineamos certas características dos mecanismos dos aparelhos de repressão desenvolvidos pelas Forças Armadas desses países, de maneira a compor o cenário clandestino das ditaduras instauradas e elucidar a natureza de sua face terrorista, com consequências traumáticas para as sociedades vitimadas.

No capítulo 3, apresentamos as políticas de reparação simbólica implementadas na Argentina com o acompanhamento psicossocial oferecido aos demandantes dos juízos penais (testemunhos da justiça), e no Brasil com o projeto Clínicas do Testemunho e testemunhos da verdade, ambos como desdobramentos de processos distintos na transição para a democracia. Após uma breve descrição dessas políticas reparatórias, aprofundamos o tema com estudos clínicos, epistemologias e testemunhos registrados por alguns profissionais que integraram as equipes clínico-políticas desses países, seus processos de criação, suas singularidades, êxitos e/ou rupturas de laços sociais.

No capítulo 4, realizamos uma análise comparativa sobre o desenho institucional das políticas de reparação simbólica dos países investigados, reunindo testemunhos clínico-políticos que foram publicizados ao longo do processo reparatório na Argentina e Brasil, somados às entrevistas realizadas especialmente para esta pesquisa, de modo a alinhar relações entre o campo psi com a luta latino-americana de direitos humanos no período da repressão política; as conexões entre as políticas de saúde mental com as políticas de direitos humanos na democracia e a recepção política e social no processo de reparação simbólica.

CAPÍTULO 1 LEGADOS CLÍNICO-POLÍTICOS

La institución está constituida por una articulación entre grupos nómades y grupos territoriales. Dentro de ella, los grupos territorio tienen un objetivo, trazan un camino. En cuanto a los grupos nómades, pasean, descubren posibilidades, realizan encuentros.

Oswaldo Saidón, Clínica y sociedad

Com o intuito de elucidar algumas questões subjetivas que não se esgotam por tentativas de simplificação de um passado ditatorial traumático, intencionamos transversalizar a clínica com saberes afins. A proposta reflexiva entre clínica, política e agenciamentos da memória do passado e do presente tangenciam diversas realidades sociais, visto que o *modus operandi* da violência de Estado contemporâneo afeta sobremaneira nas subjetividades da população oprimida.

A seguir apresentamos alguns recortes de memórias do campo psi dos países estudados (Brasil e Argentina), entrecruzados com os seus legados clínico-políticos que foram constituídos no decorrer de suas histórias recentes. Também delineamos algumas digressões temporais com a intenção de abarcar suas influências epistemológicas no campo psi, sobretudo da psicanálise, desde o período entre guerras, assim como algumas memórias que se tornaram clandestinas à história oficial da Associação Internacional de Psicanálise – IPA, após o advento do nazifascismo alemão e das ditaduras na América Latina.

1.1 PSICANÁLISE E INSTITUIÇÕES

A relação entre a psicanálise e o marxismo em instituições públicas e organizações políticas tornou-se um dos legados importantes nos movimentos insurgentes da Argentina, embora não tenham sido experimentados por caminhos unívocos, posto que o processo sociopolítico do país sempre foi atravessado por conflitos e disputas de poder, inclusive com consequências marcantes para os diversos agrupamentos sociais que percorriam itinerários contra hegemônicos ao poder dominante. Isto aconteceu com os movimentos sindicais da classe operária, dos trabalhadores da saúde mental, na academia, nos partidos políticos com diversas leituras marxistas, na cultura buscando um viés nacionalista, dentre diferenciadas matizes progressistas que originaram o movimento peronista. A multiplicidade das demandas de

movimentos sociais foram acontecendo e se organizando como resistência permanente aos golpes de Estado ocorridos no país, concomitantes a uma construção coletiva por uma identidade nacional.

No entanto, pontuamos uma questão sociopolítica relevante a considerar, embora não tenhamos condições de aprofundá-la nesta pesquisa. Referimo-nos ao advento do peronismo como movimento de massas desde a chegada de Perón ao poder da república, em 1946, como um marco histórico na consagração de uma frente nacional popular que acirra ainda mais o movimento pendular das disputas políticas, de resistência e massacres do povo argentino. Um posterior golpe militar-oligárquico autointitulado de *Revolução Libertadora* ocorreria em 1955 para derrubar Perón e o peronismo. Embora Perón tenha sido forçado ao exílio, o peronismo foi incorporado de forma multifacetada na política argentina, nos movimentos sociais e sindicais, nos partidos políticos de esquerda, de centro, de direita e em seus extremos, ou seja, na cultura polissêmica do país, deixando uma marca profunda nos referenciais políticos do povo argentino, além de aumentar consideravelmente a presença popular nas ruas das grandes metrópoles. Como relatam Ginzberg e Dandán (s.d.): “Em junho de 1955, um esquadrão aeronaval atacou a Casa Rosada e atirou bombas sobre a Plaza de Mayo. Houve mais de trezentos mortos e dois mil feridos” (p. 17). Importante lembrarmos o fato de que neste período, já se somavam quatro décadas da polarização entre EUA e URSS (Guerra Fria). Em meio a alternância de golpes militares e de governos civis “débeis” na Argentina, em 1966 o general Juan Carlos Onganía tomou o poder afirmando que em seu governo “não haveria prazos” (ibidem, p. 15). Conforme a narrativa investigativa contida no relatório *Nunca Más*, a apreensão do contexto político e cultural dos anos 60 e 70 são essenciais para a compreensão do recrudescimento dos golpes que se seguiram.

Dentre outros fatos, a Revolução cubana encabeçada por Fidel Castro e Ernesto Che Guevara em 1959 foi a motivação para os jovens de toda a Latino América que buscavam projetos de “libertação nacional”. Na Argentina, grande parte de uma geração se voltou a militar em distintos agrupamentos que, desde o peronismo à esquerda, questionavam o poder e combatiam a ordem política e econômica estabelecida (GINZBERG; DANDÁN, s.d., p. 16).

As oligarquias argentinas rurais e industriais, descompromissadas com a construção de uma soberania nacional, seguiram subservientes ao capital estrangeiro, primeiramente com o mercado europeu e, com a Guerra Fria, com o mercado estadunidense. Mediante este cenário, nos perguntamos de que maneira as duas principais correntes do pensamento crítico à modernidade – o marxismo e a psicanálise

- influenciaram a realidade de um país do sul global marcado historicamente pela colonização espanhola.

O estabelecimento da Associação Psicanalítica Argentina (APA) esteve intrinsecamente relacionado ao processo migratório das guerras na Europa, com a ascensão do fascismo e a guerra civil espanhola. Na condição de primeira Associação Latino-americana de Psicanálise, a prerrogativa ao ingresso dos candidatos à formação psicanalítica na APA seria o pertencimento a uma corporação médica. Ao contrário do que se praticava nas clínicas públicas orientadas por Freud em Viena e Berlim entre os anos 20 e 30 (DANTO, 2019), no peronismo argentino era considerado ilegal o exercício da terapia psicológica ou da psicanálise que não fossem praticados exclusivamente pelos médicos.

Por sua vez, os brasileiros tiveram um papel fundamental na ascensão da APA enquanto instituição pioneira de formação psicanalítica na América Latina, legitimada pela hegemônica IPA. Com a II Guerra Mundial ainda em curso, foi organizado no Rio de Janeiro um Congresso Internacional de Medicina Psicossomática, favorecendo o intercâmbio dos psicanalistas argentinos com os brasileiros e ensejando a formação analítica de alguns destes médicos brasileiros na APA.

Conforme o testemunho de uma de suas fundadoras, Marie Langer:

Nós seis (Garma, Cárcamo, Ferrari Hardoy, Pichon Rivière, Arminda Rascovsky e eu) fundamos a Associação Psicanalítica Argentina). “Fomos reconhecidos provisoriamente como grupo analítico por Ernest Jones, à espera da ratificação que seria dada pelo primeiro congresso internacional que se realizaria quando a guerra em curso terminasse. [...] Quando comecei minhas atividades na APA [...] não abandonei a prática política. Nessa época achava-me na Junta da Vitória, uma organização que abrangia os “governos” no exílio e que se dedicava a todo tipo de colaborações com os aliados – estávamos em meados da segunda guerra mundial. [...] Não obstante, minha experiência negativa na Vereinigung e o que aprendera na clandestinidade me levaram a decidir que jamais mencionaria essa pertença diante dos membros da APA, de modo que nunca falei (LANGER, 1987, p. 80-81, grifos da autora).

Marie Langer chegou na Argentina com sua família na condição de exilada da perseguição do nazifascismo alemão. Em sua juventude, foi testemunha dos efeitos da I Guerra junto ao declínio de sua família que, há gerações, fazia parte da aristocracia austro-húngara. Ao longo de sua formação em medicina, experienciou o período áureo da social democracia vienense até o seu declínio, sob o comando golpista do movimento austro-fascista-clerical. A inserção da médica austríaca na clínica Wiener Vereinigung havia ocorrido em 1932, logo após sua breve estadia na Alemanha. Ao assistir um

comício de Hitler representando o partido nacional-socialista alemão, Langer ficou pasma com o que escutou. Em seu retorno à Viena, decidiu-se pela resistência filiando-se ao partido comunista, concomitante ao início de sua análise na clínica psicanalítica Wiener Vereinigung.

Passaram-se quatro décadas desses episódios quando, em sua apresentação no XXVI Congresso de Viena, em 1971, Langer rememorou esses tempos:

Em 1932, estudei um semestre na Alemanha. Assisti a um gigantesco comício dos nacional-nacionalistas. Escutei o *Führer*. De regresso à Viena comecei a militar na esquerda. Pareceu-me absurdo entregar-se sem lutar. Meses depois, comecei minha análise. Já não lia mais Freud porque era contraindicado no princípio de um tratamento. Reforçava as resistências. Por isto, não me inteirei da crítica veemente e já “equivalente a uma declaração de guerra aos soviéticos” que Freud fez em *The question of a Weltanschauung* (1932). Lendo-a agora, a gente se pergunta se não se tratava de um deslocamento, e se não se atacava tão duramente o comunismo porque a prudência e *whishfull thinking*⁶ impediam de declarar guerra ao fascismo, o verdadeiro adversário (LANGER, 1973, p. 253, grifos da autora).

Marie Langer tocou no cerne das questões traumáticas que envolveram as duas primeiras gerações de analistas, em meio a um violento processo de censura fascista. Freud já estava idoso sofrendo as agruras de um câncer igualmente violento e com sua vida e a de seus familiares sob risco, na mesma condição vulnerável da maioria dos psicanalistas judeus. Mesmo nestas circunstâncias e com idade avançada, Freud continuava sendo o porta-voz de seus colaboradores e discípulos.

Embora não tenhamos como traduzir ou interpretar essas experiências de imensurável sofrimento, os testemunhos de quem as vivenciou neste momento histórico e se dispôs a registrar em biografias ou estudos teóricos nos fornecem algumas pistas. Nesse sentido, a história oficial dos primórdios do movimento psicanalítico contribuiu com o silenciamento de muitas experiências clínicas pioneiras no período entre guerras no âmbito da saúde mental, influenciando nos rumos da institucionalidade da psicanálise ao longo dos processos migratórios pelo mundo afora. Conforme compreendemos a complexidade destes processos traumáticos, em detrimento do acúmulo de experiências de testemunhos literários das catástrofes causadas pelo totalitarismo e pelas guerras, o silenciamento acaba interpelando a necessidade de sobrevivência em todos os níveis, tanto psíquica quanto materialmente. E os registros dessas dores e horrores se espalham pelo espaço e quase se apagam no tempo, embora alguns rastros de transmissão perdurem nas experiências migratórias e nos exílios necessários aos sobreviventes que,

⁶ Pensamento positivo.

mesmo atravessando oceanos, carregam traços de suas memórias clandestinas.

Foi esse o motivo real do exílio feito às pressas por Marie Langer – que, além de judia, era comunista – e sua família para a América Latina. Quanto aos seus dilemas pessoais e conflitos éticos acerca da impossibilidade de manter-se publicamente psicanalista e marxista, veremos adiante que só serão integrados com as insurgências da juventude após maio de 1968. A partir daí, reinterpretará retroativamente as suas próprias experiências de vida. Na condição de exilada na Argentina, Langer dedicou-se com maior afinco à institucionalidade da psicanálise, deixando as suas atividades políticas a margem de sua prática clínica. Apesar de ser membro fundador da APA, a validação de seu diploma de medicina só foi concedida após o término da segunda guerra, quando pôde adquirir em definitivo o status de cidadã argentina. Este longo processo de espera coincidiu com a chegada de Perón ao poder em 1946 até o seu declínio em 1955, ano do golpe militar que derrubou o peronismo.

Conforme a descrição acerca das experiências que pôde presenciar na Argentina, tanto na intimidade de sua práxis psicanalítica, em ambiente privado, quanto como expectadora dos movimentos políticos de massa durante o período peronista, Marie Langer pôde registrar o ambiente de soberba no sistema de pensamento das elites oligárquicas do país. Também foi testemunha de sua própria experiência clandestina no ambiente institucional que ajudou a criar na APA, omitindo ou silenciando o seu legado marxista como consequência de seu exílio que, conforme suas próprias palavras, retratava a sua condição de *ciudadã de segunda categoria* no país.

Ao relembrar as suas relações com os parceiros da APA:

Nem sempre guardei silêncio e tivemos muitas lutas nas quais sempre aparecia o fantasma da clandestinidade de meu consultório. Nacionalizei-me argentina depois da guerra e, ainda que por causas políticas a nacionalidade possa ser retirada de um estrangeiro, já me sentia cidadã argentina. Quando, em 1959, puder revalidar meu título em Mendonza, adquiri minha legalidade plena para a possibilidade de ser presidenta da Associação, o que por direito me corresponderia desde muito tempo, porque os fundadores nos revezávamos na presidência e só depois deixaríamos a oportunidade aos mais jovens (LANGER, 1987, p. 84).

Como veremos adiante, a hierarquia instituída pela APA será questionada pelos movimentos insurgentes da geração dos anos 60 e 70 que, em sintonia com vários segmentos sociais a nível mundial, irão reverberar no campo psi na Argentina.

1.1.1 Insurgências clínicas

No final dos anos 1960, uma diversidade de movimentos estudantis se insurgiu ao redor do mundo, sendo o ano de 1968 o estopim de manifestações espontâneas em protestos de rua, tanto na Europa como na América Latina. Na Europa, explodia o movimento de maio de 68 com algumas características marcantes, a saber:

O Velho Continente tenta retomar o caminho da justiça social através das bandeiras antiautoritárias que as juventudes populares se arvoram. Agora, a luta que travam os explorados contra os exploradores toma aqui a forma de luta geracional, quer dizer, a rebelião dos jovens contra a tirania paternalista dos velhos e de seus valores tradicionais (ordem, propriedade privada, etc.) Simultaneamente, ascendem-se na América Latina as labaredas do fogo que se foi alimentando através de todos os governos civis e militares, que vêm exercendo a repressão sistemática contra seus povos (KESSELMAN, 1972, p. 246, grifos do autor).

Enquanto que no Brasil acontecia o recrudescimento do regime ditatorial com o AI-5 (1968) em resposta a um ato de repúdio em massa conduzido pela juventude brasileira pelo assassinato do secundarista Edson Luís (passeata dos 100 mil), na Argentina crescia a resistência dos movimentos sindicalistas de esquerda em Córdoba, Rosário e Buenos Aires, ficando conhecidos como o *Cordobazo* (1969). Estes protestos também exigiam a responsabilização do Estado pelos quinze anos de repressão militar anteriores sem os devidos julgamentos legais nos tribunais argentinos.

Foram sob estas circunstâncias que uma diversidade de movimentos no campo psi se insurgiram na Europa e América Latina. Composto por uma juventude em processo de formação analítica, por profissionais da saúde mental e psicanalistas de esquerda, alguns declaradamente marxistas, uma série de críticas foram direcionadas ao sistema hierárquico das Instituições psiquiátricas e de docência, assim como nas formações psicanalíticas centralizadas pela IPA.

Destacamos como exemplo, a agremiação do grupo Plataforma Internacional em 1969, na ocasião do XXVI Congresso Internacional organizado em Roma, com um título pertinente à conjuntura social e política da época: *Protesto e Revolução*. Um grupo liderado por jovens psicanalistas europeus, automeados de *Plataforma Internacional*, fizeram um movimento paralelo de “contracongresso” num bar próximo ao evento, no intuito de debater o que foi ignorado no organograma temático proposto pelo Congresso. Desta forma, chegaram a um consenso de quatro pontos fundamentais que a psicanálise poderia aprofundar tanto em relação as demandas internas ao seu funcionamento (esfera institucional) como na implicação às novas demandas sociais que

surgiam em perspectiva revolucionária, buscando-se a superação da ortodoxia das formações psicanalíticas.

Segundo Kesselman (1973), foram eles: 1) Formação do psicanalista - crítica nas modalidades de seleção dos candidatos; 2) Significado, estrutura e função das sociedades psicanalíticas – escassez no desenvolvimento científico-social; 3) O papel social dos psicanalistas e a imagem social da Psicanálise, além de seus processos regressivos estimulados pela conformação hierárquica e piramidal (dominação /submissão) e; 4) Relações entre Psicanálise e Instituições e seu papel na sociedade contemporânea. O debate acerca desses temas gerou frutos com a criação de uma comissão internacional com grupos de trabalho que foram organizadas de maneira horizontal, como uma espécie de “internacional científica não institucionalizada” com mobilidade e sem hierarquias. Conforme lemos nas memórias de Kesselman (1973):

O grupo sul-americano, especialmente o argentino, foi destacado como um dos mais produtivos entre os que compõem *Plataforma*. Os sul americanos começamos a ser reconhecidos na Europa, não pela carne de boi, nem pelo futebol, mas por esta profunda vocação anti-imperialista e anticapitalista que caracteriza o modo de luta de nossos povos do Terceiro Mundo. Isto assombrou os europeus, acostumados às teorias revolucionárias ortodoxas dos manuais revolucionários como único caminho (p. 248, grifos do autor).

Em uma coletânea histórica organizada por Marie Langer, alguns interrogantes foram apresentados sobre o *movimento psicanalítico*, o *marxismo* e as *instituições*, com artigos de psicanalistas latino-americanos que questionavam a ortodoxia da práxis clínica e do isolamento social como regra profissional. Na introdução desta coletânea, Langer introduziu reflexões e aproximações sobre o envolvimento político-ideológico de alguns psicanalistas em situações de convulsão social desde o fascismo europeu no final dos anos 1920, aos movimentos insurgentes no final dos anos 1960:

Nosso processo portenho começa a tomar forma concreta a partir do *Cordobazo*. O dos colegas uruguaios inicia-se com a morte do estudante Liber Arce. Lendo Wilhelm Reich⁷ descobri a semelhança dos fatos que levam os analistas a se assumirem politicamente: no dia 16 de julho de 1927 há uma greve em Viena. Realiza-se uma grande manifestação. Não se sabe bem como ocorreu, mas de repente a polícia começou a atirar sobre o pessoal desarmado. Reich estava no meio. Posteriormente definirá sua experiência como “uma aula prática de Sociologia”. A partir desta experiência tomou a decisão de instrumentar seu saber psicanalítico em favor da luta de libertação. “Se me dediquei ao movimento de higiene mental, não foi precisamente para curar algumas pessoas ou melhorar sua saúde: comecei depois de 27 de julho de 1927, quando foram mortas 100 pessoas na rua e feridas umas mil” (LANGER, 1973, p. 9, grifos da autora).

⁷ Ramón García: “Contribución al estudio de Wilhelm Reich” em *Psicoanálisis y Sociedad*, 1, *Cuadernos Anagrama*, Barcelona, 1971.

Em sua análise interpretativa acerca dos fatos históricos ocorridos no passado, Marie Langer rememorou alguns movimentos psicanalíticos que tentavam reivindicar a psicanálise para o marxismo. A autora também ressaltou que só teve acesso às informações acerca do trabalho engajado de Wilhelm Reich, tanto em Viena quanto em Berlim, quando preparava a escrita de sua apresentação para o XXVII Congresso Internacional de Viena, em 1971:

Reich não é o único analista que assumiu uma posição ideológica definida de esquerda. Mas é o mais absoluto e concreto. Integra-se, pelo menos, durante algum tempo, na luta operária contra o fascismo que se aproxima. Outros – entre eles Fenichel, Sternberg e Bernfeld – limitam-se ao trabalho teórico. [...] Eles não entravam nas sociedades analíticas da época (ou elas não os deixavam entrar?) e suas publicações foram destruídas quando o fascismo subiu ao poder. Seus autores, fora de perigo, mas desarraigados e dispersos em países distantes, já não mais tiveram a força suficiente para retomar a discussão (LANGER, 1973, p. 10, grifos da autora).

No cenário de uma convulsão social na Argentina de 1969, um grupo de onze psicanalistas fundaram uma filial do movimento ideológico Plataforma Internacional. A maioria dos integrantes da agremiação Plataforma Argentina eram de jovens candidatos da APA oriundos da classe hierárquica mais baixa da instituição psicanalítica. No ano seguinte, o grupo Plataforma Argentina reivindicava uma revisão teórica que possibilitasse uma produção científica em sintonia com as demandas sociais do país. Para tanto, estenderam os seus “contatos com agrupamentos afins extra-institucionais”, como foi o caso da assessoria na política sindical desenvolvida pela Federação Argentina de Psiquiatras – FAP, a nível local e nacional sob novos parâmetros:

Na capital regional da FAP convergia para isto um processo de mobilização dos profissionais, do qual a situação da APA fez-se complementar. A velha antinomia psiquiatria/psicanálise havia sido superada de fato ao eleger-se uma nova comissão diretora e que também significou a superação de uma etapa limitada aos problemas profissionais. Esta comissão abriu um espaço de discussão ideológica, onde se fez cada vez mais consciente na camada profissional a verdadeira antinomia: psiquiatria oficial/ psiquiatria a serviço das necessidades das classes exploradas (BRASLAVSKY; BERTOLDO, 1977, p. 34).

Porém, uma nova onda de violência estatal assolou o país, reprimindo as manifestações estudantis e sindicais com disparos de tiros da polícia direcionados às aglomerações nas ruas de algumas cidades argentinas, havendo nos bastidores das ações repressivas assassinatos, sequestros e práticas de tortura nas prisões. A comissão diretora da APA fez uma nota de repúdio contra os assassinatos dos estudantes, sem com isto aderir aos movimentos de resistência à repressão. Ademais, tal iniciativa formal não

foi o suficiente para uma nova geração mais crítica ao clima apolítico da Instituição⁸.

No final do ano de 1971, as divergências em relação a política institucional adotada pela APA desencadearam uma crise profunda entre seus membros com a renúncia dos grupos Plataforma e Documento. “*Cuestionamos*, a compilação realizada por Marie Langer” foi editada logo em seguida do desligamento dos referidos grupos, no mês de novembro (VEZZETTI, 1971, p. 64). Plataforma Argentino foi o grupo pioneiro oriundo da extensão em rede criada pelo núcleo dissidente da IPA, Plataforma Internacional.

Dentre alguns pontos apresentados oficialmente pelo Plataforma Argentino destacam-se:

Para explicar os motivos e os propósitos que nos animam, nos dirigimos aos trabalhadores da saúde mental, incluindo entre eles nossos colegas.

[...] Consideramos que a Obra de Freud, a psicanálise, provocou uma revolução nas Ciências Sociais, com sua contribuição específica de conhecimentos científicos, e que esse surgimento foi e é determinado, apesar de sua relativa autonomia, pelo contexto sócio/ econômico/ político no qual se pratica. Entendemos que [...] a psicanálise foi distorcida e retardada, necessitando para retomar sua linha de inovação e desenvolvimento, da imprescindível contribuição de outras ciências bem como de uma diferente e explícita inscrição social, inevitável neste momento histórico.

[...] A razão de nosso afastamento passa por dissidência com a organização societária psicanalítica em todos os níveis: teórico, técnico, didático, investigativo, econômico; porém, aqui queremos enfatizar um decisivo, o ideológico.

[...] Sustentamos que essa separação, produto de um longo e difícil processo, é indispensável e que não pode ser silenciada e resignada, posto que nos declaramos abertamente partidários de uma inscrição qualitativa e quantitativamente distinta dentro do processo social, econômico e político nacional e latino-americano (LANGER, 1987, p. 125-126).

Logo em seguida surgiu a dissidência do grupo Documento, liderado por Fernando Ulloa, diretor do Centro Racker que servia de “extensão e assistência externa da instituição” de formação psicanalítica. Enquanto que o grupo Plataforma decidiu pela dissidência como solução definitiva, rechaçando o “reformismo”, o grupo Documento pretendia, a princípio, propor mudanças institucionais que seriam bloqueadas pela direção da APA (VEZZETTI, 1971, p. 65). As argumentações do grupo Documento eram:

⁸ “Na verdade, o ideal de um movimento apolítico tinha uma ampla tradição na corporação freudiana e era manifesto na Alemanha desde o período de ascensão do nazismo. A Sociedade Psicanalítica Alemã tratara de evitar seu fechamento mediante uma série de concessões às autoridades: em 1933, negociou a expulsão de Wilhelm Reich, um comunista perseguido pelo regime; em 1936, aceitou ingressar no Instituto Alemão para a Investigação Psicológica e a Psicoterapia (conhecido como o Instituto Göring, porque seu diretor era Mathias Heinrich Göring, primo de Hermann Göring) e para isso impôs a renúncia “voluntária” dos membros judeus. Ernest Jones, não judeu, de Londres, estava a cargo dessa negociação” (VEZZETTI, 1971, p. 62).

Nossa dissidência com a APA é de base e nos compromete num exame que abrange a todos nós e nos obriga a reposicionar qual é o nosso papel como profissionais de um campo específico – a psicanálise – no processo de transformação de nossa sociedade. Nossa renúncia faz parte de um projeto global que pretendemos outorgar coerência a cada uma de nossas ações.

[...] A APA chegou a constituir uma empresa que luta pela posse monopolista da psicanálise. Assegura a seus membros, mediante a pertença e o status, que alcancem dentro dela a participação no sistema de privilégio que implica monopólio. Esta intenção monopolista da APA, com respeito ao resto dos profissionais de saúde mental e para a qual contribuem todos os membros da entidade, reflete-se em sua estrutura interna, na qual um reduzido número de pessoas detém, formalmente e de fato, a totalidade do poder político.

[...] Por outro lado, a orientação dominante da APA consiste em desarticular a psicanálise do resto das disciplinas científicas. Converte-se assim, numa espécie de superciência que se basta a si mesma e que pretende explicar as demais, caindo desta maneira numa verdadeira deformação epistemológica, sob o pretexto de preservar uma suposta pureza da psicanálise. [...] O valor social da psicanálise não é dado pelos poucos indivíduos que se pode assistir, mas pelo fato de oferecer um corpo teórico cuja elaboração permitiria criar instrumentos terapêuticos para grupos cada vez mais amplos da população. Além disso, do ponto de vista da saúde mental, os psicanalistas devem assumir sua limitação atual para dar solução ao problema de grandes massas populacionais (LANGER, 1987, p. 131-133).

Destacamos algumas convergências entre as declarações dos grupos Plataforma e Documento, a saber: o questionamento em relação aos desvios da obra freudiana, a necessidade de ampliação da psicanálise ao campo da saúde mental pública, a abertura a outros campos de conhecimento com maior implicação na produção social-científica, além da transformação das experiências clínicas hospitalares com projetos mais horizontais e comunitários, projetando a sua atuação “para além da instituição e no propósito de uma verdadeira refundação da psicanálise na via de uma revolução socialista” (VEZZETTI, 1971, p. 67).

1.1.2 Movimento dos trabalhadores da saúde mental

Hugo Vezzetti nos fornece uma leitura genealógica da inserção crescente da psicanálise na cultura argentina, abarcando o universo acadêmico e o campo da saúde mental. Com a ruptura dos grupos Plataforma e Documento com a APA, as experiências da psicanálise nas instituições se desdobraram em processos tanto reformistas como em formações horizontais mais críticas e emancipatórias, abrindo-se para outras categorias profissionais como os psicólogos⁹ e os assistentes sociais. Ademais, “o freudismo teve,

⁹ “Em 1971 se organizou a Confederação de Psicólogos da República Argentina. Em 13 de outubro de 1974, em um encontro levado a cabo em Córdoba, se havia instaurado o “Dia do Psicólogo” como símbolo das lutas que haviam realizado pelo reconhecimento profissional. A implementação da ditadura, implicou a desarticulação absoluta de todas estas experiências, ademais da desaparecimento física e exílio de vários dos responsáveis por este trabalho de amplo impacto a nível teórico e comunitário,

em seu desempenho global, duas vias de implantação: médica, de um lado; intelectual e literária, de outro, e mostrou capacidade de apelo a dois públicos” (VEZZETTI, 1971, p. 68). A crise de 1971 serviu de estopim para o questionamento da hegemonia médica e, “direta ou indiretamente, as ideias de Pichon Rivière e de Bleger inspiraram os projetos de reforma e modernização de um campo “psi” que interconectava psiquiatria, psicologia e psicanálise” (ibidem, p. 68)¹⁰.

José Bleger, veterano psicanalista, foi uma das principais referências acadêmicas para a geração mais jovem que buscava renovar “o universo doutrinário do comunismo e sobre a disciplina freudiana”¹¹, em especial, de dois jovens psiquiatras e co-fundadores da Plataforma Argentina, Armando Bauleo e Hérman Kesselman. No entanto, Bleger “não apontava para uma integração *freudo-marxista*, mas para um tipo de fermento recíproco que respeitasse a autonomia dos domínios, o sujeito psíquico e a formação econômico-social” (VEZZETTI, 1971, p. 69, grifos do autor).

Contudo, após a ruptura com a APA, os integrantes dos grupos dissidentes fizeram leituras diferenciadas acerca da relação entre marxismo e psicanálise. A terminologia “freudo-marxismo” acabou incorrendo em distorções e equívocos sobre os autores que planteavam reflexões com essas duas correntes distintas de pensamento. No sentido literal do termo, nunca houve um *freudo-marxismo*, visto que as diferenciadas interpretações jamais propuseram a impossível fusão de Freud e Marx. No texto que “se converteu no paradigma da ruptura”, Marie Langer defendia que “a psicanálise mesma devia reconverter-se em ferramenta da transformação revolucionária da sociedade” (VEZZETTI, 1971, p. 69). De acordo com a leitura de Vezzetti:

Quando Langer buscava as marcas revolucionárias da psicanálise, as referências saíam não do marco freudiano, mas do marxista, ou bem de Althusser, ou do freudismo reichiano, ainda que confessado ter lido Reich recentemente, no momento da ruptura. Sabe-se que não houve no núcleo

como parte deste disciplinamento social” (MINISTÉRIO DA JUSTICIA Y DERECHOS HUMANOS, 2006, p. 35).

¹⁰ “Bleger ocupava, na década de 1960, a posição de intelectual-farol de uma psicanálise crítica, aberta às tradições intelectuais de esquerda, que buscava um horizonte social para o desenvolvimento da disciplina freudiana. Era um psicanalista da segunda geração, formado com Pichon Rivière; e era também, desde muito jovem, membro do PC, tendo implantado, sem muito êxito na instituição oficial, o debate sobre o encontro da psicanálise com o marxismo. Havia publicado *Psiconálises y dialéctica materialista*, em 1958, [...] que se inspirava na obra de juventude de Georges Politzer e em autores franceses que já haviam explorado essa aproximação” (VEZZETTI, 1972, p.69). Após esta publicação, Bleger sofreu o rechaço dos dirigentes do PC, motivo de seu afastamento até 1962. Quanto à APA, não obteve nenhuma repercussão nem consideração.

¹¹ “Vários dos renunciantes haviam acompanhado Bleger na carreira de Psicologia, entre 1960 e 1966. Ali, na Universidade de Buenos Aires, desenvolvera-se o maior experimento de “desinstitucionalização” da psicanálise e Bleger tinha sido seu promotor mais destacado” (VEZZETTI, 1972, p.72).

contestatório quem pudesse exibir um compromisso mais ou menos permanente com a obra de Wilhelm Reich e, assim, ninguém que tivesse sequer proposto algo semelhante ao movimento do *sexpol*. Reich não esteve presente na psicanálise renovada dos anos 1960 e, se aparece na menção de Marie Langer de modo efêmero, parece ser mais por efeito do que como fonte da ruptura (VEZZETTI, 1971, p. 70).

O universo acadêmico foi um espaço fundamental tanto para as transformações discursivas em sintonia com as demandas da classe trabalhadora e do movimento estudantil da juventude argentina, como na renovação de propostas no conteúdo e direcionamentos de suas cátedras. Como ponto de encontro entre Marx e Freud, a Faculdade de Filosofia e Letras passou a oferecer novos constructos teóricos, dentre os quais, os pensadores europeus “Sartre, Merleau-Ponty, Marx e, logo, Lévi-Strauss e Althusser” nas aulas proferidas por León Rozitchner. Desde então, influenciaram sobremaneira nos novos rumos da transmissão da psicanálise nas décadas posteriores (IPOLA, 2001).

O deslocamento da psicanálise para a esfera pública, para fora da clausura da instituição, produziu-se, então, em dois âmbitos interconectados: a universidade (a Faculdade de Filosofia e Letras de Buenos Aires) e o dispositivo de saúde mental, sobretudo o Serviço de Psicopatologia do Hospital de Lanús, criado e dirigido por esses anos por Maurício Goldenberg. Nesses dois espaços se processava uma reorientação da disciplina psicanalítica (VEZZETTI, 1971, p. 68, grifo do autor).

O Hospital de Lanús fazia parte de um projeto do ministro da saúde de Perón, Ramón Carrillo para a construção de três grandes hospitais que atendessem à classe operária dos subúrbios do país, “outorgando-lhes autonomia administrativa” (DAGFAL *apud* VEZZETTI, 1971, p. 434). Antes disso, os atendimentos hospitalares estavam todos centralizados na capital. O modelo assistencial de saúde pública também preconizava uma cobertura à saúde mental da população. Posteriormente, foi implementada “pela primeira vez na Argentina, uma direção nacional de saúde mental” (VISACOVSKY *apud* VEZZETTI, 1971, p. 96). Outro fator importante a considerar sobre o Hospital Lanús foi o favorecimento de estágios docentes aos estudantes de psicologia e serviço social em ambiente interdisciplinar, com a supervisão de psicanalistas experientes¹². Deste modo, serviu de instrumento para legitimar a práxis clínica da psicologia como profissão nascente, com grande influência da psicanálise

¹² De início (1962), apenas 5 médicos da equipe de Goldenberg recebiam salário. “O trabalho *ad honorem* era então o preço a pagar para ter a possibilidade de começar a atender pacientes em espaço institucional, sob a supervisão de psicanalistas renomados – como José Bleger ou Fernando Ulloa –, ou seja, aqueles que aceitavam com prazer as demandas de estabelecimentos como as do Hospital Lanús” (VEZZETTI, 1972, p. 437).

(VEZZETTI, 1971).

Antes do penúltimo golpe militar que ocorreria em 1966, havia um ideário otimista de alguns profissionais quanto às possibilidades de trabalhos reformistas de maneira gradual pelo viés da academia em parceria com instituições de saúde pública compromissadas com as demandas sociais. Em contrapartida, desde os anos 1960, havia outra vertente militante que conformava novas organizações de esquerda pelo viés revolucionário, como foi o caso das Forças Armadas Revolucionárias (FAR), tendo Carlos Olmedo como um dos membros fundadores, além de Antonio Caparrós e Roberto Quieto¹³.

No entanto, ainda segundo Vezzetti, o golpe de 1966 e a intervenção na universidade, no episódio que ficou conhecido como a “noite dos bastões largos”, interromperam de forma abrupta o projeto de uma nova reconfiguração da psicanálise a partir do espaço universitário, com vistas a se estender por toda sociedade.

Os novos ares que varriam o campo intelectual e o discurso da filosofia e das ciências sociais, englobados um pouco abusivamente sob o rótulo do estruturalismo, implantavam novas ortodoxias, distanciadas do pluralismo que caracterizava a docência de Pichon Rivière e a obra de Bleger. E atacavam essa empresa nos dois terrenos que Bleger havia posto em relação, o marxismo e a psicanálise: Althusser e Lacan eram os emblemas do novo que pretendia liquidar as correntes humanistas e as abordagens fenomenológicas que haviam dominado essa trama de leituras e de relações entre a filosofia, a psicanálise e as ciências sociais (VEZZETTI, 1971, p. 73).

Ao ser conflagrada mais uma ditadura, as agremiações revolucionárias que tinham a Revolução Cubana como norte passaram a se orientar pela opção da luta armada, como foi o caso do peronismo universitário¹⁴. Com o Cordobazo (1969), deu-se início a uma nova etapa da crise política que desencadearia a queda de Onganía.

No grupo Plataforma, então, ainda que nem todos tivessem uma relação direta com as organizações revolucionárias, existia essa vontade de uma definição militante do compromisso político. Ali residia o fundamento de

¹³ Carlos Olmedo era casado com a filha de Mauricio Goldenberg e “trabalhava no Hospital Lanús, na equipe do Programa de Psiquiatria Comunitária dirigida por Kesselman. Olmedo, Antonio Caparrós (ex-psiquiatra do PC e professor na carreira de Psicologia), Roberto Quieto e outros formaram, na Faculdade de Filosofia e Letras, em 1966 e antes do golpe de Onganía, um grupo de apoio à guerrilha do Che na Bolívia. Em fins desse ano, viajaram a Cuba para receber instrução militar, mas o projeto foi frustrado pela morte de Che, e o grupo decidiu organizar-se como uma guerrilha urbana, as FAR, que começou a atuar em 1969” (VEZZETTI, 1971, p. 74-75).

¹⁴ “No entanto, para Bleger, que nunca cedeu às tentações do voluntarismo revolucionário, não desaparecia o objetivo de manter um programa de formação e investigação aberto aos estudantes e aos jovens graduados. Por volta de 1968, já fora da universidade, reuniu num grupo de estudos sobre psicanálise e marxismo vários dos psicanalistas que formarão um núcleo ativo dos renunciantes (Bauleo, Kesselman, Rafael Paz, Gregório Baremlitt, Miguel Matraj, Eduardo Pavlovsky, entre outros); daí surgiu a iniciativa, finalmente frustrada, de formar um Instituto de Psicologia Social” (VEZZETTI, 1971, p.74).

uma luta que não podia reduzir-se nem à crítica das ideias nem à busca de reformas dentro da instituição. O horizonte era a transformação revolucionária da sociedade e o núcleo duro do compromisso se punha à prova na posição geral favorável à via armada (VEZZETTI, 1971, p. 75).

Podemos concluir, portanto, que os grupos insurgentes de psicanalistas no final dos anos 1960, ao protagonizarem rupturas com a IPA pelo movimento Plataforma Internacional, e, com a APA pelo grupo Plataforma Argentino, fizeram eco com as “lutas sociais cordobenses” e o “maio francês” (VEZZETTI, 1971).

Por sua vez, a Federação Argentina de Psiquiatras (FAP) de Buenos Aires, sob a direção de Armando Bauleo, também desempenhou um papel de importância “como um verdadeiro rito de passagem” do espaço privativo e reservado dos antigos integrantes da APA para as instituições comprometidas com a saúde pública.

Ali pudemos adquirir, nós psicanalistas de alta categoria, “rua” em um sentido político [...]. Estávamos juntos futuros membros de Plataforma e Documento com psiquiatras comunistas, pertencentes a pequenos grupos esquerdistas, psicanalistas “independentes” (LANGER *apud* VEZZETTI, 1971, p. 76, - grifos do autor).

Após o golpe civil-militar de 1976, todas as conquistas dos trabalhadores da saúde mental nas instituições públicas de saúde, assim como no campo acadêmico da Argentina, foram radicalmente pulverizadas pelo regime.

1.1.3 A Luta Antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica Brasileira

Por intermédio de uma entrevista com Gregório Baremlitt realizada em 2016, Balieiro e Flecha (2018) buscaram traçar um percurso histórico acerca do movimento da Luta Antimanicomial no Brasil, assim como a influência de profissionais argentinos do campo psi que se exilaram no país.

Destacamos nesse contexto a influência do socioanalista Gregório Baremlitt como um dos atores na criação do “movimento da Reforma Psiquiátrica na Argentina e no Brasil” (BALIEIRO; FLECHA, 2018, p. 207) em meio a repressão sofrida pelas ditaduras dos países vizinhos. Na condição de exilado, Baremlitt chegou ao Brasil em 1976, fixando-se, posteriormente, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1977, em parceria com Luis Fernando de Melo Campos e Chaim Katz, realizou o “I Simpósio Internacional de Psicanálise, Grupos e Instituições”, que ensejou a fundação do Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições – IBRAPSI (*ibidem*, p. 207).

Além de seu pertencimento ao grupo Plataforma Argentina, Baremlitt foi um dos protagonistas do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental da Argentina. No

contexto da dissidência dos grupos Plataforma e Documento da IPA e da APA, foi formalizada uma parceria com a Federação Argentina de Psiquiatria (FAP), sendo criado o Centro de Docência e Investigação da Coordenadoria de Trabalhadores de Saúde Mental (CDI-CTSM) argentinos. Com o recrudescimento do regime militar, os profissionais de saúde mental passaram a ser perseguidos pelo regime autoritário e os projetos institucionais interrompidos drasticamente.

Os tempos eram muito difíceis, cinco de nossos colegas foram assassinados pela ditadura militar e o movimento não tinha muitas possibilidades de se envolver e começou um processo de repressão duríssimo, como vocês sabem, deixou um saldo de 30.000 desaparecidos dentre os quais tinham mais de 100 de trabalhadores de Saúde Mental (BAREMBLITT *apud* BALIEIRO; FLECHA, 2018, p. 214, informação verbal).

Vale lembrar que, desde maio de 1968, no bojo dos movimentos de contracultura, os modelos de instituições totais manicomiais também passaram a ser questionados na Argentina e no Brasil. As propostas reformistas em instituições psiquiátricas europeias, dentre as quais, a *psiquiatria institucional* (François Tosquelles); a *psiquiatria de setor* (Lucien Bonnafé) na França; as *comunidades terapêuticas* na Escócia (Maxwell Jones); o movimento da *antipsiquiatria* na Inglaterra (David Cooper e Ronald Laing); e a *psiquiatria democrática italiana* (Franco e Franca Basaglia), iniciada em Trieste, foram importantes referências no processo latino-americano da desinstitucionalização dos aparatos manicomiais.

A experiência italiana diferiu das demais (a nível mundial) pelo viés revolucionário quanto a extinção total dos hospitais psiquiátricos, considerados como lugar de *troca zero* das relações intersubjetivas dos internados com a sociedade, não havendo nessa proposta o caráter reformista por dentro da instituição. O perfil de tratamento deveria ser realizado em locais descentralizados no território que favorecesse a autonomia, o trabalho, as trocas afetivas e a cidadania dos usuários de saúde mental (AMARANTE, 1998; CARDOSO, 2005). Esse modelo da *psiquiatria democrática italiana* exerceu, a posteriori, grande influência na luta antimanicomial brasileira travada no final dos anos 1980.

Em contrapartida, na Argentina o Hospital Lanús foi pioneiro no atendimento ambulatorial de pacientes psiquiátricos de forma preventiva, evitando as internações nos hospitais psiquiátricos. Desde o início de seu funcionamento, o seu diretor Mauricio Goldenberg privilegiou as experiências grupais em seu *plano de assistência psicoterapêutica*, influenciado pelos grupos operativos de Pichon Rivière e pelas

experiências de Eduardo Krapf. Desde a penúltima ditadura militar argentina, o movimento dos trabalhadores de saúde mental prosseguiu com a militância em hospitais públicos. De acordo com os relatos de Baremlitt, “o movimento compartilhava os mesmos princípios norteadores da Psiquiatria Democrática italiana e de outras escolas europeias que propunham a dissolução dos hospícios e manicômios” (BALIEIRO; FLECHA, 2018, p. 214), priorizando-se os atendimentos de base ambulatorial e comunitária.

Com o agravamento da repressão militar após o golpe de 1976, os dois filhos de Goldenberg foram assassinados. Goldenberg partiu para o exílio por conta das perseguições políticas que passou a sofrer, ficando em seu lugar na direção do Serviço de Psicopatologia e Neurologia do Hospital Lanús Valentin Baremlitt, primo de Gregório (BALIEIRO; FLECHA, 2018, p. 212). Igualmente perseguido pela ditadura, Valentin exilou-se na Espanha, enquanto que Gregório Baremlitt, após alguns contratempos pessoais em relação aos rumos para o exílio que, a princípio, seria para a Venezuela, decidiu-se pelo Brasil.

Baremlitt rememorou esses tempos obscuros: “Foi toda uma vida, porque as epopeias dos imigrantes são as vezes trágicas, muitas vezes estimulantes, mas sempre muito difíceis, sobretudo quando mudamos de um estado de exceção para outro (ibidem, p. 218, informação verbal). Sob tais circunstâncias, em 1978 foi realizado – em plena ditadura brasileira – o I Simpósio organizado pelo IBRAPSI¹⁵, que se desdobrou na criação de uma rede latino-americana de trabalhadores de saúde mental. Em 1979, o IBRAPSI formalizou o seu primeiro curso de formação de socioanalistas por meio de uma releitura dos pensadores da análise institucional francesa, em especial, dos trabalhos de Foucault, Deleuze e Guattari sob uma perspectiva latino-americana.

Durante sua curta existência, a instituição abriu sua Clínica a sindicatos e associações de moradores, realizou intervenções em favelas, hospitais e escolas e desenvolveu uma potente crítica às clínicas tradicionais, que apoiadas na noção de “neutralidade” e no primado da realidade interna contribuíam para a psicologização e despolitização da vida (LOSICER; MOURÃO; KOLKER, 2018, p. 152).

No mesmo ano (1979) foi realizado o I Encontro Nacional dos Trabalhadores de

¹⁵ Dentre os participantes do I Simpósio Internacional organizado por Baremlitt pela IBRAPSI, destacaram-se Franco Basaglia, Félix Guattari, Robert Castel, Thomas Szasz, Erving Goffman, Howard Becker e Sheer Hite e dos argentinos Maria Luiz Ocampos, Armando Bauleo, Osvaldo Saidón, Emilio Rodrigué, Eduardo Losicer, Ricardo Malfé, Jorge Galperin, Eduardo Vidal, Edgardo Musso e Carlos Villamor. Alguns desses argentinos fixariam sua residência no Brasil (cf. BALIEIRO; FLECHA, 2018, p. 216-217).

Saúde Mental, em São Paulo. A partir deste encontro, o movimento pela reforma psiquiátrica brasileira começou a se fortalecer e a ganhar forma, celebrando encontros com diversos segmentos de militância pela reforma sanitária brasileira, pela reforma psiquiátrica antimanicomial, pela anistia política e os direitos humanos. Como ponto de convergência, todas essas lutas seguiam como resistência à ditadura brasileira.

Em sua segunda visita ao Brasil, Franco Basaglia prestou apoio às denúncias acerca dos maus-tratos e violações de direitos humanos conflagrados no sistema manicomial brasileiro, onde pôde constatar que o Hospital Colônia de Barbacena, no Estado de Minas Gerais, funcionava similar a um campo de concentração nazista (BASAGLIA, 1979). No cenário brasileiro, o processo de reformas institucionais em sintonia com a saúde comunitária incorporou, posteriormente, as demandas sociais do movimento de usuários/usuárias e familiares, revigorando o campo da saúde mental (AMARANTE, 1998; PITTA, 2011).

Desse modo, destacamos alguns desdobramentos dos rumos políticos alcançados nesse campo pelo Brasil que, desde o marco de sua 8ª Conferência Nacional de Saúde Mental (1986), modificou substancialmente o desenho de suas instituições assistenciais.

Conforme nos lembra Paulo Amarante:

No Brasil, a expressão **reforma sanitária** generalizou-se após a histórica 8ª Conferência Nacional de Saúde, quando passou a fazer parte da agenda política do Movimento Sanitário. Por extensão, e com a mesma direção **estratégica**, isto é, voltada para a construção de viabilidade política e social, a expressão **reforma psiquiátrica** foi adotada pelo Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental, pouco depois transformado em Movimento por uma Sociedade sem Manicômios (2001, p. 103, grifos do autor).

Após o fim das ditaduras na Argentina e no Brasil, *a luta antimanicomial* tornou-se um imperativo de militância no campo da saúde mental, ampliando-se a rede latino-americana. Logo em 1986, a Argentina sediou o III Encontro das Redes Alternativas à Psiquiatria¹⁶ e, no ano seguinte, foi organizado no Rio de Janeiro, a I Conferência Nacional de Saúde Mental, assim como o II Encontro Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental, em Bauru, evento que oficializou o Movimento Nacional de Luta Antimanicomial – MNLA (AMARANTE, 1998).

No entanto, em maio de 1989 ocorreu um novo acontecimento que mobilizou o país, ganhando visibilidade nos veículos de comunicação de massa: a intervenção

¹⁶ Esse encontro também contou com a participação de Robert Castel, Félix Guattari, Franco Rotelli, Franco Basaglia, Armando Bauleo e Gregório Barembliitt, consolidando a consigna da reforma psiquiátrica: “por uma sociedade sem manicômios” (AMARANTE, 1998).

realizada pela Secretaria de Saúde do município de Santos à Casa de Saúde Anchieta, após denúncias de barbárie e mortes dos pacientes internados, explicitando as graves violações dos direitos humanos (até então silenciadas) no país. Como resposta imediata, a prefeitura decretou o fechamento da instituição e, de forma inovadora, criou uma rede de serviços substitutivos ao modelo manicomial, promovendo parcerias para a composição de uma rede psicossocial ampliada à comunidade local, com cooperativas de trabalho, moradia, cultura e lazer, além da criação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS) no território santista.

Avançando-se também pelo campo jurídico-político, o deputado mineiro Paulo Delgado (Partido dos Trabalhadores) apresentou ao Congresso Nacional um projeto de lei que preconizava a substituição do modelo manicomial por uma rede de serviços comunitários, visando a progressiva extinção dos hospitais psiquiátricos asilares públicos e privados. Inspirados na experiência de desinstitucionalização realizada em Santos, e no pioneirismo dos NAPS e CAPS criados nos anos 90¹⁷, o que se pretendia era a desmontagem dos aparatos manicomiais e de sua superação por uma rede articulada de serviços nas comunidades, de forma capilarizada em toda extensão do território brasileiro.

Após a tramitação desse projeto de lei ao longo de 12 anos, a lei da Reforma Psiquiátrica Brasileira¹⁸ foi sancionada em 2001. Com alterações profundas do projeto inicial, permaneceu a diretriz geral de reorientação do modelo hospitalocêntrico, de cunho reformista. Mesmo assim, tornou-se possível avançar para um novo patamar de “institucionalidade” democrática, sob “a luz do debate sobre a cidadania e as políticas públicas” (DELGADO, 2001, p. 283). Com a aprovação da lei federal, o processo da reforma psiquiátrica se expandiu após 2001, trazendo resultados visíveis nos campos da assistência e da capacitação profissional. No entanto, para Pedro Gabriel Delgado, as transformações no campo da saúde mental parecem ainda sutis no imaginário social, pois,

A loucura – nome que se costuma dar às diversas formas como se apresenta este fenômeno radicalmente humano – é quase sempre silenciosa. Não se surpreendam: os comportamentos estravagantes ou inconvenientes, o suicídio, a dependência grave que se torna um problema na família e no

¹⁷ Em 19/09/1990 foi sancionada a Lei Orgânica da Saúde (n. 8.080), que institui o Sistema Único de Saúde (SUS), oferecendo cobertura universal e integral em todas as regiões do país, comprometidas a promover o bem-estar social em suas ações para a população, além de estabelecer as diretrizes e princípios dos serviços de saúde pública e atribuições das três instâncias gestores (União, Estados e Municípios).

¹⁸ Lei 10.216, sancionada em 12/04/2001 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

trabalho, todas essas situações são a ponta do iceberg, constituem o emergente singular de um fenômeno epidemiológico de vastas proporções, presente em todas as culturas, em países ricos e pobres, e indissociável da experiência humana sobre a terra (DELGADO, 2007, p. 32).

Embora ainda tenhamos diferenciadas interpretações sobre o marco legal da reforma psiquiátrica brasileira, observa-se efeitos mais positivos em gestões públicas mais engajadas, comprometidas com a cidadania e a diversidade social. Após 10 anos da promulgação da lei 10.216, aconteceu a IV Conferência de Saúde Mental, ampliando o debate das políticas públicas de saúde mental para o âmbito da intersetorialidade, de modo a oficializar a proposta da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para a criação do Núcleo Brasileiro de Saúde Mental e Direitos Humanos.

No entanto, ao buscarmos compreender as conexões entre Brasil e Argentina no campo da saúde mental, nos perguntamos sobre os diferentes ‘rumos’ e ‘agendas’ que nortearam o desenho das políticas de saúde mental e dos direitos humanos nos dois países no decorrer do período democrático, com seus níveis de aproximação e distanciamento das demandas dos movimentos de resistência às ditaduras desses países. Ou seja, das questões que ficaram de fora ou subterrâneas em relação às memórias políticas das primeiras gerações afetadas pela repressão, assim como a problematização dos efeitos do terrorismo de Estado incidindo na violência de Estado nos territórios mais vulneráveis dessas sociedades na atualidade.

1.2 MEMÓRIAS E DOBRAS NO CAMPO PSI

Em decorrência das ditaduras instauradas nos países latino-americanos, todas as experiências inovadoras no âmbito da saúde mental inseridas ao campo da saúde pública entre os anos 1970 e 1980 foram severamente desmanteladas. Conforme exposto anteriormente, as experiências pioneiras na Argentina em hospitais públicos com projetos reformistas e comunitários iniciados no campo psi, protagonizado por médicos psicanalistas, psiquiatras e docentes do curso de medicina e de psicologia das universidades públicas, foram fundamentais para a legitimação da psicologia enquanto categoria profissional. Os estudantes de psicologia foram um dos principais beneficiários desta nova concepção clínica de saúde mental com forte influência da psicanálise, com equipes interdisciplinares compostas em perspectiva psicossocial.

Após o golpe militar de 1976, o terrorismo de Estado argentino fez emergir uma profunda catástrofe social com o desaparecimento de pessoas, disseminando traumas

familiares e o medo indiscriminado na população, interrompendo as iniciativas da saúde coletiva em articulação com os projetos comunitários. Uma das consequências desses tempos de terror foi o exílio da grande maioria desses profissionais de saúde, tendo em vista que muitos estudantes engajados em agremiações estudantis e políticas foram perseguidos e desaparecidos pelo regime. No entanto, segundo Rousseaux (2020), a propagação de ditaduras pelo continente latino-americano trouxe a necessidade de encontrar uma nova maneira de pensar o impacto dos massivos desaparecimentos de pessoas bem como “o cancelamento dos ritos por parte dos Estados sob sua modalidade de terror.”

Assim surgem **novas teorizações** sobre o **luto**, a **loucura**, as **marcas transgeracionais do horror**, os **processos de memória** como parte de uma construção clínica e, nesse sentido, que tipo de memória deveria ser introduzida diante de tais acontecimentos¹⁹ (ROUSSEAU, 2020, tradução e grifos nossos).

Com este cenário e como resposta à repressão, surgiram iniciativas para a criação de dispositivos de direitos humanos e de equipes clínico-políticas no âmbito da saúde mental, a princípio como “resistência subterrânea” (LASTRA, 2020), de modo a oferecer assistência psicossocial aos familiares e sobreviventes do terrorismo de Estado. A seguir, apresentaremos alguns desses atores sociais e sob que circunstâncias puderam conformar o trabalho clínico-político na Argentina e no Brasil.

1.2.1 Dispositivos clínico-políticos na Argentina

Desde o final dos anos setenta, estudantes de psicologia e profissionais do campo psi, alguns inseridos ao campo da saúde mental, se uniram à luta dos familiares dos desaparecidos políticos na ditadura argentina. Neste contexto, passaram a receber demandas tanto clínicas como de orientação com interrogantes difíceis de serem respondidos naquele momento, tais como: “o que dizemos às crianças a respeito dos pais que sumiram? Como nomear a desapareição de seus pais e mães, levando-se em consideração as circunstâncias e singularidades de cada caso?” (MINISTÉRIO DE JUSTICIA Y DERECHOS HUMANOS, 2006, p. 21).

¹⁹ Psicanalistas, profissionais e acadêmicos da estatura de Fernando Ulloa, a lendária Mimi Langer, Kesselman, [...] Armando Bauleo, Marcelo Viñar no Uruguai, mais perto de Alicia Stolkiner, Graciela Guilis, Victoria Martinez, entre muitos outros [...] marcam um curso decisivo [...] no campo de um novo “clínico-político” – para chamá-lo de uma forma muito geral – onde começam a trabalhar os novos paradigmas conceituais que impõem crimes contra a humanidade, em particular os “Desaparecimentos” e os efeitos extremamente traumáticos da tortura e do estupro sistemático (ROUSSEAU, 2020, grifos da autora, tradução nossa).

Assim, durante este período, surgem instituições ligadas a organismos de Direitos Humanos que convocam profissionais e acadêmicos muito reconhecidos em torno de uma inovadora “clínica política” – para denominá-la de um modo mais abrangente na região –, e começam a trabalhar sobre novos paradigmas conceituais necessários para a abordagem de delitos de lesa humanidade, em particular, o “desaparecimento forçado de pessoas” e os efeitos extremamente traumáticos da tortura e demais violações sistemáticas de Estado. Os conceitos provenientes do campo da psicologia, psiquiatria e psicanálise eram insuficientes para pensar os novos problemas clínicos desencadeados como produto das violações massivas de Direitos Humanos como política de Estado (ROUSSEAU; VITAL BRASIL, 2017, p. 102, grifos das autoras).

O pioneirismo clínico-político ocorreu com a formação da *Equipe de Assistência Psicológica das Madres* em plena ditadura militar. Além do cuidado clínico endereçado às mães, esta equipe buscou investigar os fenômenos sintomáticos do silenciamento social e da indução ao esquecimento, ambos efeitos dos mecanismos do terrorismo estatal. Posteriormente, em meados de 1982 – com a morte de mais de mil jovens na Guerra das Malvinas, as Madres da Plaza de Mayo se solidarizaram às mães dos soldados argentinos e criaram equipes de assistência psicológica e jurídica aos familiares afetados pela guerra.

Na década de 1980, várias iniciativas foram sendo criadas, como foi o caso da equipe de Saúde Mental do *Centro de Estudios Legales y Sociales* – CELS²⁰, oferecendo assistência psicossocial à primeira geração dos sobreviventes da ditadura argentina, extensivo a seus grupos familiares. Posteriormente, esta equipe buscou investigar os efeitos do “exílio-retorno” como uma questão de suma importância ao campo da saúde mental (embora pouco estudado), tendo-se em vista os efeitos traumáticos dos laços interrompidos do exílio forçado pelo terrorismo de Estado.

Para esse fim, entre os anos 1983-1986 foi instituído uma parceria da equipe de saúde mental do CELS com a equipe psicossocial da *Oficina de Solidariedad con el Exílio Argentino* (OSEA), de modo a aprofundar o conhecimento das dinâmicas que envolviam o tema exílio-retorno na pós-ditadura, posto que “não foi somente o exílio que esteve em jogo na inscrição do dano, como também o retorno” ao país (LASTRA, 2019, p. 499).

Movidos pela intensidade dessas demandas clínicas e políticas, surgiu em 1982 o Movimento Solidário de Saúde Mental (MSSM), no intuito de prestar assistência psicossocial aos familiares dos desaparecidos políticos. Nesta iniciativa grupal, foram

²⁰ A equipe psicossocial do CELS continua na ativa, desenvolvendo recentemente um projeto de assistência aos afetados pela violência policial.

desdobradas pesquisas e docência acerca do trabalho clínico-político ali desenvolvido, de modo a contribuir na criação de epistemologias que passaram a conectar o campo da saúde mental com as novas demandas políticas dos organismos de direitos humanos.

Um dos trabalhos mais emblemáticos ocorreu com a formalização da organização das *Abuelas da Plaza de Mayo* na busca pelos netos desaparecidos no contexto das detenções clandestinas de suas filhas, igualmente desaparecidas. Tendo sido um trabalho desafiador para os profissionais de saúde mental que acompanharam o processo de busca e restituição das identidades, foi necessário agenciar campos distintos que pudessem viabilizar a restituição da identidade dos netos, tanto “no campo científico, jurídico e político internacional” como na assistência psicológica. Deste modo, por um viés psicanalítico dirigido por Alicia Lo Giúdice, formalizou-se um trabalho inédito com a criação do *Centro de Atención à Identidade* (ROUSSEAU, 2020).

Estela Barnes de Carlotto, presidenta de la Asociación Abuelas de Plaza de Mayo, rememora esta iniciativa:

Quando recém começamos, jamais nos imaginávamos viver toda uma vida nesta tarefa. Pensávamos que nossos filhos iriam voltar e que nossos netos seriam criados por nós, suas avós, como corresponde à lei natural e a lei dos homens. Mas não foi assim e por isso estamos há mais de 30 anos trabalhando para achar precedentes, tecer histórias, para que esta tragédia se resolva o melhor possível, e para que, oxalá, nunca se repita (CARLOTTO, s/d, p. 15, tradução nossa).

Um importante avanço desta luta pela restituição da identidade dos netos apropriados ocorreu com a lei nacional 23.511 promulgada em 1987, que oficializou a criação de um Banco de Dados Genéticos como possibilidade de provar e atestar juridicamente a “abuelidade”²¹. Estela Carlotto nos lembra que não havia um conhecimento prévio da problemática dos desaparecimentos dos filhos e roubo dos netos.

Hoje esse conhecimento sobre a restituição dos direitos das crianças apropriadas existe. Não foi fácil construí-lo. Nos primeiros tempos, a incompreensão da sociedade era muito grande. O medo generalizado fez com que muitos nos aconselhassem a esquecer e a deixar nossos netos onde estavam, como se fosse fácil entregar um neto ao provável assassino de seus pais. E ainda que não seja assassino, a criança tem o direito de saber quem é, e nós e toda a sociedade também temos esse direito (CARLOTTO, s/d, p. 16).

²¹ Esta descoberta científica assinalou um momento fundamental no trabalho das Avós. O material genético permanecerá guardado até o ano 2050, para garantir que ainda quando os familiares tiverem morrido e não exista a possibilidade de compatibilizar as amostras com coletas do sangue, as pessoas já adultas que intentem conhecer sua identidade possam fazê-lo (MINISTERIO DA JUSTICIA Y DERECHOS HUMANOS, 2006, p. 21).

A restituição de identidade foi uma categoria nova, até mesmo para alguns psicanalistas. Estela Carlotto dá o exemplo do ocorrido com a psicanalista francesa Françoise Dolto, após as primeiras manifestações públicas das avós reivindicando o direito à restituição dos netos. Em um primeiro momento, Dolto comparou a situação das crianças afetadas pelas guerras mundiais e civis na Europa, que passaram por experiências de exílio, orfandade e/ou adoção, com a situação das crianças argentinas vitimadas pelo terrorismo de Estado, aconselhando as mães e avós deixarem essas crianças onde estavam, considerando que isso seria menos traumático para elas. “Foi dura a resposta que recebeu de nossos psicólogos, que já tinham bem claro que não se poderia privar os netos de seus direitos” (CARLOTTO, s/d, p. 16). Alguns anos se passaram até um auspicioso reencontro: em uma apresentação das Abuelas em Paris, Françoise Dolto encontrou uma oportunidade para reconhecer a importância da persistência na luta dessas avós pela restituição da identidade de seus netos.

Neste sentido, ficou claro até mesmo para a comunidade internacional que não existem parâmetros possíveis para comparar crianças que foram salvas ou acolhidas por outros adultos em situações de catástrofes e de guerras, salvaguardando as singularidades traumáticas (embora as vítimas não tenham perdido suas identidades e histórias de vida) - com crianças que foram roubadas após o nascimento em centros clandestinos de extermínio, algumas delas apropriadas pelos próprios genocidas que desapareceram com seus pais biológicos.

Dentre as dinâmicas do trabalho crescente de equipes psicossociais, novas demandas familiares surgiram após a formação do Instituto de Estudos Sociopolíticos e de Ação, em 1984. Este programa integrou a clínica com ações comunitárias, além da investigação sobre os efeitos psíquicos do terrorismo de Estado na população.

Nos anos 1990, parte da equipe clínico-política das Madres da Plaza de Mayo criaram a EATIP – *Equipo Argentino de Trabajo e Investigación Psicosocial*, e prosseguiram com os trabalhos investigativos, assistenciais e de docência com questionantes sobre as violações dos direitos humanos e a impunidade na democracia.

Segundo orientações da equipe técnica:

Como em todo grupo ou instituição, na nossa também temos “mitos fundantes” que dão sentido ao nosso fazer, a quê e para quê de nossa equipe, que temos construído coletivamente e que se vêm transmitindo de uma geração para outra. Uma delas é servir ao povo; dito em outros termos, ao reconhecermos a necessidade de assumir – desde nosso rol específico no campo psi -, um compromisso com o devir social e em seu interior, colocar

para trabalhar nossos instrumentos de intervenção. Obviamente este mito originário se apoia em uma estrutura simbólica a qual definimos objetivos, ideias e ideais, metodologias, etc. (LAGOS; KORDON, 2010, p. 24, - grifos dos autores, tradução nossa).

Como desdobramentos clínico-políticos dedicados aos familiares de pessoas perseguidas pela violência de Estado, foi instituída, posteriormente, a *Equipo de Salud Mental de la Asamblea Permanente por los Derechos Humanos* - APDH, mantendo uma investigação permanente sobre os efeitos psíquicos incrustados na população. Outras iniciativas de produção teórica e clínica se somaram à rede constituída pelos campos da saúde mental e dos direitos humanos endereçadas à população argentina, como a *Liga Argentina por los Derechos del Hombre* - LIGA; o *Servicio de Paz y Justicia* - SERPAJ; e o *Movimiento Ecuménico por los Derechos Humanos* - MEDH, com equipes assistenciais próprias. Esses profissionais levaram adiante o enfrentamento dos desafios e “dilemas inusitados, dada a violência exercida sobre a população afetada assistida por estas equipes” (MINISTERIO DE JUSTICIA Y DERECHOS HUMANOS, 2006, p. 22).

Em 2001, foi criado o *Centro de Salud Mental por el derecho a la Identidad Abuelas de Plaza de Mayo* como desdobramento do convênio celebrado entre a Faculdade de Psicologia da Universidade de Buenos Aires (UBA), a Associação Abuelas de Plaza de Mayo e a Subsecretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Direitos Humanos da Nação. O alcance deste centro se estendeu a toda sociedade argentina, desde os familiares que viveram em seus corpos o terrorismo de Estado, dos jovens nascidos em cativeiro nos anos 70 e roubados de seus pais, também na condição de desaparecidos, como nas gerações posteriores, prestando assistência a todos que as solicitem.

Em relação a esta busca e posteriormente, quando se puderam iniciar a localização e restituição das famílias por via da justiça, foi necessário que os profissionais de saúde acompanhassem este processo. Este foi um trabalho difícil que implicava o enorme desafio de revisar todos os saberes e incluir o aporte da ciência para respaldar a busca e outorgar às crianças seu direito a identidade violado de forma violenta e traumática (MINISTERIO DA JUSTICIA Y DERECHOS HUMANOS, 2006, p. 21, tradução nossa).

Conforme algumas considerações da psicanalista e dirigente da equipe de saúde mental do *Centro de Atención por el Derecho a la Identidad de Abuelas de Plaza de Mayo*, Alicia Lo Giúdice, as avós se empenharam em uma dupla tarefa: a de “buscar duas gerações, seus filhos e seus netos, completando as três gerações necessárias para

que uma transmissão se cumpra” (LO GIÚDICE, s/d, p. 20, tradução nossa). Nos tempos do terrorismo de Estado, não se intimidaram com a repressão, criaram mecanismos de “instituir o vivo, tornando público o que se pretendia privado e oculto”. Posteriormente, na democracia, promoveram transformações no campo jurídico que “permitiram diferenciar adoção de apropriação” (ibidem).

As mães e avós compreenderam que o sequestro de seus filhos e a apropriação de seus netos não atingiam apenas os familiares envolvidos com a primeira geração afetada, pois deixaram marcas profundas nas subjetividades da sociedade argentina, com mais de 500 bebês e crianças apropriadas na época da repressão, muito deles sem saber a verdade sobre suas origens até hoje.

Se diz delas que são “dignas, decididas, com coragem”. Também podemos dizer que “generosas”, já que abriram a instituição a outros discursos para acompanhá-las no transcorrer necessário para conseguir a localização de seus netos e sua restituição de identidade. Se foram formando as diferentes equipes: Jurídico, Investigação, Genético, Administrativo, Difusão, Arquivo Biográfico Familiar, Arquivo Gráfico Familiar, Apresentação Espontânea e o nosso, de Saúde Mental (LO GIÚDICE, s/d, p. 21, tradução nossa, - destaque da autora).

1.2.2 Clínica e resistência no Brasil

Em meio a um longo processo de experimentação clínica endereçada a ex-presos políticos que sobreviveram à tortura desde o golpe de 1964 no Brasil e dos exilados das ditaduras dos países vizinhos, terapeutas engajados na luta pelos direitos humanos favoreceram a criação de equipes *clínico-políticas* em dispositivos de militância social, de forma independente ao Estado, gestando-se a ideia de um cuidado clínico transversal a outros saberes.

Em São Paulo, o Instituto Sedes Sapientiae sediou experiências pioneiras na formação de psicólogos sociais e de psicanalistas, além de consolidar uma tradição de militância psicossocial e política implicados no campo da saúde mental, na consolidação dos direitos humanos e da democracia. Na metade dos anos 1970, o Instituto Sedes Sapientiae foi um dos locais de resistência política à ditadura brasileira, servindo de sede das primeiras reuniões em defesa da Anistia. “Este foi provavelmente o fator que definiu a acolhida que os psicanalistas exilados da Argentina receberam no Sedes – na figura de Madre Cristina e, no curso de psicanálise – por parte de Regina Chnaiderman” (INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE, 2006, p. 13). Quanto ao perfil dos psicanalistas que chegaram ao Brasil após o golpe civil-militar de 1976 na Argentina, em sua maioria, era de profissionais que receberam formações institucionais em

hospitais públicos com engajamentos no campo da saúde mental, além de grande influência da psicanálise. Desse modo, foram acolhidos no Sedes enquanto uma instituição com “contornos e objetivos políticos muito definidos”, tanto como psicanalistas quanto na militância (INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE, 2006, p. 13).

Entre os anos 1940 e 1950, o Sedes Sapientiae já oferecia em seus currículos estudos sobre psicologia e psicanálise, tornando-se uma das faculdades que protagonizou a luta pelo reconhecimento da graduação em psicologia no final dos anos 50, até desdobrar-se na regulamentação da psicologia como categoria profissional em 1962. Madre Cristina foi uma das principais mentoras do processo de expansão da Instituição (mantida pela Igreja Católica), tanto por sua inovação cultural e docente como no engajamento político, mesmo nos piores momentos da ditadura militar. Sendo uma mulher à frente de sua geração, foi uma dedicada defensora dos direitos humanos, da emancipação feminina e da justiça social, além de estudiosa da psicanálise.

Foi no campo político e na direção do Sedes que ela se tornaria conhecida muito além de seu trabalho educacional. Manteve o instituto aberto aos movimentos sociais e populares, abrigou e escondeu perseguidos políticos e desafiou o regime militar abertamente em várias ocasiões.

Entre vários marcos, o Sedes tornou-se o centro do movimento pela anistia aos presos políticos e a sede nacional do MST. Ela definia o Sedes como “um espaço aberto aos que quiserem estudar e praticar um projeto para a transformação da sociedade, visando atingir um mundo onde a justiça social seja a grande lei” (INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE, 2006, p. 35).

No marco do fim do regime militar e início da redemocratização brasileira, em 1985 foi inaugurado na cidade do Rio de Janeiro o Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM/RJ), uma organização civil sem fins lucrativos criada através do protagonismo de ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos na denúncia da violência de Estado e no repúdio quanto a permanência de torturadores no exercício de cargos públicos. Os objetivos deste dispositivo social GTNM/RJ sempre se nortearam na luta pelos direitos humanos no combate à tortura e na elucidação dos fatos ocorridos na ditadura, principalmente na efetivação da justiça com a devida responsabilização do Estado pelos crimes cometidos, exigindo esclarecimentos quanto aos acontecimentos históricos do país com a abertura dos arquivos da repressão, das circunstâncias dos sequestros, desaparecimentos, prisões, torturas e mortes das vítimas.

Em 1991 foi integrado uma equipe de assistência clínica gestada por integrantes do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro (GTNM-RJ)²². Com o apoio do Fundo

²² A Equipe Clínico-grupal TNM foi “coordenada por Cecília Coimbra e em diferentes momentos teve a

das Nações Unidas para as Vítimas de Tortura - este projeto clínico nomeado *Equipe clínico-grupal Tortura Nunca Mais-RJ* – dedicou-se aos familiares de desaparecidos e ex-presos políticos que sofreram tortura, exílio, perseguições políticas e clandestinidade (VITAL BRASIL, 2009).

Entre os anos 1996 e 1997, a *Equipe Clínico-Grupal TNM* recebeu apoio da Comunidade Europeia, favorecendo a ampliação da assistência clínica para outros setores também afetados pela violência estatal, pois, desde sua constituição, o GTNM e a equipe clínica compreenderam que as práticas políticas de segurança pública da época da ditadura não haviam sido superadas, mantendo-se no pós-ditadura através de “práticas de tortura, arbitrariedades e discriminações, agora voltadas para os segmentos mais empobrecidos da população” (VITAL BRASIL, 2002, p. 153).

Conforme relato dos membros da equipe clínico-grupal TNM:

Nesse processo, onde – frente a ausência de resposta do Estado –, muitas vezes constatamos a limitação de nossa caixa de ferramentas, fomos nos habituando a colocar em análise nossos próprios dispositivos clínicos e a pensar a clínica enquanto experiência de criação e resistência. Entendendo que toda clínica é política e adotando uma atitude de permanente problematização dos especialismos, construímos um trabalho de fronteiras, conjugando psicanálise e análise institucional; clínica, filosofia e política e, mais recentemente, arte, clínica, filosofia e política (LOSICER; MOURÃO; KOLKER, 2018, p. 152).

No entanto, para que essas reflexões possam lançar a luz sob algumas ações clínico-políticas implicadas com a saúde mental mediante o aprofundamento da violência de Estado endereçada às populações periféricas na atualidade (que comportam uma das facetas da presente investigação sobre reparação simbólica), propomos um mergulho temporal trazendo algumas das memórias incômodas e pouco debatidas no campo psi brasileiro.

1.2.3 Memórias incômodas

Aqui trazemos o envolvimento e a complacência de instituições de formação em psicanálise nos anos 1970 e 1980 com o terrorismo de Estado brasileiro através de um personagem incômodo para as memórias oficiais das instituições envolvidas. Referimo-nos ao dr. Amílcar Lobo, médico oficial do exército e aspirante a tornar-se psicanalista pela Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro na conjuntura da ditadura civil-militar.

supervisão clínico-institucional de Eduardo Losicer e Osvaldo Saidón” (LOSICER; MOURÃO; KOLKER, 2018, p. 152).

Curiosamente, o analista-didata que o acompanhou em seu processo de formação foi Leão Cabernite que, por sua vez, teve como analista-didata um dos membros fundadores da SBPRJ, Werner Kemper, ambos imigrantes europeus.

Antes de migrar para o Brasil, o alemão Werner Kemper havia realizado a sua formação no Instituto Göring, a instituição nazista que havia se apropriado do antigo e célebre ambulatório psicanalítico público de Berlim para coordenar “as psicoterapias no III Reich e, no que concerne à Psicanálise, por extingui-la como *ciência judia*”²³ ainda que tenha ocorrido um movimento de “*salvação* baseada no suposto caráter apolítico da psicanálise” (KATZ *apud* MOREIRA; BULAMAH; KUPERMANN; 2014, p. 260, grifos do autor).

Esta vertente apolítica adotada na IPA por seu presidente Ernest Jones, desde os eventos traumáticos da perseguição nazifascista que assombraram as primeiras gerações de psicanalistas na Áustria e na Alemanha contribuiu para muitas distorções da própria história da psicanálise, justificados por critérios de “neutralidade” e “cientificidade” para embasar a sua postura *neutra* de não misturar assuntos internos com questões políticas que “ser-lhe-iam externos”. Com esta leitura (que não estaria isenta de uma condução política institucional), tornou-se possível que um sujeito com antecedentes de colaborador do nazifascismo alemão “fosse o analista de Leão Cabernite – de origem judaica -, que, por sua vez, analisou Lobo, participante de uma equipe de tortura durante os anos de chumbo do Brasil” (MOREIRA; BULAMAH; KUPERMANN; 2014, p. 182-83). Porém, a elucidação e publicização dos atores envolvidos na trama desse caso emblemático não se deu de forma tão simples. Foram anos de disputas das narrativas internas na SBPRJ, com a permissividade da matriz – IPA.

Tomando o caso como “analisador” do processo de institucionalização da psicanálise, demonstra-se de que maneira as sociedades psicanalíticas filiadas à Associação Psicanalítica Internacional (IPA) – naquele contexto do nosso país – foram coniventes com o regime de exceção instaurado, bem como com as práticas de tortura então vigentes (MOREIRA; BULAMAH; KUPERMANN; 2014, p. 173).

A denúncia do envolvimento de Amílcar Lobo como médico colaborador das torturas nos porões da ditadura, no DOI-CODI, surgiu de forma anônima por razões

²³ “Apesar de todos os esforços feitos para distanciar-se dos estereótipos da “ciência judaica” ou materialista, incluindo os esforços de alguns psicanalistas alemães para mostrar que os descobrimentos freudianos (sobretudo na psicoterapia e na clínica) eram compatíveis com os dogmas do hitlerismo, a Sociedade Psicanalítica Alemã foi fechada em 1938” (VEZZETTI, 1971, p. 62, grifos do autor).

óbvias, pois estávamos no auge do regime repressivo. A porta-voz internacional desta denúncia junto a IPA foi a psicanalista vienense radicada na Argentina, Marie Langer.

Uma das principais testemunhas do caso Amílcar Lobo foi a então candidata ao reconhecimento oficial de psicanalista pela Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro – SBPRJ Helena Besserman Vianna. Com a publicação de seu livro *Não conte a ninguém* (1994), Vianna tornou público o fato de ser a autora da denúncia anônima do caso Lobo nos anos 1970. Nesse seu testemunho literário, a autora traça uma cronologia das questões políticas que contribuíram para o silenciamento desse caso, perfazendo uma interpretação “baseada na concepção psicanalítica da transmissão psíquica transgeracional” dos tempos sombrios na história da psicanálise no Brasil, com a integração de dois analistas didatas advindos da Europa pós-guerra (VIANNA *apud* MOREIRA; BULAMAH; KUPERMANN; 2014, p. 182).

O caso Amílcar Lobo ganhou visibilidade pública mediante algumas situações polêmicas. Primeiramente, na ocasião do Simpósio sobre Psicanálise e Política organizado pela PUC em 1980, ocasião em que Hélio Pelegrino, psicanalista membro da SPRJ que coordenava uma mesa intitulada *Psicanálise e Fascismo*, recebeu a seguinte pergunta de um jovem que estava na plateia:

“Hélio, o que você faria se soubesse que um de seus colegas psicanalistas é médico de um centro militar de torturas?” “Faria tudo o que estivesse em meu alcance para que ele fosse punido”. “Então informo a você que ele estava em minhas sessões de tortura, bem como nas de meus amigos”. “Você acaba de fazer publicamente uma denúncia de extrema gravidade”. “E você fez uma declaração que me enche de esperança”. “Eu a mantenho”. Começava o caso Lobo (MOREIRA, 2011, p. 85 – grifos do autor).

A denúncia pública foi replicada na edição n.102 do diário clandestino brasileiro *Voz Operária* (1973), que dizia o seguinte:

[...] Outro oficial do Exército, da equipe de torturadores, é o tenente médico Amílcar Lobo. Esse (sic) oficial orienta os torturadores sobre a resistência física do preso político. E como psicanalista é o responsável pelo “acompanhamento” da saúde mental do torturado e da melhor maneira de arrancar confissões (LANGER & BAULEO, 1973, p. 93, grifos dos autores).

Marie Langer se solidarizou com os brasileiros na tarefa de denunciar o caso Amílcar Lobo às instâncias superiores da IPA, presidida na época por Serge Lebovici, “recebendo como resposta um desmentido tanto de Leão Cabernite, [...] quanto de David Zimerman, membro da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre e então presidente da COPAL”²⁴ (ROUDINESCO e PLON, 1998, p. 90).

²⁴ Organização representante das sociedades psicanalíticas da América Latina filiada à IPA.

O caso ganhou maior repercussão midiática a partir de uma reportagem no *Jornal do Brasil* assinada pelos psicanalistas da SPRJ Hélio Pelegrino, Eduardo Mascarenhas e Wilson Chebabi, sob o título – *Os barões da Psicanálise*²⁵, denunciando o elitismo, “a gerontocracia das instituições psicanalíticas, as discriminações ideológicas contra candidatos à formação, o falso *apolitismo*, e até mesmo a ignorância das obras de Freud”. Em seguida, o jovem que havia realizado a denúncia no Simpósio de psicanálise, Rômulo Noronha de Albuquerque, fez a denúncia pública da atuação do médico Amílcar Lobo na ditadura brasileira.

O estopim desse caso ocorreu por ocasião da revelação da única sobrevivente do centro clandestino de extermínio na região serrana - Inês Etienne Romeu, que passou a ser conhecido como *Casa da Morte*. Inês Etienne reconheceu (em 5/fev./1981) o seu torturador ao visitá-lo em seu consultório: “Amílcar Lobo que, sinistra ironia, adotava o codinome de “Dr, Carneiro” junto à equipe de tortura”.

Com a expulsão de Pelegrino e Mascarenhas e a conseqüente crise da SPRJ, esse acontecimento foi capa das revistas *Veja*²⁶ e *Isto é*. Em 1986, após cinco anos transcorridos desses acontecimentos, Amílcar Lobo foi entrevistado pela revista *Veja* de 3 de setembro, fazendo uma revelação até então desconhecida por todos os brasileiros:

[...] Fui chamado às 2 da manhã para ir ao quartel, onde deveria atender um preso. [...] Eu nunca havia presenciado um quadro desse tipo. Aquele homem levava uma surra como eu nunca vira. Fiquei na cela com ele durante 15 minutos. Durante todo o tempo ele estava deitado. Estava consciente. Não gemia. Disse só duas palavras: - Rubens Paiva. [...] No dia seguinte, ou melhor, no mesmo dia, quando cheguei ao quartel [para o turno regular] um oficial me falou: - Olha, aquele cara morreu (LOBO *apud* MOREIRA; BULAMAH; KUPERMANN; 2014, p. 181).

Antes deste testemunho, não se conhecia as circunstâncias nem a confirmação da causa da morte de Rubens Paiva. Novamente, o caso Lobo voltava à cena pública, sendo destaque na entrevista dada ao *Jornal do Brasil* em 14/set./1986. Retomando o testemunho sobre Rubens Paiva, a referida entrevista realizou perguntas sobre o período da formação de Lobo na SPRJ e sua relação com Leão Cabernite. Após 2 dias no mesmo jornal, Cabernite publicou um texto em resposta às polêmicas que ressurgiam no cenário público.

Conforme registrado pela primeira denunciante do caso, Helena Vianna:

²⁵ A reportagem foi reproduzida em Cerqueira, 1981, e pode ser acessada no endereço digital: <http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19810923&printsec=frontpage&hl=-BR>.

²⁶ As duas reportagens foram registradas em Katz, 1985, p. 268.

Cabernite, analista-didata de Amílcar Lobo, defende-se da acusação de ter sido conivente com a tortura a presos políticos durante a ditadura militar no Brasil, apelando para que a Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro não faça “concessões que possam deformar as ideias de Freud”. Desfigurando a psicanálise freudiana, utiliza-se do nome de seu fundador, para solicitar que não aceitem decisão de punição para omissos, comprometidos e coniventes com a tortura e a ditadura. Amílcar Lobo, analisando de Cabernite, apela para a “igualdade da estrutura mental dos homens”, utilizando como exemplo o holocausto perpetrado durante o regime nazista.

E assim, “salvando a psicanálise”, vão enterrando Freud e os princípios básicos de suas teorias (VIANNA, 1994, p. 129, grifos da autora).

Após alguns meses de investigação do conselho de ética de medicina (RJ), com a participação de testemunhos de sobreviventes do terrorismo de Estado brasileiro que passaram pela tortura, além da participação de outros psicanalistas implicados no caso Amílcar Lobo pelo viés institucional, em julho de 1992, os 21 conselheiros (de forma unânime decidiram “proibir Leão Cabernite e Ernesto La Porta de exercerem a medicina por omissão e conivência com a tortura a presos políticos durante a ditadura militar” (VIANNA, 1994, p. 131). Como resultante do julgamento, Leão Cabernite perdeu definitivamente os seus direitos profissionais, uma vez que foi considerado culpado pelo CREMERJ e o CFM, além de expulso dos quadros da IPA.

Conforme a investigação sobre a relação de Amílcar Lobo com a SPRJ, o psicanalista Daniel Kupermann apresentou quatro aspectos que dimensionaram as implicações do processo de institucionalização apolítica da psicanálise, a saber: a “identidade entre as práticas do Exército e as da SPRJ”; a “negação institucional por parte da SPRJ” de que Lobo fazia no DOI-CODI; a “identificação com Lobo” (na posição de candidato em formação e médico dos torturados; e a “introjeção das regras e ideais das instituições psicanalíticas” (KUPERMANN, 1996, p. 188).

Por sua vez, Pelegrino (1982) fez uma leitura acerca do caso Lobo baseando-se no Regulamento de Formação de Psicanalistas da SPRJ - artigo 33 - que previa a interrupção do processo de formação mediante as seguintes situações: surgimento de enfermidade grave que impedisse o exercício da psicanálise; distúrbios de conduta em relação aos princípios do código de ética médica; e abandono do processo analítico. Como Lobo se enquadraria negativamente em todas as situações previstas no regulamento da instituição, nos perguntamos sobre o motivo da SPRJ, em detrimento das inúmeras denúncias contra Lobo, ter escolhido protegê-lo enquanto punia seus denunciante. Cada denunciante, a seu modo, constatou que ao se manter “apolítica” e “neutra” quanto a gravidade dos fatos que assolavam o país, a

Instituição SPRJ manteve um posicionamento político de identificação com a repressão.

Curiosamente, ao ver o seu projeto de tornar-se psicanalista barrado, alguns anos depois Amílcar Lobo registrou em seu livro:

Mil vezes melhor uma sessão de interrogatórios num “pau-de-arara” ou uma tentativa simulada de afogamento. Foi uma verdadeira tortura esperar este tempo todo uma resolução prometida para receber, depois de quatro anos, verdadeiros socos e pontapés na face (LOBO, 1989, p. 84, grifos do autor).

Rememorando esses fatos, Lobo banalizou a tortura ao mesmo tempo que fez a sua própria confissão, ao admiti-la como uma prática comum dos órgãos repressivos dos quais fazia parte, como se fosse possível humanizar a sua condição de torturador e legitimar-se enquanto vítima de um julgamento injusto.

Por sua vez, Pelegrino (1982) observou alguns pontos acerca da “enfermidade grave” do emblemático caso Lobo, conjugando a nosologia psicanalítica com fatores sociopolíticos, caracterizados como: a) “perversão sádica”; b) “caracteriopatía fascista grave (como justificativa ideológica para a prática da tortura)”; c) “pusilanimidade radical e indiscriminada de ordens superiores”; e todos eles juntos e misturados. Qualquer semelhança com as equipes técnicas do III Reich ... não seria mera coincidência!

1.3 EPISTEMOLOGIAS DO TRAUMA COLETIVO

Após o término na II Guerra Mundial, as investigações acerca dos efeitos traumáticos dos sobreviventes e descendentes dos campos de concentração ainda eram tímidas²⁷. No contexto dos anos 1950, políticas indenizatórias às vítimas passaram a ser implementadas pelo governo alemão, rompendo-se de certa forma com o silenciamento acerca dos danos sociais causados pelo nazifascismo, especialmente ao povo judeu. Somente na década seguinte, as questões psíquicas passaram a receber algum contorno clínico, embora circunscritas ao evento concentracionário do Holocausto.

O psiquiatra norueguês Leo Eitinger, sobrevivente dos campos de concentração, foi quem cunhou o termo “síndrome do sobrevivente²⁸” para designar os processos traumáticos constelados de forma tardia nas vítimas. Para esse autor, a especificidade

²⁷ Em 1947, Adorno e Horkheimer lançam um livro que se torna um clássico da Sociologia, a *Dialética do Iluminismo*, traduzido nas edições brasileira como *Dialética do Esclarecimento* (1985). Trata-se de uma genealogia do fenômeno irracional do antisemitismo até o seu estopim, com a barbárie fascista na cultura moderna.

²⁸ Em 1980, o conceito de “síndrome do sobrevivente” foi incluído na terceira edição do Manual de Diagnóstico e Estatística (DSM-III).

do trauma dos sobreviventes estaria intrinsicamente relacionada ao sofrimento transmitido intergeracionalmente, sugerindo “que os efeitos do trauma nas crianças provavelmente seriam percebidos após algumas décadas” (EITINGER *apud* SCARPUSIO *et al*, p. 354, tradução nossa). Por sua vez, Bruno Bettelheim, psicanalista vienense sobrevivente dos campos de Dachau e Buchenwald²⁹, entre 1938 e 1939, interessou-se por ressignificar suas experiências traumáticas conectando os estudos psicológicos com a dimensão sociológica acerca do totalitarismo. Em 1955, aceitou um convite para realizar uma pesquisa sobre o tema junto a outros investigadores na Universidade de Frankfurt, inicialmente entrevistando alguns sobreviventes para buscar compreender os processos de reabilitação dos mesmos, trazendo como questão os modos com que essas pessoas enfrentavam as suas experiências na vida pessoal. O próprio autor reconheceu o seu contorno simplista para a investigação de uma situação tão complexa, ao se dar conta de que a sociedade alemã estava profundamente marcada pela experiência nazista, além de resistente em testemunhar ou de escutar (outros) sobre o assunto.

Fazendo uma análise mais cuidadosa, Bettelheim (1991) chegou à conclusão de que o Terceiro Reich foi como um grande campo de concentração, do qual todo alemão foi prisioneiro. Nas suas palavras:

Cada alemão que viveu sob o regime nazista, quer o combatesse ou o aceitasse, num certo sentido passou por um campo de concentração. Alguns, os verdadeiros prisioneiros dos campos, tinham passado pela experiência como escravos torturados; os outros, a maioria dos alemães, tinham passado como curadores, por assim dizer.
[...] Psicologicamente falando, talvez se pudesse dizer que os dois grupos foram seriamente traumatizados (BETTELHEIM, 1991, p. 226-227).

Bettelheim sustentou a ideia de uma amnésia geracional e social como um mecanismo de defesa para aplacar o horror do extermínio em massa. Trouxe em sua análise crítica, a antítese de duas condutas usuais de pessoas que testemunharam o governo de Hitler: a primeira se deu por um posicionamento de clara oposição ao fascismo, escolhido por uma minoria, enquanto que na segunda, grande parte da sociedade alemã buscou “ajustar a personalidade segundo as exigências” de apoio ao

²⁹ O campo de concentração de Dachau foi o primeiro a ser construído pelo regime nazista (em uma antiga fábrica de pólvora próximo da cidade de Dachau, ao sul da Alemanha) em 1933, logo após a ascensão de Hitler ao poder. Inicialmente destinava-se a presos políticos. Estima-se que abrigou mais de 200 mil prisioneiros e exterminou mais de 30 mil pessoas. O campo de concentração de Buchenwald foi construído ao leste da Alemanha (no atual estado da Turíngia). Manteve o seu funcionamento entre 1937 e 1945, com 280 mil prisioneiros e 56 mil mortos. Ambos foram libertados pelo Exército dos EUA em 1945. Fonte: Wikipédia.

líder.

Ao aprofundar os processos de identificação com uma liderança que encarnou o totalitarismo, em seu ensaio *Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista*, Theodor Adorno descreveu o fenômeno coletivo de identificação irracional com o antissemitismo nazista, propondo uma dialética entre teoria crítica e psicanálise, especialmente em interlocução com a *Psicologia das massas e análise do eu*, escrito por Freud em 1920. Segundo Adorno, a identificação das massas projetadas na figura do líder seria produzida artificialmente pela propaganda fascista que, por sua vez, faria uso da psicologia das massas com artimanhas de reativar o ressentimento da população mais vulnerável, até promover a sua regressão mais arcaica, pois, “um dos princípios básicos da liderança fascista é manter a energia libidinal primária em um nível inconsciente, de modo a desviar suas manifestações de uma forma adequada para fins políticos” (ADORNO, 1951/ 2015, p.163).

A estratégia primordial da manipulação fascista seria a de induzir o rebaixamento da consciência objetiva dos indivíduos em detrimento de uma submissão coletiva. Para este fim, “o amor completamente não inibido precisaria ser recalçado e transformado em obediência” (ibidem), com promessas irracionais de ‘salvação religiosa’ ou de ‘proteção do Estado’ contra uma ameaça externa.

O caráter estranho e compulsivo da formação dos grupos que se mostra em suas manifestações de sugestão // pode, portanto, com razão, ser referido à origem a partir da horda primitiva. O líder do grupo é ainda sempre o pai primitivo temido, o grupo será sempre dominado por uma violência ilimitada, demandando a autoridade em alto grau, e tendo, segundo a expressão de Le Bon, sede por submissão. O pai primitivo é o ideal do grupo, que domina o eu em lugar do ideal do eu (FREUD *apud* ADORNO, 1951/ 2015, p. 164).

O efeito hipnótico criado pela sugestão produz um convencimento irracional que, por sua vez, reativa vínculos eróticos inconscientes, enquanto o intelecto dos indivíduos fica em suspensão, em uma atmosfera propícia para agregar passividade e masoquismo³⁰ endereçados a quem “deverá se render” (ADORNO, 1951/ 2015, p. 165),

³⁰ “O fato de o masoquismo do seguidor fascista estar inevitavelmente acompanhado de impulsos sádicos harmoniza-se com a teoria geral de Freud da ambivalência, originalmente desenvolvida em conexão com o complexo de Édipo. (...) Embora Freud não coloque o problema do que foi chamado posteriormente de “sadomasoquismo”, ele estava, entretanto, bem consciente dele, como é evidenciado por sua aceitação da ideia de Le Bon de que, “uma vez que o grupo não duvida do que é verdadeiro ou falso e ainda tem consciência de sua grande força, ele é tão intolerante quanto obediente à autoridade. Ele respeita a força e se deixa influenciar apenas de forma moderada pelas bondades, que lhe significam apenas uma espécie de fraqueza. O que exige de seus heróis é força, ou mesmo exercício da violência. Ele quer ser dominado e oprimido, e sentir medo de seus senhores” (ADORNO, 2015, p. 166).

nesse caso, o inimigo projetado como impuro e desumano.

1.3.1 Os traumas de guerra

Em 1919, Sigmund Freud publicou algumas considerações acerca das neuroses de guerra³¹, inicialmente configurando-as como uma defesa do *eu* mediante um perigo externo ameaçador. Diferenciando-as das neuroses manifestas em tempos de paz, Freud sugeriu que as neuroses de guerra fossem interpretadas como neuroses traumáticas advindas de um conflito do Eu. Segundo ele, “tanto podemos dizer que o *velho Eu* se protege do risco de vida mediante a fuga na neurose traumática, como que se defende do *novo Eu*, percebido como ameaçador em sua vida”. Uma outra faceta das neuroses de guerra se daria pelos resquícios traumáticos inconscientes, com possibilidades de se manifestar a posteriori, em tempos de paz, “depois de um choque e de acidentes graves, sem nenhuma relação com um conflito do Eu (FREUD, [1919], 2010, p. 385-386), grifo nosso).

Freud também formulou os tipos de angústia que poderiam se desenvolver no *eu* em conformidade com as experiências de perigo real, perfazendo uma leitura concentrada na relação do indivíduo com suas experiências subjetivas circunscritas em uma perspectiva intrapsíquica³². Após a publicação de seu ensaio *O mal-estar na civilização* (1930), buscou ampliar o escopo da teoria das pulsões, trazendo novas problematizações acerca do dualismo pulsional para o âmbito da cultura. Em concordância com o filósofo inglês Thomas Hobbes acerca da natureza arcaica do homem, ou seja, na afirmativa de que “o homem é lobo do homem”³³, esta nova perspectiva freudiana enfatizou algo que o homem costuma negar de si próprio: “o ser humano não é uma criatura branda, ávida de amor, que no máximo pode se defender, quando atacado, mas sim que ele deve incluir, entre seus dotes instituíveis³⁴, também um forte quinhão de agressividade” (FREUD, [1930], 2010, p. 76).

Para tanto, basta uma situação exterior extremada que favoreça o

³¹ Introdução à psicanálise das neuroses de guerra, apresentado no V Congresso Internacional de Psicanálise, em Budapeste, em setembro de 1918.

³² Em seu artigo “O problema econômico do masoquismo” (1924), Freud desenvolveu a ideia de um novo dualismo pulsional originário do aparelho psíquico, “como também formulou que seria a expulsão da pulsão de morte pela pulsão de vida o que constituiria, ao mesmo tempo, a condição de vida e a pulsão de destruição, como o seu correlato, pelo ato da expulsão (BIRMAN, 2018, p. 22).

³³ **Homo homini lúpus.*

³⁴ Importante salientar que nesta edição brasileira, cuja tradução dos textos originais do alemão para o português foi feita por Paulo César de Souza, *Trieb* (pulsão) foi traduzido por instinto.

enfraquecimento da inibição dessas pulsões destrutivas para que a faceta selvagem da condição humana venha à tona, a exemplo, segundo ele, da capacidade humana de usurpar o patrimônio do outro, de causar dor moral - como a humilhação, a dor física e psíquica – pela agressão e tortura, e até mesmo a morte. Em termos coletivos, somente o homem (dentre os demais animais) é capaz de se comportar de tal forma “que não poupa os de sua própria espécie” (FREUD, [1930], 2010, p. 77). Dentre tantas barbáries coletivas que jamais cessaram de acontecer na história da humanidade, Freud questionou esta condição humana: “Quem chamar à lembrança os horrores da migração dos povos, [...] da conquista de Jerusalém pelos piedosos cruzados, e ainda das atrocidades da recente Guerra Mundial, terá de se curvar humildemente à verdade dessa concepção” (ibidem, p. 77). Com os traumas coletivos ainda pairando no ar, o período entre guerras ensejou uma efervescência cultural mais crítica ao paradigma iluminista, junto a um clima de inquietude e desejos por transformações sociais mais profundas.

No entendimento de Joel Birman (2018), Freud retratou a condição coletiva do desamparo frente a crise da modernidade como uma ruptura abrupta dos ideários de *felicidade* (Rousseau) e da *paz perpétua* (Kant), promessas feitas desde o iluminismo pelo primado da razão. Ao ser surpreendido pela primeira guerra mundial, o psicanalista publicou o texto *Por que a guerra?* (FREUD, 1933) após um período de troca de correspondências com Einstein a respeito da guerra e dos rumos da humanidade. Como de fato aconteceu, em uma temporalidade de quase um século de paz, a irrupção da primeira Guerra Mundial desmontou por completo a perspectiva iluminista de paz perpétua. Embora não tenha vivenciado a segunda grande guerra, o criador da psicanálise assistiu de perto a ascensão do nazifascismo afetando diretamente as primeiras gerações do movimento psicanalítico que era, em sua maioria, de descendência judaica.

Ao propormos uma releitura das memórias dos psicanalistas que testemunharam os traumas de guerra, consideramos a importância do legado sociológico e clínico que Freud deixou em aberto para as gerações posteriores, em especial, com análises críticas circunscritas aos processos civilizatórios por intermédio do dualismo pulsional (pulsão de vida X pulsão de morte), apresentadas desde *O mal-estar na civilização*. Partindo destes pressupostos, quando os conflitos geradores de guerras se insurgem, regidos pela pulsão de morte (*Tânatos*) e causando catástrofes e violências extremadas entre os povos, estariam se contrapondo às pulsões de vida (*Eros*), embora o antagonismo dessas

pulsões estejam sempre presentes no psiquismo humano. Daí a convicção freudiana de que o processo civilizatório decorre dos conflitos e disputas de poder, portanto, essencialmente traumáticos. E o sujeito se constitui mediante as subjetividades e circuitos deste dualismo pulsional.

O conceito-chave para a crítica freudiana sobre as expectativas iluministas para o projeto da modernidade foi “*Narcisismo das pequenas diferenças*”, segundo o qual não apenas os indivíduos – mas também os diversos segmentos sociais, etnias e classes sociais – estabeleceriam entre si relações marcadas pela violência” (BIRMAN, 2018, p. 23, - grifos do autor), transformando essas diferenças como algo intransponível ao convívio pacífico do homem moderno.

1.3.2 Era de catástrofes

Em decorrência das crises sociopolíticas que inauguraram a contemporaneidade, caracterizadas por alguns autores das ciências sociais como mantenedoras de catástrofes e traumas sociais permanentes, propomos adiante algumas leituras dos efeitos subjetivos dessas crises e cisões no campo da representação em nossa civilização. Conforme o sociólogo Gabriel Gatti, existe ambivalência inerente ao conceito de catástrofe na medida em que se tenta configurar uma instabilidade estável, um desajuste permanente nas sociedades contemporâneas. Na condição de uma engrenagem sociopolítica, “a causa da catástrofe não desaparece: é a exceção permanente, é a anormalidade da norma, é um luto perpétuo. Trauma que não se resolve; acontecimento que perdura” (GATTI, 2010, p. 58).

Do ponto de vista de sua leitura histórica acerca da transição entre o período moderno e o contemporâneo, Eric Hobsbawm considerou a brevidade do século XX, colapsado desde a eclosão da Primeira Guerra até a dissolução da URSS. E com a finalização dos anos 80 e início dos anos 90, novos rumos se deram na história da humanidade.

Para essa sociedade, as décadas que vão da eclosão da Primeira Guerra Mundial aos resultados da Segunda foram uma Era de Catástrofe. Durante 40 anos, ela foi de calamidade em calamidade. Houve ocasiões em que mesmo conservadores inteligentes não apostariam em sua sobrevivência. Ela foi abalada por duas guerras mundiais, seguidas por duas ondas de rebelião e revolução globais que levaram ao poder um sistema que se dizia a alternativa historicamente predestinada para a sociedade capitalista e burguesa e que foi adotado, primeiro, em um sexto da superfície da Terra, e após a Segunda Guerra Mundial, por um terço da população do globo.

[...] Enquanto a economia balançava, as instituições da democracia liberal praticamente desapareceram entre 1917 e 1942 [...]. Enquanto isso,

avançavam o fascismo e seu corolário de movimentos e regimes autoritários (HOBSBAWM, 1995, p. 16-17).

Conforme o autor, o pesadelo fascista só pôde ser superado graças a inusitada e temporária aliança do comunismo com o capitalismo liberal, sendo a vitória final sob Hitler garantida pelo Exército Vermelho stalinista. No entanto, ao situar as incongruências da *Era de Ouro*³⁵ do capitalismo, Hobsbawm apontou para um posterior apagamento da memória histórica acerca dos efeitos das revoluções socialistas que, concomitante à Era do Ouro, haviam produzido uma “grande aceleração da modernização de países agrários atrasados”, talvez como políticas de esquecimento, ou seja, “como estratégias rivais para sepultar o mundo de nossos antepassados” (HOBSBAWM, 1995, p.18-19).

Em contrapartida, alguns historiadores questionaram o suposto “progresso” desse período, pois, na ausência de confiança em um futuro auspicioso, consideraram o séc. XX como o “mais assassino que temos registrado, tanto na escala, frequência e extensão da guerra que o preencheu, [...] como também pelo volume único das catástrofes humanas que produziu, desde as maiores fomes da história até o genocídio sistemático” (HOBSBAWM, 1995, p. 22). Assinalamos, no entanto, a importância do contexto sócio-histórico na transição dessas ‘eras’, considerando as descontinuidades e/ou rupturas subjetivas das relações humanas e geracionais, especialmente a respeito do que seria considerado uma sociedade civilizada. As narrativas com que os Estados modernos passaram a se utilizar para naturalizar a violência em suas sociedades mudaram de perspectiva, integrando-as ao discurso da segurança pública, embora os assassinatos e as práticas de tortura perdurem até hoje. Segundo o historiador, seria contraproducente comparar quantitativamente o início e o fim do século XX para mensurar as vítimas de suas barbáries. No entanto, em termos qualitativos, diferenciou três aspectos que sinalizaram suas transformações:

Primeiro, ele tinha deixado de ser eurocêntrico. Trouxera o declínio e queda da Europa, ainda centro inquestionado de poder, riqueza, intelecto e “civilização ocidental” quando o século começou.

[...] A segunda transformação foi mais significativa. [...] Na verdade, para muitos propósitos, notadamente em questões econômicas, o globo é agora a unidade operacional básica, e unidades mais velhas como as “economias nacionais”, definidas pelas políticas de Estados territoriais, estão reduzidas a complicações das atividades transnacionais.

A terceira transformação, em certos aspectos a mais perturbadora, é a desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano, e com ela,

³⁵ Hobsbawm retratou a Guerra Fria como a Era de Ouro do capitalismo moderno, entre os anos (1947-1973).

aliás, a quebra dos elos entre as gerações, quer dizer, entre passado e presente (HOBSBAWM, 1995, p. 24-25, - grifos do autor).

Embora as transformações que definem a contemporaneidade estejam interligadas, a última mencionada retrata a quebra da transmissão transgeracional das memórias traumáticas, assim como os mecanismos de silenciamento social após inúmeras experiências de catástrofes de guerra e do terrorismo de Estado na história recente de alguns países latino-americanos. Os motivos que ensejaram o silenciamento social dos traumas vivenciados de forma extrema no contexto contemporâneo nos leva a repensar as possibilidades de representação dessas experiências através do compartilhamento das memórias coletivamente, de modo a favorecer um contraponto com a esfera pública, já que, como diz René Kaës (1991),

Uma catástrofe social implica o “aniquilamento (ou a perversão) dos sistemas imaginários e simbólicos predispostos nas instituições sociais e transgeracionais. Enunciados fundamentais que regulam as representações compartilhadas, as proibições, os contratos estruturantes, os lugares e funções intersubjetivos [...]. As situações de catástrofe social provocam efeitos de ruptura no trabalho psíquico de ligadura, de representação e de articulação. [...] Enquanto que, como Freud sublinhou, as catástrofes naturais solidarizam o corpo social, as catástrofes sociais o desagregam e dividem (p. 144-145).

Conforme Elisabeth Jellin, a experiência do Holocausto tornou-se reconhecida pelo mundo afora após os testemunhos dos sobreviventes no julgamento de Eichmann, em Nuremberg, no início dos anos 1960. No entanto, 50 anos após esses acontecimentos esses testemunhos tornaram-se transmissíveis, ou seja, “somente com o passar do tempo tornou-se possível ser *testigo del testimonio*, como capacidade social de escutar e de dar sentido ao testemunho do sobrevivente” (JELLIN *apud* ROUSSEAU, 2015, tradução e grifo nosso), furando-se a bolha dos enunciados hegemônicos produzidos pelo poder totalitário mediante processos de subjetivação.

1.3.3 Efeitos do trauma político

Ao levarmos em consideração que os efeitos da violência de Estado transbordam o evento traumático *per si*, para além do trauma individual dos sujeitos que foram e ainda são afetados em seus corpos, apontamos alguns aspectos que envolveram a violência aplicada na tortura e nos assassinatos perpetrados pelos agentes do próprio Estado de forma ostensiva na América Latina das últimas décadas. Conforme nos lembra Safatle (2019), a história demonstra que os mortos jamais se calam frente às barbáries:

[A]queles cujos nomes o poder tentou anular sempre voltam com a força irreduzível dos espectros. Pois, como dizia Lacan, aquilo que é expulso do universo simbólico, retorna no real. Por mais que todos procurem se livrar dos mortos, matando-os uma segunda vez, matando-os com essa morte simbólica que consiste em dizer que a morte deles foi em vão, que seu destino é a vala comum da história, que seus nomes nada valem, que não merecem ser objetos de memória coletiva, os corpos retornam (p. 16).

No início das primeiras experiências de acompanhamento psicossocial às vítimas do terrorismo de Estado, em sua maioria operadas na clandestinidade por organismos de direitos humanos, as ferramentas teórico-clínicas tradicionais pareciam insuficientes. Conforme os relatos dos profissionais implicados nesta complexa e arriscada tarefa, os efeitos danosos de uma sociedade ainda petrificada pelo horror deveriam ser investigados em conjunto com vários campos de conhecimento, de forma transdisciplinar. Com o regate democrático a partir dos anos 1990, o intercâmbio dessas experiências da clínica psicossocial se intensificou por intermédio de publicações coletivas do campo psi latino-americano, além de realizações de seminários e congressos internacionais. Conforme uma das primeiras coletâneas publicadas pelo Goethe-Institut de Córdoba³⁶,

[...] se algo define a América Latina é a força e riqueza de seu variado desenvolvimento cultural, cuja persistência resiste aos embates das crises contemporânea e contrasta com a falta de coerência de sua vida política. [...] “Nossas frágeis democracias mal podem resistir a estes embates; mas somente o fortalecimento da democracia pode reunir cultura e política e permitir-nos finalmente sair da crise. Porém, qualquer nova democracia tem que estabelecer uma meta que até agora somente as revoluções propuseram seriamente: crescimento com justiça” (BERMANN, 1994, p. 11, tradução nossa, grifo da autora).

Os temas apresentados nesta coletânea giraram em torno da transmissão dos danos sociais gerados pela repressão política das ditaduras latino-americanas e da última guerra mundial, um intercâmbio investigativo acerca dos traumas dos sobreviventes dos crimes de Estado na “Alemanha, Argentina e Uruguai”. A perseguição política, os desaparecimentos em massa, os campos de concentração e extermínio, a tortura, o exílio e as marcas psíquicas dos sobreviventes que afetaram as primeiras gerações foram debatidos nesse primeiro momento. Segundo o psicanalista uruguaio Marcelo Viñar, esse encontro permitiu reconhecer alguns vetores essenciais para a clínica contemporânea. Primeiramente, pensar a catástrofe no corpo social, trazendo os desafios de reparar e restituir a memória no tempo presente e, coletivamente, assumi-las

³⁶ Esta coletânea reuniu as conferências apresentadas nas Jornadas *Efeitos psicossociais da repressão política* em Córdoba e Montevideo, em 1983.

como crimes de lesa-humanidade, tendo-se em vista que “na memória histórica não há possibilidades de uma tábula rasa. É uma ficção ilusória que se paga com a ameaça à repetição” (VIÑAR, 1994, p. 71, tradução nossa).

Por sua vez, o psiquiatra e psicoterapeuta Hans Stoffels compartilhou o seu sentimento de incompetência para a transmissão das experiências dos sobreviventes dos campos nazis que, segundo suas palavras, retrataria o inalcançável das “esferas em que o sinistro modificou corpo e alma do ser humano” (1994, p. 31). Para clarear a sua observação, trouxe uma narrativa em comum entre os sobreviventes do Holocausto; dos registros literários aos relatos daqueles que se dispuseram a falar, já em idade avançada - o fato de terem vivenciado o inferno! Dentre eles, Victor E. Frankl (1947) retratou a desconfiança que pairava sob qualquer pessoa que tentasse compreender tal experiência dantesca:

Não nos agrada falar sobre nossa vivência; a quem esteve, ele mesmo em um campo, não necessitamos explicar nada; e quem não esteve, a ele não podemos torná-lo compreensível o que ocorria em nosso interior – e o que está acontecendo em nós (FRANKL *apud* STOFFELS, 1994, p. 32, tradução nossa).

Hans Stoffels evidenciou desse modo um abismo intransponível para a transmissão da experiência dos sobreviventes, mesmo para ouvintes bem intencionados. Isso se deve ao fato desse sofrimento ter sido gerado por uma violência coletiva de terror arquitetada pelo poder estatal, ficando à margem da capacidade humana de apreensão pela cognição ou emoção. Por este motivo, “aqueles que se apressam por oferecer entendimento, compreensão ou sensibilidade, perdem credibilidade diante dos perseguidos da época” (STOFFELS, 1994, p. 32). Primo Levi já havia nos advertido dos conflitos e angústias dos sobreviventes que, nem mesmo após a libertação dos campos conseguiam sentir o regozijo, tamanha a solidão da alma, além do sentimento de vergonha por permanecerem vivos.

Na maior parte dos casos, a hora da libertação não foi nem alegre nem despreocupada: soava em geral num contexto trágico de destruição, massacre e sofrimento. Naquele momento, quando voltávamos a nos sentir homens, ou seja, responsáveis, retornavam as angústias dos homens: a angústia da família dispersa ou perdida; da dor universal ao redor; do próprio cansaço, que parecia definitivo, não mais remediável; da vida a ser recomeçada em meio às ruínas, muitas vezes só (LEVI, 2016, p. 55).

Conforme suas investigações acerca das sequelas tardias dos afetados por guerras e ditaduras, Muller-Hohagen endossou que só foi possível dar-se conta das

sequelas intergeracionais após suas experiências investigativas grupais. Na clínica privada, os pacientes das primeiras gerações não falavam sobre a perseguição nazista “sofrida por eles mesmos nem por seus parentes” (1994, p. 55). No entanto, Muller-Hohagen demonstrou certa reserva a respeito do conceito de traumatização, quando se enfatiza uma leitura restrita ao evento passado e individualizado do sobrevivente. Sobre este aspecto, evocou as observações de Jean Améry que, desde os anos 60, demonstrou sua discordância de termos tais como “síndrome do sobrevivente” ou “traumas do campo de concentração”.

De acordo com o testemunho de Améry,

a conceitualização, aparentemente correta, se transforma em errônea ao admitir um agregado indispensável, que se leria assim; ...porque ele, (o perseguido), tem boas razões para esperar, como espera em qualquer momento, uma nova catástrofe... Eu... não estou traumatizado, mas vivo espiritual e psiquicamente em correspondência com a realidade. A consciência de meu ser judeu-catástrofe, não é uma ideologia... É uma realidade histórica de minha época que vivo e ilumino em minha existência (AMÉRY *apud* MULLER-HOHAGEN, 1994, p. 60, - tradução nossa, grifos do autor).

Por esta seara, Muller-Hohagen (1994) endossa a ideia de que, caso “nós, os terapeutas, não tomarmos a iniciativa de falar dos abismos deste século, então muitos perseguidos e seus descendentes não poderão fazer outra coisa senão seguirem mudos” (p. 57, tradução nossa). Ao reafirmar o teor político dos danos sociais e geracionais do Holocausto, teceu duras críticas quanto a conduta distanciada de certos psicoterapeutas alemães. “A que perigos reais se expõe os perseguidos e seus familiares quando consultam esses terapeutas? Existem também terapeutas que se identificam com os autores dos delitos nazis. Sobre isso não há debate suficiente nem nas análises [...] nem na supervisão” (MULLER-HOHAGEN, 1994, p. 62).

Assim como a palavra de ordem “Nunca Más” perdure ainda hoje na memória dos argentinos, na Alemanha do pós-guerra os soldados da resistência bradavam ‘Nunca mais fascismo, nunca mais guerra’. No entanto, as memórias da resistência europeia tornaram-se subterrâneas com o passar do tempo, conforme a seletividade histórica dos aliados. “Eles fizeram um aporte essencial na construção da democracia e na criação do estado de direito. Se nós, terapeutas, desconhecemos ou ignoramos essa tradição da resistência, estamos contribuindo ao niilismo deste século e da Modernidade” (ibidem, p. 63).

As investigações no campo psi argentino buscaram, desde o seu início, a

amplitude transdisciplinar para melhor compreender os efeitos do terrorismo de Estado no país, assim como similitudes acerca dos efeitos concentracionários do Holocausto com os CCD construídos pelos militares-fascistas. Contudo, com o decorrer das experiências acumuladas pelas equipes de saúde mental em organismos de direitos humanos, as diretrizes teórico-epistemológicas se aglutinaram em torno das problemáticas locais e regionais, observados os processos que se desdobravam no campo das subjetividades e dos agenciamentos da memória política latino-americana.

Tratava-se de temporalidades, culturas, objetivos e condições políticas distintas, pois a estratégia central do terrorismo de Estado argentino diferiu dos mecanismos dos campos nazistas pela escolha em realizar os desaparecimentos em massa, embora ambas situações se configurassem historicamente como crimes de lesa-humanidade em sua base genocida. Portanto, as investigações no campo psi foram acontecendo concomitante às experiências concretas, desde a clandestinidade, a exemplo do dispositivo de saúde mental iniciado pela Associação das Madres, trazendo novos significantes psicossociais, a começar pelo próprio conceito de ‘clínico-político’. Outro significativo importante foi a concepção do trauma como político.

Apresentamos a seguir uma análise de alguns conceitos que foram trabalhados a partir da experiência das equipes de saúde mental junto aos afetados pela ditadura argentina e brasileira, problematizando, inicialmente, os artifícios do discurso do Estado repressor sob a população, de forma a gerar um consenso social a seu favor. Em termos foucaultianos, quais formas de assujeitamento foram produzidas no corpo social afetando o campo das subjetividades.

Para incidir nas subjetividades da população argentina, o discurso dominante da ditadura militar buscou criar mecanismos de controle social, não exclusivamente para gerar medo e terror, mas para induzir o silenciamento. Segundo Edelman e Kordon, o objetivo seria o de gerar a culpa tanto em suas vítimas como na sociedade mediante a produção de enunciados identificatórios, tais como o fracasso dos pais na educação de seus filhos subversivos. Sua eficácia dependia de um contrato narcísico. Tal conceito “alude a ao problema do inevitável pertencimento social que todos os sujeitos possuem” (KORDON; EDELMAN, 1994, p. 78), um pacto social que produz a necessidade do reconhecimento mediante os valores de uma dada cultura, de seus mitos de origem, valores morais e modelos históricos. Segundo as psicoterapeutas, o general Camps, responsável pelo desaparecimento de 5 mil pessoas na província de Buenos Aires,

declarou publicamente (no contexto em que tinha a cobertura das leis de impunidade) a lógica militar de um contrato narcísico ‘nacionalista’, mesmo sem ter plena consciência deste conceito, da seguinte maneira:

O Gral. Camps fundamentou que os filhos dos desaparecidos não poderiam voltar para as suas famílias de origem porque as famílias de origem não eram capazes de transmitir a esses filhos os valores de nossa cultura, que eram, segundo ele, os valores que determinavam a ditadura militar. Ele a sustentou, ideologicamente, de forma absolutamente aberta. Jamais negou o sequestro e a relevância para eles do sequestro sem a retorno dos filhos dos desaparecidos a seus familiares (KORDON; EDELMAN, 1994, p. 79, tradução nossa).

O mais espantoso da declaração do militar genocida foi a sua convicção de dever cumprido em nome de uma causa nobre, desprovido de culpa ou vergonha. Em relação aos efeitos dessa lógica no imaginário social da sociedade argentina, Kordon e Edelman sinalizaram os conflitos gerados pelos enunciados identificatórios, tanto na esfera privada dos familiares dos desaparecidos em detrimento dos apoiadores do regime, quanto nos duelos para a sua elaboração na esfera social. Poderíamos dizer que foram também duelos travados pelos agenciamentos da memória política por parte dos familiares militantes, pois, pelo movimento de transgressão aos enunciados hegemônicos da ditadura militar, buscavam a verdade dos fatos sobre o paradeiro dos filhos e netos desaparecidos pelo regime.

Segundo observação das autoras:

Temos podido ver como os familiares, na medida que iam se instalando na cena social, iam gerando um contradiscurso, iam gerando outros enunciados. Isso favorecia a elaboração, em seu próprio psiquismo, do duelo. Ou seja, que não haveria possibilidade de elaboração pessoal do duelo em uma situação em se pudesse supor algum tipo de neutralidade. Era necessário gerar outros enunciados identificatórios, era necessário gerar a possibilidade para que houvesse alguma outra forma de contrato narcísico, para que as vítimas da repressão ditatorial e seus familiares pudessem elaborar de alguma maneira a situação traumática (KORDON; EDELMAN, 1994, p. 80, tradução nossa).

Outra discussão importante se deu pelo viés da representação social, levando-se em consideração a sua polissemia. Tal conceito ofereceu a amplitude necessária para a compreensão tanto dos processos de elaboração social como das apreensões psicológicas dos sujeitos acerca da realidade. Kordon e Edelman (1994) consideram a representação social,

um elemento essencial, através do qual a realidade material pode ser conduzida para o psiquismo; porque as pessoas não absorvem no psiquismo a

realidade material como tal, se não que a incorporamos através de determinadas representações que a fazem, digamos assim, metabolizáveis para o psiquismo de um sujeito (p. 81).

As representações sociais são produzidas e transmitidas no corpo social e incidem no psiquismo dos sujeitos por intermédio de elementos materializados, como as expressões culturais, criações artísticas, mitos de criação e ideologias, sejam elas hegemônicas ou contra hegemônicas. Um exemplo concreto de manipulação ideológica ocorreu com a figura dos *desaparecidos políticos* que, por si só, não traduziam o fato ocorrido, visto que antes do desaparecimento, as pessoas haviam sido sequestradas e mortas. Para maquiar a situação, a representação social dominante travada pelos militares explorava o *conceito de subversão* para conduzir uma torção interpretativa na sociedade argentina ao culpabilizar as suas vítimas, ou seja, forjava-se ideias de responsabilização e culpa como norma e controle social endossados pelos meios de comunicação da época. Em contrapartida, a representação social contra hegemônica do desaparecimento de pessoas foi fruto da luta das Madres e Abuelas da Plaza de Mayo, com suas marchas em silêncio e seus lenços brancos circulando material e simbolicamente na esfera pública, explicitando nesse caso, performaticamente, os crimes cometidos pelo Estado (BOMBAL, 1992; LIFSCHITZ, 2014).

Logo após a redemocratização argentina, a lógica dos dois demônios e os indultos presidenciais garantiram a continuidade da impunidade e do silenciamento social, além da velha tática em conduzir enunciados identificatórios hegemônicos a favor do poder dominante. Uma situação emblemática ocorreu quando a primeira criança apropriada foi encontrada pelas *Abuelas*, trazendo para o debate público o direito à identidade através da restituição dos netos pela justiça. Neste contexto, os meios de comunicação iniciaram uma campanha negativa, com enunciados apelativos de que a restituição faria mal as crianças: “Por quê produzir uma nova separação?” “Por quê produzir um novo trauma?” “É melhor deixá-la aonde está” (KORDON; EDELMAN, 1994, p. 83). Ao endossarem a impunidade, negava-se novamente os crimes de sequestro, apropriação ilegal e desaparecimentos realizados pelos assassinos de seus pais, imputando a culpa às avós pelo fato de não abrirem mão do legítimo direito de recuperar a identidade dos netos.

O problema da impunidade nos traz a questão da função reparadora da lei. Em que sentido? Que se castigue a um culpado não vai reverter a situação ou fatos anteriores ao ocorrido, ou seja, não vai permitir que o assassinato não exista, porque já ocorreu; que a tortura não exista, porque já ocorreu. Mas de

qualquer maneira vai determinar que há alguém que cometeu um delito e que há alguém que foi vítima do delito; que há culpáveis concretos, responsáveis concretos e que há vítimas ou afetados diretos. Como as pessoas costumam dizer nesses casos, ‘ao menos quero justiça’. **Existe uma função de reparação simbólica** (KORDON; EDELMAN, 1994, p. 1994, tradução e grifo nossos).

Assim, a função reparadora da lei foi mencionada pelas autoras na perspectiva de materializar o rompimento com os ciclos de impunidade em ato, propiciando a sua simbolização social por um *Nunca Más*. Pela efetivação da justiça torna-se possível demarcar a diferença abismal entre as vítimas dos crimes de lesa-humanidade com o de seus algozes, e de reparar simbolicamente os efeitos danosos do terrorismo de Estado nas sociedades afetadas.

1.3.3.1 O Brasil na rede clínico-política do Cone Sul

Uma coletânea de artigos sobre saúde mental e direitos humanos no Cone Sul foi publicada em 2002 a respeito das marcas sociais e subjetivas deixadas pelas ditaduras no Brasil, Chile, Argentina e Uruguai. Conforme os organizadores, um dos pontos em comum das investigações realizadas pelas equipes psicossociais³⁷ foi a análise dos “condicionantes e determinantes sociais presentes nos discursos hegemônicos, na promoção de um sujeito funcional ao modelo da sociedade vigente” (KERSNER; *et. al*, 2002, p. 26, tradução nossa).

Em sua apresentação, Osvaldo Bayer assinalou o contexto dos desaparecimentos ocorridos no Brasil, conforme relatados pelos psicólogos investigadores da referida publicação: o fato de que grande parte dos desaparecidos políticos na ditadura brasileira tiveram seus corpos enterrados no anonimato como “indigentes”.

Primeiro se eliminou aqueles que queriam outro sistema. A esses se eliminou com sequestros, torturas e desapareição. Logo, o sistema que que aplicaram os triunfadores, a globalização, atingiu aos pobres desses países; as estatísticas nos sinalizam que mais da metade dessas populações são indigentes. Não possuem trabalho, são desocupados, não comem regularmente, os organismos de saúde pública não se ocupam deles, as escolas funcionam deficientemente, ou seja, que sequer atendem ao futuro. Nossos países são impunes. [...] Sociedades impunes. Porque os desaparecidos não estão “nem vivos, nem mortos, estão desaparecidos” (repetiremos perenemente a frase predileta de Jorge Rafael Videla), mas os pobres estarão desaparecendo da sociedade sem estar nem mortos nem vivos (BAYER, 2002, p. 13, - tradução nossa, grifos do autor).

³⁷ Participaram da referida coletânea a Equipo Argentino de Trabajo y Investigación (EATIP), o Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM-RJ), o Centro de Salud Mental y Derechos Humanos (CINTRAS/Chile) e o *Servicio de Rehabilitación Social* (SERSOC/Uruguai).

No que diz respeito à participação dos brasileiros nesta edição, o jornalista Mauro Ventura ressaltou a importância do trabalho dos dispositivos clínicos em organismos de direitos humanos, especialmente pelo pioneirismo do Grupo Tortura Nunca Mais, por propiciar o rompimento com o silenciamento de alguns militantes e familiares sobreviventes da ditadura. Mediante a escolha de ferramentas de escuta coletiva, o sentimento de desamparo encapsulado nas individualidades dos ex presos políticos e familiares poderia desdobrar-se em transformações no campo das subjetividades. Pessoas que haviam “sofrido os horrores dos subterrâneos da ditadura” poderiam “exorcizar os fantasmas de seus próprios subterrâneos” (VENTURA, 2002, p. 15). Como exemplo contundente, uma das participantes do dispositivo clínico-grupal declarou neste período: “Recentemente estou saindo da clandestinidade. Não queremos a cultura de ódio. Queremos aclarar o passado, para viver o presente de forma sã” (ibidem).

Ademais, diferente da situação de outros países do Cone Sul, a transição para a democracia foi caracterizada por políticas de silenciamento e esquecimento, garantidas pela impunidade. Não houve, portanto, questionamento ou pressão por parte da sociedade brasileira a respeito “da responsabilização de genocidas e torturadores” (VITAL BRASIL, 2009, p. 298). E pelos efeitos do invisível e indizível das experiências traumáticas do terrorismo de Estado, a maioria dos sobreviventes que requisitavam os atendimentos clínico-grupais oferecidos pelo GTNM nos anos 90 não associavam os sofrimentos pessoais, no âmbito privado e familiar, com os danos causados pela violência estatal.

Seu caráter político, relacionado aos fatos históricos de enfrentamento que redundaram em exclusão social, violência e destruição, é precisamente o que distingue o dano produzido pela violência de Estado. Se havia produzido, então, uma dissociação entre o acontecimento que provocou o dano e seus efeitos (ibidem, p. 299).

Pensando em aprofundar essas questões, o dispositivo psicossocial que integrou o GTNM priorizou atendimentos clínico-grupais como ferramenta de trabalho por considerar mais adequado para lançar luz sobre as experiências subjetivas da violência institucionalizada, comumente restritas à vivência privada, com o intuito de “esgarçá-la, esticá-la até o ponto em que cada um, em seu sofrimento, pudesse despessoalizar, desindividualizar a experiência da violência imposta e tocá-la em seus vetores de produção” (RAUTER; PASSOS; BENEVIDES, 2002, p.10).

Movidos pelas questões sociais em suas reflexões e criações clínico-políticas, se guiaram por perguntas disparadoras sobre quais “**efeitos-subjetividade** resultam das práticas de **violência institucionalizada**” (idem). Sob esta perspectiva, ao invés de partirem da categoria “sujeito”, o objeto de intervenção seria o campo das subjetividades. Com marcante influência da análise institucional francesa e da socioanálise argentina, os profissionais brasileiros que integraram a equipe clínico-grupal do Tortura Nunca Mais expressaram o significado de suas intervenções da seguinte maneira: “o conceito de subjetividade tem, para nós, o sentido de processo de produção de si ou **processo de subjetivação**” (ibidem, p.10). Desse modo, “a problemática micropolítica não se situa no nível da representação, mas no nível da produção de subjetividade (GUATTARI; ROLNIK, 2015, p. 36, grifo nosso).

Outra questão norteadora apresentada pelos integrantes do GTNM-RJ foi a problematização da concepção dos direitos humanos desde o pós-guerra, período em que se inaugurou um ordenamento mundial bipolar através da Guerra Fria. A Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a continuidade de leituras binárias acerca dos direitos individuais e direitos universais. Desde as críticas estabelecidas anteriormente por Marx (1844) em relação aos direitos do homem, se mantém a abstração “universalista na definição dos direitos humanos que se apoia em um fundamento absoluto, o da natureza humana. A crítica de autores marxistas como Bobbio indica sua a-historicidade” (COIMBRA; PASSOS; BENEVIDES, 2002, p. 38), pois, além de estabelecer normativas fora de contexto, naturalizam a categoria ‘humano’ como substância originária. No entanto, existem variadas matizes que comportam posições filosóficas e jurídicas singulares, “que encontram outras expressões a partir de novas configurações do capitalismo em um mundo globalizado e transnacional” (idem). Os autores reforçam que a lógica binária que segue intacta, independente das variadas matizes, se traduz na oposição entre aqueles contemplados pelos direitos universais com aqueles que permanecem à margem, excluídos. Trata-se dos grupos minoritários e povos marginalizados por distinções de classe, etnia, gênero ou por conflitos religiosos.

Pensando nos paradoxos entre direto individual e universal, os autores apresentaram como alternativa para se romper com o binarismo normatizante dos direitos humanos – contemplar a multiplicidade de lutas pelo direito à vida, além de pensá-los enquanto processos de individuação.

Substituir a noção de indivíduo pela **noção de individuação** nos permite fazer da luta pelos direitos humanos, uma luta por processos de diferenciação que fazem com que o humano nunca seja completamente definido por uma categoria como classe, gênero, etnia, religião, povo.

Por outro lado, o princípio de universalidade do homem como fundamento absoluto, essência ou natureza, é substituído por um **processo de universalização do compromisso com a vida**.

[...] Nesta outra perspectiva, podemos pensar os direitos humanos como o direito a diferentes modos de viver e estar no mundo (COIMBRA; PASSOS; BENEVIDES, 2002, p. 39, grifo nosso).

A luta pelos direitos humanos no Brasil iniciou como resistência à ditadura no final dos anos 70, neste caso, com os sobreviventes do AI-5 em pequenos agrupamentos de esquerda na luta pela anistia com familiares de desaparecidos, exilados e presos políticos, em associações de bairros, nas fábricas com organizações sindicais, em grupos religiosos - como a teologia da libertação, nos movimentos estudantis, sanitários e de saúde mental. Entretanto, mediante o controle dos militares pela distensão do regime e a lei de anistia de 1979, o conservadorismo foi vitorioso nos anos 90, selando um novo pacto entre as elites. Nesse contexto,

Se manteria o poder em mãos conservadoras preservando a impunidade e esquecendo toda nossa história recente. Recém em 1989 ocorreu a primeira eleição direta para Presidente da República depois do golpe de 1964. Nesses anos 80 se assistiu uma campanha competente, principalmente nos meios de comunicação, que sutilmente associava o aumento da criminalidade ao fim da ditadura militar. A violência se converteu em tema nacional preferido pela “mídia”, pelos políticos e pela elite, em especial nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. [...] A abertura dos debates sobre os direitos humanos no começo da década de 80 é, assim, acompanhada por um discurso conservador e, contraditoriamente, contra os direitos humanos (COIMBRA; PASSOS; BENEVIDES, 2002, p. 40-41, destaque dos autores).

As disputas no campo dos direitos humanos permanecem, tamanha a força dos meios de comunicação nas mãos de pequenos grupos conservadores que se tornaram majoritários desde a ditadura. Na democracia, vem reproduzindo hegemonia no controle da opinião pública, defendendo estado mínimo e mercado livre em detrimento ‘da corrupção e ineficiência do Estado’, interferindo nos rumos políticos do país. Deste modo, patrocinam os descaminhos em direção ao neoliberalismo, que além de corroer as instituições democráticas, produzem trocadilhos (enunciados identificatórios narcísicos) que distorcem a autenticidade das lutas sociais por direitos, tais como “os pobres querem direitos e querem dar direitos até para os bandidos” (COIMBRA; PASSOS; BENEVIDES, 2002, p. 41, grifo dos autores). Além de uma perversa campanha de criminalização dos camponeses, como o Movimento dos Sem Terra – MST, das lutas por moradia nas cidades – MNLP, dos povos originários, o movimento negro, a luta das

mulheres dentre outras dos anos 80 e 90.

Após a tragédia do ataque às Torres Gêmeas do *World Trade Center* em 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, uma nova “política externa belicista” imperialista viola todos os acordos selados pelos direitos humanos do pós-guerra, demonizando a cultura muçulmana, buscando-se aparatos legais para a legitimação do uso da tortura, nomeada de “guerra ao terrorismo”.

No Brasil, com a mesma justificativa, recentemente se descobriu que os serviços de informações consideram como “forças adversas” os movimentos populares e as organizações sociais, em especial o Movimento dos Sem Terra (MST) e, portanto, é aceitável “arranhar” os direitos de *qualquer* cidadão, somente de *alguns*: os potencialmente “perigosos”, os “inimigos” virtuais. Convém recordar que, no Brasil, para as subjetividades hegemônicas, é a pobreza o que se vê como “perigoso” (CALHAU, JORGE; FRANCISCO, 2009, p.130, destaque dos autores).

Daí fazemos a indagação: *o que seria reparador* em sociedades marcadas e silenciadas pela violência atual? Como garantir a *não repetição* do terror por parte dos Estados que perdem sua autonomia econômica em detrimento das políticas neoliberais que ameaçam enfraquecer suas democracias e culturas? Portanto, serão por algumas brechas dos desafios contemporâneos que caracterizam o Cone Sul que buscaremos alinhavar mais adiante os processos que ensejaram a criação de políticas de reparação simbólica no Brasil e Argentina e, posteriormente, lançarmos luz sobre algumas experimentações clínico-políticas em territórios mais vulnerabilizados nas grandes metrópoles
brasileira.

CAPÍTULO 2 CENÁRIOS TRAUMÁTICOS NA HISTÓRIA RECENTE DO BRASIL E ARGENTINA

O ideal da vivência do choque é a catástrofe.
Walter Benjamin

As guerras sacrificam a verdade.
John Reed

Os crimes cometidos pelos Estados Terroristas latino-americanos promoveram, no anonimato, um genocídio silencioso com o desaparecimento massivo de pessoas, sem deixar rastros dos corpos desaparecidos nem pistas no espaço urbano e rural, embora os crimes de sequestro, tortura e assassinatos tenham sido operados por estratégias de repressão estatal aparentemente distintas³⁸, como foi o caso do Brasil e da Argentina.

A ditadura civil-militar-empresarial no Brasil foi uma das mais prolongadas do continente (1964-1985) e, paradoxalmente, considerada por alguns analistas políticos a mais branda em termos de seu funcionamento, sem registros do número real de mortos e desaparecidos. Embora não tenhamos até o momento presente os documentos que comprovem as circunstâncias das operações criminosas dos órgãos repressivos, não há como amenizar 21 anos consecutivos de ditadura. Através de aparatos institucionais sofisticados, o Brasil serviu de base nas operações clandestinas de desaparecimentos políticos em paralelo com os procedimentos legais de encarceramento, com julgamentos nos tribunais militares de pessoas acusadas pelo governo autoritário de envolvimento com grupos de criminosos, subversivos, sequestradores comunistas e antipatriotas. A seletividade quanto ao destino das vítimas foi uma das singularidades estratégicas das Forças Armadas do Brasil.

Em contrapartida, a Argentina já acumulava um histórico de consecutivos golpes militares para reprimir os movimentos de emancipação política e social que cresciam no país, inaugurando em seu último golpe civil-militar (1976-1983) um Estado de terror permanente, justificados pelos militares por medidas de contenção aos grupos civis de luta armada e demais “subversivos”.

Golpes militares e governos civis débeis seguiram alternando-se até 1966, quando o general Juan Carlos Onganía tomou o poder e declarou que seu

³⁸ Somente a posteriori, a existência da Operação Condor em cooperação com a CIA para orquestrar e viabilizar as ações repressivas dos militares latino-americanos tornaram-se conhecidas.

governo “não teria prazos”. As Forças Armadas já não se propunham somente a ser um instrumento para sacar a Casa Rosada a um político e entregar-lhe o poder a outro. Desta vez asseguravam que teriam um projeto político, social e econômico próprio para impor (GINZBERG; DANDÁN, s.d., p. 15-16).

Os mecanismos repressivos dos Centros Clandestinos de Detenção (CCD) espalhados na Argentina só puderam ser elucidados nos testemunhos públicos iniciados logo no início do período democrático, com a implementação (em 1983) da Comissão Nacional de Desaparecidos Políticos – CONADEP, registrados e publicizados no arquivo *Nunca Más*, publicado pela primeira vez em 1984. Nesta circunstância, o presidente eleito Raúl Alfonsín convocou “uma equipe de personalidades da cultura e da ciência, encabeçado pelo escritor Ernesto Sábato” (ibidem, p. 11) para a investigação dos crimes cometidos pela última ditadura militar – de 1976 a 1983. Posteriormente, em 1985, o presidente Raúl Alfonsín outorgou a lei que determinou o julgamento das Três Juntas Militares.

Logo foram milhares de testemunhos. Haviam sido muitos anos de silêncio. Se abria um espaço para a palavra. O caudal de denúncias em Buenos Aires, se somaram as recolhidas em distintos pontos do país. Entre outros lugares, a equipe visitou a província de Jujuy, onde se recolheram relatos sobre o sequestro massivo de 200 pessoas somente em uma noite, das quais 60 continuam detidas-desaparecidas. Desta maneira, se deu início ao trabalho da Comissão Nacional sobre a Desaparição de Pessoas, logo conhecida como Conadep (GINZBERG; DANDÁN, s.d., p.11).

Para compreendermos a amplitude histórica das ditaduras latino-americanas e dos agentes sociais implicados na luta por memória e reparação integral de quem as experienciou, consideramos a *memória política* e os *agenciamentos de memória* (LIFSCHITZ, 2016) no processo testemunhal dos crimes de lesa-humanidade.

De acordo com Lifschitz (2016), enquanto conceito sociológico, o termo memória política remete à ideia de que enquanto alguns povos escolhem esquecer, outros recusam esse esquecimento. O autor nos adverte, porém, que não existe nessa formulação qualquer antinomia, já que lembrar e esquecer não constituem oposições absolutas.

[...] Chegamos assim à constatação de que, principalmente nas sociedades marcadas pela violência, o passado sempre retorna. Porém, como sugeria Deleuze em sua leitura do *eterno retorno* em Nietzsche, o retorno não é da ordem da repetição. O que retorna eternamente, [...] é a *diferença* (LIFSCHITZ, 2016, p. 67).

No entanto, o extermínio de vidas em tempos de guerra e barbárie sempre vem

acompanhado do ocultamento ou distorção da verdade. De tempos em tempos, alguma seletividade histórica é estabelecida pelo poder dominante. Daí a importância dos inconformados que insurgem na contramão dos enunciados hegemônicos da memória oficial (histórica) e que ousam desafiar o poder, promovendo agenciamentos de memória. Na esteira de Habermas em sua teoria da ação comunicativa, Lifschitz (2016) dimensionou o conceito da *memória política* e de seus *agenciamentos de memória* pelo viés de dois aspectos intencionais da linguagem: os atos da fala e as ações não linguísticas. Através dos atos da fala, o que se busca é compreensão e reconhecimento. E por meio das ações não linguísticas, convocam-se os outros ou a si próprios para a ação.

Neste sentido, valemo-nos de uma atuação estratégica como forma de intervir no mundo e em nossos corpos. O autor endossa que a diferença entre memória social e memória política consiste no teor do vínculo estabelecido entre sujeitos e grupos. Pelo viés desta perspectiva habermasiana dos atos da fala, as diferenças entre memórias tornam-se mais claras, pois “enquanto a memória social está associada a vínculos sociais espontâneos, a memória política se articula a vínculos intencionais” das lutas emergentes (LIFSCHITZ, 2016, p. 70).

Podemos compreender a memória política como ações estratégicas intencionadas a intervir numa dada realidade, de modo a “exercer influência sobre os outros” (LIFSCHITZ, 2016, p. 71). Os agenciamentos da memória política consistem, portanto, na efetivação dessas ações intencionais que visam transformar algum contexto da realidade, sem estarem restritas aos antigos ideários de consenso, pois engendram conflitos, resistência e lutas.

Em síntese:

A memória política busca *intervir* no social, confrontando a realidade jurídica, cultural e política, porque se trata de narrativas e práticas que somente adquirem potência quando ingressam na esfera pública. É a partir daí que buscam exercer influência e confrontar, porque o destinatário de sua mensagem é sempre o poder. [...] A existência da memória política está atrelada à ação de indivíduos e grupos que colocam, intencionalmente, essas narrativas sobre a violência política na esfera pública (LIFSCHITZ, 2016, p. 72, grifos do autor).

Através de iniciativas de alguns organismos atuantes na defesa dos direitos humanos, um fenômeno contemporâneo vem se descortinando desde o final dos anos 1970 na América Latina – o surgimento de entidades comprometidas com a clínica psicológica endereçada aos afetados pelo terrorismo de Estado. Após um período de

golpes de Estado nos países latinos, algumas equipes clínico-políticas foram gestadas por meio de dispositivos de direitos humanos como um novo campo de militância e resistência, no sentido de oferecer assistência e maior visibilidade aos testemunhos de vítimas de tortura em crimes de lesa-humanidade, possibilitando o intercâmbio destas experiências assim como o fortalecimento e o apoio mútuo entre os grupos de resistência ao longo das últimas décadas.

Como exemplo de pioneirismo nos agenciamentos da memória política na esfera pública em plena ditadura, situamos a história das Madres de Plaza de Mayo no enfrentamento dos espectros não conjurados de seus *hijos desaparecidos*, demarcando novos rumos para as políticas de direitos humanos na América Latina. As Madres de La Plaza de Mayo surgiram inicialmente de forma espontânea em 1977 como movimento de resistência à ditadura argentina. Através de ações públicas realizadas na Plaza de Mayo, local onde se situa o palácio do governo (Casa Rosada), as mães argentinas reivindicavam a responsabilização do Estado pelo desaparecimento e esclarecimento do paradeiro de seus filhos. Com o lema: *a única luta que se perde é aquela que se abandona*, essas mães nunca deixaram de resistir ao regime autoritário, mesmo após o sequestro e assassinato de uma de suas principais lideranças, Villaflor de Vicenti, pelos militares argentinos. Apesar da violência extrema a qual estavam expostas, que barrava qualquer iniciativa de resistência à ditadura:

O imperativo de uma ordem policial que ordena “circulem, circulem”, obriga as Mães a circularem em torno da praça. Assim nasceu o primeiro ato coletivo em que as Mães da Plaza de Mayo emergiram neste espaço que simboliza o poder e a política na Argentina. A origem deste movimento social é o precário vínculo entre mulheres que descobrem que o dano sofrido é privado, mas comum a todas elas. A identidade coletiva e a passagem ao espaço público são imediatas. Quase não se pode falar de uma organização pré-existente à ação mesma deste grupo, cujo sentido é lograr que se escute a demanda (BOMBAL, 1992, p. 55, destaque da autora).

Como primeiro furo às barreiras da censura e perseguição dos órgãos repressivos, a imprensa internacional que cobria o evento da copa de 1978 (sediada na Argentina) tomou conhecimento da existência do movimento das Madres, favorecendo a divulgação dos desaparecimentos políticos ocorridos no país para toda a comunidade internacional. No ano seguinte (1979), com o apoio financeiro de mães holandesas, tornou-se possível oficializar a *Asociación de las Madres de Mayo*.

De início, a sociedade argentina não se envolvia com as marchas realizadas pelas

Madres todas as quintas-feiras em frente à Casa Rosada (iniciativa que continuam fazendo até os dias de hoje)³⁹. “Mas os cidadãos, em vez de se escandalizar – como fizeram em 1984, quando as denúncias começaram a se tornar públicas –, se afastavam, com medo” ou indignação, a ponto de a interpelarem com desaprovação: - “O que vocês fazem por aqui? Não percebem a imagem que dão ao país? Não percebem que há jornalistas estrangeiros, que vão aproveitar para nos atacar? Vocês não são argentinas?” (BOUSQUET *apud* CALVEIRO, 2013, p. 161)⁴⁰.

No entanto, a importância simbólica das Madres de Mayo no imaginário social argentino influenciou, posteriormente, nos rumos da transição política do país. Ao conseguirem legitimar a luta por justiça com agenciamentos pela memória dos desaparecimentos políticos junto à comunidade internacional, derrubaram a narrativa oficial de guerra contra subversivos perigosos. Portanto, o movimento das Madres contribuiu para o fracasso da tentativa de controle da memória oficial por parte das Forças Armadas na Argentina, humanizando a situação com os reclames de filhos e netos desaparecidos.

Na transição para a democracia, os militares buscavam controlar a narrativa histórica ao se autoproclamarem vencedores de uma longa guerra contra a subversão. Em 1980, o ditador general Jorge Rafael Videla negociava duas exigências da corporação militar na condução de um “diálogo político” junto a lideranças político partidárias. Em primeiro lugar, na manutenção de uma versão oficial quanto a luta antissubversiva dos setores civis e, posteriormente, no controle (sob tutela militar) dos rumos da institucionalidade política.

O regime militar propunha um modelo de democracia restrita em que as forças armadas atuariam fixando os "limites do dissenso". Os militares queriam institucionalizar um novo lugar no futuro sistema político, que lhes permitisse postularem-se como uma instância extra sistêmica restringindo, assim, os mecanismos próprios de representatividade política. Situavam, além disso, a negociação entre as elites políticas daqueles partidos reconhecidos como “interlocutores válidos”, e a continuidade de sua influência através da constituição de uma força afinada com os princípios doutrinários do chamado “Processo de Reorganização Nacional” (BOMBAL, 1992, p. 50, destaque da autora).

Contudo, os militares argentinos não lograram êxito nessa tentativa de controlar

³⁹ Recentemente, devido a necessidade coletiva de quarentena durante a pior fase na pandemia do Covid-19, as Madres realizaram as “marchas” no formato de *lives* disponibilizadas na internet.

⁴⁰ BOUSQUET, Jean Pierre. *Las Locas de la Plaza de Mayo*.

o processo de redemocratização do país. Na verdade, foram anos de disputas entre os campos político e jurídico. Passados vinte e seis anos de recuperação das instituições democráticas⁴¹, Eduardo Luis Duhalde atribuiu tal êxito como fruto das lutas por memória, verdade e justiça alicerçadas pela resistência e persistência das *Madres y Abuelas da Plaza de Mayo* no enfrentamento direto com o Estado repressor, com disputas contínuas entre “marchas e contramarchas” até resultar na “assunção de suas bandeiras por parte do Estado” (DUHALDE, 2013, p. 15). Foram as mães e avós que lideraram esses embates na esfera pública e suportaram, “com seus *pañuelos* brancos e as fotos de seus filhos desaparecidos”, todas as formas de revanchismo por parte do Estado terrorista, com sequestros, assassinatos e desaparecimentos de algumas delas. “Hoje, aquelas Madres e Abuelas são figuras universalmente reconhecidas” (ibidem, p. 20).

Mesmo tendo sido uma luta longeva, com a reabertura dos tribunais argentinos para julgar os responsáveis pelo genocídio e desaparecimento de trinta mil pessoas por intermédio de testemunhos orais, deu-se início a uma política de direitos humanos sem paralelos no mundo contemporâneo. As marchas das Madres como forma de protesto contínuo desde a “ditadura haviam afirmado os direitos da família nuclear e dos parentes contra o discurso do Estado, com isso criando uma espécie de ‘espaço de Antígona’⁴² para afirmarem politicamente seus direitos” (HUYSSSEN, 2014, p. 163, -grifos do autor) em detrimento do engajamento de alguns de seus filhos na guerrilha armada. Conforme Huyssen⁴³, esta estratégia de um esquecimento histórico intencional para validar a narrativa dos direitos humanos quanto ao reconhecimento de 30 mil vítimas desaparecidas pelo Estado terrorista foi fundamental para se criar um consenso geral na sociedade argentina, de modo a promover a distinção “entre criminosos e

⁴¹ O referido discurso do então secretário de Direitos Humanos da Nação, Eduardo Luís Duhalde, ocorreu em 2009, na gestão da presidenta Cristina Kirchner. Atualizando os dados, no dia 24 de março de 2021 se “des”comemorou os 45 anos do golpe civil-militar na Argentina e seu plano terrorista genocida, em memória aos 30 mil desaparecidos. Dentre as vítimas, 500 eram crianças apropriadas pelos verdugos de suas mães biológicas. Até este período, as Abuelas da Plaza de Mayo conseguiram resgatar 130 netos.

⁴² Conforme análise de Jean Franco em *Critical Passions: selected essays*, Durham, Carolina do Norte, Duke University Press, 1999, p. 50.

⁴³ “Esse novo consenso fundamentou-se no reconhecimento de que generais como Videla e Massera eram não apenas ditadores no velho estilo latino-americano, mas tinham se tornado parte da infame história de ‘massacres administrados’ (Hannah Arendt) do sec. XX. Essa ligação da guerra suja com outros campos de extermínio burocraticamente organizados do sec. XX explica a forte presença do Holocausto no debate argentino [...]. Eu diria que, sem esse reconhecimento, o julgamento das juntas militares, que levou a sentenças de prisão para os generais, não teria sido possível” (HUYSSSEN, 2014, p. 163).

vítimas, culpados e inocentes” (HUYSSSEN, 2014, p. 163).

No Brasil, o processo de luta e resistência social contra a ditadura ocorreu de forma distinta da Argentina. Embora tenhamos escassos registros que comprovem os crimes do regime militar, igualmente temos o desafio de resgatar os testemunhos daqueles que sobreviveram para legitimar suas memórias como verdade histórica e se fazer justiça. A luta dos ex-presos políticos e familiares dos desaparecidos clamam por justiça até hoje em uma pressão permanente⁴⁴, tendo como imperativo recente a campanha #reinterpreta-já STF#, uma demanda clara para que o Supremo Tribunal Federal promova a devida reparação histórica da lei de anistia de 1979 e se faça justiça com os familiares das vítimas do terrorismo de Estado, assim como com toda a sociedade brasileira. Decerto, consideramos que esta luta continua restrita aos afetados geracionais da ditadura e militantes dos direitos humanos. A pouca aderência da sociedade brasileira conflagra o êxito das políticas de esquecimento na pós-ditadura, ou seja, na inexistência de uma justiça de transição com a participação consciente e ativa da sociedade, mesmo após as comissões da verdade. Com a ausência de inscrição e simbolização social desse período hediondo pelo viés da justiça, continuamos na disputa dessas memórias que não foram integradas e reconhecidas como verdade histórica pelos brasileiros.

Portanto, os estratagemas das políticas de terror empreendidos pelas ditaduras latino-americanas, assim como os efeitos danosos do trauma político incidindo na memória das sociedades afetadas, neste caso, no Brasil e Argentina, serão considerados a seguir.

2.1 O ESTADO TERRORISTA

Como já dito anteriormente, terrorismo de Estado foi, segundo Duhalde (2013), uma estratégia criada por um plano político de desmonte da autonomia dos Estados latino-americanos, por intermédio de uma metodologia militar estruturada sistematicamente para a destruição total das lutas populares que clamavam por direitos fundamentais. Desse modo, seu objetivo principal foi a destruição radical das lutas políticas e sociais, impedindo a livre circulação dos movimentos culturais, das

⁴⁴ Estudos sobre a luta de ex-presos políticos, militantes e familiares de desaparecidos por uma anistia ampla, geral e irrestrita foi realizado em (MONTENEGRO, et.al; 2012), aprofundado e pormenorizado por historiadores e testemunhos no Relatório Final da CNV (2014) e demais comissões estaduais e municipais.

organizações sindicais e de todo espectro de partidos políticos no campo progressista. E para implementar um modelo com esta magnitude, seria necessário que o Estado exercesse um controle absoluto da sociedade civil através do medo gerado por sua extremada violência.

Conforme essa análise:

Não se trata somente de um Estado militarmente ocupado, assaltado por seu braço militar, onde a coerção substituiu as decisões democráticas e onde o autoritarismo se configura no manejo discricional do aparelho do Estado e na revogação dos direitos e liberdades dos cidadãos. Pelo contrário, implica um câmbio qualitativo e profundo na própria concepção do Estado, uma nova forma de Estado de Exceção. [...] O Estado terrorista aparece como consequência da impossibilidade que encontra o Estado militar de levar adiante seus fins somente mediante a repressão pública, por mais intensa que esta tenha sido. Assim, o Estado Terrorista é a culminação degenerativa do Estado militar “eficiente” (DUHALDE, 2013, p. 18-19, tradução nossa).

Nessa direção, o Estado Terrorista⁴⁵ se sustenta sob o pretexto de intervir na reestruturação “do Estado em situações de grave crise de uma formação social determinada, como é o caso do *fascismo*, onde se abandona a normatividade do Estado de Direito para adquirir formas excepcionais a margem da legalidade institucional” (DUHALDE, 2013) para justificar golpes de Estado.

A partir do golpe militar instaurado na Argentina em 24 de março de 1976, o terrorismo de Estado foi meticulosamente aprimorado trazendo como característica marcante a sua face clandestina e permanente pelos aparatos repressivos concentracionários.

Nas palavras do autor:

No Estado Terrorista uma nova filosofia é expressamente assumida: o Estado tradicional, na América Latina, seja ele parlamentar democrático ou as ditaduras militares sujeitas a uma normatividade pública autoimposta, é incapaz de defender a ordem social capitalista e neutralizar com a eficácia necessária a contestação e a insurgência social e, por onde devia se incorporar uma atividade permanente e paralela do Estado mediante uma dupla face de atuação de seus aparelhos coercitivos: uma pública e submetida às leis e outra clandestina, à margem de toda a legalidade formal, com o crime massivo e o terror como método fundamental, sob o eufemismo de “formas não convencionais de luta” (DUHALDE, 2013, p. 17, tradução nossa).

No entanto, para que este modelo de terror pudesse se sustentar, os militares sistematizaram uma complexa arquitetura repressiva visando o disciplinamento de toda

⁴⁵ Nas palavras de Duhalde: “Tendo que dar resposta teórica a este novo modelo repressivo que desafiava por insuficientes as categorias conhecidas de “governo *de fato*” ou “ditadura militar”, em 1983 ao escrever uma obra que resumia o complexo modelo imposto, retomei um conceito até então esquecido pelos cientistas sociais – o *terror de Estado* – e qualifiquei o Estado resultante como o *Estado Terrorista argentino*. Ambos conceitos hoje têm um movimento generalizado” (DUHALDE, 2013, p. 18, destaque do autor).

a sociedade. Por um lado, deveria apresentar-se publicamente e perante a comunidade internacional como respeitosa e confiável. Em contrapartida, em sua face clandestina, organizaria as desapareições forçadas estabelecendo “grupos de tarefas operando através dos centros clandestinos de detenção e extermínio”.

A perversão do modelo levou a desapareição forçada de crianças, alguns assassinados, parte deles torturados ante seus pais para que estes dessem a informação requerida por seus interrogadores, e a montagem de um comércio criminal de apropriação de bebês recém nascidos, filhos das prisioneiras grávidas mantidas com vida até o parto e logo assassinadas. Destas crianças, hoje homens e mulheres jovens, o incansável trabalho de busca das Abuelas de Plaza de Mayo tem permitido que mais de uma centena deles, registrados falsamente como filhos biológicos de repressores ou de seus familiares, recuperem sua identidade mediante investigações de décadas, certificadas pelas análises genéticas. Estima-se que são 400 aproximadamente os que faltam localizar (DUHALDE, 2013, p. 19, tradução nossa).

2.1.1 Mecanismos institucionais da repressão

O Brasil ainda carrega um legado sombrio de sua história ditatorial, tendo servido de laboratório para os aparatos repressivos que dariam suporte estrutural ao que conheceríamos, a posteriori, como Plano Condor⁴⁶.

Conforme a análise comparativa acerca dos mecanismos de repressão militar conduzidos no Brasil e na Argentina, a historiadora Janaína Teles observou que enquanto “a ditadura argentina representou um poder “desaparecedor”, a repressão brasileira constituiu-se como um poder torturador”. Com o golpe militar ocorrido na Argentina em 1976, a estratégia repressiva passou a ser estruturada em torno dos campos clandestinos de extermínio para o desaparecimento de pessoas, enquanto que no Brasil, desde o golpe civil-militar de 1964, foi priorizado “um modelo híbrido e bastante sofisticado de repressão, com várias instâncias e dispositivos para garantir a seletividade da morte de dissidentes e demais indesejáveis” (TELES, 2013, p. 6).

Com o intuito de compreendermos a complexidade do projeto repressivo orquestrado pelas Forças Armadas com o terrorismo de Estado Argentino, a partir do golpe de 1976, delineamos alguns mecanismos concentracionários espalhados pelo país visando o extermínio de opositores ao regime. Estima-se que funcionaram cerca de mais

⁴⁶ Após uma vasta análise documental sobre o Plano Condor, a historiadora brasileira Neusah Cerveira afirmou: “Pude concluir preliminarmente que, no momento em que a CIA e outras Agências americanas passaram a participar na operacionalização e execução do trabalho de extermínio, assumindo sua Coordenação direta, a Condor se refinou. Isso fez com que os casos pós-1975 passassem a ser de mais difícil comprovação. [...] A ideia da Operação Condor partiu de órgãos de repressão brasileiros, e posteriormente foi aperfeiçoada pelos EUA [...]. Posso afirmar também, baseada em pesquisas e documentos, que o que criou a Operação Condor permanece, e só pede uma razão para ser reativado” (CERVEIRA, 2009, p. 3).

de 500 centros de extermínio, inspirados nos campos de concentração nazistas, espalhados em todo país (DUHALDE, 2013).

2.1.2 Os Centros de Extermínio Argentinos

Os centros de extermínio na Argentina deixaram uma marca profunda em sua população ao encarnar um poder totalitário de terror. De acordo com os testemunhos realizados a posteriori nos tribunais argentinos, a maioria das pessoas que passaram por esses centros foram desaparecidas, estima-se 90% de quase vinte mil pessoas.

Constituídos dentro de uma lógica de poder totalitário, esses centros operacionalizaram ao longo de sua existência, uma disjunção através do seu poder desaparecedor, como uma espécie de realidade “negada-conhecida” e como um “segredo altissonante” muito eficazes para a disseminação do terrorismo no tecido social. Esta foi a tese defendida pela cientista política argentina e sobrevivente de campos de extermínio Pilar Calveiro (2013).

A historiadora brasileira Janaína Teles nos apresenta a obra de Calveiro com as seguintes palavras:

A autora reflete de maneira precisa e sistemática sobre um tema que a envolveu pessoalmente durante a década de 1970, quando esteve presa em campos de extermínio argentino, como a Mansão Seré, a Delegacia de Castelar e a temida Escola Mecânica Armada (ESMA). Sua capacidade de refletir sobre a formação da lógica subjacente aos milhares de desaparecidos forçados cometidos em seu país traduz o rigor e o equilíbrio com que vem tratando esse resgate histórico (TELES, 2013, p. 5).

As estratégias de terror utilizadas por Exército, Marinha e Aeronáutica tornaram-se conhecidas publicamente somente após os testemunhos das vítimas realizados nos Tribunais das Três Juntas Militares ocorridos no governo de Raúl Alfonsín⁴⁷ a partir de 1985. No entanto, na época da repressão, o terrorismo de Estado argentino controlava as narrativas oficiais enquanto investia em sua face clandestina e perversa:

Os jornais de grande circulação na Argentina não falavam dos campos de concentração, mas informavam sobre pessoas que desapareciam, cadáveres não identificados, enfrentamentos que deixavam mortos muitos “guerrilheiros” e nenhum militar, corpos destruídos com explosivos, carbonizados, afogados, e muitos tiroteios (CALVEIRO, 2013, p. 160, grifos da autora).

⁴⁷ Após a recuperação da democracia constitucional, foi instaurado no governo de Raul Alfonsín o julgamento das Três Juntas Militares, em um processo histórico e sem precedentes por ter sido realizado por um tribunal ordinário, não um tribunal especial nem uma corte internacional. Deste modo, salvaguardando o princípio de legalidade, condenou os chefes do Terrorismo de Estado argentino a prisão perpétua, como foi o caso de Videla e Massera (DUHALDE, 2013).

Nesse período sombrio, a política de extermínio foi exitosa desde o seu início, destruindo as principais organizações revolucionárias e de luta armada, já bastante debilitadas quando ocorreu o golpe de 1976. O movimento operário organizado também sofreu grandes baixas, sendo que mais da metade dos detidos desaparecidos foram identificados, posteriormente, como lideranças sindicais e operários ativistas (DUHALDE, 2013). Na conjuntura do último golpe, a sociedade argentina estava exaurida. Como diz Calveiro (2013): “Assim como os desaparecidos chegavam aos campos de concentração com a sua capacidade de defesa deteriorada, também a sociedade estava extenuada. Esse esgotamento facilitou um dos objetivos do Processo: que não houvesse resistência” (p. 164).

Na concepção da autora, o mecanismo concentracionário só se tornou estruturalmente possível na Argentina por ter tido o consentimento, mesmo que silencioso, de uma parcela da sociedade. Como sintoma invisível, em um misto de medo, conveniência ou reacionarismo, o inimigo difuso, sem rosto, era enunciado genericamente pelos militares como *subversivos*. Fosse pelo consentimento do terror ou pela apatia, as práticas de tortura pelos órgãos de repressão já faziam parte do imaginário social em relação aos presos políticos do passado, como um somatório das experiências de golpes e de guerras civis na história argentina. Sob o ponto de vista do poder dominante, “a necessidade de exterminar a subversão, que se inseria numa lógica bélica muito difundida, também tinha se tornado uma verdade admitida em amplos setores da sociedade” (CALVEIRO, 2013, p. 164), incluindo o alto clero eclesiástico.

Portanto, não haveria como negar que a sociedade sabia que havia tortura em campos clandestinos de repressão. De maneira perversa, a *mensagem de terror* era direcionada a ela própria como a sua primeira destinatária, tornando-a igualmente prisioneira. Como atestam alguns relatos de vizinhos,

[...] escutavam-se gritos estarrecedores, o que *fazia supor* que as pessoas que estavam ali eram submetidas a torturas. Com frequência tiravam dali baús ou caixões. Inclusive restos mutilados em saco de polietileno. Vivíamos em constante tensão, como se nós também fôssemos prisioneiros, sem poder receber ninguém, tamanho era o terror que nos afligia, e sem poder dormir durante várias noites (CALVEIRO, 2013, p. 165, grifos da autora).

Em meio a este trágico cenário, dos campos de concentração e de suas vizinhanças, não haveria *heróis nem inocentes*. Como se todos fossem capturados pelas armadilhas de um poder “desaparecedor”, este fenômeno era evidenciado em seu ordenamento também no cotidiano da sociedade argentina. Na mesma lógica dos

campos de concentração, ocorria um controle totalitário sob a população, na medida em que “qualquer movimento estranho numa casa, escritório ou em outros lugares era motivo para invadir e prender algum suspeito. Não sobrou nenhum espaço para o dissenso: todas as suas formas recebiam a qualificação de subversivas” (ibidem). Enquanto o Estado terrorista, por intermédio de seus agentes, sequestrava pessoas de forma ordenada, praticava cruéis torturas e confinava os corpos tal como objetos, desumanizando suas vítimas em cubículos escuros, o mesmo poder desaparecedor logrou em “manter a sociedade fracionada, imóvel, silenciosa e obediente, [...] de acordo com a arbitrária vontade militar (CALVEIRO, 2013, p. 165-66).

Quanto ao funcionamento de seus mecanismos, a Escola das Américas foi a referência para o treinamento de todas as patentes das Forças Armadas, dos cabos e soldados às mais altas hierarquias de comando para operacionalizar a repressão. Deste modo, exploraram muitas nuances da psicologia aplicadas tanto para o torturador quanto para o torturado, sendo este último capturado na condição de objeto a ser extirpado da sociedade pelo estigma de subversivo. Com algumas caracterizações arquetípicas projetadas na figura do guerrilheiro como “alguém que servia a interesses estrangeiros, geralmente comunistas, um *estranho* [...], *perigoso*, valente e cruel” (ibidem p. 107, grifos da autora), ficaria mais fácil destituí-lo de sua humanidade. Calveiro chegou à conclusão de que os militares, “que detestavam Freud quase tanto quanto detestavam Marx, supunham que os subversivos tinham essas características por virem de famílias desintegradas, com pais separados” (CALVEIRO, 2013, p. 107), dentre outras características consideradas imorais.

No caso das projeções misóginas em relação às mulheres na militância política, a situação ficava ainda mais complexa. No imaginário dos militares, as mulheres seriam cruéis, libertinas e promíscuas, capazes de abandonar filhos e família. Nesse sentido, conforme o testemunho de um ex-agente sobre o protocolo militar registrado por Calveiro, “quando uma mulher era guerrilheira, era muito perigosa: nisto (os instrutores da Escola) insistiam muito, que as mulheres eram extremamente perigosas. Eram sempre apaixonadas e prostitutas, e estavam à busca de homens” (ibidem, p. 107, grifos da autora).

Em contrapartida, os militantes políticos das guerrilhas também haviam se pautado por projeções construídas em relação aos militares – em conformidade com dados empíricos – “como braço armado” do poder dominante, preocupados apenas em

manter os privilégios de classe. A ideologia militar encarnaria “o *gorila* fascistóide. Militarmente, eram covardes e se protegiam na superioridade numérica e técnica para entrar em combate” (CALVEIRO, 2013, p. 108, grifos da autora).

Os mecanismos concentracionários do terrorismo de Estado operaram em meio a essas distorções em relação ao Outro, buscando dessensibilizar o tecido social com a ideia paranoide de um inimigo interno que deveria ser eliminado ou castigado, prejudicando o senso de realidade da sociedade vitimada.

A desestabilização do corpo afetivo provocada pela situação de tortura praticada por agentes do Estado, pode levar ao domínio, a domesticação e/ou anulação daquele que está em seu poder, um poder soberano sobre a vida e a morte. Situação limite, ou situação extrema, foi o termo cunhado por Bettelheim, em 1943, ao buscar caracterizar o processo de traumatização produzida nos que sobreviveram à experiência dilacerante dos campos de concentração, definindo as condições do campo como aquelas das quais não se pode escapar, aquelas em relação às quais nada é previsível, cuja duração é incerta, podendo estender-se potencialmente por toda a vida, e que a vida está permanentemente em risco sem que nada se possa fazer a respeito (CINTRAS, 2009/ VITAL BRASIL).

2.1.3 Prisões e centros clandestinos no Brasil

Na repressão brasileira, os militares buscaram manter um clima de normalidade institucional, com ações seletivas de violência sem assumir seus mandatos virulentos de tortura e assassinatos. Embora até o presente não tenhamos o registro real das vítimas da ditadura brasileira, estima-se que 50 mil pessoas foram encarceradas nos meses que sucederam o golpe de 1964.

Através de uma estratégia refinada de controle e repressão que articulava uma polícia política com os órgãos de informação gestados sob uma faixa de legalidade, como os DOI-CODI (Destacamentos de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) e os DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social)⁴⁸, com o poder de processar e julgar enquadrados pela Lei de Segurança Nacional desde 1965, além do controle dos IMLs (Institutos Médicos Legais), presídios e cemitérios públicos. Neste formato, mantinha-se em sigilo as diretrizes do Conselho de Segurança Nacional, enquanto os postos de coordenação desses organismos repressivos eram designados pelo ditador-militar do Brasil, da seguinte maneira:

O sistema carcerário já existente foi reutilizado para punir, separar e isolar os dissidentes. O uso sistemático de valas clandestinas em cemitérios públicos de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco desmente as hipóteses de autonomia e de excessos dos setores ligados às práticas de tortura (TELES,

⁴⁸ O Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS) foi criado em 1924 durante o Estado Novo e utilizado ao longo da ditadura militar até a sua extinção em 1983.

2013, p. 8).

A face clandestina do terrorismo de Estado empreendido no Brasil conseguiu ser mantida até o tempo presente pela escassez de registros testemunhais de sobreviventes dos Centros Clandestinos que foram mantidos pelos órgãos de segurança da ditadura. A mais conhecida – a *Casa da Morte* – mantida em Petrópolis pelo Centro de Informação do Exército (CIE) como integrante do sistema DOI-CODI, foi um exemplo emblemático. As informações sobre a existência e funcionamento desta casa clandestina só vieram a público graças ao testemunho de sua única sobrevivente Inês Ettiene Romeu. Apesar de ser submetida a torturas cruéis, Inês conseguiu resistir “durante 96 dias a enormes pressões e sofrimentos voltados à sua desestruturação psíquica e emocional” (TELES, 1981) e prestar o depoimento de que “onze presos desaparecidos” estiveram ali. Ainda segundo Teles:

Campos de concentração e extermínio vicejaram no Brasil, [...] durante a repressão à Guerrilha do Araguaia (1972-1974), que não apenas massacraram os guerrilheiros como afetou profundamente a população local, produzindo vários danos materiais. [...] A generalização da violência levou à eliminação indistinta de todos os guerrilheiros, mesmo quando presos com vida, acompanhada da decapitação de alguns e do desaparecimento de seus restos mortais. Muitos desses assassinatos ocorreram nos campos sediados em bases militares da região, como Xambioá, Bacaba e DNER/ Marabá, onde uma parte significativa da população local foi enclausurada e torturada (TELES, 2013, p. 15-16).

Portanto, a face clandestina dos mecanismos de repressão utilizados pelos serviços de inteligência das Forças Armadas Brasileira até serem capilarizados em todas as regiões do país se instrumentalizaram de forma paulatina, com estratégias sequenciais claras de cada general ditador-presidente ao longo dos 21 anos de ditadura.

2.2 MEMÓRIAS INTERGERACIONAIS

2.2.1 Experiências de clandestinidade no Brasil

A ditadura brasileira e demais ditaduras no Cone Sul possuem muitos pontos em comum após a sistematização do terrorismo de Estado como mecanismo de expurgo de uma geração que lutava pela liberdade política, cultural e ideológica na América Latina. Embora a eliminação de qualquer possibilidade de independência política, econômica e cultural desses países tenha sido o principal objetivo do Plano Condor, o que apontamos como o ponto nevrálgico em comum foram os efeitos desse terror que, em sua condução coordenada de se produzir desaparecimentos de pessoas em massa, interrompeu-se

drasticamente o elo intergeracional de suas vítimas. Nesse sentido, podemos afirmar que também aqui, em solo brasileiro, a ditadura cindiu laços de filiação de milhares de famílias de forma violenta e traumática.

Infelizmente, pela impunidade e isolamento dos familiares e militantes operadas na democracia pelas políticas de esquecimento, somadas a tardia implementação das comissões da verdade, não tivemos a possibilidade de sabermos a verdade sobre o número das vítimas e de nomeá-las, uma a uma, para uma devida reparação do luto negado aos familiares. Como consequência, o processo de transmissão ficou prejudicada, pois

[...] os que foram clandestinos quase não falam de sua clandestinidade. Dificilmente se saberá quantos brasileiros foram clandestinos. Durante quanto tempo foram clandestinos. Alguma coisa colou-se, como uma pele, sobre sua pele e seu coração. A clandestinidade se juntou à sua memória, como uma névoa (ARANTES, 1994, p.83).

Por esse motivo, prosseguimos a investigação sobre a luta por reparação com os recursos construídos às custas de muito sangue e lágrimas com as memórias dos sobreviventes, de modo a conhecer alguns testemunhos das primeiras gerações afetadas pela ditadura brasileira, e na medida do possível, honrar também as vítimas desconhecidas, que pairam em nossa sociedade como névoas...

Observando a escassez de estudos sobre as experiências de exílio e clandestinidade no Brasil, a psicanalista e ex presa política na ditadura brasileira - Maria Auxiliadora Arantes - investigou a vida clandestina de integrantes militantes da Ação Popular, um dos grupos de resistência revolucionária ao golpe civil-militar de 1964. Em sua pesquisa deixou claro a sua implicação como testemunha histórica dessas experiências vividas na clandestinidade como integrante da Ação Popular por mais de uma década junto ao seu companheiro e dois filhos ainda pequenos.

Com a vida sempre no limiar, a experiência clandestina envolvia um estado de vigilância permanente, onde qualquer distração ou ato falho poderia significar a morte de muitos companheiros da resistência. A prerrogativa básica para manter-se em segurança na vida clandestina seria a de abdicar da própria identidade, do convívio com familiares, amigos, profissão e moradia.

As crianças que viviam na clandestinidade, de um modo geral, moravam nos “aparelhos” que poderiam ser invadidos, vasculhados e sequestrados os que ali se encontravam, pelos agentes dos órgãos de repressão. A perseguição policial, ora velada, ora aberta, era constante na vida da militância. O risco era permanente. As crianças, na sua maioria, precisavam ter nomes falsos. Não sabiam o verdadeiro nome de seus pais por questão de segurança

(TELES, 2014, p. 17).

No entanto, ao abandonarem todos os vínculos sociais e afetivos da vida pregressa, esses militantes consideravam a clandestinidade como única maneira possível de reorganizar a esquerda brasileira para combater a ditadura. A aposta da Ação Popular era a de “resistir em luta contra os avanços de um governo discricionário e fascista”, de evidenciar a violência mascarada do regime para “chegar mais perto do coração da ditadura e feri-la de morte” (ARANTES, 1994, p. 65). A autora endossou que as organizações clandestinas “formaram a coluna vertebral de resistência aos militares” (ibidem) após o recrudescimento do regime com os atos institucionais que dissolveram partidos políticos, exoneraram servidores públicos e mandatos de parlamentares, perseguiram sindicatos, movimentos estudantis, iniciativas culturais e jornalísticas, dentre os vários segmentos da sociedade que repudiava a ditadura, enquanto os agentes da repressão prendiam, torturavam e desapareciam pessoas de forma coordenada e seletiva. Nesta conjuntura, restariam apenas duas escolhas possíveis a sobrevivência dos opositores reconhecidos pelo regime: a clandestinidade ou o exílio.

No avesso do Brasil, pulsava a clandestinidade. Às vezes armada na cidade, às vezes armada no campo. Às vezes não-armada. Convicta de sua condição de combatente, sabendo-se perseguida pelas armas militares. Muitas vezes espreitada pela violência e sistematicamente aviltada quando presa. Polícia e os militares não se constrangeram em prender militantes com seus filhos, mulheres grávidas, e, em torturar até a morte.

[...] Tornar-se clandestino e permanecer clandestino, durante 5 anos, 10 anos ou mais, foi mais do que uma alternativa de sobrevivência, envolveu uma escolha, uma escolha que não era livre, porque era uma escolha dentro de uma situação de catástrofe política (ARANTES, 1994, p. 68-69).

De acordo com testemunhos concedidos e registrados por Arantes, o terrorismo de Estado foi se institucionalizando no Brasil de forma coordenada quatro anos após o golpe de 1964, com o AI-5. E a clandestinidade política como forma de resistência foi sustentada por um longo período, sendo crucial para o enfraquecimento do regime ditatorial do país que, desde 1964, desaparecia pessoas, embora não fosse de maneira organizada. Após a sistematização do terrorismo de Estado no combate aos opositores do regime militar, passou-se a perseguir as organizações políticas de forma mais atroz. Nestas circunstâncias, uma parte dos integrantes da AP passaram a integrar o PCdoB com o objetivo de preservar os “seus quadros políticos” no rigor da clandestinidade, assumindo profundas implicações pessoais.

Conforme o relato de uma testemunha (ARANTES, 1994):

A vida clandestina, na verdade, é um mecanismo de cerceamento da liberdade de comunicação dentro do próprio país. Claro que trazia problemas extremamente sérios e que só se justificava pelo significado político que essa opção tinha: eu reafirmo o que disse no curso do depoimento, que acho que a clandestinidade foi uma necessidade política imperiosa, eu acho que sem a clandestinidade nós não teríamos condições de construir a resistência política que se estabeleceu no Brasil e que permitiu exatamente que redundasse numa luta ampla que terminou colocando o fim da ditadura militar (A.A, p. 128).

Contudo, o ônus desta escolha “que não era livre”, embora fosse uma escolha implicada, gerou consequências subjetivas inesperadas por parte de seus protagonistas. Para além das vulnerabilidades que envolvia um nível de sacrifício pessoal e familiar inimagináveis, além da culpa gerada pelas experiências traumáticas de filhos e entes queridos, recuperar a cidadania nas décadas que se seguiram foi muito difícil, para alguns, impossível. “Os embates do isolamento criaram novos eremitas, um jeito de ficar clandestino sem mais o sê-lo. É quando o clandestino continua clandestino, dentro do país que ele ajudou a tornar livre” (ARANTES, 1994, p. 82).

Portanto, “pouco” sabemos dos efeitos danosos coletivos e geracionais dos 21 anos consecutivos vividos sob um regime autoritário, cínico e perverso. Não fosse pela persistência do trabalho clínico-político de equipes autônomas em organismos de direitos humanos acolhendo os afetados, denunciando os crimes e pressionando de maneira organizada o Estado violador para que assumisse a sua responsabilização nessa luta política de algumas décadas, tampouco assistiríamos à materialização recente de políticas de reparação simbólica, muito menos os desdobramentos das Comissões da Verdade⁴⁹, revelado às vésperas da descomemoração dos 50 anos do golpe de 1964.

Embora tenhamos muita riqueza no campo artístico e cultural, com um certo acervo de filmes, composições musicais, biografias e literaturas ficcionais afins sobre o período, a maioria delas ficaram restritas a um seletor público interessado. Neste caso, o que gostaríamos de salientar é o silenciamento social ainda pregnante em nossa sociedade sobre os embates políticos contra a ditadura, protagonizados por uma geração de jovens militantes que experienciaram em seus corpos e subjetividades os terrores do sistema repressor, assim como a angústia de seus familiares. Embora várias formas de silenciamento persistam no tempo, a exemplo do distanciamento de quem vivenciou este período sem ter sido tocado por ele, marcas profundas ficaram no imaginário cultural da sociedade brasileira, mesmo que desprovidas de algum sentido histórico para

⁴⁹ Salientamos que a lei que instituiu a Comissão Nacional da Verdade foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, a primeira mulher no país a exercer este cargo, com o histórico de ex presa política e sobrevivente da ditadura brasileira.

as gerações vindouras.

Dentre trabalhos acadêmicos, jornalísticos e biográficos sobre a memória histórica para a composição dos testemunhos, observamos que algumas dessas histórias de vida tornaram-se mais conscientes na esfera pública há poucos anos, após as investigações e testemunhos consentidos nas comissões da verdade organizadas regionalmente. Seguindo por caminhos abertos recentemente, a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” publicou em 2014 o livro *Infância roubada*, uma compilação dos testemunhos realizados por esta comissão desde 2012, para elucidar os danos causados pela ditadura no contexto familiar, sobretudo na infância e juventude de filhos de ex presos sobreviventes e desaparecidos políticos. Pertencentes à segunda geração, esses filhos foram vítimas de sequestro e prisão em centros clandestinos, ou “enquadrados como *elementos* subversivos pelos órgãos repressivos e banidos do país” (DIOGO, 2014, p. 10, grifos do autor). Alguns assistiram de perto o suplício dos pais, outros arrancados dos pais ainda pequenos, sentindo profundamente o abandono.

A historiadora e ex presa política Amelinha Teles apresentou algumas experiências traumáticas na introdução desta coletânea, apontando as mães como alvo privilegiado da perversidade dos torturadores:

Quando as crianças foram abruptamente arrancadas de suas mães, como ocorreu com o emprego deliberado da truculência dos DOI-CODI que usaram de violência inclusive contra as crianças, elas perderam tudo isso de uma vez só: a segurança afetiva e os cuidados mínimos, o que as marcou profundamente por toda a vida. Cada uma teve ou tem ainda que lidar com essa ferida, que muitas vezes sangra, incomoda. Todo esse sofrimento das crianças foi também usado como forma de torturar as mães militantes ou não militantes (TELES, 2014, p. 13).

Muitas dessas mães deram à luz a seus filhos no cárcere, de forma clandestina. Sofreram torturas e assistiram seus filhos sendo ameaçados, torturados psicologicamente, por vezes fisicamente. Outras tiveram abortos provocados em sessões de tortura. Sofreram estupros dentre outras formas de violência sexual. “Na tortura, as militantes eram tratadas pelos policiais, de um modo geral, como putas, amantes, amasiadas e justificavam assim os estupros nas dependências do DOI-CODI” (ibidem, p. 20). A perversidade da ditadura brasileira sob os corpos femininos foi diferenciada, visto que os militares não se conformaram com a militância ativa dessas mulheres contra a repressão.

“Junto a elas, muitas crianças também sofreram e não tiveram suas histórias inscritas na

história política do país, não tiveram o reconhecimento nem reparação” (TELES, 2014, p. 20).

Conforme o isolamento dos familiares afetados pela ditadura brasileira, após décadas de silenciamento e alheamento social, as lutas por memória política continuam emergentes, com o desafio de ressignificação social quanto a violência de Estado no presente. Nas palavras de Pollak (1989), essas dinâmicas entre lembrar e esquecer reativam as memórias subterrâneas de nossa história recente, como veremos adiante.

2.2.1.2 Sequestros e apropriações revelados

O jornalista Eduardo Reina realizou uma pesquisa investigativa acerca de vítimas de sequestro e apropriação de bebês, crianças e adolescentes durante a ditadura brasileira, identificando 19 casos registrados até o momento de sua pesquisa, dos quais 11 vítimas⁵⁰ foram identificadas como filhos de “guerrilheiros e camponeses que aderiram ao movimento” da guerrilha do Araguaia. Este árduo e minucioso trabalho de pesquisa foi publicado sob forma de livro em “Cativeiro sem fim: as histórias dos bebês e crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil” (REINA 2019). Por reconhecermos a relevância e o ineditismo das descobertas do jornalista, um tema ainda espinhoso e subterrâneo às memórias coletivas dos brasileiros, faremos um breve relato de alguns casos registrados em seu livro.

Dentre as 19 vítimas registradas, o jornalista conseguiu encontrar seis que lhe concederam o testemunho, com documentos e relatos que identificaram pessoas cúmplices dos crimes de sequestro e “apontaram locais que viveram e o que passaram até descobrir suas condições de vítimas” do regime de terror (REINA, 2019, p. 28).

Foi no mesmo ano do AI-5 que, em 1968, a bebê de um militante político foi sequestrada no interior do Paraná após o seu nascimento. Recentemente, esta mulher de meia idade foi entrevistada na capital paulista pelo jornalista que, sob condição de manter o anonimato, pôde registrar o testemunho em seu livro. Nessas circunstâncias, foram fornecidos alguns documentos que comprovaram a veracidade do fato de a mulher ter sido vítima de sequestro pelos militares e levada para uma instituição

⁵⁰ “Os 11 sequestros no Araguaia foram realizados entre 1972 e 1974, durante as gestões dos generais-presidentes Emílio Garrastazu Médici – e Ernesto Geisel. Era a fase mais grave de repressão da guerrilha do Araguaia. Há também casos originados no Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco e de mais cinco crianças indígenas levadas de aldeia no Mato Grosso. Há bebês e crianças entregue a famílias de militares ou a orfanatos, que acabaram adotados de forma irregular. Crianças e adolescentes levadas para quartéis e outras abandonadas após seus pais biológicos terem sido presos e desaparecidos” (REINA, 2019, p. 28).

religiosa. Esses documentos comprobatórios foram adquiridos por intermédio de uma investigação realizada pela própria vítima e posteriormente foram apropriados por um casal.

O homem era um militar de alta patente do Exército, já falecido. Foi registrada oficialmente numa certidão de nascimento fraudada, pois nela aparece como filha legítima de um general do Exército, que trabalhou no Brasil e em outros países. [...] Hoje ela procura o pai biológico. Conheceu a mãe biológica, mas não mantém contato com ela (REINA, 2019, p. 29).

Outro caso de sequestro realizado por militares foi o de Rosângela Serra Paraná que, ainda bebê, foi “entregue a Odyr de Paiva Paraná, ex-soldado do Exército pertencente a tradicional família de militares” (REINA, 2019, p. 34). Foi registrada⁵¹ como filha de Arcy Paraná. A família Paraná mantinha relações próximas com o presidente-ditador general Ernesto Geisel. A vítima tomou conhecimento do segredo envolvendo crime de sequestro e apropriação ilegal somente em 2013, após uma crise familiar. Desde então, busca informações sobre os pais biológicos.

Lia Cecília da Silva Martins, filha do guerrilheiro Antônio Teodoro de Castro (cujo codinome era Raul), foi a primeira bebê vítima de sequestro no Araguaia. Ao ser arrancada dos braços da mãe, foi levada por dois agentes da repressão a um orfanato em Belém do Pará, adotada oficialmente pelos administradores do orfanato em 1970. Somente em 2009 descobriu suas origens “ao ver fotos de irmãs do guerrilheiro num jornal. Manteve contato com elas. Já fez dois exames de DNA que constataram que os genes de todos tem quase 100% de compatibilidade” (ibidem, p. 33). Conforme constatado pela comissão da verdade de São Paulo, não foi possível esclarecer o que aconteceu com a mãe biológica de Lia, nem sobre quais foram as circunstâncias de seu nascimento. Algumas perguntas ficaram sem respostas: “Teria Lia nascido no cativeiro e seus pais mortos em seguida? Haveria outras crianças da região do Araguaia com história semelhante à de Lia? Haveria outras crianças nascidas nos campos de concentração, criados pelos militares, na região da guerrilha?” (TELES, 2014, p. 14). Perguntas como essa o Estado brasileiro tem o dever de esclarecer.

Em documentos encontrados no Exército brasileiro, Reina encontrou a história do menino Antoninho⁵², preso pelos militares em 1974 por acompanhar alguns integrantes do PCdoB na região do Araguaia, além de muito próximo de um de seus

⁵¹ Rosângela foi registrada com certidão falsificada em 1967 em cartório no bairro do Catete (RJ). O documento aponta 1963 como ano de nascimento (REINA, 2019, p. 35).

⁵² Antônio José da Silva.

líderes, Osvaldão⁵³. Sem o registro da data da prisão, nunca mais foi localizado.

Aos 5 anos de idade, Giovani Viana da Conceição, filho de Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão) e Maria Viana da Conceição foi sequestrado em 1973 pelos militares na cidade de Araguaína⁵⁴, junto com sua irmã por parte de mãe (de 8 anos), Yeda Viana da Conceição. As crianças desaparecidas jamais foram encontradas.

A menina Iracema, filha da professora Lucia Emília de Carvalho Araújo (Mila) foram presas logo após o golpe de 64, na cidade do Recife. Mila era filiada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e lecionava para os filhos de camponeses de Jaboatão dos Guararapes. Além de ter assistido as sessões de tortura de sua mãe no DOI-CODI do Recife, Iracema foi espancada e seviciada pelos torturadores, depois abandonada nas ruas da cidade. Recebeu o apoio inicial de um casal de advogados até ser conduzida a uma família na cidade do Rio de Janeiro. Conseguiu resgatar o seu documento de identidade aos 19 anos com o seu nome completo – Iracema Alexandre de Souza.

Os adolescentes José de Ribamar e Zé Wilson foram presos em 1973 pelo Exército, sendo levados para a base militar de Bacaba, região Transamazônica. Depois foram deslocados para o quartel de Belém do Pará. O jornalista obteve testemunhos de que Ribamar foi forçado pelos militares a trabalhar no quartel de Belém e que, embora não tenha sido localizado, sobreviveu. Quanto a Zé Wilson, nada se sabe a respeito de seu destino. Outros relatos endossaram os sequestros de adolescentes praticados pelo Exército brasileiro para a prestação de serviços forçados.

Este foi o destino do jovem José Vieira, que ficou órfão de pai, morto pela guerrilha do Araguaia em 1974. Ao ser preso, José foi levado ao quartel em Belém do Pará. Foi José quem forneceu essas informações. Mostrando os documentos de identidade e o certificado de reservista adulterados pelos militares, “contou a história de outros cinco filhos de camponeses que, como ele, também foram sequestrados quando eram adolescentes” (REINA, 2019, p. 31). No mesmo dia e local do sequestro de José, em Tabocão, o adolescente Osniel Ferreira da Cruz também foi capturado. Junto aos colegas, foi levado para o mesmo destino, Bacaba e Belém do Pará. Osniel foi posteriormente transferido para a Infantaria de Itaituba, cidade paraense. “Não foi localizado” (ibidem, p. 34).

Em 1973 havia ocorrido o sequestro do menino Juracy (8 anos) na região do

⁵³ Osvaldo Orlando da Costa.

⁵⁴ Atualmente, Tocantins.

Araguaia, em Xambioá. Os militares, por engano, pensaram que Juracy era filho do líder guerrilheiro Osvaldão. Seus pais legítimos eram os camponeses Maria Bezerra de Oliveira e Raimundo Mourão de Lira. Juracy foi sequestrado e levado a Fortaleza pelo tenente do Exército Antônio Essílio Azevedo Costa, que o registrou ilegalmente como seu filho legítimo. Atualmente “vive numa ilha no rio Araguaia (...) a procura da mãe biológica” (REINA, 2019, p. 32). Conforme os registros do jornalista sobre a família, ficou subentendido que Juracy conseguiu encontrar a mãe. Desta forma, soube que seu irmão Miracy também havia sido sequestrado em 1973 pelo sargento do exército João Lima de Filho. No entanto, mãe e irmão não encontraram nenhuma pista do paradeiro de Miracy.

Outra situação trágica se deu com o sequestro de bebês e crianças indígenas da etnia Xavante Marãiwatsédé, em 1966, orquestrados pelo Exército em parceria com a Força Aérea Brasileira (FAB), após a invasão das terras indígenas ao norte do Mato Grosso, e logo em seguida ocupada por grileiros. “Os crimes ocorreram quando uma tribo inteira dos Marãiwatsédé foi transferida de sua terra natal” (ibidem, p. 33). Posteriormente, essas terras foram “adquiridas” por empresários paulistas. Os índios que habitavam a aldeia Suiá Mussi⁵⁵, “foram levados para a missão religiosa São Marcos, na cidade de Barra do Garças e ficariam sob a responsabilidade de padres salesianos” (ibidem, p. 34). Conforme os testemunhos recolhidos, os militares desapareceram com quatro bebês Xavante após um surto de sarampo durante a missão. A quinta criança era uma menina que, a mando dos militares, havia sido conduzida para Campo Grande por uma enfermeira encarregada de cuidar dos indígenas. “O desaparecimento das cinco crianças é confirmado pelo padre Bartolomeo Giaccaria, que recebeu os índios na missão de São Marcos” (ibidem, p. 34).

Eduardo Reina, autor do trabalho investigativo, conseguiu compor um sentido memorial dessas histórias de vida, até então fragmentadas, seguindo algumas pistas deixadas pelo acaso. Conforme suas observações, dentre a escassez de fonte documental acerca da guerrilha do Araguaia, as memórias dos crimes de sequestro como prática comum dos militares brasileiros ficaram subterrâneas mesmo nos livros de maior referência histórica sobre a ditadura do país, visto que em nenhum deles, esses crimes de apropriação ilegal de bebês, crianças e jovens foi mencionado e problematizado.

⁵⁵ A aldeia Xavante invadida pelos militares (Suiá Missu) se situava entre os rios Xingu e Araguaia (REINA, 2019).

Movidos pela convicção da necessidade de transmissão dessas memórias traumáticas, até então, esquecidas mesmo no território do Araguaia, optamos por nomeá-las uma a uma, principalmente pelo fato da referida publicação do jornalista ter sido posterior aos relatórios finais das comissões da verdade no país.

No que diz respeito ao papel dos relatórios finais nas comissões da verdade nas várias instâncias institucionais do país, consideramos que foram fundamentais para o reconhecimento da história contra hegemônica brasileira, com a quebra do silenciamento dos testemunhos das primeiras gerações afetadas na esfera pública, embora tenhamos muitos desafios para avançarmos nas políticas de reparação simbólica integral e rompermos com os ciclos de impunidade, ou seja, com a reparação simbólica, moral e ética a ser aplicada no próprio sistema de justiça.

2.2.2 O genocídio na Argentina

A sistematização de mais de 500 Centros Clandestinos e Extermínio na Argentina se guiou pelo paradigma nazifascista dos campos de concentração organizados pelo III Reich. O objetivo perseguido pelos militares argentinos era a de propiciar uma limpeza social com a eliminação de uma geração indesejada de subversivos ‘comunistas’, além do controle e assujeitamento de seus descendentes. Foi nesse contexto que bebês e crianças pequenas de pais desaparecidos foram sequestradas e apropriadas como troféus, de acordo com a lógica da perversão e crueldade desses militares genocidas.

Conforme a psicanalista Alicia Stolkiner⁵⁶, a apropriação de crianças se configurou como crime de lesa-humanidade, embora esses crimes não tenham sido protegidos pelas leis de impunidade (2018). Por mais incongruente que possa parecer, os critérios de justiça dos primeiros mandatários da redemocratização, o presidente Raúl Alfonsín com as leis de Obediência Devida e Ponto Final e o presidente Carlos Menem, com decretos de indulto que protegiam os militares, deixaram de fora os crimes de apropriação de crianças. Essa foi uma configuração penal que daria oportunidade para que pessoas que violaram, torturaram e mataram mulheres não fossem julgadas por esses crimes, mas pelo de terem se apropriado de filhos dessas vítimas.

⁵⁶ Integrante da Equipe Interdisciplinar Auxiliar da Justiça (EIAJ) da Comissão Nacional pelo Direito a Identidade – CONADI, organismo da Secretaria de Direitos Humanos e Diversidade Cultural do Ministério da Justiça e Direitos Humanos da Nação. Este organismo funciona com certa autonomia, através de um colegiado das Abuelas de Plaza de Mayo.

Por outro lado, o que caracterizou este período foi uma falta de compromisso e uma extrema lentidão do Estado na busca dessas crianças. Embora o delito permanecesse, a busca das crianças foi um trabalho realizado por uma organização da sociedade civil, as Abuelas (STOLKINER, 2018, p. 101, tradução nossa).

Os avanços jurídicos conquistados pelos organismos de direitos humanos nas décadas seguintes se valeram estrategicamente destas brechas. Pela trajetória incansável das Madres e Abuelas, chegou-se ao número aproximado de 30 mil desaparecidos e 500 crianças apropriadas, conflagrando um projeto genocida de sequestros e assassinatos em massa.

Embora não tenhamos a pretensão de comparar os danos causados pelo terrorismo de Estado dos países estudados pelo número de suas vítimas desaparecidas, muito menos mensurar o sofrimento dos sobreviventes e de seus familiares, buscamos elucidar os mecanismos estratégicos distintos que, em seu conjunto, integraram o Plano Condor para eliminar qualquer possibilidade de autonomia preconizadas pelas ideologias revolucionárias e progressistas na América Latina. No entanto, as diferenças desses mecanismos criaram marcas profundas nas subjetividades do corpo social de cada país, incidindo, posteriormente, nas circunstâncias políticas que possibilitaram as disputas por memória, verdade e justiça e reparação pública, após o resgate da democracia.

Devido à impunidade ainda presente na história recente da ditadura brasileira, pudemos arrolar alguns poucos casos ‘recém descobertos’ de crianças sequestradas e apropriadas pelos agentes da repressão, assim como alguns testemunhos da segunda geração nas comissões da verdade. No entanto, nomear 30 mil desaparecidos e 500 crianças sequestradas seria algo da ordem do impossível.

Assim, partimos da premissa de que essas diferenças nos servirão como pistas para melhor compreendermos os efeitos subjetivos e simbólicos produzidos em cada país, assim como na materialização, a posteriori, de suas políticas reparatórias e de memória.

CAPÍTULO 3 AS POLÍTICAS DE REPARAÇÃO SIMBÓLICA

É um sonho dentro de outro sonho, plural nos particulares, único na substância. Estou à mesa com a família, ou com amigos, ou no trabalho, ou no campo verdejante: um ambiente, afinal plácido e livre, aparentemente desprovido de tensão e sofrimento; mas, mesmo assim, sinto uma angústia sutil e profunda, a sensação definida de uma ameaça que domina.

Primo Levi, *A trégua*

A transição democrática dos países vizinhos, Argentina e Brasil, aconteceu por rumos diferentes, especialmente nas disputas entre verdade e justiça. Em temporalidades distintas, a voz dos desaparecidos políticos ressurgiu com o vigor dos testemunhos públicos e das comissões da verdade como desdobramentos da justiça de transição⁵⁷, reforçando a palavra em detrimento do apagamento de arquivos históricos que deveriam ser conservados e publicizados.

Em perspectiva formal, o objetivo central da justiça de transição consiste no estabelecimento de prestação de contas por parte dos Estados que passaram por ditaduras ou guerras, com o compromisso de consolidarem a democracia com resoluções legais, comissões da verdade, julgamentos dos crimes de lesa-humanidade e programas de medidas reparatórias, tanto pecuniárias como simbólicas, de modo a elucidar os fatos e o contexto dos crimes cometidos por seus agentes, com o compromisso de contabilizar as vítimas e organizar mecanismos na transmissão da verdade histórica.

No entanto, o processo para a transição democrática nos países latino-americanos que sofreram violentas ditaduras não ocorreu sem conflitos e disputas políticas, a começar pelas narrativas sobre a verdade para a elucidação dos fatos. Além disso, a configuração inicial das comissões da verdade que forneceriam os subsídios necessários à efetivação da justiça nos tribunais penais bem como o julgamento dos crimes de lesa-humanidade, considerando os testemunhos das vítimas como elemento

⁵⁷ O funcionamento da Justiça de Transição foi sendo determinado pelas experiências de sua aplicação nos distintos países que passaram por transições pós-conflitos. Com o desenvolvimento do direito internacional foram se constituindo normas e jurisprudências, ou seja, um conjunto de parâmetros que servem de base para a efetivação da memória, verdade, justiça, reparação e reforma institucional no país que passam por situações de transição. Em 1998, foi elaborado o “Estatuto de Roma” que criou a Corte Penal Internacional (ICC – de acordo com a sigla em inglês), importante organização para o julgamento de crimes de guerra, crimes de lesa humanidade e genocídios. Em 2002, o Brasil se comprometeu oficialmente a cumprir e executar integralmente esse tratado internacional (<https://www.icc-cpi.int/asp>).

central, não aconteceu da mesma forma nos dois países que estamos analisando.

Nesse sentido, a Argentina protagonizou, em seu processo para a transição democrática, uma série de lutas por memória, verdade, justiça e reparação, na contramão das formalidades oficiais dos processos de transição enquanto modelo liberal de paz e conciliação preconizados pelos tratados internacionais, como o Estatuto de Roma e a Organização das Nações Unidas (ONU).

Na situação brasileira, o processo de transição para a democracia foi controlado desde o início pelos militares, à revelia das demandas dos familiares das vítimas e dos movimentos sociais pela anistia, que foram ganhando corpo e fôlego na segunda metade dos anos 1970, cujo lema primordial era *Anistia Ampla, Geral e Irrestrita!* Na contramão dos movimentos sociais, a partir de 1974 o general Ernesto Geisel, um dos presidentes do período ditatorial no Brasil, deu início a medidas de controle para uma transição no molde militar, estabelecendo uma *Abertura Lenta, Gradual e Segura*. Paradoxalmente, o dossiê da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos na Ditadura aponta que, no período compreendido entre 1973-1974, seria contabilizado o maior número de desaparecimentos políticos no país.

Conforme os dados revelados no dossiê, no ano de 1974,

Mais opositores assassinados tiveram seus corpos desaparecidos. Com o projeto de *Abertura* não bastava sequestrar e matar, mas era preciso não deixar provas dos crimes. Os últimos suspiros da luta armada foram completamente aniquilados e mesmo as organizações de esquerda que não optaram por esta via foram alvos da política de extermínio (TELES, 2018, p. 27, destaque do autor).

Como medida de controle das instituições, em 1977 o governo militar promoveu o fechamento do Congresso Nacional (Pacote de Abril), antecipando como se daria a sucessão do poder militar para o civil, além de determinar as futuras eleições para governador com o mandato de seis anos, e da garantia, por parte do general presidente, de indicação dos senadores.

Em seguida, no comando do último governo militar, o general João Batista Figueiredo⁵⁸ encaminhou ao Congresso um projeto de anistia *sob controle* que seria aprovado em 1979, preconizando a *reconciliação da família brasileira* através de um pacto de silêncio e de esquecimento social. Uma dos pontos mais ambivalentes desta lei

⁵⁸ Antes de assumir a sucessão presidencial entre o período 1979-1985, o general Figueiredo foi chefe do gabinete militar do general ditador Garrastazu Médici e empossado ministro-chefe do SNI no governo do general ditador Geisel. Persisto na adjetivação “ditador”, embora ausente na literatura histórica brasileira, por se tratar de uma realidade contextual da longa ditadura brasileira.

foi atribuir aos atos políticos o determinante de *crimes conexos*, abrindo a prerrogativa de uma leitura simétrica entre os opositores da ditadura e os órgãos institucionalizados do governo repressor. E, seguindo a lógica dos *dois demônios*, já apresentada no início de nosso trabalho, não se fazia a devida distinção entre militantes políticos da luta armada (em defesa da liberdade democrática) e os torturadores dos porões da ditadura. A transição brasileira foi literalmente sob controle, lenta, gradual e restrita, inclusive para os partidos de esquerda que puderam sair da ilegalidade ou que foram constituídos após os vinte e um anos de ditadura. Conforme observação de Edson Teles em sua leitura sobre a Constituição Cidadã de 1988, em cujo Título V, que trata da *Defesa do Estado e das Instituições*, já haveria brechas para a ingerência do poder político por meio da contradição em relação à defesa do país, visto que, conforme o artigo 142, a função principal das Forças Armadas é a de garantir os “poderes constitucionais e, por iniciativas destes, da lei e da ordem. Como podem os militares se submeterem aos poderes constitucionais (Executivo, Legislativo e Judiciário) e ao mesmo tempo garanti-los?” (TELES, 2018, p. 31)

Esta é uma questão ainda sem solução, e podemos constatar que, mesmo nos governos democráticos, a chamada “zona cinzenta” das Forças Armadas ainda não foi superada, por falta de interesse (ou potência) política. Contudo, de acordo com Paulo Abrão (2010)

A arena política pós-1988, com a entrada em vigor da nova Constituição democrática, caracterizou-se fortemente pelo surgimento de novos movimentos sociais atuantes em pautas antes não priorizadas ou sufocadas, como a reforma agrária, os direitos de gênero, o direito a não discriminação em função da etnia, os direitos das crianças e dos adolescentes, o movimento ambiental, os direitos dos aposentados e idosos, deficientes físicos e assim por diante. Desta feita, a pauta da sociedade civil fragmentou-se amplamente, considerando tanto o atraso reivindicatório, produzido pelos anos de repressão, quanto por um realinhamento desses movimentos com os atores internacionais em suas temáticas. [...] A luta por justiça de transição no Brasil não consta da pauta desses novos movimentos sociais, ficando adstrita ao movimento dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, sempre atuante e relevante, porém restrito a um pequeno número de famílias, e ao movimento por reparação (capitaneado sobremaneira pelo movimento dos trabalhadores demitidos ou impedidos de trabalhar durante a ditadura em função do exercício de seu direito de associação) (p. 104-5).

Por um caminho diferente, ocorreu na Argentina em 1983 um marco importante para a América Latina, que foi a formalização da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP). Teve início o processo de investigações que foram a base dos testemunhos de ex presos políticos e familiares de vítimas do

terrorismo de Estado. Essas investigações também serviram de base para os posteriores juízos penais publicado no livro *Nunca Más* (1984).

No decorrer da experiência Argentina, uma diversidade de produções teóricas acerca dos efeitos causados pelo Estado Terrorista deu ensejo à criação de ferramentas valiosas na construção de estratégias e iniciativas de reparação.

Mariano Duhalde (2013) enumerou algumas delas:

Exemplo notável foi a criação por decreto da presidenta Cristina Fernández Kirchner do Centro para Atenção de Vítimas de Violações dos Direitos Humanos “Dr. Fernando Ulloa” – primeiro de seu tipo no mundo – dedicado à atenção das vítimas do Terrorismo de Estado e suas sequelas. A visibilidade do horror foi um objetivo fundamental. Trabalhou com empenho na recuperação do prédio ocupado naquele momento pela ESMA (Escola de Mecânica Armada) – sede de um dos maiores centros de concentração que funcionaram na cidade de Buenos Aires durante a ditadura cívico-militar, assim como também os respectivos campos clandestinos La Perla, de Córdoba, e Campo de Mayo, na zona norte da Grande Buenos Aires. A partir destas iniciativas se constituíram os “sítios de memória” – lugares sinalizados como parte de uma rede de mais de 500 lugares clandestinos de detenção e desaparecimento – e os “espaços de memória”, destinados a permanecer tal como os deixaram os repressores, para recordar aqueles que ali foram vitimizados (p. 12).

3.1 OS TESTEMUNHOS DA JUSTIÇA NA ARGENTINA

Por outro lado, os processos de reparação na Argentina foram implementados através de uma abrangente interlocução das políticas de direitos humanos com as políticas de saúde mental, sob a mediação de psicanalistas com operadores do Direito para a criação de dispositivos de acompanhamento e assistência às vítimas do terrorismo de Estado. Cientes da existência de uma diversidade conceitual no que diz respeito à reparação dos danos, e levando em consideração essa polissemia e as variações de significados, profissionais de campos de conhecimento distintos contribuíram ao aprofundamento dessa temática fundamental na consolidação dos tribunais penais, buscando critérios que respeitassem o valor atribuído ao testemunho das vítimas do Estado violador. A respeito desta construção interdisciplinar, alguns questionamentos nortearam as políticas de memória do país:

Nos perguntamos diariamente: que é reparador para as vítimas? Sabemos que as medidas reparadoras em si mesmas não outorgam sentido à reparação, mas também sabemos que essa significação se constrói em torno do processo em que se dá a medida reparatória. A reparação é então um processo, e não somente um ato. Neste sentido cobram um valor central às medidas simbólicas que apontam a efetivar desde o Estado numa atitude de ruptura com o passado onde se tem violado todos os direitos, e que permite instaurar um novo significado de garantias de não repetição os quais todo Estado reparador deve almejar (ROUSSEAU, 2009, p. 36).

Apresentamos a seguir as contribuições de Eduardo Luís Duhalde a essa construção, desde suas proposições e reflexões no campo de ação de políticas de memória, até seu trabalho como secretário dos direitos humanos da Argentina durante a chamada era Kirchner, que vai de 2003 a 2012, período em que ocuparam a presidência da nação respectivamente Néstor Kirchner e Cristina Fernández Kirchner.

3.1.1 Juízos por crimes de lesa-humanidade: *ex preso-desaparecido*

De acordo com Duhalde (2015), um Estado compromissado com a responsabilidade de reparar os crimes de seu passado terrorista deve examinar seus paradigmas éticos ao confrontar-se com as disputas por memória e verdade para conseguir ampliar suas ações político-jurídicas⁵⁹.

Ao analisar os juízos penais empreendidos na Argentina, Duhalde observou que, paradoxalmente, uma das barreiras do processo reparatorio ocorreu no cerne da própria magistratura em seus modos de funcionamento engessados em normativas mecanicistas, especialmente nos processos testemunhais, que seguiram a mesma lógica de neutralidade utilizada em processos criminais comuns, quando a testemunha iria depor pela primeira vez. Ignoravam dessa maneira o fato de “que os testemunhos dos juízos por crimes de lesa-humanidade levam mais de 30 anos fazendo ouvir a sua voz ante foros internacionais e nacionais” (DUHALDE, 2015, p. 30), dentre as diversas formas que encontraram para publicizar as suas experiências, como publicações, entrevistas, etc. Nos primeiros juízos penais, os magistrados validavam as leis de Obediência Devida e Ponto Final como marco legal, o que de certo modo contribuiu para a retraumatização das testemunhas, ao mesmo tempo em que acentuava os danos sociais causados pela impunidade.

Nas palavras de Duhalde:

É precisamente este longo calvário que leva a muitos deles a uma profunda crise emocional, que aflora toda vez que devem voltar a narrar sua história, com o agravante de, nos tribunais estarem diante dos genocidas diretos, tendo que suportar, ademais, que os advogados defensores – em cumprimento de seu trabalho profissional e na maioria das vezes sem ocultar sua afinidade ideológica com os acusadores – acabam colocando em questão a veracidade do que era a tragédia de suas vidas (DUHALDE, 2015, p. 30, tradução nossa).

A partir de 2006 esses juízos penais foram retomados em uma nova configuração

⁵⁹ O artigo, publicado em 2015, faz parte de uma publicação anterior: “*Acompañamiento a testigos em los juicios contra el terrorismo del Estado. Primeras experiencias*” (2009) realizada pela Secretaria de Derechos Humanos durante a gestão de Eduardo Luís Duhalde.

jurídico-política, incluindo a assistência psicológica como forma de proteção psicossocial dos testemunhos históricos desse hediondo passado recente. Desde então, o desenho das políticas de reparação simbólica na Argentina foi sendo gestado em um processo contínuo e metucioso de parcerias, pesquisas e ações, experimentadas e protagonizadas por coletivos de direitos humanos somados a vários campos e saberes afins.

Destacamos a seguir algumas categorias criadas ao longo desse processo singular, particularmente, a de *ex preso-desaparecido* e a de *testigo-vítima* (depoente-vítima). Segundo Duhalde, a categoria jurídica “depoente-vítima” bem como a categoria psicológica “revitimização” funciona como ferramentas descritivas que, enquanto “representação significativa, oferecem reparos ideológicos” (DUHALDE, 2015, p. 33). No entanto, a generalização do conceito de vítima não expressa as singularidades e nuances de todas as vítimas envolvidas na trama do terrorismo de Estado.

Neste tipo de processo, a condição de “*testigo-vítima*” vai desde aquele familiar que quis impedir o sequestro e foi golpeado com fúria para aparta-lo, até a quem chegou a estar quatro anos sequestrado, por exemplo, no centro clandestino de detenção e extermínio (CCDE) da ESMA. (Originariamente no tempo, as organizações de Direitos Humanos utilizavam o termo de “afetados” no lugar de vítimas, talvez mais apropriado, mas o participio do verbo *afetar*, também generalizava os distintos tipos de *afetados*, chegando ao mesmo resultado insuficiente) (ibidem, p. 33-34, grifos do autor, tradução nossa).

Duhalde também destacou a influência do Holocausto na concepção do Estado terrorista argentino⁶⁰, assim como assinalou a crença por parte dos militares de que sairiam ilesos de seus próprios crimes, com nenhuma possibilidade de haver testemunhos dos sobreviventes desses centros de detenção: “aqueles genocidas ensoberbecidos jamais se imaginaram derrotados e prestando contas de seus atos perante a justiça democrática” (DUHALDE, 2015, p. 37). No entanto, os genocidas se equivocaram pois, diferentemente dos rumos tomados pelas políticas de esquecimento que vitimaram as primeiras gerações do nazifascismo alemão, os argentinos afetados pela ditadura “desde há mais de trinta anos, vêm sinalizando onde estão os repressores,

⁶⁰ “A prática sistemática do Estado terrorista argentino, foi construída à sombra de Auschwitz: instruções regradas, similares ao conteúdo dos decretos nazis de *Noite e Neblina*, legalizando o terror clandestino, os campos de concentração, o processo sistêmico de destruição da condição humana das vítimas como uma sorte de ritual expiatório a que as submetem e a produção da morte com o assassinato final de milhares de sequestrados, fazem parte de nossa história ainda recente e em carne viva” (DUHALDE, 2015, p. 47). Conforme Duhalde, o mundo paralelo e ilegal do poder concentracionário, em sua lógica perversa, buscou apagar as provas de sua existência, só restando como prova a palavra dos poucos que sobreviveram ao horror.

buscando sua condenação pela justiça e ajudando a criar a memória histórica do sucedido para que nunca mais volte a acontecer” (DUHALDE, 2015, p. 37).

Com relação ao debate sobre “revitimização”, Duhalde aponta possíveis equívocos do termo ao tentar qualificar os efeitos emocionais dos testemunhos de ex presos-desaparecidos:

Embora o conceito de revitimização seja amplamente utilizado e difundido, os profissionais de saúde mental sabem que ele contradiz sua própria verificação clínica: analistas e terapeutas sabem que os ex presos-desaparecidos trazem marcas indeléveis do vivido, como vítimas agudas de uma situação que nunca chega a ser passado e que os acompanha ao longo de sua existência pós-campo. Muito mais que vestígios deixados como marcas de uma história (DUHALDE, 2015, p. 38, tradução nossa).

Seguindo essa linha de pensamento, a reparação simbólica configurada no contexto dos tribunais penais argentinos para os crimes de lesa-humanidade se deu pela credibilidade do testemunho no ato judicial da sentença, que resultou na condenação dos genocidas e demais responsáveis por torturas, sequestros, extermínio e desaparecimentos de trinta mil pessoas no país. No entanto, pelo viés da justiça a reparação não corresponde a um ajuste de contas com o passado de terror, tendo em vista a desproporção entre a dimensão do crime coletivo e a possível sanção deste crime, o que tem o efeito de neutralizar o efeito reparador da sentença, além de aumentar a inquietação e a frustração do depoente-vítima sobrevivente do campo de extermínio (DUHALDE, 2015).

Reparar os danos pessoais e coletivos do terrorismo de Estado consiste, portanto, em considerar as memórias dos corpos dos depoentes-testemunha, com suas marcas indeléveis que persistem ao longo do tempo e que representam, primordialmente, os corpos dos desaparecidos políticos.

O eco do testemunho é o “deslocamento” de sentido, que mediante o mecanismo da repetição de situações, de sequências de acontecimentos narrados, tornam-se compreensíveis em seu conjunto. O tempo de relato é o tempo público do processo, que por sua vez, contém uma intra-temporalidade que une o passado, o presente e o futuro (DUHALDE, 2015, p. 47, tradução e destaque nosso).

Por esse prisma, criar um espaço público propício a acolher “a palavra singular de cada testemunho do horror e garantir assim o direito que assiste às vítimas [...] sem deixar de lado que essa verdade fala de um acontecimento social” (ROUSSEAU, 2015, p. 63) consiste em uma das ferramentas mais valiosas do trabalho reparatório por parte do Estado.

3.1.2 Centro de Assistência às Vítimas de Violações de lesa-humanidade

Desde 2005, a psicanalista argentina Fabiana Rousseaux foi uma das agenciadoras na concepção e criação das políticas reparatórias junto a Secretaria de Direitos Humanos da nação. A estratégia inicial foi a de criar um programa interdisciplinar de investigação sobre a memória histórica da sociedade argentina nomeado *Consecuencias actuales del terrorismo del Estado en salud mental – CATE*⁶¹, levando-se em consideração as sequelas que afetaram todo o conjunto da sociedade em sua última ditadura (1976-1983), com “uma série significativa atravessada pela desapareição, apropriação de bebês, morte, exílio, tortura, violência, terror, *insíllo*, entre outros modos de disciplinamento dos corpos” (ROUSSEAUX, 2015, p. 93, tradução nossa).

Como desdobramento desse trabalho de pesquisa ativa, foi inaugurado o *Plan Nacional de Acompañamiento y Asistencia de querelantes y victimas del terrorismo de Estado*⁶², que pavimentou a posterior inauguração do *Centro de Asistencia a Víctimas de Violaciones de los Derechos Humanos “Dr. Fernando Ulloa”*, sob a direção de Fabiana Rousseaux (2009-2014). Conforme seus próprios apontamentos, a complexidade deste trabalho partiu de algumas perguntas essenciais, a saber:

Como articular uma política pública desde a sustentação do caso a caso? Ou seja, uma política “para todos” baseada no terreno do “um a um”. Este paradoxo, com incidências no clínico como também no político, nos referencia em um espaço habitado pela dor extrema. Com o que respondemos frente a essa dor? Qual deve ser a nossa reflexão teórica e nossa prática na topologia particular das políticas públicas ligadas a memória, e a saúde mental, e em intersecção com elas? (ROUSSEAUX, 2015, p. 94).

Ao aprofundar os aspectos necessários para o desenho de uma política de reparação simbólica que pudesse incorporar os anseios dos movimentos sociais dos familiares dos desaparecidos políticos na luta coletiva pelos direitos humanos, tornou-se imperioso aproximar o campo da saúde mental às novas demandas dos organismos de direitos humanos. O objetivo era furar a bolha da lógica discursiva de impunidade geradas no início do período democrático mediante as leis de Obediência Devida e Ponto Final (do presidente Alfonsín), acrescidas dos indultos infames nos anos 90 que, sob a gestão do presidente Carlos Menem, que protegiam os militares terroristas e

⁶¹ Em funcionamento desde 2005, esse programa é formalizado pela Resolução Ministerial 1271/2019.

⁶² “Criado pela Resolução SDH n. 003/07 sob a firma de Eduardo Luís Duhalde, e contando com a adesão de quase a totalidade dos organismos provinciais que nesse momento constituíam o Conselho Federal de Direitos Humanos” (ROUSSEAUX, 2015, p. 98, tradução nossa).

impossibilitavam a efetivação da justiça de transição⁶³.

Para tanto, com uma gama de interrogantes que nortearam a criação de novos dispositivos de escuta que fossem permanentes para a efetivação de processos de reparação das vítimas de violações de Direitos Humanos, desde o acompanhamento nos juízos penais à assistência dos testemunhos, esta política pública passou a ser articulada a uma rede nacional e internacional de profissionais, investigadores e acadêmicos que se debruçaram sobre a temática da reparação em sua integralidade.

Rousseaux ressalta ainda a importância dos legados clínico-políticos protagonizados por profissionais de Saúde Mental inseridos nos organismos de Direitos Humanos (descritos anteriormente nesta pesquisa) que trabalharam clandestinamente na época da ditadura (entre os anos 70 e 80) para este novo processo de criação epistemológica de políticas públicas de reparação jurídico-psicossocial.

Esta experiência se replicou na América do Sul, principalmente nos países que conformaram o que veio a ser chamado Plano Condor, que foi a coordenação repressiva do cone sul durante a década de 70. Os organismos de Direitos Humanos desses países, construíram na mais absoluta clandestinidade, equipes que suportaram as condições mais impensáveis, o acompanhamento e o tratamento daqueles que sobreviviam aos CCD⁶⁴ e seus familiares, ao construir uma prática totalmente nova nesse terreno, uma teoria que permitisse extremar conceitos clínicos para que pudessem dar lugar a uma forma de pensar a clínica que não fosse emoldurada apenas pelas construções categóricas da época. Assim, conceitos de duelo, trauma, alucinação, paranoia, cobraram outro estatuto, porque o impacto que a desaparecimento produziu obrigou primeiro ao âmbito do direito a pensar essa categoria como jurídica, e logo para aqueles que trabalhavam no planejamento da saúde mental a considerar as estruturas clínicas e os efeitos de terror, a partir de marcos conceituais totalmente novos (ROUSSEAU, 2015, p. 96-97, tradução nossa).

Na amplitude desta proposta, os próprios afetados passaram a buscar os profissionais de saúde mental compromissados com os direitos humanos, justamente pela busca de se estabelecer um nível de confiança que acolhesse e validasse o seu testemunho, em detrimento dos aspectos traumáticos de difícil nomeação, interpretação e inscrição de um luto não consumado e conjurado por décadas de silenciamentos sobre o desaparecimento de seus entes queridos. Além disso, cumpre observar que a

⁶³ Nas palavras de Rousseaux (2015): “Após os chamados Juízos pela verdade que ocorreram na Argentina nas cidades de La Plata, Mar del Plata, Bahía Blanca e alguns em Mendonça, desde o ano de 1998, se reabriu a primeira causa na Cidade de La Plata, contra Miguel Etchecolatz, que foi o primeiro repressor levado a juízo oral na Argentina, logo após a anulação das Leis de Ponto Final e de Obediência Devida [...] e a inconstitucionalidade dos decretos de Indulto [...]. O juiz que encabeçou a presidência desse histórico juízo [...] foi Carlos Rozanski, que teve um papel central nas causas penais contra o terrorismo de Estado em nosso país” (p. 95).

⁶⁴ Centros Clandestinos de Detenção.

magnitude de ações que visem reconstruir os laços interrompidos pelo terrorismo de Estado através da *confiança* passou a ser um dos maiores desafios das políticas de reparação simbólica; senão, como assumir tal tarefa encarnando a responsabilização de um Estado que pretende reparar seus crimes recentes de um terrorismo genocida? Como evitar o risco de novas rupturas democráticas e de desmentidos institucionais?

Em 2006, foi criado o *Plano Nacional de Acompanhamento a Testemunhos e Demandantes Vítimas do Terrorismo de Estado*, com o objetivo de acompanhar os júzos que se reabriam na Argentina. A consolidação do trabalho de acompanhamento psicossocial dos testemunhos-vítimas nos júzos penais permitiu aprofundar as políticas de reparação simbólica no âmbito da justiça. Articulado às políticas de memória e fortalecendo a verdade histórica do país, esse processo reparatório vem produzindo, desde então, novas subjetividades no tecido social e na práxis do campo psi.

Os júzos penais na Argentina inauguraram, portanto, novos paradigmas ao criarem uma inovadora modalidade jurídica “que foi a de julgar o terrorismo de Estado com as figuras existentes sem criar tribunais especiais para este fim” (ROUSSEAU, 2015, p. 98), ou seja, se valendo da justiça comum, algo inédito também a nível mundial. Para tanto, trazia nesta nova investida desafios para a criação de uma topografia deveras complexa, que pudesse abarcar as “especificidades dos delitos e suas vítimas”, assim como a abertura para as subjetividades envolvidas nesse processo reparatório, “entendendo por tal que a dimensão do sujeito que fala não será a mesma do sujeito que testemunha” (idem).

Após a inauguração do *Centro de Assistência às vítimas de terrorismo de Estado Dr. Fernando Ulloa*, firmou-se um compromisso no sentido de assumir a assistência às vítimas de delitos de lesa-humanidade a partir da construção e consolidação de uma rede pública em todo o território nacional com o envolvimento de todo o sistema público de saúde. Nas palavras de Rousseaux (2015):

Isso não poderia se dar sem uma forte formação das equipes assistenciais que intervissem na rede pública hospitalar. Em fevereiro daquele ano [2011], o Centro amplia suas competências a partir de um decreto da Presidenta ⁶⁵, onde passa a chamar-se Centro de Assistência às vítimas de violações de Direitos Humanos Dr. Fernando Ulloa, cujo giro fundamental foi incluir dentro de nossa tarefa as violações atuais de Direitos Humanos (p. 99, tradução nossa).

É preciso compreender a motivação política na escolha de homenagear o Dr.

⁶⁵ Decreto Presidencial 141/2011.

Fernando Ulloa na referida política pública de reparação simbólica. Conforme registrado anteriormente, o psicanalista foi um importante ator social na conexão entre saúde mental e os direitos humanos, além de ter participado ativamente das críticas à institucionalidade hegemônica da psicanálise aplicadas na APA e na IPA. Na qualidade de membro integrante do Grupo Documento, o que se somou à sua experiência clínica e docente no campo da saúde mental em instituições públicas, o Dr. Ulloa sempre esteve em sintonia com as experimentações clínico-grupais propostas por Pichon-Rivière, Mauricio Goldenberg, Eduardo Krapt, José Bleger, dentre outros profissionais do campo psi de sua geração, além de desenvolver uma forma singular de análise institucional nos dispositivos psicossociais e de formação profissional na esfera pública.

3.1.3 O traumático entre ternura e crueldade

Após o golpe civil-militar de 1976, Fernando Ulloa se exilou no Brasil, residindo por quase uma década na Bahia. Ao retornar à Argentina, foi supervisor clínico nos casos de restituição à identidade junto a Associação das Abuelas da Plaza de Mayo. Ele deixou um importante legado teórico-epistemológico para a clínica política, especialmente no enfrentamento aos efeitos subjacentes ao terrorismo de Estado nas gerações afetadas e no corpo social.

Em uma palestra proferida em Buenos Aires em 1988, por ocasião das Jornadas de Reflexão das Avós da Plaza de Mayo sobre o tema “A ternura como contraste e denúncia do horror repressivo”⁶⁶, Ulloa introduz o tema do efeito traumático da repressão estatal⁶⁷ reportando-se a um conceito chave desenvolvido a partir de suas experiências clínicas nos processos de restituição das crianças sequestradas e encerradas pelo terrorismo de Estado argentino na assim chamada *encerrona (armadilha) trágica*.

O paradigma da encerrona trágica é a tortura, situação onde a vítima depende por completo, para deixar de sofrer ou para sobreviver, de alguém que a rechaça totalmente. Outro tanto acontece com seus familiares. A tragédia assim concebida é uma situação de dois lugares, opressor-oprimido, sem o terceiro de apelação. Esta falta absoluta de uma instância para apelar, tal como ocorre com o terrorismo de estado, configura o caráter de prisão concreta e psicológica (ULLOA, 1988, p.1, tradução nossa).

⁶⁶ Podemos igualmente nos remeter ao artigo de Sándor Ferenczi *Confusão de línguas entre os adultos e a criança – a linguagem da ternura e da paixão* (1933) no qual o psicanalista húngaro apresenta a ideia de que o bebê, em suas relações e confrontos com o mundo adulto, se comunica por meio da “língua da ternura”, a língua do lúdico, ao passo que o adulto se utiliza da “linguagem da paixão”. A defasagem entre as línguas da criança e do adulto constituiria o terreno do traumático, ou “confusão de línguas”.

⁶⁷ O ensaio de Ulloa, de 1988, *La ternura como contraste y denuncia del horror represivo* (disponível em: https://conboca.ces.edu.uy/images/recursos/ternura_represion.pdf) seria publicado em forma de livro em 1995 sob o título *Novela clínica psicoanalítica: historial de una práctica*.

Ao contrastar o horror e a crueldade da repressão estatal com a ternura, e fazendo uma articulação com a psicanálise, Ulloa se refere à ternura como instância tipicamente humana, tão primitivamente constituída que quase se poderia pensá-la como uma instância instintual. A ternura, neste caso, está sendo contrastada com a perversão do adulto sequestrador/apropriador. Contudo, o autor assinala que a produção da ternura também se constitui como instância ética na relação da mãe com o seu bebê, indo além do instinto ao demarcar um território subjetivo em que aquela criança não pode ser “apropriada”. Nesse caso a ternura se constitui como garantia da sobrevivência e constituição psíquica da criança ao nascer. No mesmo artigo, Ulloa também define a ternura como coartação, “o freio – do fim último, fim de descarga, da pulsão, conceito que somente aqui menciono” (ULLOA, 1988, p. 3). Esse limite de descarga pulsional faz aceno à ética, por gerar as condições de introjeção da ternura mediante dois dispositivos relacionais: a *empatia* e o *miramento* (olhar). O cuidado em uma ambiência empática é introjetado a partir de um olhar amoroso que reconhece o bebê como um diferente, que o distingue de si mesmo. E o olhar amoroso de quem cuida constrói laços de confiança pela sensação de segurança introjetada na relação terna, por fornecer recursos objetivos para lidar com a frustração, com a contrariedade e o sofrimento que advém de situações percebidas como externas a si mesmo.

Retomemos o conceito de *encerrona trágica*; Ulloa sinaliza que escapar a esse encerramento não é algo possível na situação das crianças que foram sequestradas/apropriadas quando bebês ou que, de alguma maneira, desconhecem a sua origem por uma monstruosidade deliberada de seus cuidadores. Por outro lado, a vítima adulta até pode escapar do encerramento ao ser reconhecida e se reconhecer na convicção absoluta do valor de suas ideias e ações e também se apoiando nos laços solidários que a unem a seus companheiros.

Além disso, o autor chama atenção para os perigos patológicos desse tipo de segredo, considerando a “invalidez” inerente a uma criança pequena que depende da ternura parental para constituir a sua identidade. A invalidez de que se trata aqui não pode ser traduzida como incapacitação ou coisificação da criança. Ao contrário, acontece quando se nega à criança sequestrada a condição de sujeito, impossibilitando sua inscrição no seio da cultura.

Na relação de contrariedade com o dano, reside a possibilidade de aceder ao que chamarei a imposição da justiça, aquele sentimento que distingue não somente entre o que causa o dano e o que não causa danos, mas também indica ao próprio sujeito o dano que pode causar ao outro. Este saber que vai

se impondo é uma das bases do discernimento do que é justo como parte constitutiva das pessoas. [...] o fracasso da ternura é a patologia gerada desde a invalidez infantil (ULLOA, 1988, p. 4, tradução nossa).

Ulloa elucidou algumas situações clínicas singulares diante de alguns processos de restituição de identidade a adolescentes e adultos que haviam sido apropriados quando crianças, e do sofrimento que esses processos geravam aos familiares pela demora do sistema de justiça. Como se não bastasse os anos de desconhecimento de si, a experiência do encerramento trágico nos primórdios da formação psíquica das vítimas configurava uma situação de “insegurança ontológica”.

Segundo o psicanalista argentino, o conceito de insegurança ontológica foi desenvolvido pelo psiquiatra Ronald D. Laing para designar a descontinuidade do tempo em situações traumáticas que danificam as possibilidades de um futuro possível para o sujeito, tal como ocorrem em sintomas como a drogadição. “Não somente o tempo deixa de ser um *continuum*, tampouco um corpo, transformado em cenário de sofrimento e violência. [...] São sujeitos para a morte. Não vivem; de certa forma, são sobreviventes” (ULLOA, 1988, p. 6, tradução nossa).

Embora não tenha pretendido engessar supostas patologias nem interpretar o sofrimento por uma situação-catástrofe específica, Ulloa apresentou configurações extremas para contextualizar os efeitos do sinistro nas gerações diretamente vitimadas pelo terrorismo de Estado com o corte na transmissão da ternura e das relações parentais. Dito de outra maneira, os elos geracionais e culturais foram interrompidos pela crueldade de um sistema usurpador.

Em contrapartida, desprovido da ética da ternura, o usurpador não possui as condições essenciais para estabelecer um vínculo legitimado pelo afeto, pela empatia e pelo *miramento*. Não há um olhar que reconhece o outro, somente sadismo e perversão.

Estabelece-se, então, uma relação espúria aditiva tirânica, não somente para a criança, como também para o próprio usurpador, que não pode renunciar a sua presa – à qual também ele está preso –, porque neste caso estaria confrontando alguém que originalmente estava ausente. Não é por amor que retém, senão como alternativa a serviço de sua patologia. [...] Somente o estabelecimento da verdade absoluta, em condições contextuais de terceiro a quem apelar com ajuda adequada e justa, começará o desembaraço desta criança. Já temos casos suficientes que confirmam isto. Mas infelizmente, há muitos que continuam aprisionados, sem saída (ULLOA, 1988, p.7-8, tradução nossa).

O terceiro de apelação a que se refere Ulloa é o sistema de justiça; sem a restituição da identidade pela justiça não há como se romper com o sinistro. Mas, por ser um processo muito doloroso para os familiares – e especialmente doloroso para

quem foi vítima de apropriação –, o acompanhamento psicossocial torna-se essencial para estabelecer o elo e os limites entre as partes, respeitando as singularidades do caso a caso e orientando o sistema de justiça com o saber técnico do campo psi. Foram essas as premissas que orientaram o desenho político-institucional do *Centro de Assistência às Vítimas dos crimes de lesa-humanidade Dr. Fernando Ulloa*.

Podemos igualmente retomar o conceito de crueldade em relação aos crimes de Estado cometidos pela última ditadura brasileira que seguem impunes, sem a justiça como instância terceira de apelação. As vítimas atingidas pela crueldade dos agentes estatais no passado e no presente no Brasil, marcadas literal e subjetivamente pela tortura e por perseguições políticas, reforçadas pela impunidade. Apresentaremos a seguir a conjuntura sócio-histórica que ensejou a criação das políticas de reparação psicossocial e simbólica pelo Estado brasileiro durante os últimos mandatos progressistas do Partido dos Trabalhadores, especialmente pela nova configuração da Comissão de Anistia que aprofundou as políticas de memória entre 2002 e 2016.

3.2 O PROJETO CLÍNICAS DO TESTEMUNHO NO BRASIL

Às vésperas de completar 50 anos do golpe de 1964, o Estado Brasileiro se dispôs, mesmo que tardiamente, a avançar nas políticas reparatórias com a implementação da *Comissão Nacional da Verdade* (2012-2014) concomitantemente ao Projeto Piloto Clínicas do Testemunho. Embora tenhamos sublinhado o processo tardio das políticas de reparação, igualmente ressaltamos a importância das lutas dos familiares e militantes que configuram a luta pelos direitos humanos no contexto latino-americano desde as suas ditaduras, com a presença contínua e marcante nos agenciamentos por memória, verdade, justiça e reparação no campo democrático.

Em uma conjuntura em que o país se via revigorado por governos progressistas, algumas ações de resgate da memória política foram realizadas através de atos, performances e campanhas de rua em algumas cidades brasileiras, ações essas organizadas por coletivos de direitos humanos no âmbito do projeto de reparação psicossocial e simbólica Clínicas do Testemunho, integrado à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, na vigência de seu funcionamento. O projeto Clínicas do Testemunho foi realizado em dois editais consecutivos, sendo o primeiro edital como projeto piloto entre 2013-2015, e o segundo entre 2016-2017. No entanto, em meio ao processo ocorreu no Brasil uma drástica ruptura no campo democrático com o golpe

jurídico-parlamentar que destituiu a presidenta Dilma Rousseff em um impeachment relâmpago de forte apelo midiático que contou com o apoio dos principais veículos de comunicação de massa.

Nesse novo cenário, em que vem sendo desmontadas as políticas públicas de cunho social, em que foi suspensa a destinação de recursos para os programas de direitos humanos, em que figuras envolvidas com a repressão passaram a fazer parte da Comissão de Anistia e onde têm sido frequentes declarações públicas incentivando a prática da tortura e homenageando torturadores, o projeto que já deveria ter sido transformado em uma política pública, sequer obteve autorização para o período de prorrogação previsto em legislação (KOLKER, 2017, p. 50).

Desta forma, se interditou o compromisso do Estado brasileiro com a reparação psicossocial e simbólica endereçada às gerações afetadas pelas ditaduras, esvaziando, paulatinamente, as iniciativas recentes de reflexões e debates públicos acerca da violência de Estado do passado autoritário incidindo em nosso presente, especialmente após os testemunhos nas comissões da verdade em várias instâncias no país. De acordo com os registros contidos no relatório final da primeira edição das Clínicas do Testemunho-RJ, a equipe de trabalho destacou a dupla função dos grupos de testemunho que circularam nas esferas público-privado.

[...] o testemunho ajudava a tirar esses acontecimentos da clandestinidade e atualizar o sentido conferido aos acontecimentos-tortura como contribuía com a construção da memória histórica e o esclarecimento dos casos ainda obscuros e, se o testemunho era um ato necessariamente relacional, sendo indispensável que ao esforço de falar se juntasse a disposição de ouvir, era preciso apostar não numa clínica voltada para a interpretação de conteúdos latentes, ou no mero alívio dos sintomas relacionados com a situação traumática, mas sim, numa clínica [...] capaz de investir na ativação de processos de experimentação e criação de novos dispositivos clínico-políticos que apoiassem e ampliassem as oportunidades de testemunhar (LOSICER; MOURÃO; KOLKER, 2018, p. 160).

A despeito da impossibilidade de as Clínicas do Testemunho avançarem no objetivo primordial de se desdobrarem em políticas públicas de reparação simbólica de forma permanente, algumas experiências das equipes que trabalharam sob o fogo cruzado dessa contradição puderam ser aprofundadas. Trata-se dos Centros de Estudos em Reparação Psíquica (CERP's) que se constituíram em territórios negligenciados tanto pelo poder público como pela sociedade.

Tal qual uma “bricolagem” de fragmentos de fatos históricos, os testemunhos clínico-políticos desse projeto de governo atestaram a existência de um Estado de exceção em funcionamento na frágil e controversa democracia brasileira, direcionando a violência de seus agentes às populações periféricas das grandes metrópoles, pois,

Ninguém melhor do que nossas testemunhas para saber da perversão e da pulsão de morte que vêm junto com a exceção da lei. (...) Pode-se encontrar nos testemunhos exemplos vivos da dignidade humana aparecendo com força irreduzível. Pode-se encontrar a pulsão de vida latejando nas situações que costumamos imaginar como as mais insuportáveis (LOSICER, et al, 2017, p. 5).

As potencialidades do testemunho clínico-político seguem à contrapelo da história oficial das Forças Armadas, ao acentuar e reconhecer os testemunhos daqueles que sobreviveram e que, de variadas maneiras, vêm resistindo aos desmentidos sociais, perseverando na sobrevivência e na transmissão das memórias daqueles que tombaram nas ditaduras latino-americanas. O compromisso clínico se deu na implicação dessa escuta sensível, incluindo os períodos de obscuridade social e retrocessos políticos que atingiram a todos os brasileiros.

Nesse sentido, indagamos sobre como sustentar os princípios éticos da reparação simbólica pelo viés da memória social, estando o Estado de direito (até este momento) sob suspensão, bem como sobre as possibilidades de alimentar os ideais do futuro que almejamos, de um porvir reparador. Levando em consideração que os testemunhos circularam e se tornaram públicos em outra configuração estatal, em uma história recente, os integrantes das equipes Clínicas do Testemunho criaram alternativas de intersectar o campo dos direitos humanos com as políticas de atenção básica e de saúde mental pelo viés dos agenciamentos das memórias políticas nos diversos territórios periféricos do país. Conforme a análise de Vital Brasil (2018),

Conhecer o que aconteceu no passado é condição primeira para nos apropriarmos de nosso presente e construirmos futuro. Alguns autores da memória são enfáticos em dizer que “quem não conhece o seu passado, não vive o seu presente”. Os tempos se atravessam e se interpõem na concretude das práticas sociais, institucionais, nas variadas formas de vida, nos modos de subjetivação. Abrir o debate, portanto, sobre o que se viveu no passado recente sob um regime totalitário instituído pela força das armas, responsável por efeitos danosos que se propagaram no conjunto das instituições, nos ajuda a ter mais claro o padrão de violência de nosso dia a dia: o que pudemos superar de lá para cá, o que criamos de respostas a ela, o que permaneceu, o que resta daquele passado autoritário em nosso presente (p. 63).

3.2.1 Clínicas do Testemunho (II edição)

Ao aprofundarmos o processo de criação da política de reparação simbólica no Brasil, desde a sua concepção e materialização institucional até a sua drástica interrupção, priorizamos as narrativas dos profissionais que participaram das equipes psicossociais conveniadas ao segundo edital das Clínicas do Testemunho. Buscamos

considerar a polissemia epistêmica do testemunho das equipes clínicas, com seus matizes teóricos diferenciados em cada projeto, e tendo em vista os agenciamentos da memória política para poder abrir caminhos à reparação integral, sem pretensões de impor as cosmovisões e vinculações teóricas inerentes ao campo psi ou engessamentos político-ideológicos, mas aproveitando as brechas na tarefa clínico-política.

O período de renovação do projeto Clínicas do Testemunho em seu segundo edital ocorreu junto ao processo de desmonte da Comissão de Anistia. Ao assumir a presidência da República (após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff), o seu vice Michel Temer iniciou um agressivo processo de desmantelamento das principais políticas públicas conquistadas após a ditadura, sob a égide de um programa neoliberal anunciado como *Ponte para o futuro*. Nesse contexto, “mudanças drásticas na Comissão de Anistia, até mesmo em sua composição – um fato inédito até então – foram efetuadas 48 horas após a posse” do novo mandatário do país (CALHAU, 2017, p. 11). Em contrapartida, ocorreram “denúncias de que um dos novos conselheiros teria colaborado com a ditadura militar” (ibidem, p. 12). Além de um radical corte orçamentário para o prosseguimento de todas as iniciativas de políticas reparatórias, tornou-se explícito o desinteresse e desinvestimento por parte do governo federal às Clínicas do Testemunho, ao não ter respondido a nenhuma das propostas “formuladas pelos núcleos participantes, mesmo as claramente previstas no escopo do projeto e da legislação” (CALHAU, 2017, p. 17) que o regiam neste período.

Apesar do descaso do Estado brasileiro que recrudescer com o golpe de 2016, pouco tempo depois da publicação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, em 2014, os integrantes das Clínicas do Testemunho que acompanharam os depoimentos dos testemunhos e assistiram os componentes da Comissão na reconstituição das histórias subterrâneas da ditadura, seguiram resistindo na produção de subjetividade no campo da memória.

Cumprir destacar que, se o primeiro edital do projeto piloto de reparação simbólica assinala a relevância dos testemunhos dos afetados pelo terrorismo de Estado serem deslocados do plano da intimidade individual para a esfera pública (CORSINI, 2018), no segundo edital, a transmissão dessas memórias precisou ser reinventada pelos integrantes do projeto no âmbito clínico-político, dando ensejo a atos públicos criativos e performáticos.

Isso se deu em resposta aos verdadeiros desmentidos sociais que emergiram a

partir do golpe de 2016, verbalizados, por exemplo, nas falas proferidas pela maioria dos deputados do Congresso Nacional, (com o projeto Clínicas do Testemunho em curso), que, naquele ano, votaram pelo impeachment da presidenta Dilma de forma coordenada. Ouvimos então frases como: “faço isso por Deus”; “pela família”; “pela minha esposa”; “pela filha que vai nascer”; “por todos os corretores de seguro do Brasil”; “para evitar que se ensine sexo nas escolas”; “pelo combate à corrupção”; “para acabar com a Central Única dos Trabalhadores e seus marginais”, um verdadeiro show de horrores! O então deputado federal Jair Messias Bolsonaro justificou seu voto pelo impeachment com uma perversa declaração: “pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo Exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo”⁶⁸.

Valendo-se da impunidade, esse parlamentar abominável elegeu-se presidente da República em 2018, apesar da declaração criminoso (por homenagear publicamente um torturador e endossar um novo golpe contra a democracia). O cinismo político e o silenciamento social mediante este fato recente reabriu fendas traumáticas inimagináveis em nossa sociedade, que perduram até o momento presente. Seguindo adiante com algumas reflexões de uma das coordenadoras do projeto Clínicas do Testemunho (CT/RJ):

Embora a maior parte dos estudos psicológicos sobre o traumático se refira às repetições como compulsão, vale lembrar que, mesmo aparentemente cerrado sobre si, tal mecanismo precisa da participação do meio para se realizar. Ainda que tal funcionamento fixe os sujeitos em modos reativos, tornando-os transmissores de um legado venenoso, também os fazem repetir apostas que, a qualquer momento, podem levá-los a encontros e caminhos inéditos. Tendo-se em vista o caráter sempre aberto dos acontecimentos e a dimensão processual das subjetividades, é no presente e nos agenciamentos com o mundo que o traumático se decide e os elementos rechaçados do passado podem ganhar novos sentidos (KOLKER, 2017, p. 35).

Importante salientar que existe uma diversidade de epistemologias clínico-políticas que foram desenvolvidas pelas equipes conveniadas no transcorrer dos dois editais das Clínicas do Testemunho, fazendo leituras singularizadas a respeito dos efeitos do trauma e de suas vicissitudes no campo da representação, especialmente em relação às possibilidades de transmissão da experiência reparatória em conflito ou contradição após o interdito da reparação simbólica por parte do Estado brasileiro.

⁶⁸ Coletivo Memória, Verdade, Justiça e Reparação. Cruzando a Linha: o projeto antidemocrático do governo Bolsonaro em suas falas, atos e gestos sobre a ditadura militar. Rio de Janeiro: PUC – Núcleo de Direitos Humanos, 2021.

Ao dimensionar a compulsão à repetição em uma perspectiva propositiva e criativa, Kolker também se apoia na concepção de Sándor Ferenczi a respeito do trauma. “Para [Ferenczi] a vida se expande e se cura pela repetição. Nessa perspectiva, a repetição teria um potencial curativo e poderia conduzir à elaboração” (KOLKER, 2017, p. 35). Existem muitas possibilidades para a capacidade autocurativa do psiquismo, e elas “não se ordenam de acordo com estruturas determinadas, tampouco a variação se dá por si mesma. Ela depende, acima de tudo, do ambiente e da relação” (REIS; GONDAR, 2017, p. 12).

Para efeitos de nossa tese torna-se útil articular a teorização de Ferenczi sobre trauma ao conceito de desmentido por ele desenvolvido⁶⁹. Na esteira dessa perspectiva conceitual, podemos pensar no efeito de “desmentido social” que caracteriza o trauma produzido pela violência de Estado. A ausência ou incompletude do reconhecimento das memórias dos testemunhos, tal como um terceiro que desmerece o sofrimento das vítimas, reforça a retraumatização dessas marcas no tecido social. Segundo Ferenczi, a clínica psicanalítica tem potencial para funcionar como dispositivo ético-político, um dispositivo que talvez ainda fosse pouco compreendido na sua época, mas que acreditamos ser fundamental no quadro das complexidades do contemporâneo. Dedicando-se a pacientes traumatizados, Ferenczi se deparou com situações de violência na infância (nem sempre com teor sexual), que o levaram a considerar que os métodos clínicos da psicanálise daquele momento a tornavam uma prática clínica fria, rígida, distante dos afetos do ponto de vista relacional. Por meio de sua proposição de que os analistas pudessem incluir a elasticidade teórico-clínica em suas práticas, Ferenczi favoreceu importantes transformações no dispositivo psicanalítico. Nesse sentido, concordamos com as palavras de Gondar (2015): “não seria ilícito pensar que

⁶⁹ Foi a partir de 1930 que Ferenczi iniciou um processo de distanciamento das concepções de Freud acerca da teoria do trauma. A teoria ferencziana do trauma em Ferenczi difere da freudiana, tanto na leitura clínica acerca do trauma quanto na proposta de seu tratamento. Freud concebia o trauma em termos econômicos, ligado a um excesso impactante e não assimilável pelo sujeito pelo tom afetivo excessivamente intenso da experiência (FREUD, [1917], 1976). Já Ferenczi ([1934], 2011) percebia o trauma para além do excesso como evento inicial, considerando também uma gama de complexos relacionais, utilizando como exemplo um caso de referência que traz para a cena familiar o desmentido. Em suas teorizações sobre o trauma, Ferenczi caracteriza o desmentido como a negação da palavra ou do gesto infantil por um adulto que deveria exercer a função protetora. Em vez de ser a referência dessa criança, o adulto não oferece uma escuta sensível ao relato, interpretando-o como fruto de uma mentira ou da imaginação infantil. A ausência de acolhimento a essa expressão de sofrimento agrava ainda mais a situação. A esta negação Ferenczi dá o nome de desmentido. No entanto, isso não significa que o destino da experiência traumática seja a patologia. Como argumenta Teresa Pinheiro (1995), o trauma pode tornar-se desestruturante ou invalidante em situações de violência extrema, na convergência do desmentido com uma ação de crueldade, a exemplo da tortura.

esse dispositivo apresenta implicações políticas – ou, mais rigorosamente, micropolíticas” (p. 3).

Apresentamos a seguir uma breve descrição do trabalho em rede dos dispositivos clínico-políticos conveniados no segundo edital Clínicas do Testemunho entre 2016 e 2017, articulando algumas dessas iniciativas clínico-políticas durante a sua vigência em quatro estados do país: Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. São eles: Clínicas do Testemunho do Rio de Janeiro – ISER RJ; Clínicas do Testemunho nas Margens – ISER SP; Instituto APPOA RS; e Instituto APPOA SC.

3.2.2 A práxis clínico-política das equipes conveniadas

3.2.2.1 Clínicas do Testemunho – CT ISER-RJ

Em maio de 2016, a equipe clínico-política do Clínicas do Testemunho – CT ISER-RJ, realizou a cerimônia de lançamento da segunda edição do projeto no Colégio Estadual Amaro Cavalcante, nos moldes de conversa pública com o tema “Ocupa Clínicas do Testemunho”. Essa chamada se deu no contexto das ocupações dos estudantes em setenta escolas públicas na cidade do Rio de Janeiro, em repúdio aos cortes aprovados pelo Congresso Nacional no governo Michel Temer, e à aprovação do congelamento orçamentário do teto dos gastos na educação e na saúde pública, logo após o afastamento da presidenta Dilma Rousseff. As estratégias para o prosseguimento do projeto reparatório, também vulnerabilizado pela suspensão da pasta da Comissão de Anistia, foi a de estabelecer laços sociais com temas transversais na esfera pública, na perspectiva de uma clínica ampliada no território.

Com a crise político-institucional que se aprofundou no Brasil desde o golpe de 2016 comprometendo o Estado Democrático de Direito, vários Ministérios receberam cortes em seus quadros técnicos, enxugamento no orçamento e graves desvios de função na gestão das políticas públicas do país. Foi sob essas circunstâncias que os profissionais das equipes do primeiro edital do Clínicas do Testemunho tiveram que agenciar estratégias para a renovação e continuidade do projeto na segunda chamada pública (já prevista desde 2015) pela direção da Comissão de Anistia. No entanto, a própria Comissão foi atingida por esses cortes, com “contenção de despesas, diminuição de pessoal, e fortes indícios de mudanças na orientação política da Comissão” (CALHAU, 2017, p.11).

Conforme o relato de Calhau (2017), o lançamento do segundo edital aconteceu

no final de 2015 com os recursos orçamentários reduzidos a menos da metade do projeto anterior, estabelecendo como meta o atendimento de 120 pessoas em dois anos⁷⁰. Nesse interim, novas redes de apoio foram sendo tecidas de forma coletiva para poder viabilizar o projeto, conforme explicitado anteriormente, inclusive entre os próprios núcleos conveniados no segundo edital.

No segundo edital, a equipe clínica do Rio de Janeiro se conformou como Clínicas do Testemunho ISER RJ, com a demanda de atendimento a oitenta e três militantes perseguidos, presos, torturados e familiares até a terceira geração e noventa e cinco ex militares de baixa patente perseguidos pelas Forças Armadas – alguns torturados e expulsos⁷¹ (CALHAU, 2017).

A demanda dos militares de baixa patente das Forças Armadas surgiu quase no final do primeiro edital do CT, fato que trouxe um certo desconforto e estranhamento aos militantes, ex presos e perseguidos políticos assistidos. A equipe clínica do Rio de Janeiro foi colocada, de certa maneira, em uma “saia justa”, uma vez que os envolvidos na luta por reparação integral começaram a interrogar:

Militares? Não seriam estes os perpetradores? Possivelmente capturados pela tese de que as Forças Armadas seriam um bloco monolítico, pensamos: o que motiva suas inscrições na Clínica? Surpreendidos e com muitas interrogações, decidimos ouvir (CARDOSO; FRANÇOZO, 2017, p. 91).

A resposta a esses questionamentos chegaria pelo viés clínico-político, na ética da escuta dos testemunhos que surgiam a partir do próprio dispositivo do projeto Clínicas do Testemunho. Até aquele momento, pouco se sabia dos segredos das Forças Armadas dentro da corporação e seus porões. Conforme as palavras de Eduardo Losicer, um dos integrantes da equipe CT ISER-RJ, foi através da tarefa clínica de escuta do testemunho que se tornou possível “lembrar ... o que nunca soubemos” (LOSICER, 2015, p. 30).

Nesse contexto, a equipe psicossocial utilizou o recurso de *dispositivos clínico-grupais* para atender a essa demanda dos militares, tendo como horizonte o recurso metodológico ampliado de uma caixa de ferramentas que possibilitasse uma relação

⁷⁰ Segundo o relatório de Calhau (2017), essa meta foi ultrapassada no início, com 150 inscritos no primeiro ano (concentrados nos três meses iniciais de 2016). No entanto, no segundo trimestre de 2016 esse número caiu para menos da metade, ou seja, 42 inscritos. Ainda segundo o mesmo relatório, no segundo ano seriam somente 28 inscritos.

⁷¹ “Sobre esse grupo, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) identificou 6.591 militares presos, torturados ou processados pela ditadura militar (1964-1985). A Aeronáutica é a força que mais teve militares perseguidos pelo regime: 3.340. Seguida pela Marinha, com 2.214; do Exército, com 800; e as polícias estaduais, com 237. (...) Note-se que nessa segunda versão do projeto, o Núcleo RJ recebeu essa clientela específica ao longo de todo projeto” (CALHAU, 2017, p. 15).

criativa. Em primeiro lugar, tentando compreender os reais motivos de ex militares perseguidos pela ditadura brasileira buscarem o projeto do Clínicas do Testemunho. Por quê se apresentavam naquela instância na condição de ex militares? Por quais motivos foram perseguidos e torturados? Qual nível de envolvimento tiveram com o regime repressivo?

Para além do efeito de silenciamento produzido pela tortura, pelas ameaças e pela própria formação militar, em sua produção de subordinações e filiação através do segredo – sobretudo no estado de exceção – neste caso houve o comando direto, dentro da rígida hierarquia, de não dizer nada. Assim, esses senhores - impossibilitados de falar sobre a sua experiência – seguiam “presos” /encapsulados nesse momento passado em que estavam nessa posição dupla e contraditória de operários da violência estatal e torturados (CARDOSO; FRANÇOZO, 2017, p. 93).

Os testemunhos dos ex militares perseguidos pela repressão revelam muitas dessas contradições, como podemos perceber em declarações como: *“Eu guardo um veneno comigo, que isso vive me matando, me proibiram de falar”*; ou *“Braço forte e mão amiga para o lado de fora, pra o lado de dentro era porrada mesmo”*; *“O exército naquela época decidia quem vivia e quem morria, até mesmo os militares...”*. Decerto, não havia como evitar a perseguição e tortura, nem mesmo entre os colegas membros da corporação: *“Não tinha como ajudar só ver e sentir”* (CARDOSO; FRANÇOZO, 2017, p. 93-4).

No entanto, os militares foram duplamente rejeitados e torturados, pelas Forças Armadas e pela sociedade. Além de perseguidos pela ditadura como traidores da pátria e percebidos por grande parte da sociedade brasileira como torturadores e traidores da democracia, esses ex militares foram desmentidos socialmente por uma triangulação que diz respeito ao seguinte enredo: na condição de vítimas do desvio de função das Forças Armadas, foram torturados pela corporação que se dedicavam e admiravam e, sem um terceiro de apelação (da justiça ou da sociedade), ficaram sem nenhuma possibilidade de inscrição psíquica e social para suportarem suas marcas traumáticas. Conforme Gondar e Reis (2017) – “o sujeito que é desmentido se vê imerso na falta de sentido, tem dúvidas sobre a sua própria percepção da realidade e do lugar que ele ocupa nessa realidade” (p. 93).

A identificação narcísica que vem sendo construída pelos militares desde os tempos da ditadura faz parte de um comando de guerra que perdura desde a Escola das

Américas⁷², com enunciados que se deslocam de acordo com a conveniência de cada momento histórico e geopolítico, elegendo e perseguindo os inimigos internos ou externos do poder dominante vigente. Ao serem escutados pelos dispositivos clínico-grupais, pôde-se compreender que

Militares oriundos da caserna e, em sua grande maioria parte das classes secularmente oprimidas, em seu desejo de ascensão social, seguiram submetidos a contradições fundamentais e, dentre elas, a condição de prisioneiros de “ordens absurdas”. (...) No rígido contrato hierárquico a que estavam submetidos e sob toda sorte de ameaças e real presença da morte, da tortura e de tantos modos de destruição objetiva e subjetiva, não existia saída. Não havia como obedecer e não havia como não obedecer. O desamparo estava dado (CARDOSO; FRANÇOZO, 2017, p. 95).

A condição de desalento e desamparo coloca em xeque a confiança no mundo diante de situações de desmentido. E mediante situações de extrema violência psíquica e tortura, o perigo de um trauma invalidante estaria, segundo Gondar (2017), no êxito de provocar o aniquilamento psíquico em seções de tortura onde o torturador confunde a sua vítima com atitudes de extrema contradição. Esta interpretação está em sintonia com a práxis clínica do psicanalista uruguaio Marcelo Viñar, que chama esta situação de *demolição*.

A demolição é a experiência de desmoronamento e da loucura – metódica e cientificamente induzida – que desloca o indivíduo de seu mundo amado e investido para o colocar diante de um buraco sinistro, repleto de vergonha, de humilhação, de urina, de horror, de dor, de excrementos, de corpos e de órgãos mutilados. O mundo próprio do sujeito, seu universo de investimento objetual se transforma, sob a ação dos torturadores, em objeto de temor e rejeição. Tudo se inscreve num espaço vivido como incomensurável e num tempo eterno, que tem as características do pesadelo e do espaço onírico (VIÑAR, 1992, p. 47).

Conforme foi apontado por Hélio Pellegrino (1988), a instrumentalização da prática de tortura como política de guerra também intenciona adoecer a sociedade pela perversão (na modulação fascista) do poder dominante, que delimita a destruição da condição humana de suas vítimas. Por este motivo, a tortura continua sendo a práxis

⁷² Localizada inicialmente no Panamá, a Escola das Américas foi fundada em 1946 com a função de treinamento do Exército dos Estados Unidos no período da Guerra Fria, com o objetivo de formar militares da América Latina e do Caribe em conformidade com a doutrina da segurança nacional imperialista, “cujos desdobramentos militares incluíam os métodos de contrainformação, interrogatório (com métodos de tortura e execução sumária), guerra psicológica, inteligência militar e ação de contra insurreição”. Essa Escola rotulava como inimigos qualquer movimento social e cultural popular, sindical ou de partidos políticos de esquerda que buscassem autonomia, sob a égide do anticomunismo. Os Estados Unidos se valiam do controle de parte do território panamenho pelos Tratados do Canal do Panamá para desenvolver cursos que formaram várias gerações de militares do continente. Fonte: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/e/escola-das-americas>. Acesso em 04/08/2022.

privilegiada para lograr êxito na cisão do corpo e psique de sujeitos e populações escolhidas como alvo. Pela situação relatada pelos profissionais do dispositivo clínico, os militares atendidos pelo Clínicas do Testemunho demonstraram grande sofrimento pelo desamparo, embora sem os recursos disponíveis para compreensão do ocorrido, pois foram rechaçados e desmentidos pela ditadura brasileira.

3.2.2.2 *Clínicas do Testemunho – CT ISER-SP Nas Margens*

O trabalho desenvolvido pelo Coletivo Margens Clínicas surgiu na cidade de São Paulo, na mesma época da primeira chamada pública da Comissão de Anistia para as Clínicas do Testemunho, em 2012. O objetivo que norteou a equipe foi no sentido de ampliar os dispositivos de escuta nos territórios periféricos da cidade e estreitar laços sociais no âmbito da saúde mental e dos direitos humanos junto aos “afetados pelo genocídio preto, pobre e periférico, assim como os auxiliassem no enfrentamento à violência do Estado” (CLÍNICAS DO TESTEMUNHO NAS MARGENS, 2017, p. 14).

Antes mesmo da volta conservadora latino-americana dos últimos anos e do golpe vivido no Brasil em abril de 2016, quando analisamos os processos de transição democrática proposto por diversos países que viveram períodos sombrios de ditadura militar e violência de Estado, o que encontramos é a continuidade de uma disputa, que agora visa lutar para ganhar a versão da história que se tornará oficial. (...) Ficam fora da história mais uma vez àqueles que nunca tiveram autorização para fazer parte dela. Àqueles que não podem contar uma história de exceção, porque a exceção é a regra. (CLÍNICAS DO TESTEMUNHO NAS MARGENS, 2017, p. 22).

Logo após o lançamento da segunda chamada pública do Clínicas do Testemunho (2015), membros do Coletivo Margens Clínicas passaram a compor a equipe *Clínicas do Testemunho nas Margens ISER-SP*. Neste contexto, herdou uma das tarefas mais árduas do projeto piloto - o acompanhamento psicossocial no território periférico de Perus, onde está situado o Cemitério Dom Bosco, mais conhecido como a Vala de Perus.

Entre os anos de 1971 e 1974, pretendendo se desfazer das evidências de violações de direitos humanos cometidos contra a população pobre, negra e militantes políticos contrários ao regime civil militar no Brasil, ações de Estado lograram exumar mais de mil sepulturas do Cemitério Dom Bosco, em Perus, para então despejá-los, sem quaisquer registros, numa vala comum clandestina (VIEIRA, 2017, p. 67).

Em outra conjuntura político-institucional, essa agenda havia sido assumida pelo Instituto Sedes Sapientiae no primeiro edital do projeto piloto, ao acolherem no curso do trabalho reparatório uma nova demanda, conforme solicitado pela Secretaria de Direitos Humanos de São Paulo: o acompanhamento psicossocial da equipe forense

designada a trabalhar na identificação das ossadas encontradas na vala clandestina de Perus e dos familiares das vítimas que haviam sido inumadas ilegalmente nesta região.

Foi no contexto dos anos 1990 que a Vala de Perus foi reaberta por peritos, sob a gestão da então prefeita de São Paulo Luiza Erundina, tendo sido encontradas vítimas não identificadas. No curso da investigação um dos funcionários testemunhou que na vala estavam enterrados “corpos de indigentes, vítimas anônimas do Esquadrão da Morte, da miséria social e da repressão política, para serem enterrados em covas individuais ou jogados numa vala comum” (OCARIZ, 2015, p. 117).

No contexto do segundo edital, a equipe Clínicas do Testemunho nas Margens ISER-SP buscou novas diretrizes para cumprir a tarefa psicossocial no território de Perus, pelo agravante de não contarem mais com o apoio político-institucional da Comissão de Anistia, conforme explicitado anteriormente. Desse modo, a equipe designada buscou promover conversas públicas no território. Houve, no entanto, um certo estranhamento por parte dos moradores que compareceram aos encontros, visto que nada sabiam a respeito desse passado. Essas reações foram coerentes pelo fato de que os corpos encontrados não correspondiam temporalmente aos moradores da região, que só chegaram no bairro de Perus após a fundação da primeira fábrica de cimento do Brasil (1926)⁷³, na condição de trabalhadores. Finalizamos com a análise registrada pela equipe do Clínicas do Testemunho nas Margens, ao associarem esse passado clandestino com as lutas do presente:

A primeira delas é relativa ao modo como até hoje são tratados os “indigentes”, a relação entre as vítimas da ditadura desaparecidas e enterrados na vala clandestina do Cemitério Dom Bosco com os que até hoje são enterrados nus, com um caixão rudimentar numa vala rasa identificada apenas por uma estaca com um número. Para receber o tratamento de um não-gente, basta que nenhum familiar reclame seu corpo em 72 horas. A lei nº 7.017/1967 que regula o tratamento dado aos indigentes foi aprovada em 1967 e permanece como uma marca da ditadura que facilita o desaparecimento de pessoas até os dias atuais. É no contexto destes atos escusos que ocorrem em nossos cemitérios, tanto no passado recente quanto no presente (OBLIZINER, 2017, p. 76).

A complexidade do mal-estar civilizatório que persiste nos modos de vida das políticas contemporâneas, habitada por fantasmas que encarnam conflitos sociais silenciados ou apagados pela história passada, nos confronta com o retorno de conteúdos recalcados pelo tempo, alguns retomados pela violência de Estado do

⁷³ A Fábrica de Cimento Portland localizada no bairro Perus foi palco da greve mais longeva da história brasileira, entre 1962-1969, conhecida como *greve dos Queixadas*.

presente. Conforme a reflexão de Daniel Guimarães a respeito da experiência da equipe conveniada ao segundo edital do projeto CT por São Paulo, o Margens Clínicas, o trabalho testemunhal da violência de Estado, desde os retrocessos que foram aprofundados após o golpe de 2016, consistiu na elaboração coletiva da violência gerada pelo mercado financeiro, que produziu o desalento das populações indesejáveis, excluídas dos fluxos do capital, a maioria sendo desalojadas ou removidas de seus territórios de vida, por serem cobiçados ou por estarem localizados em áreas de risco. Neste sentido, “os resíduos nada insignificantes de todos os períodos autoritários brasileiros permanecem, de forma que chamar nossa forma institucional de democracia soe muito estranho” (GUIMARÃES, 2018, p. 17). Na apresentação da publicação do coletivo Margens Clínicas,

O assunto reparação já era parte de nossa narrativa desde as lutas pela derrubada da ditadura, mas somente voltou a virar assunto no início de 2000. E por isso passamos a acompanhar o desenrolar da conversa em torno da instalação das Comissões da Verdade. E juntos com diversos outros grupos e coletivos, marcadamente as Mães de Maio, fizemos gestões e lutamos para que se compreendesse a militarização e a policialização da vida social, o encarceramento em massa e o genocídio da juventude negra como elementos vivos e presentes da Ditadura Militar e por isso necessário sua inclusão nos mecanismos de apuração e reparação. Mas perdemos. A compreensão ficou apenas em torno dos perseguidos, torturados e mortos, bem como de seus familiares durante a ditadura em seus marcos oficiais. [...] Por isso a recepção e acolhida do Projeto Clínicas do Testemunho nas Margens e o Coletivo Margens Clínicas não foi, digamos, tranquila pois não tem como acreditar que se repare alguma coisa dentro de estruturas que permanecem repetindo a mecânica violenta do Estado autoritário (SORÓ, 2017, p. 10).

Com a falta de responsabilização do Estado brasileiro pelos crimes cometidos na ditadura, a impunidade virou norma institucional, reproduzindo o terrorismo nas ações policiais nas favelas e periferias das cidades brasileiras. Portanto, o processo de criação de um novo desenho político-institucional de reparação simbólica, daqui para frente, nos exigirá transformações nos agenciamentos da memória política nos territórios periféricos, conectados àqueles que tombaram na ditadura militar. Invisibilizados pelo descaso social, os atingidos pela violência de Estado do presente são os nossos testemunhos integrais do agora, e seus sobreviventes possuem o direito de proteção à vida com dignidade pelo reconhecimento social. Assim como à nomeação e inscrição nas lutas coletivas por memória, verdade, justiça e reparação, trazendo novos sentidos para a história recente do país, ao assumir um pacto social com os processos de resistência e testemunhos de vida nos territórios periféricos e de favela.

3.2.2.3 Clínicas do Testemunho – APPOA-RS e APPOA-SC

A Associação Psicanalítica de Porto Alegre – APPOA RS foi criada em 1989, em um contexto histórico marcante a nível global e local: “ano da queda do muro de Berlim, e ano em que, no Brasil, depois de mais de 25 anos de ditadura civil-militar, foi realizada a primeira eleição direta para presidente da República” (NUNES, 2018, p. 13). Retomando a afirmação de Kordon e Edelman no contexto da criação da equipe psicossocial da EATIP (Equipe Argentina de Trabalho e Investigação Psicossocial), de que toda instituição comprometida com a solidariedade humana tem o seu mito de fundação, no caso da APPOA os alicerces foram construídos sob princípios caros à psicanálise: a escuta clínica e o laço social em detrimento do mal-estar na cultura.

Com essa função, o Instituto APPOA, desde meados de 2015, depara-se com novos desafios. O primeiro deles foi de ter sido uma das instituições selecionadas para sustentar o Projeto Clínicas do Testemunho, com o apoio da Sigmund Freud Associação Psicanalítica, em convênio com a Comissão da Anistia, vinculada ao Ministério da Justiça, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina (NUNES, 2018, p. 14).

Marilena Deschamps Silveira, psicanalista membro efetivo da Sigmund Freud Associação Psicanalítica, coordenou o Projeto Clínicas do Testemunho do Instituto APPOA Santa Catarina em seu segundo edital. Anteriormente, membros da Sigmund Freud Associação Psicanalítica criaram um projeto que foi integrado sob a forma de convênio pela primeira chamada pública da Comissão de Anistia (2013), desenvolvido em Porto Alegre, RS. Essa equipe havia solicitado formalmente a expansão do projeto para o estado de Santa Catarina, estabelecendo uma sede em Florianópolis.

Realizada a segunda licitação, estabelecemo-nos como Núcleo SC e, junto com o Núcleo RS, constituímos o Projeto Clínicas do Testemunho do Instituto APPOA, instituição que agora responde formalmente pelo Projeto em parceria com a Sigmund Freud – Associação Psicanalítica. O programa do Núcleo SC inclui ações do Projeto para mais duas cidades catarinenses, Criciúma e Itajaí, além de Florianópolis (DESCHAMPS, 2017, p. 98)

Conforme posteriormente registrado por Deschamps (2017), a equipe clínica não havia se deparado com a força do silenciamento social como impedimento para o surgimento de uma demanda por inscrição simbólica. Tal situação havia sido conflagrada pela falta de inscritos no início do projeto piloto. Este aspecto também havia sido analisado por Corsini (2018) ao investigar o primeiro edital do Clínicas do Testemunho sob a perspectiva da memória social. A equipe do Rio Grande do Sul seguiu o que estava sugerido pelo desenho político institucional na chamada pública da Comissão de Anistia. Tratava-se das Conversas Públicas como dispositivo clínico

político, de modo a criar formas de “demanda, ali onde estava o silêncio, a suspeita, a raiva, a desconfiança de sujeitos que nunca haviam sido escutados e reconhecidos pelo Estado (DESCHAMPS, 2017, p .98).

Os traumas políticos impingidos de forma recorrente pela violência de Estado na sociedade brasileira nos permitem afirmar que a reparação simbólica continua sendo a bandeira de luta do Campo Psi, quando implicados em novos horizontes para os direitos humanos pois, sem reparação simbólica integral, não há democracia possível. A reparação simbólica tecida em rede pelas equipes psicossociais buscou conduzir processos de elaboração psíquica com vistas a “transformar uma inscrição traumática, uma inscrição da violência, em uma representação processada psiquicamente através de recomposição simbólica” (CONTE, 2013, p. 114).

É clínico porque o que objetiva é ainda a cura, um tratamento de palavra para o que do traumático não pôde se inscrever. A dimensão política desta clínica, por sua vez, é a desprivatização da portabilidade desta marca. Isto é, na operação de inscrição do horror testemunhado no corpo social, pois o sinônimo de reparar é inscrever (MAYORCA, 2018, p. 13).

3.2.3 Capacitação profissional em rede – os CERPs

Com a finalização da primeira edição do Projeto Piloto Clínicas do Testemunho, o presidente da Comissão de Anistia, Paulo Abrão, aprovou o segundo edital no final de 2015 para garantir o prosseguimento dos trabalhos de reparação simbólica. O objetivo dessa segunda chamada foi a de estender o escopo das medidas reparatórias aos afetados pela violência de Estado do passado recente, daqueles que não tiveram condições de comprovar perseguição política, ou ainda, os que sofreram violações após 1988, assim como as vítimas dos agentes de Estado na atualidade. Neste novo contexto, a Equipe Clínico-Política RJ e o ISER se uniram para a criação de uma proposta de capacitação no âmbito da rede do Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dando origem ao *Centro de Estudos de Reparação Psíquica* (CERP/ISER) um dispositivo de investigação coletiva e de cuidado, com vistas a favorecer a atenção psicossocial a vítimas de violência de Estado junto aos profissionais que atuam em territórios afetados⁷⁴.

A constatação da necessidade de expansão das medidas reparatórias como

⁷⁴ O projeto CERP-ISER do Rio de Janeiro cobriu comunidades situados nos bairros Acari, Irajá, Guadalupe, Madureira e Pavuna.

política permanente de Estado conflagrou a paradoxal iniquidade produzida pelo próprio Estado, ao dar continuidade às políticas de extermínio nos territórios mais empobrecidos do país. Apresentadas pelos principais veículos de comunicação de massa como medidas necessárias de segurança pública para o combate ao crime organizado desde a redemocratização, vem reforçando o medo e o desamparo social, induzindo a opinião pública na aprovação ou omissão das ações de violência extrema nas favelas e periferias das cidades brasileiras. Conforme algumas considerações apontadas pela coordenadora do CT/ISER-RJ e supervisora clínico-institucional do CERP-RJ, Tania Kolker:

Da mesma forma que o Brasil não reparou os crimes praticados no período escravocrata, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) e as políticas reparatórias no contexto da Justiça de Transição não aproveitaram a oportunidade histórica para conhecer e enfrentar o legado que as práticas repressivas da ditadura agregaram ao sistema de justiça criminal e ao trato com as parcelas historicamente mais vulneráveis à sua atuação, sobretudo sobre as pobres e negras (KOLKER, 2018, p. 156).

Diante da inexistência de reparação histórica para a população negra e indígena desde o projeto colonial de espoliação e escravidão no Brasil, foi se gestando uma cultura recalcada desde seu início republicano, atravessando as gerações posteriores com o silenciamento e a invisibilidade do racismo, do sexismo e do classismo no interior de suas relações sociais e políticas. O trabalho de reparação simbólica no âmbito psicossocial das Clínicas do Testemunho, ao assumir o compromisso ético de expandir o processo reparatório aos atingidos pela violência atual, constatou uma ferida aberta jamais sanada pela lógica colonialista, base das raízes do racismo brasileiro que, mesmo não reconhecidos pela própria sociedade, ficaram visíveis na materialização de sua lógica patrimonialista ao delimitar territórios de vida e territórios de morte, mesmo que sob a faixada de um Estado soberano ou democrático. Fazemos aqui uma conexão com a argumentação de Achille Mbembe (2019) sobre soberania, violência e ocupação colonial:

A ocupação colonial era em si uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico - inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. (...) O espaço era, portanto, a matéria prima da soberania e da violência que ela carrega consigo. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado a uma terceira zona, entre o estatuto de sujeito e objeto (p. 38-39).

Nesse sentido, podemos concluir que ainda não experimentamos uma democracia em sua plenitude, que compreenda processos de reparação integral da

memória, da verdade e da justiça às populações mais atingidas pela violência do Estado brasileiro. Daí decorre a materialidade de sintomas repetitivos e traumáticos provocados pelo autoritarismo e patrimonialismo da classe dominante, que vem aprofundado de forma extremada a desigualdade social de vários grupos excluídos pelo sistema econômico adotados no país.

O desenho político-institucional que viabilizou a Comissão Nacional da Verdade recebeu algumas críticas importantes para atualizar reflexões sobre os desafios de novas configurações das políticas reparatórias:

Consolidando, assim, uma visão muito restrita dos que poderiam ser considerados como atingidos pela ditadura e priorizando as pesquisas sobre as medidas de exceção direcionada aos opositores políticos ao regime autoritário, o relatório da CNV terminou silenciado sobre as relações entre ditadura e as práticas de racismo institucional e alimentou uma visão polarizada do cenário repressivo, contribuindo para a limitação do alcance da Justiça de Transição no Brasil, mesmo frente ao caráter interseccional das opressões e, inclusive, quando a repressão era motivada por questões de classe, raça, gênero ou orientação sexual (KOLKER, 2018, p. 157).

O projeto do CERP buscou aprofundar a memória coletiva para legitimar a emergência de políticas de reparação simbólica às vítimas dos abusos de poder, crimes e assassinatos dos agentes de segurança pública do Estado atual nos territórios de favela e comunidades periféricas das grandes metrópoles brasileiras, com os subsídios necessários à criação de políticas públicas de reparação psíquica permanente, em rede com as políticas de saúde mental e atenção básica. Para concretizar dispositivos de atenção psicossocial às vítimas da violência de Estado na atualidade, parte da equipe do projeto Clínicas do Testemunho e pesquisadores do Instituto de Estudos da Religião (ISER) somaram forças para realizar um processo de capacitação endereçados a profissionais da rede do SUS e SUAS em territórios vulnerabilizados pela violência de Estado. Enquanto o Rio de Janeiro atravessava, nesse contexto, um dos maiores índices de violência letal em suas favelas, São Paulo passava por violências de Estado e remoções em comunidades empobrecidas, rompendo-se laços com seus territórios de vida.

Dentre os apoiadores e parceiros que possibilitaram este projeto de pesquisa, estavam a Comissão de Anistia (MJ), o Conselho Britânico, o Observatório Nacional de Saúde Mental, Justiça e Direitos Humanos da UFF, além do intercâmbio de pesquisadores da *London School of Economics and Political Sciences* (KOLKER, 2018).

De maneira concomitante à apresentação da proposta do CERP no segundo edital, aconteciam situações antagônicas no cenário político: a construção de um Sistema Nacional para a Prevenção e Combate à Tortura enquanto se sucateava a estrutura das políticas públicas de proteção social, de saúde, educação, assistência social e as várias instâncias da reparação, colocando em xeque o aprofundamento dos direitos humanos endereçado às comunidades afetadas, ou seja, dificultando o avanço das políticas de reparação simbólica desenhadas no projeto.

Ainda assim, pareceu-nos importante prosseguir e aproveitar a oportunidade de intervir, mesmo que a nível micropolítico, na própria máquina do Estado (...). Já que não era possível intervir no âmbito macropolítico, nem mudar a lógica das políticas de segurança pública, introduzir o tema da violência de Estado e o direito à reparação entre os profissionais responsáveis pelas ações saúde/assistência social do território (LOSICER; MOURÃO; KOLKER, 2018, p. 163).

Desformações marginais foi o nome designado pela equipe do Margens Clínicas/ISER-SP na oferta de formação clínico-política materializados em dispositivos de cuidado alternativos e comunitários, ao longo de 2 anos (2016-2018). Dentre os objetivos da equipe, que giravam em torno do resgate da memória coletiva para estreitar laços afetivos de solidariedade, buscou-se também “deslocar a noção de saúde mental e de vulnerabilidade – social e psíquica – de uma perspectiva individualizada e psicopatologizante para uma perspectiva cultural” (GUIMARÃES, 2018, p. 21), privilegiando ações clínico-políticas sensíveis aos territórios de vida das pessoas envolvidas (moradores locais e ex-moradores), de sua historicidade e significados afetivos.

Conforme a equipe, após oferecer uma primeira etapa de formação compartilhada com 35 profissionais da rede do SUS e do SUAS ao longo de 4 meses, novos processos subjetivos foram disparados nesses encontros, cuja tarefa em comum seria a de ampliar as possibilidades de espaços de escuta, de cuidado e reparação psíquica através de um processo de resgate das memórias apagadas e invisibilizadas pela sociedade.

As equipes que constituíram os CERP's APPOA RS e SC se dedicaram à tarefa de investigação em rede sobre os efeitos da violência de Estado e sua transmissão geracional, de modo a “propiciar as condições para a invenção de novas articulações entre clínica, intervenção e pesquisa no campo analítico” (NUNES, 2018, p.13). O cenário do Estado brasileiro segue repleto de contradições e violências extremas desde a

sua fundação, fazendo cair por terra qualquer pretensão sociológica ou mito fundante republicano que queira retratar a sociedade brasileira como cordial, pacífica ou desprovida de racismo por uma suposta mestiçagem, negando assim o racismo estrutural do Brasil⁷⁵.

⁷⁵ Para mais referências sobre a problemática do racismo estrutural no Brasil, ver Almeida, 2019.

CAPÍTULO 4 TESTEMUNHOS CLÍNICO-POLÍTICOS – BRASIL E ARGENTINA

Tudo vai, tudo torna; a roda da existência gira eternamente. Tudo morre; tudo torna a florescer; correm eternamente as estações da existência. Tudo se destrói, tudo se reconstrói; eternamente se edifica a mesma casa da existência. Tudo se separa, tudo se saúda outra vez; o anel da existência conserva-se eternamente fiel a si mesmo.
Friedrich Nietzsche

Graças a Nietzsche, descobrimos o intempestivo como sendo mais profundo que o tempo e a eternidade: (...) “contra este tempo, a favor, espero, de um tempo que virá”.
Peter Pál Pelbart

As experiências clínico-políticas construídas há décadas – desde o final dos anos 70 – em organismos de direitos humanos, em resposta aos danos causados pelas ditaduras na Argentina e Brasil, serviram tanto de fonte de inspiração como de ponte para a concepção de políticas reparatórias no processo democrático no continente. Portanto, a investigação comparativa/qualitativa sobre as criações clínico políticas no Brasil e Argentina – desde as memórias clandestinas às políticas de reparação simbólica nesses países, foram articulados como capital material e simbólico, e modulados em três dimensões:

Primeiramente, na perspectiva transdisciplinar da memória social, articulamos os fragmentos clínico-políticos que foram lembrados sobre violências de Estado, de modo a compor uma memória política dos agenciamentos realizados em temporalidades e espaços distintos. Em segundo lugar, fizemos aproximações entre os países vizinhos Brasil e Argentina nos quais foram criadas redes de solidariedade, acolhimento e cuidados, especialmente entre os profissionais do Campo Psi, desde o contexto de exílio e clandestinidade dos perseguidos políticos sob as circunstâncias do terrorismo de Estado. Em terceiro lugar, lançamos um olhar itinerante desses percursos reparatórios latino-americanos, de idas e vindas que ensejaram encontros e, por vezes, dissensos entre os sobreviventes e militantes históricos de direitos humanos a respeito da possibilidade de reparação por parte do Estado na democracia. Embora tenhamos bem claro que tais dissensos fizeram parte de um longo e legítimo percurso de lutas contra a violência de Estado desde as ditaduras, buscamos aprofundar as circunstâncias que favoreceram a criação das políticas por reparação e memória na democracia, ou seja,

sobre quais foram as circunstâncias favoráveis para o amadurecimento de uma luta mais contundente por reparação simbólica nesses países.

Fizemos, por último, alguns questionamentos sobre o que se passou no Brasil a partir do retrocesso das políticas reparatórias com o desvio de função da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, ao mesmo tempo em que entrava em funcionamento o segundo edital das Clínicas do Testemunho.

Para compreender essas questões, estabelecemos um diálogo com os autores selecionados para este trabalho de tese, assim como os testemunhos clínicos registrados pelas equipes psicossociais que vêm desenvolvendo pesquisas no campo psi desde o período da clandestinidade.

Para a análise final, buscamos articular as experiências e saberes clínico-políticos com a função institucional das políticas de reparação simbólica e de seus efeitos sociais, especialmente em termos de sua receptividade nos países estudados. Importante salientar que os processos de subjetivação que foram trabalhados na experiência clínico-política de reparação envolveram também outras categorias conflitantes, já que a institucionalidade de qualquer política pública requer delimitações muito claras, como a especificidade de seu tempo de duração e procedimentos administrativos que viabilizem o seu funcionamento.

Conforme argumentamos, a institucionalidade do Clínicas do Testemunho foi legitimada pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça do Brasil como política de governo em 2012, em sua primeira chamada pública, com o objetivo de buscar subsídios para que se consolidasse como política pública de Estado de forma permanente. Por esse motivo, no desenho político institucional criado estrategicamente para tornar a política viável optou-se pelo formato de um projeto com objetivos bem definidos, incluindo orçamento para os recursos básicos, público alvo, duração e cobertura regional. Com o golpe de 2016, a referida política ficou mais vulnerável, chegando ao desmonte total.

Assim, através da pesquisa bibliográfica, pesquisa histórico-documental e entrevistas semiestruturadas, buscamos alinhar algumas experiências psicossociais desde o período clandestino até a configuração de políticas de reparação simbólica no Brasil e Argentina. O ponto de convergência foram os efeitos psíquicos transgeracionais observados pelos profissionais integrantes das equipes clínico-políticas a partir de diversas matizes teóricas; e os danos sociais causados pelo terrorismo de Estado e a

militância política que, através de seus agenciamentos da memória, também configuraram novas formas de se pensar os direitos humanos.

A análise histórico-documental foi viabilizada pelo material publicado e disponibilizado como acervo público de memória pelas seguintes equipes conveniadas ao projeto do Clínicas do Testemunho (CT) e Centro de Estudos de Reparação Psíquica (CERP's), a saber: (a) CT ISER-RJ; CT ISER-SP nas Margens; CT APPOA-SC e RS (em parceria com a equipe técnica da Sigmund Freud Associação Psicanalítica do RS; e (b) CERP ISER-RJ; CERP ISER-SP nas Margens; CERP APPOA-SC e RS.

Ao buscarmos compreender os efeitos subjetivos criados pela repetição de desmentidos na esfera pública e pelo negacionismo do Estado brasileiro, após o término do segundo edital, deparamo-nos com algumas lacunas em relação a acervos documentais do projeto Clínicas do Testemunho. Com o desmonte da Comissão de Anistia, foi inviabilizada a possibilidade de uma interpretação fiel ao que de fato ocorreu com as equipes conveniadas. Além disso, as publicações foram prejudicadas pelo desvio de função da Comissão de Anistia, ficando por conta de cada dispositivo conveniado ao projeto Clínicas do Testemunho realizar o seu relatório final e publicações com escassos recursos.

Mesmo estando cientes dos riscos de abrir mais janelas nesta parte final do trabalho de tese, optamos por incluir duas entrevistas realizadas em 2022 (entre junho e agosto) para contornar algumas lacunas deixadas na transmissão desta política pública no segundo edital, pelos motivos anteriormente explicitados. Essas entrevistas nos possibilitaram criar um cenário, mesmo que parcial, da crise política a partir das janelas que foram abertas, permitindo também construir uma perspectiva dos acontecimentos desse período recente através do testemunho clínico político.

Foram entrevistados o psicanalista e analista institucional Eduardo Losicer e a psicóloga e analista institucional Vera Vital Brasil. Como agenciadores da memória política latino-americana, na concepção e criação das políticas de reparação simbólica no Brasil, os dois participantes possuem uma bagagem de publicações individuais e coletivas (algumas delas selecionadas como referência na nossa investigação) sobre os processos testemunhais de seus países de origem (respectivamente Argentina e Brasil), contribuindo para a transmissão das experiências clínico-políticas também no âmbito psicossocial e articuladas a uma extensa rede internacional.

As entrevistas funcionaram como complemento bibliográfico a publicações

recentes do campo Psi, levando em consideração as epistemes desenvolvidas na práxis da clínica psicossocial e clínico-política, em articulações entre as psicanálises, a psicologia social e às análises institucionais. A essas contribuições vem se somar os acervos de memória coletiva tanto no Brasil como na Argentina, tamanha a complexidade da crise sociopolítica que vem se aprofundando neste período investigativo por sua incidência no campo das subjetividades com questões no plano (macro e micro) políticos a acontecer. Citamos como exemplo a suspensão total de todas as políticas reparatórias da Comissão de Anistia no Brasil que, conforme observado pelo antropólogo Felipe Magaldi (2022), deixam o emblemático desafio de “reparar as reparações”. Nesse sentido, ficaram de fora os grupos escravizados pela colonização portuguesa, que seguem com suas memórias subterrâneas à lógica política de “aceder a alguma forma de reparação” (p. 172) que, desde então, foram interceptados pelo mito de fundação do Brasil colonial.

A composição, elaboração e transmissão dessas memórias fragmentadas no espaço e tempo da experiência é o que buscamos ressignificar, com a perspectiva de um porvir clínico-político para os agenciamentos da reparação simbólica no Brasil, integralizados a novos paradigmas éticos para os direitos humanos, na afirmação da vida dos viventes do planeta, com o respeito às diferenças e às singularidades dos povos latino-americanos.

4.1 OS IMPASSES CONTEMPORÂNEOS DOS DIRETOS HUMANOS

Embora existam várias configurações teórico-conceituais e sociopolíticas no campo dos direitos humanos e de memória, as disputas pelos enunciados da memória histórica continuam conflitantes em qualquer tempo e lugar no planeta. Assim, o testemunho dos sobreviventes de massacres concebidos como políticas de guerra e genocídio tem muito a dizer sobre as contradições entre os direitos universais dos povos e das nações assentados na ideia do direito individual nas sociedades modernas. A esse respeito Andreas Huyssen nos chama atenção para uma nova configuração geopolítica que vem afetando negativamente os países latino-americanos após a quebra dos acordos internacionais estabelecidos desde o término da Guerra Fria pela ONU e a OEA, organizações multilaterais que agiram unilateralmente sob a rubrica da intervenção humanitária em vários países, colocando em suspensão a soberania dos povos. “O que

está em jogo aí é o conflito entre os direitos humanos transnacionais e a ideia, antes sacrossanta, de soberania nacional” (HUYSSSEN, 2014, p. 198). Conforme a sua análise:

O discurso da memória e o dos direitos precisam alimentar uma dimensão universalizante que reconheça a particularidade, mas sem reificá-la. Assim como existe reciprocidade entre memória e direito, entre direitos culturais e direitos individuais, também devemos atenuar as fronteiras entre lembranças rivais de sofrimento e perseguição (HUYSSSEN, 2014, p. 210).

Consideramos oportuno levar em consideração essas problematizações para podermos reconhecer os avanços nas políticas de memória e de direitos humanos na Argentina que, conforme afirmamos anteriormente, não tem paralelos no mundo. No entanto, os países do sul global seguem sofrendo interferências e sanções imperialistas que incidem em suas democracias em favorecimento das redes do capital transnacional, impedindo o crescimento, as liberdades populares com o avanço de políticas sociais horizontais e a autonomia econômica do continente. Daí decorrem várias modalidades de violência política e de impunidades direcionadas às populações periféricas a nível global.

No Brasil, por exemplo,

Frente a uma política de Estado de extermínio da população negra e de um cotidiano de violências em que os moradores de favelas e periferias estão imersos – e que só se agrava – torna-se fundamental abrir brechas, forjar coletivamente espaços de resistência. Pensar uma Clínica Política para afetados pela violência de Estado aponta para a construção de um encontro onde os corpos possam achar um lugar de elaborar o impacto dessa violência em suas subjetividades; e que também seja de fortalecimento, de espaço de fala e escuta de situações tão similares que atingem essas pessoas, ao politizar o sofrimento e de potência para a criação de mais encontros, espaços e brechas (FRANÇOZO, 2018, p.7).

No plano das micropolíticas, buscamos pistas para compreender o contexto em que os profissionais do segundo edital das Clínicas do Testemunho no Brasil puderam criar dispositivos de capacitação em territórios vulnerabilizados, seja pelo descompromisso estatal com a reparação dos crimes da ditadura, seja pelo aumento vertiginoso dos índices de violência policial nos territórios de favela. As Clínicas do Testemunho atestam o potencial de conexão entre temporalidades sócio-históricas e culturais distintas no aprofundamento das políticas de reparação simbólica e de memória almejando um futuro, tendo em vista a transnacionalização dos direitos humanos e de seus dilemas atuais.

No processo de aprofundamento das democracias nos países em estudo, os mecanismos de reparação simbólica se configuraram em contextos diferentes,

resultando nos acompanhamentos de vítimas-testemunhos nos juízos penais realizados nos tribunais argentinos e nas comissões da verdade no Brasil. Conforme o relato de ex-coordenadoras dos projetos de reparação simbólica desses países:

O enorme protagonismo das vítimas-testemunhos nas Comissões da Verdade e de Anistia do Brasil, como nos juízos orais com consequências penais na Argentina se converteu como via quase exclusiva de reconstrução da verdade histórica, já que os crimes estatais se basearam na clandestinidade e destruição das provas do genocídio e dos relatos dos sobreviventes e seus familiares foram a prova central frente aos efeitos de desmentido ou renegação social imperantes (VITAL BRASIL; ROUSSEAU; CONTE; 2019, p. 5).

Em curto espaço de tempo, as equipes que constituíram no Brasil o projeto piloto Clínicas do Testemunho entre 2013 e 2015 foram facilitadoras da implementação desta política ao realizarem o acompanhamento psicossocial dos inscritos, a capacitação profissional em rede, conversas públicas e mobilização cultural, abrindo caminho para a reparação simbólica no país ao criarem dispositivos de transmissão transgeracional e laços sociais na esfera pública. Nesse período inicial, as CTs puderam contar com o apoio integral da Comissão de Anistia (Ministério da Justiça). Com a renegação estatal a partir do segundo edital, renegação que se verifica tanto no desvio de função da Comissão quanto em uma situação limite de negacionismo, foram suspensas todas as políticas de reparação. Desse modo, as equipes que participaram do segundo edital tiveram que reinventar caminhos de transmissão das memórias políticas da violência de Estado ao revés, assim como novos sentidos para a luta dos direitos humanos (sem reparação) em processos de criação e subjetivação nos territórios periféricos e de favela.

No governo negacionista, mais além do assombro do retrocesso histórico que nos causou no primeiro momento, se reacendeu uma certa urgência de memória, exatamente pela afronta à verdade. A memória, matéria na qual o Projeto Clínica do Testemunho se ancora, as atividades em torno do testemunho se reativaram, visto como operador da construção memória individual e coletiva, e afirmação da verdade sobre os acontecimentos. No governo negacionista foi obstaculizado o processo de reparação psíquica assim como os organismos de reparação, a CA e a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos estão empenhados em destruir a pauta da reparação. Estes dois órgãos estão atualmente ocupados por membros nada afinados com a pauta de Justiça de Transição e promovem desvio de finalidade (V.V.B.)⁷⁶.

Foi nesse contexto que alguns profissionais do CT/ISER-RJ ampliaram o escopo de ação pelo Centro de Estudos em Reparação Psíquica (CERP) no Rio de Janeiro e realizaram as atividades de formação e intervenção em territórios vulnerabilizados. No

⁷⁶ A partir daqui, as entrevistas serão identificadas pelas iniciais dos nomes dos dois entrevistados: V.V.B. – Vera Vital Brasil e E.L. – Eduardo Losicer.

caso da equipe CERP ISER RJ, o processo de trabalho se deu literalmente em meio ao fogo cruzado da violência policial. Como destaca Kolker (2018), o índice de moradores que convivem no dia a dia com troca de tiros e balas perdidas e exposição de “corpos ensanguentados aumentou tanto que toda a comunidade próxima passou a ser afetada. Em consequência, começamos a ouvir relatos sobre o aumento de mortes por suicídio” (p. 162). Se esses quadros de violência gerados por intervenções policiais nas favelas já eram frequentes, após o golpe de 2016, com a intervenções das tropas de choque do Exército nas favelas cariocas no governo de Temer, a violência de Estado nesses territórios se aprofundou ainda mais.

A proposta da equipe do CERP junto aos profissionais que atuavam nesses locais pela rede SUS e SUAS organizou o trabalho em duas etapas: inicialmente com uma capacitação conjunta de conscientização da necessidade de reparação da violência estatal e, num segundo momento, buscou articular dispositivos clínico-grupais no território e supervisão técnica.

Em relação à finalização do segundo edital do Clínicas do Testemunho e do trabalho das equipes que integraram os CERPs em territórios periféricos e de favela, formulamos a seguinte pergunta: o discurso negacionista do Estado brasileiro, sustentado desde 2018 pelo governo de Bolsonaro, teria provocado a revitimação dos assistidos pelo projeto Clínicas do Testemunho?

Segundo o testemunho de um líder comunitário em Acary:

Quando resolvi me empenhar mais pra que o projeto se tornasse a realidade que eu sonhava, passei a sofrer ameaças nas redes sociais da parte de agentes de segurança de Estado que havia denunciado. Tive que me retirar temporariamente da favela e só vir às terças para o projeto. Acabei sofrendo um atentado à bala, durante uma operação de DECOD, e tive que pedir pra sair definitivamente do projeto. Já que tive que me retirar definitivamente da favela (DELEY DE ACARY, 2018, p.22).

4.2 DOBRAS DO TEMPO E DA MEMÓRIA

A reparação simbólica envolve processos de subjetivação enquanto agenciamentos da memória política, onde o tempo torna-se sujeito nas ações e afecções do presente por intermédio dos sujeitos que a enunciam. Nesta tese, revisitamos algumas leituras filosóficas a respeito do conceito “memória” e “tempo” justamente por sua riqueza polissêmica, que se desdobra tanto em diversas interpretações epistemológicas e destinos da práxis clínica, como nos agenciamentos das políticas de memória, saúde mental e direitos humanos.

Além disso, estabelecem-se imbricações entre tempo, espaço e memória, suas dobras e afecções. Segundo o filósofo Immanuel Kant (DELEUZE, 2005), a relação com o tempo seria orientada pelas afecções do próprio espírito que, por sua vez, constituiria a subjetividade enquanto estrutura, ou seja, como substância, essência. No entanto, para Deleuze, desde os gregos “os processos de subjetivação são acompanhados de escrituras que constituíam verdadeiras memórias, *hypomnematas*”⁷⁷ (DELEUZE, 2005, p. 115), registros de si no campo dos afetos. Em sua etimologia, *hypo* designa tanto o excesso como o discernimento sob algo, e *mneme* a memória. Em seu conjunto, significa memória celebrada ou contemplada, ‘escritas de si’ como das memórias coletivas, portanto, indistintas. Dialogando com Foucault, Deleuze nos oferece uma reflexão que remete aos processos de subjetivação pela dobra tempo-memória:

Mas o tempo como sujeito, ou melhor, subjetivação, chama-se memória. Não esta curta memória que vem depois, e se opõe ao esquecimento, mas a “absoluta memória” que duplica o presente, que reduplica o lado de fora e que não se distingue do esquecimento, pois ela é ela própria e é sempre esquecida para se refazer: sua dobra (*pli*), com efeito, confunde-se com o desdobramento (*repli*), porque este permanece presente naquela como aquilo que é dobrado. Só o esquecimento (o desdobramento, *dépli*) encontra aquilo que está dobrado na memória (na própria dobra). Há uma redescoberta final de Heidegger por Foucault. O que se opõe à memória não é o esquecimento, mas o esquecimento do esquecimento, que nos dissolve no lado de fora e que constitui a morte (DELEUZE, 2015, p. 115).

Em sintonia com a filosofia da diferença, na esteira de Nietzsche e Foucault, Deleuze descreve o esquecimento como dobra da memória, por ser a sua coextensão. Ao tornar-se sujeito, o tempo “faz com que todo presente passe ao esquecimento, mas conserva todo passado na memória, o esquecimento como impossibilidade de retorno e a memória como necessidade de recomeçar” (idem). Conforme a nossa leitura acerca das problematizações clínico-políticas apresentadas ao longo deste trabalho, são as dobras da memória que conduzem os movimentos por um *Nunca Más*.

⁷⁷ “Por mais pessoais que sejam, esses hypomnemata não devem, no entanto, ser entendidos como diários, ou como narrativas de experiência espiritual (tentações, lutas, derrotas e vitórias) que poderão ser encontradas posteriormente na literatura cristã. Eles não constituem uma “narrativa de si mesmo”; não têm como objetivo esclarecer os arcana conscientiae, cuja confissão - oral ou escrita - tem valor de purificação. O movimento que eles procuram realizar é o inverso daquele: trata-se não de buscar o indizível, não de revelar o oculto, não de dizer o não-dito, mas de captar, pelo contrário, o já dito; reunir o que se pode ouvir ou ler, e isso com uma finalidade que nada mais é que a constituição de si” (FOUCAULT, 1983/2004, p. 149).

4.2.1 Dispositivos clínico-políticos na história recente (Brasil e Argentina)

4.2.1.1 Clínica da imanência⁷⁸ (o IBRAPSI no Brasil)

Os elos afetivos e os processos de subjetivação dos testemunhos clínico-políticos no Brasil, especialmente desde a formação de dispositivos clínico-grupais desenvolvidos no Grupo Tortura Nunca Mais nos anos 1990, seguiram um itinerário muito singular da análise institucional, influenciados pelo IBRAPSI – Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições – criado em 1978 no Rio de Janeiro. Segundo a revisão da genealogia conceitual da Análise Institucional feita por Rossi e Passos (2014), a partir da vinda de Georges Lapassade⁷⁹ ao Brasil e, posteriormente, com a chegada de exilados argentinos em solo brasileiro, o IBRAPSI se consolidou. Dessa maneira, os profissionais do Campo Psi que chegaram no Rio de Janeiro já possuíam alguma leitura da análise institucional francesa, que se somaram às técnicas grupais, contribuindo com as metodologias empreendidas pelos dispositivos clínico-grupais no Brasil.

Conexões recentes entre psicanálise e análise institucional vêm sendo trabalhadas por profissionais oriundos do dispositivo clínico-grupal TNM dos anos 90. Referimo-nos aos profissionais da equipe das Clínicas do Testemunho no Rio de Janeiro (apresentados no Cap. 3). Para a nossa surpresa, além da formação grupal influenciada por diversas correntes da Análise Institucional, especialmente em conexão com as experiências dos argentinos no Brasil, as equipes conveniadas ao projeto Clínicas do Testemunho incluíram em sua caixa de ferramentas teórico-conceitual algumas releituras da primeira geração de psicanalistas próximos a Freud, as quais aprofundaram a implicação do analista nas relações que envolvem o processo clínico-político. Uma dessas releituras foi a concepção de Ferenczi sobre os processos de transferência e contratransferência, tanto no processo clínico singularizado como nas intervenções de dispositivos institucionais e sociais no território. Com efeito, desde os anos 1920, Ferenczi já demonstrava preocupação com a “metapsicologia dos processos psíquicos do analista” (FERENCZI *apud* ROSSI; PASSOS, 2014).

⁷⁸ “Para alguns filósofos, este termo designa a interioridade de um ser ao ser de outro. Opõe-se à transcendência. Para o Institucionalismo, expressa a não-separação entre os processos econômicos, políticos, culturais (sociais em sentido amplo), os naturais e os desejantes. Todos eles são inerentes, intrínsecos e só separáveis com finalidades semânticas ou pedagógicas” (BAREMBLITT, 1992).

⁷⁹ Georges Lapassade foi recebido em 1972 em evento organizado pelo setor de Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais.

4.2.1.2 Articulações clínico-políticas no Brasil

Vera Vital Brasil e Eduardo Losicer foram protagonistas na luta por reparação simbólica no Brasil, assim como na concepção do desenho institucional que se tornou possível na transição dos mandatos presidenciais do governo Lula para o governo da presidenta Dilma em 2010, conforme apresentamos no capítulo 3 desta tese.

No passado recente do Campo Psi brasileiro, especificamente na década de 1990, Eduardo Losicer participou ativamente dos dispositivos clínico-grupais dedicados aos afetados pela violência de Estado como supervisor clínico-institucional do Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM), na época coordenado por Cecília Coimbra.

Vera Vital Brasil participou ativamente do Grupo Tortura Nunca Mais e compartilhou conosco parte de suas memórias da militância política após seu engajamento na luta pela anistia junto a ex presos políticos e exilados das ditaduras do Cone Sul:

Vários profissionais que se incorporaram ao projeto haviam passado pelo IBRAPSI, fundado por psicanalistas brasileiros e argentinos, estes últimos exilados no Brasil. A grupalidade foi a metodologia utilizada pelo Projeto Clínico Grupal Tortura Nunca Mais, dada a formação grupalista da maioria dos profissionais que iniciaram atendimento.

(...)

Consideramos muito importante termos o vínculo com um organismo de DH que lutava por todas as pautas relativas à justiça e esclarecimento da verdade. Na Argentina, nosso parceiro, o EATIP, também teve inicialmente o vínculo com as Madres da Plaza de Mayo. E se desmembraram constituindo um grupo independente. Nós aqui consideramos fundamental permanecermos em atividade com o movimento do GTNM/RJ, não só para as demandas possíveis, mas pela formação em DH em um tema diretamente ligado à clínica que desenvolvíamos.

(...)

A aproximação com o GTNM/RJ se deu no Seminário na Universidade Candido Mendes, que reuniu alguns ex presos políticos e a partir daí se fundou o GTNM/RJ. Nesta época havia na A Latina, nos países que viveram o terrorismo de Estado militares um forte movimento contra a tortura e o estímulo à criação de GTNM. O do RJ teve um papel muito importante ao contribuir para a criação de outros em estados como Bahia, Pernambuco, SP, etc., sem que houvesse uma articulação formal entre eles. O foco era a denúncia da violência de Estado, a exigência de que o Estado brasileiro esclarecesse às circunstâncias das mortes e desaparecimentos, a homenagem e memória das lutas e dos combatentes ao regime e a defesa intransigente contra a tortura (V. V. B.).

4.2.2 Novos rumos do Campo Psi

Um dos paradoxos apontados por grande parte dos profissionais de saúde mental que vem trabalhando em dispositivos clínico-políticos com situações de violência de Estado relacionaram a importância da confiança na construção de laços sociais. No entanto, esse não nos parece um processo simples; como estabelecer laços de confiança

com profissionais que representaram as políticas de Estado com o compromisso de favorecer a reparação psíquica e simbólica de vítimas de violações do próprio Estado? Ademais, a categoria “confiança” faria parte da episteme e da práxis clínica?

Kordon e Lagos respondem a essas questões afirmando um posicionamento clínico e político desde suas experiências pioneiras no período ditatorial argentino junto à Equipe de Assistência Psicológica das Madres de Plaza de Mayo (EAPMPM). Nos anos 1990 os dois criariam a EATIP, ocasião em que desenvolveram alguns dos pilares fundamentais da clínica psicossocial, com ações de solidariedade concreta em situações de emergência social, para “acompanhar os afetados diretos *quando e onde* o problema se apresenta” e “a confiança – apoiada em uma compreensão compartilhada sobre o caráter do traumatismo social, sobre suas causas e responsabilidades” (Kordon e Lagos, 2010, p. 27, grifos dos autores).

Porém, passaram-se algumas décadas até que esse compromisso clínico-político fosse assumido, na tarefa de criar dispositivos de reparação simbólica na Argentina e no Brasil, com a responsabilização do Estado em relação aos seus crimes de lesa-humanidade.

O que significa uma mudança radical nos modos de produção de confiança, não somente para uma transferência profissional ou terapêutica, mas também na confiança de um novo laço entre as vítimas e o Estado. Isso também implica uma mudança de paradigma cultural e ideológico por quem assume hoje uma tarefa estatal que dignifique a quem suportou o horror em sua face extrema (VITAL BRASIL; ROUSSEAUX; 2017, p. 102).

Partindo dessas transformações, os escritos de Rousseaux acrescentam a importância de uma posição ética dos profissionais psi frente ao sinistro. Essa proposição foi aprofundada pelo psicanalista Fernando Ulloa em sua vasta contribuição para o campo da saúde mental em instituições públicas argentinas, além de fazer conexões teórico-epistemológicas da psicanálise com os direitos humanos, conforme já apresentamos no capítulo 3 desta tese.

Outra importante contribuição foi protagonizada pelo psicanalista uruguaio Marcelo Viñar ao problematizar a relevância de psicoterapias especiais para as vítimas do terrorismo de Estado. Para Viñar, o processo clínico depende da empatia, sensibilidade e disposição clínica para que seja possível percorrer (na relação transferencial) o trauma político. Sob esta perspectiva clínica, o psicoterapeuta deve articular o fantasmático com o acontecimento traumático por uma escuta sensível.

Quando o terror político atravessa a sessão porque inunda o tecido social,

podemos encontrar uma outra “solução”, um outro caminho que o entrincheirar-se atrás da teoria admitida, a fuga da prática pelo exílio ou a luta política. A irrupção do terror, designável lá fora, interroga a aporia da articulação entre trauma e fantasma, entre acontecimento e estrutura, e permite colocar de outro modo a alternativa entre narcisismo e laço social, nesta borda que funda o inconsciente como ponto limite onde a pulsão se faz palavra (VIÑAR, 1992, p. 102).

Retomando os paradoxos que envolvem o estabelecimento da confiança nos processos de transferência clínico-institucional, Rousseaux aponta que esses atravessamentos devem ser deslocados dentro de uma “lógica reparatória” responsável e ética para a sua inscrição simbólica, na condição de uma política pública de Estado. No entanto, conforme observamos ao longo da nossa pesquisa, as políticas de reparação simbólica empreendidas em Argentina e Brasil foram distintas, e, como consequência, suas respostas às demandas dos movimentos sociais desde a ditadura também se diferenciaram na democracia, especialmente no desenho institucional de suas políticas de saúde mental, de memória e de direitos humanos.

Em contrapartida, os processos de subjetivação na disputa por memória necessitam continuar operantes e conscientes na tarefa clínico-política nos campos da saúde mental, educação e cultura pelos direitos humanos, uma vez que

Aqueles que se convencionou chamar de “trabalhadores sociais” – jornalistas, psicólogos de todo tipo, assistentes sociais, educadores, animadores, gente que desenvolve qualquer tipo de trabalho pedagógico ou cultural em comunidades de periferia, em conjuntos habitacionais, etc. – atua de alguma maneira na produção de subjetividade (GUATTARI; ROLNIK, 2015, p. 37).

4.2.3 Institucionalidade das políticas de reparação e memória

Entre 2013 e 2015, Fabiana Rousseaux trabalhou como consultora da Comissão de Anistia pelo PNUD no acompanhamento do projeto piloto Clínicas do Testemunho no Brasil. No âmbito do reordenamento do Estado brasileiro para a responsabilização reparatória conectadas à memória e à verdade, novos laços entre Argentina e Brasil passaram a ser estabelecidos pela primeira vez pelo viés institucional das políticas de reparação simbólica no governo de Dilma Rousseff.

Rousseaux, na época diretora do *Centro de Assistência às Vítimas das Violações de Direitos Humanos Dr. Fernando Ulloa* (2009/2014), concedeu uma entrevista em 2012⁸⁰ que seria posteriormente publicada pelo Instituto de Estudos da Religião – ISER

⁸⁰ A entrevista de Fabiana Rousseaux foi realizada pela revista eletrônica *Verdade, Justiça e Memória*, em 29/11/2012. Rousseaux se disponibilizou igualmente a nos conceder uma entrevista que seria incluída neste trabalho, o que não se concretizou devido a problemas de ordem técnica, ficando para pesquisas e publicações futuras.

(2014) sobre o processo de acompanhamento às vítimas do terrorismo de Estado Argentino. Ao contextualizar o desenho institucional enquanto política de reparação simbólica assumida pela pasta da Secretaria de Direitos Humanos da Nação Argentina (sob a gestão de Eduardo Luís Duhalde), Rousseaux aponta algumas características em comum dos efeitos da repressão nas subjetividades da sociedade brasileira e argentina, uma delas sendo a eficácia do terrorismo na cena pública nos anos 70.

[Essa] eficácia se deu, em grande medida, com a emergência, em lugares públicos de alguma maneira “à vista de todos”; “diante da sociedade”, seja nos lugares de trabalho, de residência ou de estudo; com uma violência inusitada que colocava em evidência os métodos ilegais que o Estado usava para efetuar um disciplinamento social inédito até este momento, em função da magnitude. Desde então, o testemunho tem se convertido num mecanismo privilegiado da rememoração do que aconteceu, e quando me refiro ao testemunho neste aspecto, me refiro a todos os modos que o testemunho adquire, mesmo na esfera privada da família (ISER, p. 66-67, destaques da autora).

Como apontado por Duhalde, a modalidade de desaparecimento de pessoas de forma massiva e criminosa produziu um ambiente de pavor e desespero entre os familiares das vítimas. Esta foi o traço marcante que caracterizou, a princípio, o terrorismo de Estado implementado na Argentina. No entanto, conforme já explicamos no capítulo 2 da presente tese, constatamos que, de maneiras distintas, o terrorismo de Estado também aconteceu em solo brasileiro, articulados pelo Plano Condor com a assessoria técnica da Escola das Américas.

4.3 MEMÓRIAS DO TRAUMA POLÍTICO

Ao reunirmos as fontes bibliográficas e registros documentais sobre as Clínicas do Testemunho e as políticas reparatórias na Argentina, nos deparamos com muitas lacunas. Por mais que tenhamos investigado as publicações de cada década, consideramos a importância dos testemunhos reunidos nas duas entrevistas realizadas – especialmente pelo protagonismo na luta pelos direitos humanos em perspectiva latino-americana desde os anos 70. No caso de Eduardo Losicer, que chegou ao Brasil na condição de exilado e foi acolhido e reconhecido no Brasil por sua militância política e experiência clínica e docente. Na experiência de Vera Vital Brasil, o exílio e a clandestinidade fizeram parte de suas vivências pessoais, e se desdobram em implicações clínico-política na luta pelos direitos humanos.

4.3.1 Entre o exílio e a clandestinidade

Na entrevista com Eduardo Losicer, o tema do exílio pôde ser aprofundado sob a forma de testemunho. Em face da fluidez da entrevista, pudemos conhecer sua trajetória profissional, suas influências epistemológicas e sua trajetória de militância clínico-política. De maneira diferente, a entrevista com Vera Vital Brasil se deu por escrito para a sua formalização documental

Seja no caso de Losicer, que chegou ao Brasil pela primeira vez na condição de exilado, ou na experiência de Vera Vital Brasil, que retornou ao país após o exílio forçado no Chile, a conjuntura política do continente mudou radicalmente, mesmo que tenham sido atravessados pelas ditaduras nos países vizinhos. O alvo dos militares na ditadura brasileira, nomeados como subversivos pelo regime, não foram escolhidos por filiação profissional, mas pela militância política e ideológica, por intermédio dos movimentos estudantis, campesinos e político-partidários.

Losicer relata que precisou se refugiar às pressas no Brasil após vivenciar o terrorismo de Estado em seu país, que havia ameaçado, perseguido e feito desaparecer vários de seus companheiros de luta pela saúde mental em hospitais públicos, na academia e na militância política. Além de atuar como médico e psicanalista na Argentina, Losicer também fez parte do engajamento da geração dos anos 70 em seu país. Durante a entrevista ele compartilhou gentilmente algumas de suas experiências clandestinas no início do tempo de exílio no Brasil.

Você que está me escutando agora deve pensar que essa pergunta foi muito ouvida, e muito repetida, mas não, não foi! Você talvez seja uma das primeiras! É claro, orientada por esses caminhos, que para mim ressoam como verdadeiros, porque eu me exilei nesse momento. Nessa situação eu era um militante nessa fase mais pesada do peronismo. É... já estavam caindo companheiros, éramos muito próximos! E lá se contavam com redes de contato e, realmente, já estavam se rasgando todas essas redes. Estava isolado, então já era uma situação de pura exposição! Não havia militância, não havia ação, e a comunicação estava rasgada. Daí optamos pelo exílio e, foi para o Brasil muito de nós, uns para São Paulo, outros para aqui, para o Rio, e em outros Estados. No início, fui mais impactado nisso (no exílio) (E.L.).

Vera Vital Brasil também sofreu diretamente os efeitos da ditadura brasileira, tendo sido presa política nos anos 70 por sua atuação na agremiação estudantil da UFRJ. Na etapa final de sua graduação em Farmácia, se exilou no Chile. No entanto, retornou ao Brasil após o golpe militar chileno, contexto em que foi liberada dos processos da justiça militar por não terem encontrado nada comprometedor. Conforme o seu testemunho:

Meu exílio de seis anos em Santiago do Chile, se deu a partir do momento em que a repressão aos opositores ao regime ditatorial se intensificou com o AI5, que marcou uma etapa da ditadura de endurecimento do regime e as perseguições, prisões, mortes e desaparecimentos. Na ocasião, logo após a liberação de minha prisão no DOI-Codi do RJ, segui para o exílio no Chile. (...) Tendo passado por torturas e ameaças extremas em minha prisão no Brasil, ao trabalhar no hospital universitário “J.J. Aguirre” da Universidade de Chile, procurei profissionais para fazer uma psicoterapia, devido ao sofrimento da tortura e exílio, perdas de companheiros (V.V.B.).

Assim como Vera Vital Brasil, Eduardo Losicer vivenciou a transição de um regime ditatorial para outro, entre exílio e clandestinidade. Em sua experiência pessoal, na condição de nativo da Argentina, foi um dos atores sociais das experiências coletivas pioneiras no Campo Psi argentino dos anos 70. Realizou a sua formação em psicanálise de forma independente, junto a grupos de estudos com Pichon-Rivière e Gregório Baremlitt após o racha institucional dos movimentos psicanalíticos internacional e argentino (Grupo Plataforma). No bojo dessas experiências insurgentes, formou as suas bases como analista institucional, participando ativamente da militância no campo da saúde mental de seu país, junto à coordenação da Associação de Psiquiatras Argentinos.

Nessa época com Gregório Baremlitt, ... que nos agrupou de uma maneira muito forte! Tanto que marcou uma página na história que estamos agora, pelo menos, para mim, é uma das origens. Isto facilitou muito as coisas ... para o exilado, né. E consegui, felizmente, continuar com o meu trabalho clínico, e só eminentemente clínico. Não acadêmico. E mantenho minha clínica de sempre, tanto lá como aqui. Mantendo isso, já começando a resolver esses problemas ... institucionalmente, como uma pertinência, isso facilitou muito as coisas e foi por aí que me empenhei dentro desse terreno dos direitos humanos como clínico, né. Ou seja, mesmo sendo clínico, me interessou muito a possibilidade de entrar por esse lado da reparação, quando isto foi possível aqui. Na Argentina é possível, essa militância de que eu falei foi até o final! Portanto, não tinha outra coisa, era aquilo tudo (E.L.).

Em sua entrevista Eduardo Losicer revela que, mesmo tendo sido bastante afetado emocionalmente pela dureza da repressão ditatorial na Argentina, conseguiu escapar, sobreviver e pôde trabalhar no Brasil. Por outro lado, Vera Vital Brasil, no contexto de seu retorno do exílio chileno e após ter passado por momentos muito difíceis na prisão brasileira, incluindo situações de silenciamento pessoal durante a sua estadia no Chile, se decidiu pela escolha de novos rumos profissionais.

Conforme o seu relato

Ao voltar para o Brasil em 1976 portava o interesse de fazer o curso de psicologia. Em 77 entrei na Universidade Gama Filho no curso de psicologia, em um momento em que recrudesciam os movimentos de resistência à ditadura. (...) Havia me formado em 79, trabalhei em

atendimentos em favelas do RJ. Não fiz a formação no IBRAPSI, mas sim um curso organizado por profissionais que haviam passado e ainda estavam nesta instituição de formação. Fiz também grupos de estudos em Psicanálise. Nesta ocasião não havia entre nós muitos dos conceitos que foram mais tarde utilizados, como o de clínica-política. Conceitos que foram sendo apropriados, construídos na própria prática (V.V.B.).

Eduardo Losicer, ao final de sua entrevista, compartilhou conosco importantes considerações a respeito das lacunas que havíamos encontrado durante a investigação na transmissão dessas memórias do Campo Psi nos dois países estudados, especialmente no que diz respeito ao engajamento social e político da primeira geração de exilados argentinos. Traçando uma linha do tempo, o psicanalista argentino declara:

Penso ser interessante que você apresente essa lacuna. Realmente ela existe! É a percepção de um lapso, de alguma coisa que aconteceu ali. É uma leitura clínico-política a que você está fazendo. Então, vamos ver se podemos esclarecer, na minha perspectiva, e na minha vivência. Eu comecei a minha formação na política, na psicanálise, e até mesmo como pessoa, muito próximo dessa época. Portanto, tudo confluía para eu transitar por esses lugares. Eu não cheguei a entrar na APA, a Associação Psicanalítica porque não era do meu interesse, ideologicamente. Me interessava pela psicanálise, me interessei pelos livros de Freud (...) e depois, veio justamente a época do Plataforma, um grupo de psicanalistas na Argentina que saíram da APA (associação oficial) e foram para os sindicatos. A associação dos psiquiatras, que eu estava na diretoria, justamente. Então, era para mim como Maomé e a montanha, eu não fui lá, mas eles vieram para onde eu estava. Parece assim, engraçado (...). Numa época também braba, que a gente tinha que se cuidar das bombas que botavam nos sindicatos. Então, imagina a efervescência dessa época! Assim se ensinava a psicanálise, desse jeito se militava, e todos estavam implicados na política. Então, já era de nascença uma implicação com a política, que acabava com a neutralidade do psicanalista que, como coluna vertebral da clínica e de toda a teoria, afirmava que tinha que ser neutra. Você vê que com essa mistura explosiva não se podia ser neutro. E eu já me formei nessa base, e isto já passa a ser político, não é verdade? (E.L.)

4.3.2 A importância do GTNM RJ para a memória histórica

O trabalho pioneiro desenvolvido pelo Grupo Tortura Nunca Mais foi um dos analisadores basilares para as investigações sobre a luta pela memória, verdade e justiça endereçados tanto aos afetados pela ditadura brasileira como pela violência dos agentes de segurança do Estado na democracia. Esse organismo de direitos humanos vem contribuindo na transmissão da militância política assim como em ações direcionadas à educação e cultura em direitos humanos na esfera pública. O seu legado para a memória histórica do país é incomensurável, pois também se constituíram como acervo público das memórias sociais. Entretanto, a luta por reparação somente ganhou corpo após a virada do milênio mediante novos agenciamentos da memória política de coletivos que

apresentaremos a seguir. No entanto, gostaríamos de destacar duas contribuições importantes do GTMN RJ para a presente tese, conforme destacado na entrevista concedida por Vera Vital Brasil: a articulação da saúde mental com os direitos humanos e as experiências de dispositivos clínico-grupais.

O trabalho de capacitação jogou luz sobre esta articulação que em muitas abordagens clínicas não estava clara. A violência atual e a impunidade de agentes estatais nestes crimes expostas pelos participantes nas oficinas de capacitação facilitavam a discussão para o entendimento das produções subjetivas construídas pelas políticas de esquecimento promovidas pela ditadura, sua relação com os efeitos dos danos psíquicos (V.V.B.).

4.4 DISCUSSÃO

Com as entrevistas com os dois entrevistados, tivemos a oportunidade de elucidar alguns pontos que ainda não estavam suficientemente claros em relação ao passado recente das demandas por reparação simbólica no Brasil, especialmente nos bastidores dos organismos de direitos humanos. Primeiramente, sobre os consensos e dissensos pela demanda de reparação simbólica quanto a cobrança da responsabilização do Estado nesse processo. Em segundo lugar, se houve alguma transformação epistêmica em relação a concepção do papel dos direitos humanos enquanto política de Estado na democracia, no sentido de incorporá-las às políticas públicas de saúde mental brasileira pelo sistema SUS, por sua vez, sem paralelos no mundo quanto aos princípios de cobertura universal, integral e territorial da população brasileira.

4.4.1 A recepção política da reparação

Compreendemos que o GTNM RJ, enquanto organismo não governamental, sempre foi representado por militantes e afetados pela repressão ditatorial. De acordo com Vera Vital Brasil, a posição política desta entidade sempre foi direcionada para a sua “independência em relação à esfera pública”. A partir de 2010, os integrantes que defendiam a necessidade de pressionar o Estado brasileiro para a reparação simbólica criaram a Equipe Clínico-Política do Rio de Janeiro, se somando aos esforços do Conselho de Psicologia e de outras Ongs que se articulavam em defesa da reparação psicossocial. O que tiveram em comum foi a compreensão da responsabilidade que o Estado violador deve ter de reparar os danos cometidos contra os seus cidadãos. Desse modo, a Equipe Clínico-Política /RJ incumbiu-se da tarefa primordial de transmissão da memória histórica pelo viés clínico-político em instituições públicas, estabelecendo uma interlocução com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH)

no final da gestão do governo Lula⁸¹. Em 2011, várias entidades da sociedade civil passaram a se reunir no ISER/RJ no formato de um fórum semanal para acompanhar a criação da Comissão Nacional da Verdade, conformando o Coletivo Memória, Verdade, Justiça e Reparação RJ (MVJR/RJ).

Posteriormente, a demanda por reparação simbólica foi assumida pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça,

No calor de ampliação de suas medidas de reparação, bem como a responsabilidade do Estado em atender uma das exigências, a de atenção clínica a familiares, contidas na sentença da Corte Interamericana de DH que condenou o Brasil no caso da Guerrilha do Araguaia (V.V.B.).

Desde os encontros estabelecidos em rede com o Coletivo Memória, Verdade, Justiça e Reparação, assim como as Conversas Públicas organizadas pelo Clínicas do Testemunho no Rio de Janeiro, ao longo dos dois editais, temos acompanhado uma luta incansável por reparação simbólica, tanto dos profissionais facilitadores quanto dos assistidos pelo projeto. Eduardo Losicer nos apontou que a amplitude do Clínicas do Testemunho não chegou a ser um “tsunami”. Realizou-se como uma espécie de “Cavalo de Tróia” nas comunidades cariocas.

Tivemos boa resposta, o próprio projeto foi bem aceito. A questão do testemunho unia todos os diálogos, era uma necessidade. Nós soubemos aproveitar isto (nesse início). O problema que a consequência dessa pactuação era de herdar algo que era do estado. A direção disto. Acho que esse foi o outro ponto, que o segundo projeto conseguiu (sustentar) e permanecer, foi de conseguir acabar com uma ideologia de coordenação, de organização institucional. Havia muito mais um espírito autônomo, horizontal mesmo. (...) E foi isto que deu uma sobrevida. Porque se fosse só com coordenação não iria muito em frente. Isso me parece que foi uma base forte do segundo projeto clínico-político que permanece até hoje, já são muitos anos (E.L.).

4.4.2 A recepção social por reparação

Apesar do trabalho de assistência realizado pelo projeto CERP/ISER RJ, a amplitude da recepção social por reparação simbólica na história recente brasileira demonstra que os traumas causados pela ditadura ainda não foram compreendidos nem assumidos como uma demanda popular.

⁸¹ Neste período a Equipe Clínico-Política RJ buscou maior amplitude no âmbito da saúde mental na cidade do Rio de Janeiro em parceria com representantes do Centro de Assistência às Vítimas de Violações de Direitos Humanos Dr. Fernando Ulloa (Argentina), realizando capacitação clínico-política aos profissionais da rede de saúde mental, legitimando a emergência de se cobrar a responsabilização pela reparação psicossocial e simbólica dos afetados pela violência do Estado brasileiro (CORSINI, 2018).

Nesse sentido, os danos transgeracionais da violência de Estado continuam circulando fantasmaticamente em nossa sociedade, embora o terror esteja presente a todo momento nos corpos em desalento das pessoas em situação de rua, dos encarcerados pelo sistema prisional, dos corpos jovens pretos e pobres, pessoas em sofrimento psíquico severo, da população LGBTQI+, dos camponeses e povos indígenas.

Como nos dizia o psicanalista, escritor e poeta brasileiro Hélio Pelegrino (1988)

O corpo é nossa casa, pela qual nos plantamos no mundo. Ao mesmo tempo que a habitamos, suas vigas, paredes, tubulações e aposentos fazem parte de nós e nos constituem. Sem um mínimo de solidariedade do corpo próprio para conosco, ficamos não apenas desabrigados, expostos a um frio e duro relento, mas literalmente sem chão, sem apoio elementar, entregues às ansiedades inconscientes mais primitiva (p. 19).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo não vai durar, a não ser que a Humanidade se empenhe na tarefa de constituição daquilo que é preciso chamar de reservas de vida. Se a recusa a perecer faz de nós seres de história e autoriza que o mundo seja mundo, então a nossa vocação para durar só pode realizar-se quando o desejo de vida for a pedra de toque de um novo pensamento, da política e da cultura.

Achille Mbembe, *Crítica da razão negra*

A presente tese em Memória Social buscou ampliar algumas leituras acerca do mal-estar contemporâneo causado pelas experiências de catástrofes e de guerras em interlocução com os testemunhos clínico-políticos das ditaduras ocorridas na Argentina e no Brasil, com demandas claras de exigir do Estado violador a reparação psíquica e simbólica para as gerações vitimadas, na perspectiva da não repetição da violência.

Essa proposta contemplou a análise dos aspectos epistemológicos que nortearam o processo de trabalho das equipes clínico-políticas que vêm sendo pesquisadas desde os anos de terror e violência de Estado vivenciados nos dois países, em articulação com as experiências clandestinas ou de exílio forçado de alguns psicanalistas e trabalhadores de saúde mental, dos traumas impingidos às vítimas da tortura e das especificidades das políticas de reparação psíquica e de memória implementadas nos governos democráticos após a virada do milênio, no sentido de averiguar quais as conexões traumáticas e sociopolíticas entre a violência de Estado empreendidas no passado com as do tempo presente.

Os mecanismos repressivos produtores do trauma político nas ditaduras desses países foram contextualizados nos primeiros capítulos da tese, bem como a criação dos dispositivos clínico-políticos em organismos de direitos humanos, com o aprofundamento da práxis e de suas epistemologias.

Seguindo os objetivos de nosso estudo comparativo em memória social, buscamos caminhos para elucidar a situação brasileira, tendo em vista o desmantelamento das políticas reparatórias, desmonte esse que aconteceu de maneira concomitante ao desenvolvimento de nossa pesquisa. Como testemunhas da importância das Clínicas do Testemunho, fomos impactados pela gravidade desses retrocessos políticos. No entanto, a experiência de investigação do processo de construção das políticas reparatórias na Argentina ampliou nossas perspectivas, além de terem apontado os legados clínicos preciosos para futuras pesquisas. Muitas descobertas e conexões

aconteceram na medida que fomos conhecendo a amplitude e multiplicidade das lutas dos direitos humanos, os intercâmbios entre os profissionais latino americanos em rede internacional, assim como as investigações acerca dos danos sofridos nas ditaduras desses dois países. As memórias de exílio e clandestinidade de alguns profissionais do Campo Psi ajudaram a compreender a magnitude dessas experiências, auxiliando a constituição de um corpo clínico-político pelos testemunhos conectados às problemáticas contemporâneas.

Dez anos antes do golpe civil-militar argentino de 1976, o núcleo mais duro do peronismo argentino rompeu com os alicerces populistas com a configuração da “Tríplice A”, perseguindo massivamente os profissionais do campo psi que entraram na militância naquele momento. Pela força das circunstâncias de perigo eminente, esses profissionais fugiram para outros países próximos como o Chile, o Uruguai, a Venezuela e o México.

Os questionamentos trazidos pela geração de profissionais do Campo Psi argentino que se insurgiram no final dos anos 60 e buscaram estabelecer conexões entre Freud e Marx, em uma conjuntura de recrudescimento da repressão estatal aos movimentos sociais, serviram de testemunho dos danos descomunais nas liberdades de expressão no campo cultural do país. Nesse sentido, mesmo sem ter como saber sobre os rumos que seriam tomados após o exílio dessa primeira geração de profissionais psi argentinos, especialmente os psicanalistas que romperam com a hegemonia das instituições públicas tais como os grupos Plataforma e Documento, Marie Langer nos soa profética ao considerar que no futuro, tais questionamentos poderiam cair no esquecimento pela perda da “tranquilidade e a estabilidade” daquela geração (LANGER, 1973, p. 7). De fato, foi o que aconteceu.

Com o último golpe de 1976, o núcleo peronista de extrema direita seria derrotado pelas Forças Armadas e pelas oligarquias conservadoras do país, fazendo emergir como novo projeto o terrorismo de Estado Argentino. Os efeitos traumáticos foram imediatos, concretizados no desaparecimento massivo e no exílio forçado de milhares de pessoas.

Como existem muitas janelas possíveis na composição das memórias coletivas, tamanha a complexidade das questões que envolvem os processos de transmissão que também desafiam a clínica contemporânea, buscamos seguir algumas das pistas deixadas pelas pesquisas iniciadas pelos dispositivos de direitos humanos e pelos

profissionais do Campo Psi latino-americano, justamente por trazerem estas problematizações de forma permanente, especialmente no que diz respeito aos efeitos subjetivos do terrorismo de Estado.

Objetivando ações de cuidado psicossocial endereçados aos familiares e sobreviventes do terrorismo de Estado, de modo a compor individual e coletivamente a elaboração possível deste passado hediondo, esses dispositivos se organizaram para a denúncia pública dos crimes cometidos pelos agentes do Estado em seus respectivos países, ao exigirem a verdade dos fatos e a justiça correspondente. Esses foram os pontos de partida para o amadurecimento e convergências, a posteriori, das demandas por memória, verdade, justiça e reparação simbólica no período democrático, conformados no percurso desta investigação.

Nesse sentido, endossamos a importância epistemológica da clínica como dispositivo político conectada à realidade social latino-americana, de forma a resistir coletivamente aos violentos retrocessos socioculturais e políticos experimentados no Brasil e nos países vizinhos, que ameaçam o direito à vida de todos nós, afetando e vitimando a geração atual e comprometendo as possibilidades de existência das gerações futuras.

Conforme as questões apresentadas nos cenários do Brasil e da Argentina em relação aos processos de implementação de suas políticas de reparação simbólica e de memória, assim como dos retrocessos políticos ocorridos na situação brasileira, desde o golpe parlamentar de 2016, evidenciamos a impossibilidade de avanço das políticas de reparação simbólica em sua integralidade. No contexto brasileiro, ainda não tivemos o tempo suficiente para a conquista de processos duradouros de subjetivação em nosso corpo social; continuamos no vazio da impunidade, sem a corporeidade necessária para barrar estes retrocessos por meio de uma resistência coletiva.

Com a suspensão de todas as políticas de reparação e de memória que faziam parte da agenda da justiça de transição brasileira, inicialmente com o gradativo desmonte da Comissão de Anistia no governo Michel Temer (2016-2018), até a subversão de todos os aparatos legais constitucionais e instrumentais do governo posterior de Jair Messias Bolsonaro (desde 2018), nos damos conta de que a sociedade brasileira não superou o desconhecimento de sua própria história política, fruto de décadas de silenciamento e de políticas de esquecimento.

Por outro lado, pudemos observar as diferenças culturais entre os dois países

estudados pois, diferentemente do Brasil, grande parte do povo argentino não abriu mão de sua memória política, apesar de também vivenciarem discontinuidades e contradições em seu processo democrático com a transnacionalização da economia e o empobrecimento, geradores de violências e de injustiça social em territórios periféricos também vulnerabilizados pela pobreza e violência policial.

Estamos atravessados por rupturas vertiginosas nos processos reparatórios, agravadas tanto pela impunidade institucional no campo da justiça como pelo encaminhamento de um governo que vem encarnando o fantasma do fascismo. Um neofascismo que se apresenta, contudo, com uma roupagem diferenciada do fascismo europeu e do integralismo brasileiro do século XX, na medida em que expõe o país ao processo de recolonização conduzido pelos interesses do imperialismo internacional que, além da rapinagem e grilagem das terras indígenas, abrem caminho para o desflorestamento e para a mineração predatória, além de facilitar a entrega das principais empresas brasileiras ao capital estrangeiro. Como consequência imediata desses crimes de lesa-pátria, assistimos ao aumento das violências de Estado nos segmentos sociais mais vulnerabilizados da população brasileira, com o desemprego e o retorno da extrema pobreza.

A realidade que se delineia no presente ainda nos causa estranhamento, talvez pelo fato de os rumos da política nacional terem sido atravessados por experiências extremas de crescimento socioeconômico e declínio em curto espaço de tempo, com importantes conquistas democráticas dos governos populares seguidas por abruptas interrupções nas políticas públicas nos campos da saúde, assistência, educação, meio ambiente, cultura e direitos humanos. Primeiramente, com um golpe jurídico-parlamentar que suspendeu a soberania popular com o impeachment de Dilma Rousseff, articulada em tempo recorde com o apoio massivo da grande mídia corporativa, em detrimento da ausência de crimes de responsabilidade da presidenta. Posteriormente, no processo de sucessão presidencial controlada por instâncias do poder que deveriam salvaguardar a Constituição brasileira, configurando uma perseguição política direcionada ao ex-presidente Lula pela Operação Lava Jato. No decorrer desse processo, o Supremo Tribunal Federal suspendeu o direito político do ex-presidente ao pleito da eleição presidencial de 2018, embora Lula fosse o favorito nas pesquisas da época, sendo julgado em primeira instância a 12 anos de prisão em um processo kafkiano espetacularizado pela imprensa por um “ato indeterminado”.

Conforme observamos no cenário apresentado de um Brasil agonístico, com o desinvestimento e desmonte das políticas públicas conquistadas na história recente do país, as repetições da violência de Estado como regime de exceção na democracia vêm gerando inúmeras vulnerabilidades e grande desalento na população mais empobrecida, fazendo com que aspectos traumáticos ainda mais profundos de nosso passado escravocrata estejam forçosamente em evidência. No entanto, os veículos de comunicação de massa seguem banalizando a vida humana pelo excesso de violência no cotidiano dos brasileiros, inviabilizando o reconhecimento social do nosso racismo estrutural, com o genocídio da população negra e dos povos originários acontecendo a céu aberto. Nesse cenário de catástrofe permanente, a luta política por memória e reparação simbólica apresenta desafios para traçarmos novos sentidos e contornos clínico-políticos, uma vez que a ética profissional implicada com o corpo social aponta a necessidade primordial da reparação simbólica para agenciar os laços transgeracionais interrompidos pelo viés da memória política da violência de Estado nos territórios junto à população.

Além das disjunções provocadas entre as políticas de direitos humanos e memória no cenário recente da política brasileira, apontamos uma característica marcante do desenho político-institucional dos processos de reparação simbólica na Argentina que pode nos inspirar para futuros desdobramentos desse trabalho: a incorporação do campo da saúde mental em suas políticas de direitos humanos e de memória articuladas aos processos traumáticos do passado recente.

Desde o início dessa pesquisa de tese, salientamos que os contextos sócio-histórico e cultural no Brasil e Argentina sempre foram distintos. Apesar disso, podemos afirmar que as contribuições e os legados epistemológicos da clínica política se conectaram em vários momentos da história recente latino-americana, até comporem uma extensa rede de pesquisa com outros países.

No entanto, o panorama apresentado sobre a conjuntura mais recente do Brasil com os apelos de um revisionismo histórico negacionista empreendido pelo governo Bolsonaro atualizam os desafios para a superação do obscurantismo no cenário social e político. Com a suspensão das políticas reparatórias e de memória, será preciso retomar o fôlego para exigir a reparação e a justiça dos crimes cometidos também no presente junto à sociedade brasileira.

Nesse sentido, apontamos alguns desafios subjetivos e coletivos em campos

distintos da memória: por um lado, com as novas modalidades de golpes de Estado em nosso continente que, no caso do Brasil, engendrou recentemente o fenômeno de massas distópico que produziu o bolsonarismo, despejando uma avalanche de notícias falsas artificialmente produzidas para induzir uma identificação explícita com o terrorismo de Estado agenciado pelas milícias, forjando uma cisão na sociedade brasileira através da manipulação da opinião pública. Por outro lado, pela magnitude dos agenciamentos da memória política dos sobreviventes e familiares de ex presos-desaparecidos na ditadura que vem se constituindo, desde o período de redemocratização brasileira, e que no momento atual, reatualizam a luta pela democracia na acirrada disputa do pleito eleitoral em outubro de 2022.

O aprofundamento dos processos subjetivos que envolvem as relações de poder, que perpassam clínica e política, violência de Estado e políticas de reparação psíquica são dimensões fundamentais para compreendermos os desafios sociais e políticos de nosso sofrido continente. Daí decorre a necessidade de resgate da nossa memória coletiva, de cuidarmos de nossos corpos e vidas como integrantes de um complexo organismo social que configura um racismo estrutural desde o colonialismo empreendido na América Latina, trazendo à baila os desafios contemporâneos da práxis clínica em tempos de traumas coletivos e de catástrofe, conjugada à escassez de reflexão por uma grande parte das sociedades na atualidade.

Em perspectiva local, apontamos a necessidade de transmissão das memórias construídas coletivamente para que as políticas de reparação simbólica, em detrimento da brevidade do projeto Clínicas do Testemunho, possam prevalecer na contra hegemonia da história oficial brasileira. Por intermédio de um campo epistemológico mais abrangente, na perspectiva transdisciplinar da memória social, buscamos resgatar as memórias clandestinas da psicanálise que, a exemplo de seu mentor Sigmund Freud, testemunhou em sua práxis clínica o contexto das transformações tanto dos costumes vitorianos como as revoluções sociopolíticas de sua época, no despontar da social democracia na Europa até o obscurantismo nazifascista.

No Brasil, após o impeachment que destituiu a presidenta Dilma Rousseff de seu segundo mandato (2016) seguido da posterior prisão política do ex presidente Luís Inácio Lula da Silva (2018-2019), foram criados vários coletivos sociais em defesa da democracia brasileira. Como exemplo, destacamos a relevância do movimento

“psicanalistas pela democracia”⁸² com perspectivas de ampliar ações e interlocuções clínicas e políticas incidindo no campo das subjetividades na polis.

Entre 2016 e 2018, um série de ações coletivas de resgate da memória política no âmbito cultural aconteceram em atos, performances e campanhas de rua em algumas cidades brasileiras, organizados por coletivos de direitos humanos e por integrantes das Clínicas do Testemunho ISER/RJ, no intuito de chamar a atenção da sociedade para o conhecimento acerca dos locais de tortura que existiram durante a repressão política, como foi o caso do Movimento OCUPA-DOPS e do Movimento Cinelândia, no Rio de Janeiro, assim como do centro clandestino de tortura conhecido como Casa da Morte de Petrópolis, dentre tantos outros no país, com propostas para a criação de locais de memória como espaço de resistência, reparação e cultura.

Essas ações públicas buscaram, além disso, problematizar e denunciar as torturas perpetradas pelos agentes de segurança do Estado como o exército, a polícia militar e a polícia civil, seguindo a mesma lógica de extermínio dos períodos de exceção, porém com alvos diferenciados. As vítimas da atualidade são constituídas, em sua grande maioria, por jovens e negros que vivem em condição de pobreza e vulnerabilidade social, com baixa escolaridade e subempregos, dentre outras situações oriundas da invisibilidade social. Percebemos nas políticas de segurança pública a continuidade da violência pelas mãos dos agentes do Estado, por racismo, eugenia e preconceito, com a aprovação dos segmentos mais conservadores da sociedade brasileira e com a forte influência dos principais meios de comunicação.

Ao longo deste trabalho buscamos testar a hipótese de que as experimentações clínico políticas latino-americanas forneceram subsídios para a transmissão das experiências de nossa civilização na clínica política contemporânea. Buscamos compreender os agenciamentos na saúde mental pública do sul global que avançaram em propostas de políticas de reparação simbólica (como princípio ético), avançando na materialização dos direitos humanos, ou seja, conectadas às necessidades sociais e aos sofrimentos advindos do tempo presente.

Alguns questionamentos seguem em aberto, refletindo, de modo coerente, a atual conjuntura política nos dois países por nós estudados. Na Argentina, com a disputa acirrada entre projetos distintos para os rumos do país, com o a extrema direita novamente em cena tentando suprimir o peronismo popular e os alicerces de suas

⁸² <https://psicanalisedemocracia.com.br>

políticas de direitos humanos e de memória (ROUSSEAU, 2018), uma das principais razões da perseguição política na figura da ex mandatária e atual vice presidenta da Nação Argentina. Enquanto que nós, brasileiros, estamos às vésperas de mais um ciclo de eleições presidenciais com o primeiro turno despontando em outubro de 2022, convivendo de forma agonística com as ameaças de cisão tanto das epistemes como da práxis dos significados da democracia, dos direitos humanos como soberania dos povos, das memórias políticas local e global. Seguimos na luta inspirados pelo significativo freiriano do “esperançar” como subjetivação, ao buscarmos novos rumos para as políticas de memória, a verdade, a justiça e a reparação simbólica integral no Brasil, assim como novos sentidos para a saúde mental na perspectiva de uma clínica política latino-americana.

Uma das especificidades desta clínica como dispositivo político implicado com os direitos humanos se deve ao fato de que as construções teórico-epistemológicas surgiram advindos do trauma político que afetou a todos os envolvidos nesta tarefa, ou seja, sua práxis foi talhada a partir de marcas traumáticas incrustadas no corpo social, sem possibilidades de neutralidade, impessoalidade ou distanciamento relacional.

Ao levarmos em consideração que o trauma político foi experienciado por esses profissionais no âmbito pessoal e social, buscamos manter a linguagem dos escritos e epistemes que foram selecionados, sem nos preocuparmos com possíveis contradições teóricas. Por intermédio desta investigação, compreendemos que os atravessamentos que envolvem a clínica, a memória social, a política, o testemunho e os direitos humanos são polissêmicos e mutáveis, assim como imanentes, sem uma substância ou estrutura originária normativa, pois são alimentados por processos contínuos de criação e subjetivação dos encontros e desencontros estabelecidos. Este foi um dos efeitos dos testemunhos clínico-políticos em nossas subjetividades no percurso investigativo.

Conforme compreendemos na etapa final desta tese, em interlocução com os testemunhos registrados nas entrevistas, estamos em um momento de transição para recuperarmos o Estado de direito, em uma espécie de encruzilhada para superarmos o obscurantismo que assolou o Brasil. Apontamos para os desafios do momento presente com perspectivas de lutas porvir, a saber: na relevância de prosseguir na luta por reparação simbólica; no amadurecimento das políticas de Saúde Mental e Atenção Psicossocial em articulação com novos paradigmas para os direitos humanos e as políticas de memória.

As demandas por reparação se dobram ao tempo da memória, sem linhas divisórias entre passado, presente e futuro. Neste sentido, a reparação dos povos originários e do povo negro urge como emergência desse presente desolador. Conforme as palavras de Vera Vital Brasil registradas em entrevista, “a interação destas experiências diversificadas nos trazem um caldo de cultura enriquecedor. A reparação assim como a Memória, a Verdade e a Justiça estão articuladas e constituem um instrumento para o Nunca Mais e conseqüentemente para o fortalecimento da democracia”.

Portanto, sem pretensões de neutralidade, assumimos a implicação neste processo investigativo movidos por um intenso desejo de ampliar a transmissão de um legado precioso - o clínico político - como um dos agenciadores da reparação simbólica na América Latina. Como nos lembra o psicanalista argentino Dr. Fernando Ulloa, uma reparação simbólica integral é consumada somente quando se rompe com os efeitos do sinistro com o terceiro da apelação, fazendo-se justiça. Enquanto esse tempo do Nunca Mais não se estabelecer como um princípio ético de respeito às diferenças culturais e étnicas e romper com os ciclos de impunidade de nosso país, seguimos na luta por reparação simbólica, reconhecendo a importância dos legados clínico-políticos da Argentina e do Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Paulo. A Lei de Anistia no Brasil: as alternativas para a verdade e a justiça. In: Brasil. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Tortura /** Coordenação Geral de Combate à Tortura. 1. ed. – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010, p. 89-115.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento:** fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor W. Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. **Ensaios sobre Psicologia Social e Psicanálise** (1951). São Paulo: Editora Unesp, 2015.

AMARANTE, P. Asilos, alienados e alienistas: uma pequena história da psiquiatria no Brasil. In: **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica**. 1. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994, p.73-84.

_____. **Loucos pela vida:** a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998.

_____. Sobre duas proposições relacionadas à clínica e à Reforma Psiquiátrica. In: A. Quinet (Org.). **Psicanálise e Psiquiatria:** controvérsias e convergências. Rio de Janeiro: Rio Ambicioso, 2001.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO “RUBENS PAIVA”. **Infância Roubada:** crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. São Paulo: ALESP, 2014.

BALIEIRO, Henrique G.; FLECHA, Renata D. A influência dos argentinos do Grupo Plataforma na Reforma Psiquiátrica Brasileira. **Pretextos** – Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, v. 3, n. 5, jan./jun. 2018, p. 207-224.

BAREMBLITT, Gregorio F. (2002). **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes:** teoria e prática, Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari: Record, 1992.

BASAGLIA, Franco. **A Psiquiatria alternativa:** contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática. Conferências no Brasil. São Paulo: Brasil Debates, 1979.

BAYER, Osvaldo. Un manual para nuestras conciencias. In: **Paisajes del Dolor, senderos de esperanza:** salud mental y derechos humanos en el Cono Sur. 2002. p. 13.

BERMANN, Sylvia. Sociedad, psicología y tortura en América Latina. In: **Efectos psicosociales de la represión política:** sus secuelas em Alemania, Argentina y Uruguay. Córdoba: Goethe-Institut, 1994. p. 11-29.

BETTELHEIM, Bruno. **A Viena de Freud e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

BIRMAN, Joel. **O sujeito na contemporaneidade:** espaço, dor e desalento na

atualidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. A questão da Guerra em Freud. In: Joel Birman e Isabel Fortes (Orgs.) **Guerra, Catástrofe e Risco: uma leitura interdisciplinar do trauma**. São Paulo: Zagotini, 2018.

BLEGER, José. **Psicoanálisis y dialéctica materialista**. Buenos Aires: Paidós. 1968b.

BRASLAVSKY, Manuel B.; BERTOLDO, Carlos. Anotações para uma história atual do movimento psicanalítico argentino. In: M. LANGER (Comp.) **Questionamos 2**. Psicanálise institucional e Psicanálise sem instituição. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório/ Comissão Nacional da Verdade**. – Recurso eletrônico. Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1).

BOMBAL, Inés González. **De Víctimas a Sujeitos: as mães da Plaza de Mayo**. *Revista de Ciências Humanas*, vol. 8. n. I, 1992, p. 49-70.

CALHAU, Janne M.; JORGE, Marco Aurélio; FRANCISCO, Sonia. Violencia organizada, impunidad y silenciamiento. In: **Paisajes del Dolor, senderos de esperanza: salud mental y derechos humanos en el Cono Sur**. 2002, p. 129-139.

CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina**. São Paulo: Boitempo, 2013.

CARDOSO, I. A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança. **Tempo Sociológico**. v.17, n.2, 2005. p. 93-107.

CARLOTTO, Estela Barnes de. Un esfuerzo enorme por abrir caminos. In: Alicia Lo Giúdice et al. (Orgs.). Centro de Atención por el Derecho a la Identidad de Abuelas de Plaza de Mayo. **Psicoanálisis: identidad y transmisión**. Buenos Aires, s.d., p. 15-18. ISBN 978-987-23866-4-1

CENTRO DE ATENCIÓN POR EL DERECHO A LA IDENTIDAD DE ABUELAS DE PLAZA DE MAYO. In: Alicia Lo Giúdice et al. (Orgs.). **Psicoanálisis: identidad y transmisión**. Buenos Aires, s.d., 166 p. ISBN 978-987-23866-4-1.

CERQUEIRA, Filho G. (Org.) **Crise na psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

CERVEIRA, Neuzah. **Rumo à Operação Condor: ditadura, tortura e outros crimes**. In: Projeto História, n. 38, São Paulo: 2009. p. 97-118.

CINTRAS, Eatip, GTNM/RJ, Sersoc (Org.). **Dano Transgeneracionales del Terrorismo de Estado: consecuencias de la repressão política en el cono sur**. Santiago de Chile: 2009.

COIMBRA, Cecília. **Guardiões da Ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “Milagre”**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

COIMBRA, Cecília; PASSOS, Eduardo; BENEVIDES, Regina. Derechos Humanos en Brasil y el Grupo Tortura Nunca Más/RJ. In: **Paisajes del Dolor, senderos de esperanza**: salud mental y derechos humanos en el Cono Sur. 2002, p. 37-44.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **A verdade é revolucionária**: testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar (1964-1985). Brasília: CFP, 2013.

CONTE, Bárbara de Souza. Clínicas do Testemunho: desafios na reconstrução da história. In: **Sig Revista de Psicanálise**, vol. 1; n. 2 (jan-jun.). Porto Alegre: Sigmund Freud Associação Psicanalítica, 2013. p. 107-115.

CORSINI, Cristiana. **As Clínicas do Testemunho em interface com o trauma, a memória e a reparação simbólica**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

DAGFAL, A. **Entre París y Buenos Aires**: la invención del psicólogo (1942-1966). Buenos Aires: Paidós, 2009.

DANTO, Elizabeth Ann. **As clínicas públicas de Freud**: psicanálise e justiça social, 1918-1938. São Paulo: Perspectiva, 2019.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELGADO, Pedro Gabriel. No litoral do vasto mundo: lei 10.216 e a amplitude da reforma psiquiátrica. In: A.T. Venâncio; M.T. Cavalcanti (Orgs.). *Saúde Mental: Campo, Saberes e Discursos*. Rio de Janeiro: Edições IPUB-CUCA, 2001.

_____. Os CAPS: a revolução silenciosa da saúde mental. In: **Global Brasil**. Rio de Janeiro: Rede Universidade Nômade, 2007.

DESCHAMPS, Marilena Silveira. Clínicas do Testemunho: reparação psíquica e construção de memórias. In: **Revista Memorare Tubarão**, v. 4, n. 3 esp. dossiê Marcas da Memória: direitos humanos, justiça de transição e anistia, set./dez. 2017, p. 94 -109.

DUHALDE, Eduardo L. **Acompañamiento a testigos en los juicios contra el terrorismo de Estado**: primeiras experiencias. 1. ed. Buenos Aires: Secretaría de Derechos Humanos de la Nación, 2009.

_____. **El Estado Terrorista argentino**. 1ª ed. Buenos Aires: Colihue, 2013.

FOUCAULT, Michel. (1983) A escrita de si. In: **Ética, sexualidade, política**/ Michel Foucault; organização e seleção de textos de Manoel de Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 144-162.

FREUD, Sigmund. Considerações atuais sobre a guerra e a morte (1915). **Introdução ao narcisismo**: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916).1. ed., São

Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. Caminhos da terapia psicanalítica (1919). **História de uma neurose infantil (O homem dos lobos), Além do princípio de prazer e outros textos** (1917-1920). 1. edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Psicologia das massas e análise do eu.** (1920). 1. edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. (1996a). **O mal-Estar na civilização** (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. 21). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1929).

_____. (1996c). **Por que a guerra?** (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. 23). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1933).

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** Trad. Sergio de Faraco. Porto Alegre: LP&M, 2020.

GATTI, Gabriel. **El detenido-desaparecido:** narrativas posibles para una catástrofe de la identidad. Montevideo: Trilce, 2008.

_____. O detido-desaparecido: catástrofe civilizacional, desmoroamento da identidade e linguagem. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais/** [online], 88, 2010. p. 57-78. Disponível em <http://rccs.revues.org/77>.

GINZBERG, Victoria; DANDÁN, Alejandra (Comp.) MINISTERIO DE CULTURA PRESIDENCIA DE LA NACIÓN. **El Nunca Más y los crímenes de la dictadura.** Buenos Aires: Edição Digital Cultura Argentina, 2016.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. In: Vera Dodebei; Francisco R. de Farias; Jô Gondar (Orgs.). **Por que memória social?** Rio de Janeiro: Híbrida, 2016. (Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em Memória Social: edição especial, ISSN 1676-2924; v. 9, n. 15). p. 19-40.

_____. O desmentido e a zona cinzenta. In: REIS, Eliana S.; GONDAR, Jô. **Com Ferenczi:** Clínica, Subjetivação, Política. Rio de Janeiro: 7 letras, 2017. p. 89-100.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica:** cartografias do desejo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GUIMARÃES, Daniel. Prefácio: Eu sou porquê nós somos. Um relato afetivo dos efeitos produzidos com o trabalho comum com o coletivo Margens Clínicas. In: Anna Turriani e Laura Lanari (Coord.) **Margens Clínicas:** dispositivos de escuta e desformação. São Paulo: ISER, 2018, p.13-20.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos:** o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória.** Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.

INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE. **História do Departamento de Psicanálise:** Instituto Sedes Sapientiae. São Paulo: Narrativa-um, 2006.

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO/ ISER. Entrevista com Fabiana Rousseaux. In: **50 Anos da Ditadura no Brasil: memórias e reflexões.** Rio de Janeiro: ISER, 2014. p. 66-69.

IPOLA, Emilio de. **Mi amigo Leon.** Lote, 46, abril. 2001. Disponível em: <http://fernandopeirone.com.ar/Lote/nro046/miamigo.htm>.

IVENICKI, Ana.; CANEN, Alberto. A pesquisa multicultural como eixo na formação de pesquisadores. In: A. Ivenicki; A. Canen, **Metodologia da pesquisa: rompendo fronteiras curriculares.** Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2016, p.37-50.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998.

KAËS, René. **Violencia de estado y psicoanálisis.** Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1991.

KATZ, Chaim. S. (ed.). **Psicanálise e Nazismo.** Rio de Janeiro: Graal, 1985.

KERSNER; *et. al.* Introducción. In: **Paisajes del Dolor, senderos de esperanza: salud mental y derechos humanos en el Cono Sur.** 2002. p. 25-27.

KESSELMAN, Herman. Plataforma Internacional: Psicanálise e Anti-Imperialismo. In: Marie Langer (comp.). **Questionamos: a psicanálise e suas instituições.** Petrópolis: Vozes, 1973, p. 246-250.

KOLKER, Tania. Problematizaciones clínico-políticas acerca de la permanência y transmisión transgeneracional de los daños causados por el Terrorismo de Estado. In: Beatriz Brinkmann (Org.). **Daño Transgeneracional: consecuencias de la represión política em el Cono Sur.** Santiago/Chile: Gráfica LOM, 2009, p. 253-287.

_____. Agenciamentos ético-estético-políticos na reparação psíquica dos danos causados pela violência de Estado. In: **Ocupa Clínicas do Testemunho: a construção coletiva de uma política pública de reparação psíquica.** Rio de Janeiro: CT-RJ/ISER, 2017, p. 34-66.

_____. Atenção psicossocial a afetados pela violência de Estado – subsídios e contribuições para a construção de uma política pública. In: **Clínica Política: a experiência do Centro de Estudos em Reparação Psíquica em Acari.** Rio de Janeiro: Equipe clínico-política CERP-RJ/ ISER, 2018, p.155-209.

KORDON, Diana; EDELMAN, Lucila. Conferencia sobre consecuencias psicosociales

de la represión política y la impunidad. In: **Efectos Psicosociales de la represión política**: sus secuelas em Alemania, Argentina y Uruguay. Córdoba: Goethe-Institut, 1994, p. 77-87.

KUPERMANN, Daniel. **Transferências cruzadas**: uma história da psicanálise e suas instituições. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

LAGOS, Dario; KORDON, Diana. Puntuaciones sobre actividades asistenciales del EATIP. In: **Sur ditadura y después**: Elaboración psicossocial y clínica de los traumas colectivos. Buenos Aires: Psicolibro ediciones, 2010, p. 23-35.

LANGER, Marie. **Memória, história e diálogo psicanalítico**. São Paulo: Traço, 1987.

_____. Psicanálise e/ou Revolução Social. In: **Questionamos**: a psicanálise e suas instituições. Petrópolis: Vozes, 1973, p. 251-263.

LANGER, Marie; BAULEO, Armando. Algo más sobre tortura. In: M. Langer (Org.). **Cuestionamos 2**. Buenos Aires: Granica, 1971.

LASTRA, María Soledad. La Historia comparada y sus desafíos para interrogar el pasado reciente del Cono Sur. In: **Revista de História Comparada**: Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ. Rio de Janeiro: Rev. hist. Comp. v. 12, n. 2, 2018. p. 139-171. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada>. ISSN: 1981-383X

_____. Deixar de ser sintoma com o silêncio: o retorno do exílio no campo da saúde mental na pós-ditadura argentina (1983-1986). In: **Dossiê Exílio e afastamento**: considerações sobre uma hermenêutica da distância. Buenos Aires: 2019. p. 496-519. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6619-8249>

_____. Desvelar o trauma. In: **Territorios del Pasado**: Salud Mental e Derechos Humanos no Cono Sur. Podcast Núcleo de História Reciente (IDAES-UNSAM). Buenos Aires, 26 de maio de 2020.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades. São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. Os agenciamentos da memória política na América Latina. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (Impresso), São Paulo, 2014. v. 29. p. 145-158.

_____. Em torno da memória política. In: Vera Dodebei; Francisco R. de Farias; Jô Gondar (Orgs.). **Por que memória social?** Rio de Janeiro: Híbrida, 2016. – (Revista Morpheus: estudos interdisciplinares em Memória Social: edição especial, v. 9, n. 15. p. 67-82. ISSN 1676-2924

LINS, Aquiles Coelho. **A candidatura Lula em 2018 nas páginas da Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo**: agenda e enquadramento. 106 f. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação Política) - Universidade Federal de São Carlos,

São Carlos, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12865>. Acesso em: 09 out. 2021.

LO GIÚDICE, Alice. Introducción Abuelas: volver posible la vida. In: Alícia Lo Giúdice et al. (Orgs.). **Centro de Atención por el Derecho a la Identidad de Abuelas de Plaza de Mayo Psicoanálisis: identidad y transmisión**. Buenos Aires, s.d., p. 19-22. ISBN 978-987-23866-4-1.

LOBO, Amílcar. **A hora do lobo, a hora do carneiro**. Petrópolis: Vozes, 1989.

LOSICER, Eduardo; MOURÃO, Jane C.; KOLKER, Tania. Reparação e dispositivos clínicos políticos: é possível falar de reparação nos dias atuais? In: Shana Santos *et al.* (Orgs.) **Reparação como política: reflexões sobre as respostas à violência de Estado no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER, 2018, p. 150-172.

_____. **Ocupa Clínicas do Testemunho**. A construção coletiva de uma política pública de reparação psíquica. Rio de Janeiro: CT-RJ/ISER, 2017.

MACEDO, Luis Eduardo. **Cartas a um jovem psicanalista**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

MACEDO, Luis Eduardo V.; BULAMAH, Lucas C.; KUPERMANN, Daniel. Entre barões e porões: Amílcar Lobo e psicanálise no Rio de Janeiro na ditadura militar. **Revista de Psicanálise Analytica: São João del Rei**, v 3, n. 4, 2014, p. 173-200.

MAGALDI, Felipe. **Revista Antropolítica**, v. 54, n. 2, Niterói, p. 150-178, 2. quadri., mai./ago., 2022.

MELO, Danilo Augusto S. A memória entre o caos e a reconhecimento: considerações sobre arte e criação na filosofia de Gilles Deleuze. **Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência – 2*** quadrimestre de 2015 – Vol. 8 – n. 2, p. 73-75.

MELO, Demian. **A historietografia de Marco Antonio Villa: um negacionismo à brasileira**. Viomundo, 22 de fevereiro de 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINISTERIO DE JUSTICIA y DERECHOS HUMANOS DE LA NACIÓN. **Consecuencias actuales del terrorismo de Estado en la salud mental: salud mental e derechos humanos**. Cuardenillo orientativo dirigido a profesionales de la salud mental. Buenos Aires: Secretaria de Derechos Humanos del Ministerio Justicia y Derechos Humanos de la Nación, 2006.

MONTENEGRO, Antonio T.; RODEGHUERO, Carla S.; ARAÚJO, Maria Paula (orgs). **Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil**. Recife: Universitária da

UFPE, 2012.

MOURÃO, Jane C. Algumas Memórias e Relatos Quali-Quantitativos Comparados. In: **Ocupa Clínicas do Testemunho**. A construção coletiva de uma política pública de reparação psíquica. Rio de Janeiro: CT-RJ/ISER, 2017, p. 7-33.

MULLER-HOHEGEN, Jurgen. Casi cincuenta años después: experiencias y reflexiones sobre el trabajo psicoterapéutico em Alemania con los perseguidos y sus descendientes. In: **Efectos psicosociales de la represión política**: sus secuelas em Alemania, Argentina y Uruguay. Córdoba: Goethe-Institut, 1994, p. 49-67.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

OCARIZ, Maria Cristina (Org.). **Violência de Estado na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)**: efeitos psíquicos e testemunhos clínicos. São Paulo: Escuta, 2015.

OLIVEIRA, Eliana Rocha. **As Entrevistas de Lula no Cárcere**: A Coragem da Verdade e a Defesa da Democracia. Tese de doutorado pelo Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH-UERJ), 2022.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina B. A construção do campo da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. In: Mourão, Jane C. (Ed.) **Clínica e política 2**: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas. Rio de Janeiro: Abaçar, GTNM-RJ, 2009, p. 103-119.

PELEGRINO, Hélio. Análise da instituição psicanalítica: um caso clínico. In: G. Cerqueira Filho (Org.). **Crise na psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

PELEGRINO, Hélio. A tortura política. In: **A burrice do demônio**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

PITTA, Ana. Tecendo uma teia de cuidados em saúde mental. In: Venâncio, A.T.; Cavalcanti, M.T. (Orgs.). **Saúde Mental**: Campo, Saberes e Discursos. Rio de Janeiro: Edições IPUB-CUCA, 2001.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2. n. 3, 1989. p. 3-15.

RAUTER, Cristina; PASSOS, Eduardo; BENEVIDES, Regina. Introdução. In: **Clínica e Política**: subjetividade e violação de Direitos Humanos. Equipe Clínico-Grupal, Grupo Tortura Nunca Mais-RJ. Instituto Franco Basaglia, Rio de Janeiro: Editora TeCorá, 2002. p. 7-10.

REINA, Eduardo. **Cativeiros sem fim**: as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil. São Paulo: Alameda, 2019.

REIS, Eliana S.; GONDAR, Jô. Com Ferenczi. In: **Com Ferenczi: Clínica, Subjetivação, Política**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2017. p. 9-15.

ROSSI, André; PASSOS, Eduardo. Análise Institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. In: **Revista EPOS**; Rio de Janeiro – RJ, Vol.5, nº 1, jan-jun de 2014, ISSN 2178-700X. pág. 156-181.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ROUSSEAU, Fabiana. Acompañamiento a testigos en los juicios contra el terrorismo de Estado. Primeras experiencias In: Eduardo Luis Duhalde et.al. (Orgs.). **Buenos Aires: Ministerio de Justicia, Seguridad y Derechos Humanos de la Nación. Secretaría de Derechos Humanos, 2009.**

_____. 30.000? Ni idea! El Estado y lo sacro! In: Fabiana Rousseaux et.al. (Orgs.) **Territorios, escrituras y destinos de la memoria: diálogo interdisciplinario abierto**. Temperley: Tren em Movimiento, 2018. p. 27-45.

_____. **Saúde mental e direitos humanos**. Tecme, Buenos Aires, 2020. Texto digitalizado - Conferência sobre Direitos Humanos e Saúde Mental. (Org.) Cátedra de Psicologia da Universidade Nacional de Hurlingham, 22 set./2020.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado Ilegal. In: Edson Teles e Vladimir Safatle (Orgs.) **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 237-252.

SANTOS, Shana Marques Prado et al. (Orgs.). **Reparação como política: reflexões sobre as respostas à violência de Estado no Rio de Janeiro**: ISER, 2018.

SCARPUSIO, Miguel; *et al.* SERSOC: Efectos transgeneracionales del daño psicossocial. In: BRINKMANN, Beatriz (Org.). **Daño Transgeneracional: consecuencias de la represión política em el Cono Sur**. Santiago/Chile: Gráfica LOM, 2009. p. 329-441.

SCARPUSIO, Miguel. Transgeracionalidad del daño y memória. In: **Reflexión 32**: 2006, p. 15-19.

SORÓ, José Queiroz. Prefácio: A clínica nas margens do ponto de vista das Margens. In: Turiani et al. (Orgs.) **Clínicas do Testemunho nas Margens**. São Paulo: ISER, 2017, p. 9-11.

STOFFELS, Hans. Paisajes terroríficos del alma: posibilidades y limites de la psicoterapia com perseguidos. In: **Efectos psicossociales de la represión política: sus secuelas em Alemania, Argentina y Uruguay**. Córdoba: Goethe-Institut, 1994. p. 31-48.

TELES, Amelinha. Introdução. In: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO “RUBENS PAIVA”. **Infância Roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: ALESP, 2014. p. 13-20.

TELES, Edson. **O Abismo na História**: ensaios sobre o Brasil em tempos de Comissão da Verdade. São Paulo: Alameda, 2018.

TELES, Janaína. Memórias dos cárceres da ditadura. In: “**Relatório Inês**: dossiê da tortura”. Pasquim, Rio de Janeiro, n. 607, 12 a 18 jan. 1981. p. 4-5 e 26.

_____. Ditadura e repressão no Brasil e na Argentina: paralelos e distinções. In: **Poder e desaparecimento**: os campos de concentração na Argentina. São Paulo: Boitempo, 2013, p.5-19.

VENTURA, Mauro. Saliendo de la clandestinidad. In: **Paisajes del Dolor, senderos de esperanza**: salud mental y derechos humanos en el Cono Sur. 2002, p. 15-16.

VEZZETTI, Hugo. Psicanálise e marxismo: a fratura da Associação Psicanalítica Argentina. In: **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 21, n. 2. São Paulo, 1971, p. 61-85.

VIANNA, Helena B. **Não conte a ninguém**: contribuição ao histórico das sociedades psicanalíticas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

VIÑAR, Marcelo. Reflexiones: aportes a las ponencias del Dr. Hans Stoffels y Dr. Jurgen Muller-Hohagen. In: **Efectos Psicosociales de la represión política**: sus secuelas em Alemania, Argentina y Uruguay. Córdoba: Goethe-Institut, 1994, p. 69-75.

VITAL BRASIL. Ferramentas para uma prática clínica voltada para os direitos humanos: a operação histórica. In: **Clínica e Política**: subjetividade e violação dos direitos humanos. RAUTER, C; PASSOS, E; BARROS, R (Orgs.). Rio de Janeiro: Te Corá, 2002, p. 151-163.

_____. O Fórum de Reparação do Rio de Janeiro, uma experiência de criação de um território existencial de ex-presos políticos – construindo memória. In: **Clínica e Política 2**: Subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas. MOURÃO, JANE C. *et al.* (Org.). Rio de Janeiro: Abaquar, 2009, p. 121-137.

_____. Dano e reparação: construindo caminhos para enfrentar a tortura. In: Brasil. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Tortura** / Coordenação Geral de Combate à Tortura (Org) 1. ed. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010, p. 254-279.

VITAL BRASIL, Vera; ROUSSEAU, Fabiana. Reparação simbólica na América Latina como Política de Estado. In: LOSICER, E.; MOURÃO, J.; KOLKER, T. (Orgs.) **Ocupa Clínicas do Testemunho**: A construção coletiva de uma política pública de reparação psíquica. BRASIL/ CA/ MJ/ ISER: 2017, p. 101-107.

VITAL BRASIL, Vera; ROUSSEAU, Fabiana; CONTE, Bárbara. Reparación simbólica en América Latina como Política de Estado. La experiencia de asistencia a víctimas en Brasil y Argentina. In: **Clepsidra**. Revista Interdisciplinaria de estudios sobre memória. Argentina, 2019.